



UNICAMP

LUÍZA KÁTIA ANDRADE CASTELLO BRANCO

Prof. Dr. FABIO AKCEL RUD DURÃO
Coordenador Geral de Pós-Graduação
IEL / UNICAMP
Matr.: 29048-6

**A LÍNGUA EM ALÉM-MAR: SENTIDOS À DERIVA –
O DISCURSO DA CPLP SOBRE LÍNGUA PORTUGUESA**

**CAMPINAS
2013**



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

LUÍZA KÁTIA ANDRADE CASTELLO BRANCO


Prof. Dr. FÁBIO AKCEL RUD DURÃO
Coordenador Geral de Pós-Graduação
IEL / UNICAMP
Matr.: 29048-6

A LÍNGUA EM ALÉM-MAR: SENTIDOS À DERIVA –
O DISCURSO DA CPLP SOBRE LÍNGUA PORTUGUESA

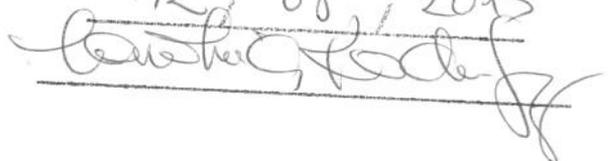
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carolina María Rodríguez Zuccolillo

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Estudos
da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do Título de Doutora em Linguística.

CAMPINAS,
2013

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovada pela
Comissão Julgadora em:

12 08 2013



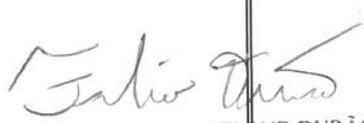
FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CRISLLENE QUEIROZ CUSTODIO – CRB8/8624 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

B732L

Branco Luíza Kátia Andrade Castello, 1954-
A língua em além-mar: sentidos à deriva – o discurso
da CPLP sobre língua portuguesa / Luíza Kátia Andrade
Castello Branco. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador : Carolina María Rodríguez Zuccolillo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 2.
Língua Portuguesa. 3. Língua materna. 4. Ideias
Linguísticas - História. 5. Análise de Discurso. I. Rodríguez
Zuccolillo, Carolina María, 1964-. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III.
Título.


Prof. Dr. FABIO AKCEL RUD DURÃO
Coordenador Geral de Pós-Graduação
IEL / UNICAMP
Matr.: 29048-6

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The language overseas: senses adrift – the CPLP's discourse
on the Portuguese Language.

Palavras-chave em inglês:

Community of Lusophone Countries
Portuguese Language
Mother tongue
Linguistic Ideas, History
Discourse Analysis

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutora em Linguística.

Banca examinadora:

Carolina María Rodríguez Zuccolillo [Orientador]
Bethania Sampaio Corrêa Mariani
José Simão da Silva Sobrinho
Mônica Graciela Zoppi-Fontana
Claudia Pfeiffer

Data da defesa: 28-02-2013.

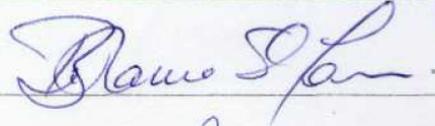
Programa de Pós-Graduação: Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

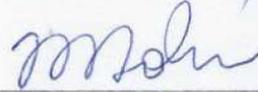
Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo



Bethania Sampaio Corrêa Mariani



José Simão da Silva Sobrinho



Mônica Graciela Zoppi Fontana



Claudia Regina Castellanos Pfeiffer



Vanise Gomes de Medeiros



Lauro Jose Siqueira Baldini



Leandro Rodrigues Alves Diniz



IEL/UNICAMP
2013

À Pipoca e ao Tot,
pelas múltiplas e surpreendentes (re)leituras
de nós em laço

AGRADECIMENTOS

À Professora Carolina Rodríguez-Alcalá, pela oportunidade de trabalhar junto, pela firme, assertiva e competente orientação da tese, exigente sempre; por acreditar num trabalho meu; pela pronta e generosa acolhida sempre que necessário.

À Professora Mónica Zoppi-Fontana, minha orientadora de área, pela seriedade, competência, segurança com que me norteou; pela generosa leitura da tese na fase de qualificação e de defesa.

À Professora Claudia Pfeiffer, pela possibilidade de me fazer ler sua prática docente como um gesto ético e de possível transmissão da teoria; pela generosa leitura da tese na fase de qualificação e de defesa.

À Professora Bethania Mariani, por me mostrar a Unicamp como um horizonte possível, e por fazer redespertar o desejo de lançar-me à deriva dos sentidos; pela atenção, confiança e generosidade afeto-teórica únicas com que sempre acolheu minhas questões e me propôs outras; pela generosa leitura da tese.

Ao Professor José Simão, por generosamente compartilhar sua prática teórica e pelas interlocuções que me levaram a viver e compreender caminhos de questionamento e de formulação antes silenciados; pela generosa leitura da tese.

Aos Professores Vanise Medeiros, Leandro Diniz e Lauro Baldini, pelas leituras atentas e generosas.

À Professora Eni Orlandi, pelo afeto doce, carinho atento e acolhida certa nas horas mais necessárias; pela interlocução sincera, generosa e profícua que me ajudaram a prosseguir.

Ao Professor Eduardo Guimarães, pela aposta no meu percurso acadêmico e pelo estímulo firme e necessário para seguir adiante.

Aos meus grandes amigos e companheiros de discursivas jornadas José Edicarlo de Aquino (o Edi), Eduardo Alves Rodrigues (o Edu), Gabriel Leopoldino dos Santos (o Gabe), Tatiana Freire de Moura (a Tati) que, de diferentes modos, em diversos ritmos, em tempos singulares, por sentidos possíveis, foram meu esteio e minha morada diários, fortes, certos, atentos, carinhosos e restauradores. Sem vocês, esse percurso teria se indistinguido em muito mais veredas.

Ao grupo penSSe, por me proporcionar a possibilidade da interlocução teórica materializada em nossas reuniões, encontros, leituras e questionamentos. Com esse grupo realizei sonhos, e a ele agradeço comentários, considerações e discussões ao longo desse percurso.

Aos amigos Socorro Leal e José Simão que, mesmo longe, se fizeram próximos de diferentes modos, e à amiga Vanise Medeiros que, vizinha acercada, se me fez ninho do espaço seu generosamente partilhado; a vocês, pelo carinho, pela atenção, pela forma como, singular e especialmente, me ajudaram a suportar o percurso; por estarem sempre presentes, ouvintes, atentos; pelas trocas teóricas sempre oportunas; e por não me deixarem esquecer que é possível uma minha escrita.

Aos queridos colegas de (per)curso da Unicamp e da UFF, pela força de diversas formas em diferentes momentos; através de seus próprios movimentos, me fizeram ver que era preciso chegar, que um fim era possível e necessário, mesmo que ilusório, mesmo que não satisfatório.

À FAPESP, pelo apoio financeiro.

A Ana Lagostera e aos funcionários da Biblioteca, pelo apoio e interesse; à Secretaria de Pós-graduação em nome de Claudio, Rose e Miguel, pela presteza e atenção com que me ajudaram durante o percurso.

Aos Professores pesquisadores de Moçambique Samima Patel, Tembe Muguvela Hlalukwani e Gervasio Absolone Chambo pela atenção e consideração com que me ajudaram a compreender um pouco da historicidade linguística de seu país.

Ao amigos Edi e Eduardo, pela forma incondicional com que me apoiaram durante minha ida às embaixadas.

Aos Costas de Moraes, pela acolhida, na hora exata, gesto solidário, olhar generoso, biblioteca farta e aberta, com o saboroso direito aos eventos em família.

À amiga Mónica e a seus queridos filhotes, pela *pega* do encontro que me proporcionou o *SPA da tese*, com teoria, carinho, afeto e diversão.

Ao Professor Gabriel Leopoldino dos Santos, pela versão em espanhol do resumo.

Ao Professor Fernando Antonio de Barros Madeu pela ajuda nas pesquisas de textos na internet.

À minha grande pequena família, minhas *flores de maracujá*, Nandinha, Tot, Guá, Isinha, Fernandinho, Dedé, e Flavinha (*in memoriam*) por me fazerem não esquecer de que há amor. Seu carinho, atenção, abraços, beijos, risos e sorrisos – meus alimentos, aconchego, alegria.

[...] Retomando a questão inicial do universal e das lutas, o diálogo proposto nos coloca, porém, frente a uma espinhosa questão em aberto – é possível um mundo comum? O primeiro passo para isso seria reconhecer que hoje existem muitos mundos (Latour). Assim, algo universal teria que não ser tomado como dado, mas sim a construir – o comum. A construir a partir das lutas, das conexões entre as múltiplas lutas. (TIBLE, Jean. Lutas Cosmopolíticas: Marx e os Yanomami. Maquinações, *Global brasil*, nº 12, p. 46, 2010, Rede Universidade Nômade. ISSN 18072259. (www.revistaglobalbrasil.com.br e www.universidadenomade.org.br)

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender o funcionamento do discurso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre língua portuguesa, fundado a partir de um imaginário de homogeneidade linguística, que produz a evidência de que há "uma" e a mesma língua portuguesa falada nos seus oito países membros e de que todos os seus cidadãos falam essa mesma língua. Para observar e analisar o processo de produção desses efeitos de sentido, nosso *corpus* se constitui de materiais que tratam sobre língua(s) (em especial, as línguas portuguesas em espaços angolano, brasileiro, cabo-verdiano, guineense, moçambicano, português, santomense), e sobre multilinguismo, etnoculturalidade e políticas de línguas. Assim, além de estudos acadêmicos, recolhemos instrumentos normativos elaborados pela CPLP e pelos governos de seus países membros, pela UNESCO, pela Academia Africana de Línguas (ACALAN), tais como Atas, Recomendações, Declarações, Constituições, Acordos, Estatutos, Tratados, Protocolos, Convênios, dentre outros que, no decorrer da pesquisa, se mostraram pertinentes à análise. Este trabalho tem sua inscrição no domínio da História das Ideias Linguísticas (HIL), sob uma perspectiva materialista, configurada a partir dos dispositivos teórico e analítico da Análise de Discurso na linha dos estudos de Michel Pêcheux (França, 1966-1983) e de Eni Orlandi (Brasil, 1971-), que permite conjugar a ideologia, a história da sociedade com a história do conhecimento linguístico e a história da língua. Nessa perspectiva, descrevemos, interpretamos e compreendemos o modo complexo como a CPLP produziu e produz uma discursividade sobre língua portuguesa a partir da observação do funcionamento de noções como a de "lusofonia", e certas noções de "língua materna", "língua nacional", "língua oficial" e "política de línguas" articuladas a certas noções de "comunidade", "nação" e "Estado". Nessa discursividade, ganhou reflexão a questão da organização internacional que se produz na evidência de que é possível um espaço supranacional homogêneo. Nossa hipótese é a de que o gesto de formação de uma comunidade como a CPLP, tal como está concebida, faz silenciar sentidos como o da heterogeneidade própria à língua portuguesa, o da sua relação assimétrica com as outras línguas faladas nesses países, e o das diferentes historicidades determinantes da e determinadas pela relação sempre política entre sujeitos, línguas e espaços na disputa por significar. Nesse sentido, compreendemos, pelas análises, que os efeitos de sentido de língua portuguesa estarão em deriva e em devir quando colocados na relação de diferença, podendo significar e não significar língua nacional, língua materna e língua oficial, sendo sempre outras, as línguas portuguesas em espaço*.

Palavras-chave: CPLP/Lusofonia – Língua Portuguesa – Língua Nacional /Língua Oficial– História das Ideias Linguísticas – Análise de Discurso.

ABSTRACT

This thesis aims to understand how the discourse of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) about "Portuguese language" has been functioning, as founded on the basis of an imaginary of homogeneity of languages producing the evidence that "Portuguese language" is one and the same language spoken by all citizens in its eight Member States. In order to observe and analyze the production processes of these meaning effects, the *corpus* is constituted of materials about language(s) (in special the Portuguese Languages in Angolan, Brazilian, Cape-verdean, Bissau-Guinean, Mozambican, Portuguese, Santomean spaces), and about multilingualism, ethnoculturalism and languages policies. For this, besides academic studies, we collected normative instruments produced by CPLP and by its Member States' governs, by UNESCO, by The African Academy of Languages (ACALAN), such as Minutes, Recommendations, Declarations, Constitutions, Agreements, Statutes, Treaties, Protocols, Covenants, among others that, during the research, were relevant for the analysis. This work is inscribed in the realm of the History of Linguistic Ideas (HIL), under the materialist perspective, and configured by the theoretical and analytical devices of the Discourse Analysis – as proposed by Michel Pêcheux's studies (France, 1966-1983), and by Eni Orlandi's (Brazil, 1971-) – that allows to conjugate the history of the society and its ideology together with the history of the production of scientific knowledge about a language, and the history of the language(s). Based on this perspective, we described, interpreted and understood the complex way the production processes of meaning about Portuguese Language in the CPLP's discourse has been functioning taking as observation points the notions of "lusophony", "national language", "official language" and "linguistic policy" articulated to notions of "community", "nation" and "State". It is also highlighted the question of the International Organization taken on the evidence of being a homogeneous and supranational space. Our hypothesis is that the gesture of forming a community as the CPLP, in the way it is conceived, has been silencing meanings such as the one of the heterogeneity peculiar to "Portuguese language", the one of asymmetric relationship of this language to the other languages spoken in those Member States, or the one of the different ways this language has been historicized in those spaces, determining and being determined by the relationship always political among subjects and languages in the struggle for meaning. This way, we have understood by the analyses that the effects of meaning of Portuguese Language are adrift and oncoming if related to difference, what may make them correspond or not to national language, mother language or official language meanings, but always being other Portuguese Languages in space*.

Keywords: CPLP/ Lusophony – Portuguese Language – National Language/Official Language – History of Linguistic Ideas – Discourse Analysis.

Resumen

Este trabajo tiene por objetivo comprender el funcionamiento del discurso de la Comunidad de los Países de Lengua Portuguesa (CPLP) sobre lengua portuguesa, fundado desde un imaginario de homogeneidad lingüística, que produce la evidencia de que hay "una" y la misma lengua portuguesa hablada en sus ocho países miembros y de que todos sus ciudadanos hablan esa misma lengua. Para observar y analizar el proceso de producción de dichos efectos de sentido, nuestro corpus está constituido por materiales que tratan sobre lengua(s) (en especial, las lenguas portuguesas en espacios angolano, brasileño, caboverdiano, guineano, mozambiqueño, portugués, santotomense), y sobre multilingüismo, etnoculturalidad y políticas de lenguas. Por lo tanto, además de estudios académicos, recogemos instrumentos normativos elaborados por la CPLP y por los gobiernos de sus países miembros, por la UNESCO, por la Academia Africana de Lenguas (ACALAN), tales como Actas, Recomendaciones, Declaraciones, Constituciones, Acuerdos, Estatutos, Tratados, Protocolos, Convenios, entre otros que, a lo largo de la investigación, se mostraron pertinentes al análisis. Este trabajo se inscribe en el dominio de la Historia de las Ideas Lingüísticas (HIL), bajo una perspectiva materialista configurada a partir de los aparatos teórico y analítico del Análisis del Discurso en la línea de los estudios de Michel Pêcheux (Francia, 1966-1983) y de Eni Orlandi (Brasil, 1971-), que permite conyugar la ideología, la historia de la sociedad con la historia del conocimiento lingüístico y la historia de la lengua. En esa perspectiva, hemos descrito, interpretado y comprendido el modo complejo en que la CPLP produjo y produce una discursividad sobre lengua portuguesa, a partir de la observación del funcionamiento de nociones como la de "lusofonía", de ciertas nociones de "lengua materna", "lengua nacional", "lengua oficial" y "política de lenguas", articuladas a ciertas nociones de "comunidad", "nación" y "Estado". En esa discursividad ganó reflexión la cuestión de la organización internacional que se produce en la evidencia de que es posible un espacio supranacional homogéneo. Nuestra hipótesis es la de que el gesto de formación de una comunidad como la CPLP, tal cual está concebida, silencia sentidos como el de la heterogeneidad propia a la lengua portuguesa, el de su relación asimétrica con las otras lenguas habladas en esos países y el de las diferentes historicidades determinantes de la y determinadas por la relación siempre política entre sujetos, lenguas y espacios en la disputa por significar. En ese sentido, comprendemos, por los análisis, que los efectos de sentido de lengua portuguesa estarán en deriva y en devenir cuando puestos en la relación de diferencia, lo que puede significar o no significar lengua nacional, lengua materna y lengua oficial, siendo siempre otras, las lenguas portuguesas en espacio*.

Palabras clave: CPLP/Lusofonía – Lengua Portuguesa – Lengua Nacional/Lengua Oficial – Historia de las Ideas Lingüísticas – Análisis del Discurso

SUMÁRIO

1. Apresentação	21
2. Introdução	23
3. Do aporte teórico-metodológico	41
3.1. <i>História das Ideias Linguísticas e Análise de Discurso</i>	41
3.2. <i>As armadilhas do desejo ante as fontes do saber – o arquivo, a história e o método</i>	46
3.3. <i>Sobre Sujeito e Língua</i>	62
3.4. <i>Sobre Interdiscurso</i>	70
3.5. <i>Sobre Memória</i>	73
4. Políticas de Línguas e "a" Língua Portuguesa	89
4.1. <i>Os discursos do mono- e do multilinguismo/culturalismo</i>	90
4.2. <i>A 'política de língua' na CPLP</i>	142
4.3. <i>O espaço da lusofonia</i>	147
4.3.1. <i>Lusofonia e CPLP</i>	148
4.4. <i>A narratividade dos mitos</i>	164
4.5. <i>Nação e língua</i>	169
5. O espaço: uma janela	191
5.1. <i>Forma histórica espaço de direito</i>	194
5.2. <i>Os espaços de direito supranacionais e seus dizeres sobre línguas</i>	201
6. As Línguas Portuguesas e o espaço da CPLP	227
6.1. <i>Historicidade da(s) relação(ões) entre os países-membros</i>	227
6.2. <i>As línguas em espaço*</i>	239
6.2.1. <i>cabo-verdiano</i>	247
6.2.2. <i>moçambicano</i>	251
6.2.3. <i>angolano</i>	256
6.2.4. <i>guineense</i>	263
6.2.5. <i>santomense</i>	266
6.2.6. <i>português</i>	269
6.2.7. <i>brasileiro</i>	275
6.3. <i>As denominações das línguas – memória(s) do/no espaço</i>	278
7. Considerações finais	289
7.1. <i>O τέλος e o Resto</i>	301

8. Bibliografia.....	303
8.1. <i>Sobre Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas, História, Psicanálise.....</i>	303
8.2. <i>Sobre Espaço</i>	313
8.3. <i>Sobre Língua Portuguesa e cultura portuguesa.....</i>	314
8.4. <i>Sobre África.....</i>	315
8.5. <i>Sobre CPLP, Lusofonia</i>	318
8.6. <i>Sobre Política Linguística, Língua, Nação, Sociolinguística.....</i>	321
8.7. <i>Sobre Organizações Internacionais, Globalização, Democracia</i>	323
8.8. <i>Dicionários</i>	324

1. Apresentação

A doença de Flaubert era uma doença de palavras. Mas qual? O desamparo melancólico a que nos relegam quando nos faltam, se omitem, e quando a língua, esse Deus enganador, nos tira o apoio que nos devia; ou, ainda, a mania desgastante de restituí-las, no sentido de reproduzir a verdade delas e, ao mesmo tempo, a de cuspir seus restos regurgitados: palavras demais e nem uma única que seja minha. (M. SCHNEIDER, *Ladrões de palavras*)

Escrever é sair da terra dos ancestrais, escolher o exílio como porto seguro, puro movimento de letras escolhidas sobre outras que caem. É desfazer-se do corpo imaginário e tecer, nas bordas do real, o simbólico de sua própria perda. (T. NAZAR, *O sujeito e seu texto*)

Escrevemos, provavelmente, antes para satisfazer alguma coisa que está em nós, e não para os outros. (M. SCHNEIDER, *Ladrões de palavras*)

Escrever é escutar os significantes que falam em você, sem saber que estão falando, nem aonde eles vão te levar, muito menos de onde vieram. Escrever é perceber que esse isso se dá num "só-depois", e que ressoa familiar, às vezes, desconhecido, outras.

Escrever é como tentar buscar a ponta de um novelo emaranhado que não tem ponta. E aí, aparece uma ponta e puxa-se o fio. Mas, antes de puxar, se é puxado por ele. E envereda-se por todo aquele espaço desconhecido, mas estranhamente familiar, sem borda interior nem exterior definida, aqueles fios e lacunas e trançados e atravessados e circulares e diversos e repetidos e inusitados e apaixonantes e frustrantes. Escrever é a tentativa de reconhecer-se, reconhecendo-se o/no/pelo outro, e fazer o "luto do pensamento do outro, de sua escritura", e suportar o que não se sabe que sabe no como ele se inscreve.

Escrever lembra-nos um movimento constante e ininterrupto por espaços e tempos. Talvez, lhe vista bem a metáfora do percurso, considerar a escrita/o escrito como uma viagem, numa temporalidade em que os tempos presente, passado e futuro confluem, sem anterioridade ou posterioridade, de idas, vindas e errâncias, em círculos, paralelas e paradoxos, na horizontal, vertical e 3D, *in presentia*, *in absentia*, na virtualidade do silêncio, no prazer da repetição e na arriscada possibilidade da deriva, apontando para um devir, para polissêmicos desvios, para jogos metafóricos e metonímicos de fins, começos e recomeços, fugas, para ambiguidades e equívocos de não sei quantas veredas.

Escrever é uma viagem de linguagem, com ela, por ela, nos espaços lacunares de seus/nossos significantes, em que sujeito e sentido em movimentos de constituição na e pela história, viajam na materialidade de seus espaços, corpos-naus, no corpo do mar. Mar de linguagem.

Por esse mar volumoso, denso e opaco, ao mesmo tempo claro e transparente, por sua finita/infinita, sabida/insabida profundidade, singramos, sujeitos, línguas, espaços em discursividades. Nesse mar de linguagem, somos lançados antes de nos lançarmos. E somos lançados para nos perder. É o próprio gesto da escrita que nos determina a direção: no movimento da escrita mesma, no encontro com o silêncio, com o contingente, o texto se nos envereda. Singramos incontornável e inescapavelmente o mar de palavras, vivenciando os (des)encontros da lábil escrita com a letra do sujeito, e acabamos escrevendo o que não sabíamos que sabíamos, pela divisão que nos estrutura, pela dispersão que nos (des)organiza, pelas veredas que nos atravessam.

Escrever é como se, pelo (des)controle, conseguíssemos dar forma/fôrma ao que não podia não ter outra forma, nem fôrma possível. É caminhar buscando certa ordem pela desfragmentação, pelos recortes, pelas franjas, pelos pedaços, pelas sobras e pelos restos dos escritos do outro, fazendo exílio da língua do outro e se reencontrando na própria língua, pela descontinuidade do seguir, mas que nos impinge uma necessidade de costura, de unidade, de representação, para fazer laço pelo lapso, condição para se ser autor.

É dos efeitos desse caminhar que se produz esse texto que, para viver, lança-se, incontornavelmente, ao exílio de nós, mas carrega o equívoco e a deriva em sua forma/fôrma material languageira.

E sobre a evidência de que escrevemos uma tese, chegamos à conclusão de que se há desilusão é porque a ilusão pôde formar-se.

A ilusão de quem escreve não consiste em dizer a si mesmo que se é o primeiro a quem isso acontece, esse sofrimento, essa calma, esse êxtase, essa insuportável fragrância de amor, que se é o único a poder falar disso, e de se aperceber, caçador desembriagado pelo olhar pousado sobre o bicho morto, que tudo o que fez foi levantar uma lebre que muitos outros já tinham matado? Você não é o primeiro. É preciso se acostumar. Eu não me acostumo. (SCHNEIDER, 1990)

2. Introdução

De nossa parte, queremos pensar a singularidade e a pluralidade
não no domínio da cultura, mas na história.
(ORLANDI, *Terra à vista*)

Neste capítulo apresentamos a motivação que deu origem à pesquisa de doutorado, procurando situar a questão principal e seus possíveis desdobramentos, a partir das reflexões que foram surgindo, ao longo do percurso, a partir das leituras, das interlocuções com nossa orientadora e outros pesquisadores. Damos visibilidade também a como o trabalho está estruturado.

Dessa forma, iniciamos pela pesquisa de mestrado¹, em que discutimos a questão das línguas em Cabo Verde a partir da perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas em sua especificidade brasileira (ORLANDI, 2001a) – um campo de saber que alia "a história da construção do saber metalinguístico com a história da constituição da língua nacional, visando trazer contribuição ao modo de pensar e trabalhar a questão da língua nos países de colonização" (*id.*, *ibid.*, p. 7). Nessa discussão, demos visibilidade ao funcionamento da palavra "crioulo" nos discursos sobre a(s) língua(s) de Cabo Verde, produzindo um *gesto de interpretação*² (ORLANDI, 2004a [1996]) inscrito em práticas de leitura da história propostas pela Análise de Discurso, conforme Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil. Interessou-nos, nessa pesquisa, o *discurso sobre* a língua por ser o lugar em que se dá o encontro entre a(s) memória(s) da(s) língua(s) e a história que a(s) constituiu. Para compreender a historicidade da(s) língua(s) no espaço de

¹ BRANCO, L. K. A. C. *Historicidade e sentidos: a palavra "crioulo" nos discursos sobre a língua de Cabo Verde*. 195 f. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Bethania Sampaio Corrêa Mariani, realizada no interior do Programa de Pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói – RJ, defendida em 28 de fevereiro de 2007; pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Orlandi (2004a [1996]) compreende gesto de interpretação como "caracterizado pela inscrição do sujeito (e de seu dizer) em uma posição ideológica, configurando uma região particular no interdiscurso, na memória do dizer" (p.100).

enunciação³ (GUIMARÃES, 2005a [2002]) de Cabo Verde, propusemos uma reflexão sobre os discursos lexicográfico e sociolinguístico sobre o termo "crioulo/língua crioula". Considerando a questão da produção de sentido como um processo histórico-discursivo imbricado ao processo de constituição do sujeito (ORLANDI, 2001b), sob condições de produção materiais específicas, em nossas análises, chegamos a uma rede de discursividades que deram visibilidade à contradição no modo como as línguas funcionam em Cabo Verde. Pelas relações de sentidos que as definições do termo "crioulo/língua crioula" estabelecem com as noções de "língua materna", "língua oficial" e "língua nacional", observamos que não há recobrimento, tendo em vista que, em Cabo Verde, a *língua crioula* também chamada de *língua materna* não é a oficial, mas é uma língua diferente da portuguesa, e é considerada como língua nacional. Esse não recobrimento, em nossa pesquisa, pôde ser compreendido como uma falha, aquilo que escapa no dizer da sociolinguística e da lexicografia sobre a língua cabo-verdiana. Dizeres que produzem efeitos de sentido atualizados numa memória hegemônica narrativizada a partir das políticas colonizadoras linguísticas europeias, organizando os sentidos de modo a tornar homogêneas as línguas (a cabo-verdiana como se fosse variante da língua portuguesa de Portugal) e seus falantes (como se fossem povos irmãos). Assim, apesar de filiadas a discursividades distintas e a memórias heterogêneas, essas línguas e esses sujeitos são determinados discursivamente pela memória da colonização. De um lado, pela linha da variação linguística, buscando, na materialidade das línguas cabo-verdiana e portuguesa, pontos de semelhança entre elas, para filiar a primeira como "derivada" ou "variante" da segunda – apesar de as diferenças fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais serem muitas e se inscreverem na *forma material*⁴ das línguas deixando marcas que

³ *Espaço de enunciação*, noção cunhada por Eduardo Guimarães para refletir sobre a relação entre falantes e línguas como não empírica, mas "enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. [...] Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços 'habitados' por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer." (GUIMARÃES, 2005a, p. 18)

⁴ Orlandi (2003, p.19) cunha a noção de *forma material* dizendo que "a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história". Esse modo de significar não remete a um funcionamento formal, abstrato e nem à empiria que olha para essa forma como se o conteúdo se formasse nela ou como um simples referente. A forma material é produzida no processo histórico de significação em que se implicam sujeito, história e linguagem, materialmente.

problematizam a ideia de variação; e, de outro lado, pela linha de uma "história comum", buscando filiar o imaginário cabo-verdiano de nação como sendo Cabo Verde ainda "extensão" de Portugal: povo "irmão" que fala a "mesma" língua, "o" português. Dessa forma, apaga-se da relação entre nações o conflito, os sentidos do diferente, as contradições, pela via da "fraternidade"⁵ que faz perder, nessa relação, o caráter político, a historicidade dos sujeitos/línguas/espacos.

Motivados pela inquietude surgida ao longo do estudo sobre o modo de funcionamento das línguas no espaço de Cabo Verde, decidimos estender nossa reflexão sobre como e com que sentidos se historiciza (subjativa/espacializa) o funcionamento da língua portuguesa *em espaço** (nos outros países de *colonização linguística* portuguesa e em Portugal, que hoje formam a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP), buscando compreender a relação tensa e contínua entre unidade e diversidade desta língua com ela própria e com as outras línguas faladas nesses espaços⁶.

O asterisco (*) na expressão "em espaço*" está para marcar o lugar de uma possível denominação gentílica ou nacional, como, por exemplo, "moçambicano". Essa expressão "em espaço" surgiu-nos por não saber denominar essa língua portuguesa que já não é a mesma língua portuguesa que vem com o processo de colonização. Essa ideia veio a partir da expressão "em solo", expressão esta cunhada pela Prof^a. Dr^a. Vanise Gomes de Medeiros, em um artigo seu, "A língua em solo brasileiro na *Revista Brasileira* no período

⁵ Remetemos aqui para os sentidos que o movimento iluminista fez circular sobre seus três ideais, em particular, sobre o ideal da "fraternidade". Segundo Silva (2011), a fraternidade se estabelece quando existe de fato uma comunidade politicamente solidária, com indivíduos iguais e livres. De certo modo, assim, a fraternidade depende da liberdade e da igualdade, pois para que cada um desses ideais se efetive, os demais devem se manifestar. Pelo pensamento iluminista, é pela fraternidade que se configura a cidadania entre os homens, pois, por princípio, todos os homens são iguais, visto que "em essência" não há nada que hierarquicamente os diferencie: são como irmãos (fraternal) (SILVA, 2011). Conforme pensamos, nas condições de produção em que o movimento iluminista se historicizou (motivando e apoiando as revoluções burguesas, e por elas sendo apoiado, o que trouxe o fim do Antigo Regime e a instalação de doutrinas de caráter liberal), essa fraternidade dizia respeito aos que, como os da burguesia ascendente, partilhavam dos mesmos interesses.

⁶ Ao pensarmos a situação da língua portuguesa nos países-membros da CPLP, referimo-nos a Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, por quisermos dar visibilidade ao funcionamento das línguas nesses países e, em especial, ao modo como esses países africanos significam a língua portuguesa a partir do ponto de vista dos cientistas africanos. Não nos ocuparemos, nessa pesquisa, da situação linguística em países de colonização portuguesa na Oceania (Timor Leste) e na Ásia (Índia – Goa, Damão, Diu, Dadrá, Nagar-Aveli; e China – Macau). Poderão, contudo, serem trazidas à cena, essas situações, à medida que se fizerem necessárias referências a elas.

JK" (2008), para discutir sobre a especificidade da língua portuguesa em solo brasileiro que comparece nos artigos do periódico *Revista Brasileira* nos anos JK. A leitura desse texto levou-nos a pensar na expressão "em espaço" para melhor dizermos de uma língua portuguesa oficial, que, a nosso ver, acaba se significando e sendo significada como outras línguas também chamadas de portuguesas, pois que em espaço: brasileiro, moçambicano, cabo-verdiano, guineense, santomense, angolano, e, inclusive, português, se singularizam. Essas línguas não são a língua portuguesa *imaginária* nem a língua portuguesa *fluida*⁷ de Portugal (ORLANDI, 2009, 1988); são outras línguas portuguesas (cada uma delas com um funcionamento imaginário e outro fluido), com suas especificidades, memórias e historicidades que, discursivamente, não garantem nem a desejada unidade nacional instituída pelo Estado, nem a unidade linguística 'timbrada' e tão decantada pela CPLP, motivo precípuo para organização de uma comunidade como esta. Nesse gesto de precisar dizer dessas línguas portuguesas como outras, pensamos sujeito/espaço como *formas históricas* de existência, que constituem sentidos e são por eles constituídos.

Observando que os espaços brasileiro, moçambicano, cabo-verdiano, guineense, santomense, angolano, e português são bastante heterogêneos, pensamos ser relevante refletir sobre como seria para cada um dos países ditos 'lusófonos' ('países de mesma língua portuguesa'): a historicização d'"a" língua portuguesa, que, certamente, se deu

⁷ Remetemos aqui à concepção de Orlandi (1988) sobre a distinção entre *língua imaginária* e *língua fluida*. Em livro organizado pela mesma autora, *Política Linguística na América Latina* (1988), lemos: "a língua fluida é a que pode ser observada e reconhecida quando focalizamos os processos discursivos, através da história da constituição das formas e sentidos, tomando os textos como unidades (significativas) de análise, no contexto de sua produção. Se a língua imaginária é a que os analistas fixam na sua sistematização, a língua fluida é a que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas (ORLANDI; SOUZA, 1988, p. 34)". Em seu livro *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*, Orlandi (1990) retoma essa distinção: "A língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas" (*id.*, *ibid.*, p. 75), para se referir ao fato das gramáticas elaboradas por missionários jesuítas, que criaram uma imagem do "tupi jesuítico", instituindo-o. Em seu livro *Língua Brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*, Orlandi (2009) traz outras formulações a respeito dessa distinção tão produtiva na Análise de Discurso, dizendo sobre a *língua imaginária* para falar dessa relação tensa e contraditória com que trabalhamos ao tentar compreender a língua em seu funcionamento: "a *língua imaginária* é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos da sua relação com a língua. Objetos-ficção que nem por isso deixam de ter existência e funcionam com seus efeitos no real. [...] A *língua fluida* por seu lado é a língua movimento, mudança contínua, [...] não se deixa imobilizar, a que vai além das normas. A que podemos observar [...] nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente. A que não tem limites. Fluida" (*id.*, *ibid.*, p.18 – grifos da autora).

diferentemente em cada caso (países, na verdade, com historicidades diversas e singulares) desde a colonização no século XV para alguns e XVI para outros; essa relação das outras línguas já existentes com a língua oficial de Estado (a forma de o Estado administrar/interpretar o caráter múltiplo languageiro pela produção de políticas de língua); e os efeitos dessa diversidade incontornável que fazem intervir diversas memórias que se atravessam num jogo tenso entre paráfrase – as repetições do já-dito antes e em outro lugar – e polissemia – os deslizamentos do dizer. Nesse jogo, produzem-se os processos de identificação/individualização da(s) língua(s)/do(s) sujeito(s)/do(s) espaço(s) em relação sob determinadas condições de produção.

Propomo-nos, então, a analisar o discurso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre língua portuguesa, que, ao enunciar da posição discursiva de uma organização internacional, se significa como se fosse uma comunidade formada de uma nação única, produzindo o efeito de ser uma *supranação* (isto é, espaço significado na sua sobredeterminação em relação aos espaços-membros da comunidade, conforme desenvolvemos no capítulo 4 e 5). Apesar de um excesso de tentativa de fazer a unidade política, social, territorial, e linguística que não há, essa organização internacional se sustenta no que lhe resta, a atualização de uma memória que construa novamente uma unidade política, social, territorial e linguística, dessa vez, não pela via da colonização, nem do imperialismo, mas pela via da democracia e da globalização sob o modelo do capitalismo de mercado, pela língua mesma. E, nesse dizer, lemos, por exemplo, que é imperativo "encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum"⁸, além de um 'passado e origem comuns' como 'essência' de seus princípios organizacionais, e em nome da "vontade do povo". Assim, faz-se importante compreender como o processo de produção desses sentidos constrói:

a) a evidência de unidade linguística – em que "a" língua portuguesa, primeiramente, é homogênea e, senão única, predominante;

⁸ *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. CPLP, 17 de julho de 1996. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=48>. Acesso jul. 2008.

[Os países membros da CPLP] Reafirmam que **a Língua Portuguesa:**

- Constitui, entre os respectivos Povos, um **vínculo histórico** e um **património comum** resultantes de uma **convivência multissecular** que deve ser valorizada;
- É um meio privilegiado de **difusão** da criação **cultural** entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus **valores culturais**, numa perspectiva aberta e **universalista**; (*Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. CPLP, 17 de julho de 1996.)

b) a evidência de unidade política, jurídica, administrativa – em que há a semelhança de formas de governança/gestão e de estruturas administrativas (neste caso, não vemos formulada, contudo, a evidência da unidade econômica, provavelmente, porque a ajuda, em geral, parte de Portugal e/ou do Brasil para os países africanos e não vice-versa);

"A **semelhança** nos problemas e as experiências adquiridas permitem o estabelecimento de sinergias na busca de soluções."

"[...] a que se soma uma língua comum e **estruturas administrativas semelhantes**, constituem a enorme mais valia da CPLP, nem sempre aproveitada." (Embaixador José Tadeu da Costa Secretário Executivo Adjunto da CPLP – CPLP, Dez Anos: Um Balanço in *Expresso Notícias CPLP*, Ano 1, nº 1, jul-ago 2007)

c) a evidência de unidade histórico-cultural – em que se hegemonizam e harmonizam raízes, passados e culturas comuns, apagando a história de conflitos dessas relações, as contradições, e produzindo a unidade. E, principalmente, diríamos, apagando que há uma história silenciada anterior à história dessas relações construídas pela materialidade histórico-simbólico da língua portuguesa da colonização.

"A CPLP aparece-nos como o culminar de uma **permanente e íntima relação com cerca de quinhentos anos, onde é partilhada uma história, laços de amizade e evidentemente a língua portuguesa.**" (Redondo, João Vítor da Costa. A importância de alianças assentes nas similitudes linguísticas: o caso da CPLP. Linha de Investigação "Europa, segurança e migrações", coord. Maria do Céu Pinto. *Working papers*, nov. 2008)

Objetivamos compreender também como os dizeres de algumas das organizações internacionais com que a CPLP mantém algum tipo de vínculo, como UNESCO, Aliança de Civilizações das Nações Unidas (AdC/UNAOC – United Nations Alliance of Civilizations) e Três Espaços Linguísticos/Trois Espaces Linguistiques/Tres

Espacios Linguísticos (TEL), por exemplo, se atravessam, e se sustentam mutuamente, tornando hegemônico e colocando em circulação efeitos de sentido que vão na direção de uma homogeneidade linguística (discussão e análise seção 4.1). Para observar e analisar o processo de produção desses efeitos de sentido, descrevemos as situações linguísticas da maioria dos países membros a partir do *arquivo de leitura* constituído por estudos acadêmicos e por instrumentos normativos elaborados pela CPLP, e pelos governos de seus países-membros, tais como, Declarações, Constituições, Acordos, Estatutos, dentre outros, e notícias veiculadas pela mídia eletrônica. Assim como a partir de entrevistas feitas nas Embaixadas dos países da CPLP em Brasília com representantes dos mais variados cargos diplomáticos que nos atenderam, a saber, o Embaixador de Cabo Verde, o Primeiro-Secretário Encarregado dos Assuntos Políticos e da Cooperação da Guiné-Bissau, o Conselheiro de Moçambique, o Terceiro-Secretário da Coordenação-Geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CGCPLP) no Ministério das Relações Exteriores, o Conselheiro de Imprensa e Cultura da Embaixada de Portugal⁹.

É, no capítulo 3, que falamos do dispositivo teórico adotado para sustentar as reflexões e as análises que se encontram em desenvolvimento, pensando durante essa escrita que o modo de formulação do dizer é muito caro à teoria a que nos filiamos, qual seja, a Análise de Discurso desenvolvida por Michel Pêcheux, na França, e por Eni Orlandi, no Brasil. É caro porque para um analista de discurso, posição de que nos autorizamos a dizer, o sentido é pedra de toque, não deixando de ter no horizonte as materialidades que lhe dão forma: a linguageira e a histórica. Articulado a esse dispositivo teórico-metodológico, está o fato de pensar a história como não linear, descontínua, e lugar do possível. Assim, nesse exercício teórico, isto é, o exercício de formular os princípios epistemológicos e metodológicos que sustentam nossas interpretações dos fatos de linguagem, buscamos a articulação da Análise de Discurso com a História das Ideias Linguísticas, compreendendo com Henry ([1977], 1992) que a história é fazer sentido, e que, assim como nos diz Pêcheux (1997 [1975]), o sentido sempre pode ser um outro possível.

⁹ Durante nossa estadia de uma semana em Brasília, não houve tempo hábil para que algum representante oficial de Angola nos recebesse. A par disso, também não conseguimos contato com nenhum representante de São Tomé e Príncipe, pois este é o único país-membro da CPLP sem representação oficial em Brasília.

Nessa articulação, dentre os conceitos que arregimentamos está o de arquivo para falar da construção do *corpus*, nessa nossa pesquisa, tão heterogêneo e, ao mesmo tempo, com marcas de regularidade sintática e semântica na materialidade linguística, e com apontamentos indiciais de regularidade na sua materialidade discursiva. Dessa forma, apresentamos a razão de usarmos a noção de monumento ao invés de documento (FOUCAULT, 1969), refletindo sobre a relação entre arquivo e história, a partir de Roudinesco (2006), Pêcheux (1999), e Orlandi (2003), em princípio; e, nessa discussão, mostramos a necessidade de pensar sobre a relação entre informação e conhecimento, a partir de Dias (2009), para trazer a relação entre resultado e processo, pensando dar visibilidade à *forma material* do sentido que é sempre não-toda, aberta e está à deriva em seu movimento nas ordens do político e da história.

Além do conceito de arquivo, trazemos para a cena analítica o conceito de memória articulado aos conceitos de interdiscurso, sujeito e língua, que julgamos, a princípio, serem os conceitos basilares de nossa pesquisa. Naturalmente, à medida que as análises se processaram, outros conceitos foram articulados a esses na direção de tornar o trabalho teórico-analítico bem sustentado. Justificamos a articulação entre os conceitos acima mencionados, posto que, em Análise de Discurso, é pela noção de interdiscurso que podemos nos remeter ao conceito de memória discursiva, para falarmos do que parece novo, original, nunca antes dito, ou para falar do que se repete e se parafraseia, como se fosse novo, ou mesmo para falarmos de novos acontecimentos que rompem com uma estrutura estabelecida, pela contingência do real histórico, isto é, a sempre existente possibilidade de vir a ser. E sempre pensando o sujeito como uma categoria, a qual não se desvincula do sentido, já que o sentido no sujeito se constitui, e que o sujeito se constitui no sentido, sob determinadas condições de produção.

Na escolha do quadro conceitual que pauta as análises dos recortes¹⁰ a partir da dispersão dos textos recolhidos e montados como *arquivo*, é importante perguntar sempre pela diferença, pela contradição, pelos outros sentidos, pois só aí ele, o quadro, estará funcionando.

¹⁰ Mais adiante, retomaremos o conceito de recorte.

Assim, analisar a materialidade linguística, considerando como da ordem da opacidade e não da transparência o processo de constituição de sentidos das noções de "língua portuguesa", "lusofonia", "política linguística", "nação", "comunidade" e "espaço", faz essas noções caminharem na nossa proposta teórica, porque faz pensar também que o discurso sobre a língua bem como os saberes que se institucionalizaram sobre ela promovem mudanças estruturais, perpassando desde o sistema jurídico, o social, o político até o econômico, afetando as práticas sociais.

No panorama linguístico dos países da CPLP, observamos as relações históricas e políticas entre as línguas como forma de refletir sobre a historicidade dessas línguas enquanto línguas praticadas por seus falantes (GUIMARÃES, 2005b), pensando como e até que ponto as relações de poder que configuraram e configuram essas línguas e seus falantes se constituem e que efeitos políticos, históricos e linguísticos produzem.

As bases pesquisadas de teses e dissertações, e de acervos bibliográficos de órgãos de fomento e universidades brasileiras, trouxeram trabalhos sobre o assunto, elaborados a partir de outros campos do saber científico – como, por exemplo, o das relações internacionais (MAIA, 2009; REDONDO, 2008; NOSOLINI, 2004; SOBRINHO, 1997), o do direito (GOUVEIA, 2006), o da ciência política (SARAIVA, 2001), o da comunicação (VIGGIANO, 1994), o das ciências sociais e política ultramarina (MACHADO, 2008) –, diferente deste que aqui propomos. Ao lermos os trabalhos, percebemos que, em sua maioria, consideraram, em suas análises, a história como pano de fundo, apagando a materialidade simbólica, política e ideológica que lhe é constitutiva. Por exemplo,

Os desejos do passado, especialmente a **comunhão espiritual** que **unia** brasileiros e portugueses, são agora fortalecidos por um momento rico em intercâmbios e objetivos estratégicos comuns como a possibilidade de ampliação dos intercâmbios entre o Mercosul e a União Européia (SARAIVA, 2000, 500 anos de relação entre Brasil e Portugal. *Revista Brasileira de Política Internacional*, año/v. 43, nº 001, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, p. 189-191. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx>.)

A CPLP aparece-nos como o culminar de uma **permanente e íntima relação** com cerca de **quinhentos anos**, onde é **partilhada uma história**, **laços de amizade** e **evidentemente a língua portuguesa**. (REDONDO, J.

V. da Costa. A importância de alianças assentes nas similitudes linguísticas: o caso da CPLP. PINTO, M. do C. (coord.). *Working Papers: Linha de Investigação "Europa, Segurança e migrações"*. CEPESE, nov. 2008.)

É frequente encontrarmos nessas pesquisas a CPLP tratada como fruto do "consenso" originado por um processo "natural" que uniria os povos que partilham a "mesma língua portuguesa", a "mesma cultura portuguesa". Entendem a organização como uma "comunidade linguístico-etnocultural", pressupondo um vínculo social homogêneo que impede o real reconhecimento da diversidade, já que a concepção de diferença que aí se desenha está vinculada à ideia de "tradição", de "mesmo passado histórico", de "língua e origens comuns", apagando as contradições que caracterizam qualquer laço social. Além disso, dão sustentação e se sustentam no discurso da lusofonia, conforme podemos ler a seguir.

A Lusofonia é uma forma de ser e estar peculiar presente em todos os Continentes – na velha Europa, em África, na Ásia, na Oceania, na América. Essa **Comunidade**, tendo uma **língua em comum**, tem também uma **história e uma cultura comuns** resultantes da miscigenação cultural que os **portugueses desenvolveram nos oito países**. (MACHADO, M. V. da Silveira. A Hora da Lusofonia e os dez anos da CPLP. In: *Reflexões Lusófonas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2008, p. 39).

Assim, trabalhar a partir do aparelho conceitual da Análise de Discurso implica analisar os efeitos do imaginário de língua produzidos e atualizados por uma memória de delimitações, que torna dominante o princípio da neutralidade e da universalidade, já que, como dissemos, nossa proposta se concretiza na análise do funcionamento daquilo que se diz e que se delimita como "língua portuguesa" na relação com ela própria e com as outras línguas.

Pensando nos objetivos desta pesquisa, tratamos, num primeiro momento (capítulo 4), da questão das políticas de línguas promovidas pelo Estado-nação¹¹, levando

¹¹ Segundo Boaventura de S. Santos (2001), os Estados-nações têm tradicionalmente desempenhado um papel ambíguo. Enquanto, externamente, tem sido os arautos da diversidade cultural, da 'autenticidade' da cultura nacional, internamente têm promovido a homogeneização e a uniformidade, esmagando a rica variedade de

em conta como se configuram essas políticas no contexto do processo de instituição das línguas nacionais, em que o Estado, em prol da unidade nacional, constrói uma língua nacional única, em torno da qual se apóiam o funcionamento jurídico-administrativo desses Estados e os mecanismos de identificação dos sujeitos.

A questão da constituição da CPLP e de seus objetivos permitiu-nos desenvolver uma discussão (capítulo 4) importante sobre língua portuguesa e sobre a questão da língua nos países de colonização portuguesa, pois deu visibilidade à tensão produzida entre o ideário monolíngue dos Estados (o mesmo da CPLP), e a diversidade linguística existente naqueles espaços; conseqüentemente, ao questionamento dos modelos do monolingüismo e do multilingüismo, posto que ambos, por diferentes vias, apagam as diferenças, as singularidades, produzem práticas político-sociais de exclusão, da mesma forma que as políticas linguísticas a eles filiadas (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2000, 2004a, 2004b).

Como nos lembram De Certeau, Julia e Revel (1975), esse novo sistema político, o do Estado nacional¹², diferentemente do Antigo Regime, exige a adesão das

culturas locais existentes no território nacional, através do poder da polícia, do direito, do sistema de ensino ou dos meios de comunicação social, e na maior parte das vezes por todos eles em conjunto.

¹² No domínio da organização do poder político do Estado-nação à época da Revolução Francesa, é preciso considerar três princípios inspiradores fundamentais: • o Princípio da soberania nacional que determina que o poder soberano pertence à nação e já não ao monarca. A teoria da soberania nacional teve como figura de proa Emmanuel Sieyès. Este autor defendia que o poder deveria pertencer ao povo e não ao rei, clero e nobreza. Ele entendia, contudo, que não era possível pôr o povo a governar (diferentemente de Rousseau), não só por questões técnicas ou logísticas (grande extensão territorial dos Estados, população considerável), mas, do mesmo modo, porque o povo puro e simplesmente não tinha instrução e cultura suficientes para governar. Elaborou assim uma teoria nos termos da qual o poder caberia não ao monarca nem às classes privilegiadas mas à 'Nação'. E quem era a 'Nação'? A Nação era uma ficção política. Simploriamente, poder-se-á dizer que se tratava de uma entidade abstrata que representava o povo ou o "terceiro estado" (e os seus interesses), sem, contudo, ser a mera soma dos elementos que o compõem. Assim se evitava, segundo Sieyès, a reivindicação popular do poder. Este último – dado que a Nação era uma entidade abstrata – seria exercido por representantes do povo, os quais deveriam ser pessoas instruídas, cultas, etc. A afirmação constitucional da soberania nacional não era totalmente incompatível com o princípio monárquico. O que sucede é que o monarca deixa de ser o titular do poder soberano e passa a ser um simples representante da Nação – esta sim a verdadeira titular do poder soberano –, exercendo o poder em nome dela.

• o Princípio representativo que sendo a Nação uma entidade abstrata, é necessário que o poder de que ela é titular seja exercido, em nome dela, por 'representantes legalmente eleitos'.

• o Princípio da separação de poderes – em que o legislador constituinte optou pela trilogia clássica de Montesquieu: poderes legislativo, executivo e judiciário. Nessa época, o poder legislativo cabia fundamentalmente às Cortes, concebidas como uma assembleia legislativa unicameral. Esses princípios mudam na medida em que mudam a forma do Estado (*apud* Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa* – Anotada, v. I, 2.^a ed., Coimbra, 2007).

"massas", instaurando a necessidade de conhecimento das leis, o que torna o aprendizado da língua do Estado nacional e o de sua escrita necessários. Lembramos aqui, rapidamente, que o que está em jogo é a constituição do *sujeito jurídico*, ou *sujeito de direito*, em relação ao sujeito religioso, conforme trabalhado por Pêcheux (1997 [1975]) a partir de Althusser (1985 [1976]).

No caso da França, por exemplo, depois da Revolução Francesa, o Estado, numa prática jacobinista, optou pela imposição da língua francesa, adotando uma política de aniquilamento das demais línguas regionais. Vemos esse mesmo modelo coercitivo tendo sido imposto, por exemplo, às línguas indígenas, no tempo colonial, e às línguas dos imigrantes, no século XIX/XX, na América Latina e no Brasil¹³. Essas políticas monolinguistas de apagamento das línguas, em detrimento de apenas uma, acabam produzindo uma série de movimentos pela reivindicação da diferença contra a homogeneidade, e a favor de espaço para essas línguas 'excluídas', momento em que surgem as chamadas políticas de "direitos às línguas". No intuito de proteção a essas 'minorias' e às suas línguas 'excluídas', são propostos e aprovados vários instrumentos legais de 'inclusão', numa formulação em termos de direitos linguísticos como integrante dos direitos humanos, a serem respeitados nas sociedades 'democráticas' sob uma 'lógica consensual', que têm como princípio de concepção das diferenças a noção de etnoculturalidade: "conjunto de traços culturais (crenças, valores, regras de polidez, língua, etc.) transmitidos de geração para geração na história de um grupo e que seus membros presumem serem essenciais", como aponta Rodríguez-Alcalá (2009, 2010) na reflexão crítica que propõe dessas políticas.

Apresentamos, ainda na seção 4.1, uma análise do discurso da CPLP sobre língua portuguesa atravessado e encorpado pelo discurso de outras organizações internacionais, nesse momento, representadas pela Aliança de Civilizações das Nações Unidas (AdC/UNAOC – United Nations Alliance of Civilizations) e pela organização dos Três Espaços Linguísticos/Trois Espaces Linguistiques/Tres Espacios Linguisticos (TEL) – esses três espaços são, em princípio: o espaço lusófono, representado pela CPLP; o espaço

¹³ Cf. sobre esse assunto os textos de Payer (2001, 2006, 2007, 2009), Pfeiffer (1998, 2000, 2001a, 2001b), Orlandi (1990, 1996, 2001a, 2002, 2009), Guimarães (1996, 2001, 2005c, 2005d), Mariani (2001, 2004, 2007), para citar alguns.

francófono, representado pela OIF; e o espaço hispanófono, representado pela União Latina e pela Organização Iberoamericana (OEI).

Ao falarmos de políticas de línguas da CPLP, trazemos a discussão sobre a lusofonia, pressuposta nos dizeres dessa Comunidade como um projeto, um ideal português que sobredetermina a discursividade sobre língua portuguesa (seção 4.3).

Entendemos como cara a noção de "lusofonia" a quem pretende refletir sobre "comunidade lusófona" à luz da História das Ideias Linguísticas sob uma perspectiva discursiva. A possibilidade de compreender a diversidade, a multiplicidade de sentidos que podem existir nesse referente remete à dimensão histórica e política que esse referente reverbera hoje: construção discursiva de uma memória narrativizada que inclui ao excluir o diferente, dessubjetiva o lugar da singularidade do sujeito ex-colonizado, por exemplo, pelo discurso fundador da ideologia do *déficit* (MARIANI, 2004), da falta de que o sujeito conquistado é "naturalmente" portador, porque não tem a língua, a religião, nem o sistema de governo "desejáveis" pelo colonizador e como os do colonizador. Esse deslocamento no espaço e no tempo gerou novas memórias locais que discursivizaram a língua portuguesa e as línguas autóctones, as de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, e as do Brasil, em torno dos efeitos dessas memórias locais e de modo muito diferente em cada um desses (hoje) países.

Ao pensar a noção de "lusofonia" como espaço de dizeres, lugar de memórias que constituem o sujeito do dizer e em que este se constitui, faz-se necessário questioná-la a partir de considerações que realcem a unidade desses países em suas diferenças: históricas, linguísticas, culturais, sociais, nacionais e de relações internacionais; diferenças que mostrem que as relações entre essas línguas formam um intrincado quadro de distinções e transformações (ORLANDI, 2009). A noção de "lusofonia" *apaga*, no sentido discursivo, que o funcionamento da imaginária "Língua Portuguesa" sob diferentes condições de produção engendrou diferentes memórias, produzindo divisões em sua história. E que, portanto, a partir do desencontro da *Língua Portuguesa* com ela mesma, não cabe mais "falar em lusofonia, mas refletir sobre a situação da diversidade linguística com que se apresentam hoje os países de colonização portuguesa" (*id., ibid.*, p. 180). Na seção 4.4,

trazemos alguns mitos portugueses, que, conforme compreendemos, sustentam o discurso da lusofonia.

Ainda, nesse capítulo, na seção 4.5, refletimos sobre os sentidos de 'nação', e propomos uma discussão, a partir de artigos acadêmicos de pesquisadores africanos, brasileiros e europeus, sobre os outros efeitos de sentido que se apagam sobre nação e língua nos discursos das organizações internacionais, como a CPLP. Ao discutirmos a situação linguística nos espaços português, brasileiro, cabo-verdiano, moçambicano, angolano, santomense e guineense, observamos, por exemplo, que os sentidos de língua nacional se derivam e se afastam daqueles dos países que não tiveram um passado colonial como o nosso. Nestes, é possível compreender efeitos de sentido na direção de uma relação mais estreita entre a língua nacional e a língua oficial. Naqueles, em que a língua do colonizador europeu foi oficializada, as línguas autóctones passam a ser denominadas de *línguas nacionais*, como, por exemplo, as línguas em espaço moçambicano.

No capítulo 5, compreendemos como a *forma histórica espaço* é determinante da língua e dos sujeitos e, ao mesmo tempo, determinada pela língua e pelos sujeitos de cada espaço específico. Consideramos o espaço "constitutivo do processo do qual resultam sujeitos e sentidos, enquanto aspecto fundamental das *condições de produção* do discurso" (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a), e pensamos as organizações internacionais como *forma histórica espaço de direito* em sua relação com a *forma histórica sujeito de direito*. Desenvolvemos uma discussão sobre a possibilidade de considerar o espaço como *forma histórica* como propõe Rodríguez-Alcalá (2011a) sustentados na leitura de Althusser (1985 [1976]), Pêcheux (1997 [1975]), Haroche (1992), Orlandi (2001b, 2003, 2004a, 2012), Rodríguez-Alcalá (2004, 2011a), pensando que:

- se há a materialidade da língua, a materialidade da história, a materialidade do sujeito, no sentido de que não se tem acesso direto a nenhuma dessas ordens, a não ser pela via do simbólico, então também há a materialidade do espaço, no sentido de que não se pensa o espaço a não ser pelo simbólico.
- se a Análise de Discurso é uma teoria não-subjetiva do sujeito e da língua, os sentidos são produzidos como efeitos na ordem do ideológico e em condições de produção históricas determinadas, tomando formas

materiais pelo modo como se inscrevem ou não e inscrevem sujeito, língua e espaço ou não. Então, o espaço, também produzido nessas condições, tem sua *forma material* histórica, posto que opaca e sujeita a equívocos.

Pensamos que o feudo, o Estado-nação, a Organização Internacional, por exemplo, são *formas históricas* constituídas em determinadas condições de produção com suas especificidades que a materialidade do espaço faz significar. Na África, por exemplo, após sua partilha imperialista pelos europeus, a *forma histórica espaço* foi resignificada pelo outro (europeu) pela discursividade da colonização renovada (no modo do neocolonialismo), produzindo diferentes efeitos tanto para os sujeitos/espaços africanos quanto para o outro – por exemplo, o que antes era *Império*, passa a *Estado-nação*.

Discutimos a denominação 'comunidade' dada ao espaço CPLP, tentando compreender, pelas análises, os efeitos metafóricos que produzem relações diretas com 'organização internacional' e com 'comunidade lusitana', 'quinto império', por exemplo. Tecemos considerações sobre compreender essa *forma histórica espaço* da Organização Internacional, como um *espaço de direito* (estabelecendo uma possível relação com *sujeito de direito*), que tem personalidade autônoma, soberania internacional, com poderes de decisão superior ao das nações que lhe são membros, ao qual denominamos como *espaço supranacional*.

Na seção 5.2, descrevemos e interpretamos a forma como organizações internacionais, como a CPLP e as outras que a ela se vinculam ou a que ela, CPLP, se vincula, produzem e fazem circular um imaginário de identidade com "a" língua portuguesa e "a cultura portuguesa" que aparecem como indissociáveis. Nesse sentido, colocamos em relação a noção de "lusofonia", e as noções de "língua oficial" e de "política de línguas" articuladas nos dizeres dessas organizações para compreender como a contradição irrompe nesses dizeres. Nossa hipótese de que o gesto de formação de uma comunidade como a CPLP, tal como está concebida, faz silenciar sentidos como o da heterogeneidade própria à língua portuguesa, o da sua relação assimétrica com as outras línguas faladas nesses países, e o das diferentes historicidades determinantes da e determinadas pela relação sempre política entre sujeitos e línguas na disputa por significar. Discutimos, ainda, a questão das

organizações internacionais e seus dizeres sobre línguas. Nesse ponto, remetemos-nos aos textos produzidos pelos cientistas da linguagem vinculados ao projeto CAeL/Fapesp que estão publicados no livro *Discurso e Políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso* (2010), para dar visibilidade ao modo como os efeitos políticos de homogeneidade e de comunidade perpassam e atravessam a noção de língua e sujeito, e, conseqüentemente, o processo de concepção de políticas de línguas nos países-membros da CPLP. E isso em nome de certa concepção de democracia e de certas políticas de inclusão que se sustentam em noções como "etnicidade", "cultura", "tradição", "língua e passado comuns", configuradas "no contexto do processo histórico de instituição das línguas nacionais promovido pelo Estado, processo no qual essas línguas ficaram excluídas de seu aparato jurídico-administrativo em prol da unidade nacional construída em torno de uma língua oficial" (ORLANDI; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004).

No capítulo 6, fazemos um panorama geral e sintético sobre a situação linguística¹⁴ nos países membros da CPLP, no que diz respeito ao número de línguas, ao nome dessas línguas e ao número correspondente de falantes em cada país, relacionando esses fatos à história de constituição dos espaços simbólico-discursivos significados politicamente pela divisão e pelo conflito, levando em conta a noção de *forma histórica espaço* (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a), que constitutivamente (re)organizam os papéis das línguas e dos sujeitos. Observar esse efeito do movimento de línguas e sujeitos no espaço simbólico criado pela CPLP, fez-nos pensar nessa organização como *forma histórica espaço de direito*. Nesse caso, uma organização internacional torna possível compreender o funcionamento dessas mesmas línguas e dos sujeitos em relação aos efeitos de sentido que a discursividade da "lusofonia" produz; e, conseqüentemente, compreender como os efeitos do processo de *colonização linguística*¹⁵ (MARIANI, 2004) e de

¹⁴ Observamos aqui a dificuldade em conseguirmos fontes oficiais dos governos africanos com as informações necessárias à pesquisa, como, por exemplo, os nomes das línguas existentes nos países. Este é o caso, por exemplo, da Guiné-Bissau cujo *site* oficial até esse momento (out 2012) encontra-se fora do ar.

¹⁵ "A colonização linguística é da ordem de um acontecimento, produz modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo em separado, ou ainda, provoca reorganizações no funcionamento linguístico das línguas e rupturas em processos semânticos estabilizados. Colonização linguística resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos – línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais, em condições de produção tais que uma dessas línguas – chamada de língua colonizadora – visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s).

*gramatização*¹⁶ (AUROUX, 2001 [1992]) se historicizaram nesse *espaço de direito* da organização internacional. Veremos que esse processo se deu de diferentes modos em cada um desses países. Na seção 6.2 (*cf.* também seção 4.5), os sentidos de nação, língua nacional e língua portuguesa se atravessam e se contradizem em determinadas discursividades, levando em conta os espaços em que esses dizeres são produzidos. Dessa forma, para alguns sujeitos moçambicanos e guineenses, por exemplo, a língua portuguesa oficial é mais uma língua nacional, dentre as dezenas de línguas que lá coexistem. E essa língua portuguesa na prática não é a mesma de Portugal, nem a mesma para todos os países que a têm como oficial. Ao contrário, ela toma a forma histórica do espaço e dos sujeitos que habitam essa língua em espaço*, como é o caso da língua angolana em Angola, e da língua brasileira, no Brasil, ou dos chamados "crioulos" em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, por exemplo.

Nesse sentido, analisamos algumas das denominações das línguas (seção 6.3) a partir da leitura do arquivo (especificamente, as constituições) e da leitura dos recortes analisados no corpo da tese, por compreendermos aí a constituição de uma falta. Assim, analisamos como as línguas são ditas nas constituições dos países da CPLP, pois compreendemos que essas Cartas trazem inscrito nelas, num gesto de completude, um imaginário que representa o espaço da nação, o sujeito da nação, e a língua nacional, e que não consegue encobrir a falta que lhe é constitutiva. Qual seja: ao garantir o direito à língua oficial portuguesa para todos, o real dessa língua é dito por outras línguas com outras historicidades que nada têm a ver com esse direito. E a partir dos recortes analisados na própria tese, damos visibilidade a como a denominação *língua(s) falada(s)* se destaca como indício de uma falta colocada pelo discurso sobre elas, as línguas que não são a língua portuguesa oficial.

Os efeitos decorrentes desse processo de colonização lingüística, porém, não são sempre os mesmos nem são previsíveis; basta que se observem comparativamente as trajetórias das diferentes línguas indígenas, do inglês, do francês e do espanhol nas Américas" (MARIANI, 2004, p.28).

¹⁶ "Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário" (AUROUX, 2001[1992], p.65). "[...] a gramatização dos vernáculos europeus é contemporânea à exploração do planeta (África, América, Ásia) e da colonização progressiva de territórios imensos..." (*id.*, *ibid.*, p. 52).

No capítulo referente às conclusões, capítulo 7, tecemos algumas considerações a fim de concentrarmos as várias questões discutidas, buscando apresentar as possíveis contribuições desta pesquisa. Dessa forma, recuperamos os objetivos propostos e as questões que nortearam nosso percurso, relacionando-os aos resultados da análise pela qual procuramos compreender o discurso da CPLP sobre língua portuguesa. Adiantamos aqui que os efeitos de sentido de língua portuguesa estarão sempre em deriva e em devir quando colocados na relação de diferença, podendo significar e não significar língua nacional, língua materna e língua oficial, sendo sempre outras, as línguas portuguesas em espaço*.

Na última parte da tese, o capítulo 8 encerra esse trabalho, trazendo a bibliografia subdividida por assunto e agrupada de acordo com as questões discutidas.

O *corpus* recortado para análise se constituiu das seguintes textualidades:

Declaração Universal da Diversidade Cultural (UNESCO, 2001); a *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (UNESCO, 1996); a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Imaterial* (UNESCO, 2003); *Declaração Constitutiva da CPLP* (CPLP, 1996); artigo "A perspectiva da lusofonia" (ARMANDO, 1994); artigo "A cimeira da língua" (CPLP, 2008); *Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP* (CPLP, 2010); *Reunião Extraordinária de Ministros da Educação e da Cultura da CPLP* (CPLP, 14-15 de novembro de 2008); *II Plano de Implementação da Aliança* (AdC/UNAOC, 2009-2011); o *B-A-BA da Aliança* (AdC/UNAOC, 11 de setembro de 2008); *Declaração do Rio de Janeiro do III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações* (AdC/UNAOC, 30 de maio de 2010); texto de apresentação do *site* da CPLP na aba TEL – Três Espaços Linguísticos; texto "Dialogue avec les autres espaces linguistiques" (OIF, 22 de outubro de 2010); texto "Abdou Diouf rencontrera les secrétaires généraux et executives des Trois Espaces Linguistiques a Lisbonne le 21 Avril 2008" (OIF, 2008); e texto "Lusofonia, francofonia e hispanofonia procuram conquistar espaço num Mundo dominado pela cultura anglo-saxónica" (Portugal Vivo.com, 2008); e as constituições dos países-membros da CPLP.

3. Do aporte teórico-metodológico

Como anunciamos, este trabalho tem sua inscrição no domínio da História das Ideias Linguísticas (HIL), configurada a partir do dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso (AD) na linha dos estudos de Michel Pêcheux (França, 1966-1983), e de Eni Orlandi (Brasil, 1971-), que permite conjugar a ideologia, a história da sociedade com a história do conhecimento linguístico e a história da língua.

A Análise de Discurso se preocupa com a determinação dos processos de significação e concebe a prática de produção de conhecimento como uma prática política. Pensando pela Análise de Discurso, os discursos se produzem ideologicamente e (re)produzem ideologias, o que nos permite olhar para nosso objeto, o discurso da CPLP sobre língua portuguesa, pela ordem do ideológico que o produz e que o faz se (re)produzir, legitimar e institucionalizar.

3.1. História das Ideias Linguísticas e Análise de Discurso

Tomamos a História das Ideias Linguísticas (HIL) como um campo do conhecimento sobre a linguagem que considera constitutiva a relação entre história da língua e história do saber produzido sobre essa língua, o saber metalinguístico. Conforme Aquino (2012), "a HIL não é apenas um nome alternativo para a História da Linguística, mas um modo de pensar a constituição do saber sobre a linguagem e as línguas a partir dos procedimentos metodológicos produzidos pela equipe do Prof. Dr. Sylvain Auroux desde 1980" (p.19). No Brasil, o Programa História das Ideias Linguísticas (HIL) foi desenvolvido no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), desde o final da década de 1980, sob a coordenação da Prof^a. Eni Orlandi, em parceria com instituições internacionais e com a colaboração de pesquisadores de diversas instituições brasileiras e internacionais. Esse

programa¹⁷ é integrado por um conjunto de pesquisas e "tem como um dos principais objetivos estudar a constituição em longo prazo das noções e conceitos que fundamentam as ciências da linguagem" (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 198).

Ao refletir discursivamente sobre o modo como esse processo se deu no Brasil, Orlandi (2001a) aponta a necessidade de se pensar o efeito da colonização sobre esse processo, o que implica considerar que o processo de *gramatização* no Brasil instrumentaliza e, ao mesmo tempo, constitui a língua e o sujeito brasileiro na sua relação com o Estado. Conforme Guimarães e Orlandi (1996), o trabalho da HIL diz respeito à questão da língua, dos instrumentos tecnológicos a ela ligados e à sua relação com a história dos indivíduos que falam a língua. Nesse sentido, levar em conta os instrumentos tecnológicos da gramatização passa pela compreensão de como esses instrumentos se constituíram posto que, a partir dessa análise, é possível compreender o modo como uma formação social se constitui historicamente (*id.*, *ibid.*).

A HIL se inscreve numa visão histórica das Ciências da Linguagem. Ao dizer no plural "ciências", Aurox (2001 [1992]) amplia sua definição de modo a abarcar a diversidade de saberes sobre a linguagem e as línguas e o modo de aparecimento desses saberes no tempo e no espaço. Seu objeto de estudo, ele nos diz, "seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto" (*id.*, *ibid.*, p. 13).

A partir dessa concepção de ciência, abre-se um vasto cenário de objetos de estudo ao analista de discurso. Esses *instrumentos linguísticos* (a gramática e o dicionário), isto é, artefatos tecnológicos surgidos pelo processo de *gramatização*, interferem decisivamente nas práticas linguísticas humanas, homogeneizando espaço e tempo de comunicação (AUROUX, 2001 [1992]). Os instrumentos linguísticos não são uma mera descrição das línguas que instrumentalizam, posto que afetam as práticas linguísticas humanas, não as deixando intactas. Essa descrição e instrumentalização das línguas, o processo de gramatização, "modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade" (*id.*, *ibid.*, p. 70).

¹⁷ Mais detalhes sobre os projetos desenvolvidos e as publicações realizadas a partir do Programa HIL no Brasil estão disponíveis em <http://www.unicamp.br/iel/hil/>.

Do ponto de vista da Análise de Discurso, esses instrumentos têm sido estudados também como objetos discursivos¹⁸. Como afirma Orlandi (2001a) ver a gramática e o dicionário como parte da relação com a sociedade e a história "transforma esses instrumentos em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana" (*id.*, *ibid.*, p. 8). Assim, observar o modo como os instrumentos afetam o funcionamento das línguas e os saberes sobre linguagem e as línguas e uma forma de dar visibilidade ao modo como a produção de conhecimento, e os processos de identificação se constituem sócio-historicamente.

Tomar os instrumentos linguísticos como objetos histórico-simbólicos significa pensá-los intimamente ligados à formação do Estado-nação (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996). Desse ponto de vista, é possível pensar que, além dos dicionários e gramáticas, vocabulários, currículos, programas de ensino, acordos ortográficos, nomenclaturas oficiais, textos didáticos, textos científicos, periódicos, manuais, normas, instrumentos normativos elaborados por instituições ou organizações, ou, até mesmo, as próprias instituições, entre outros (ORLANDI, 2001a) podem ser considerados também instrumentos tecnológicos.

Ainda segundo Aurox (2001 [1992]), o saber metalinguístico pode ser de natureza especulativa (representação abstrata) ou prática. Neste último caso, trata-se da necessidade de adquirir um domínio como o da enunciação (convencer, representar o real,

¹⁸ Cf., por exemplo, os trabalhos de pesquisadores nas instituições a seguir: Université Paris-XIII; Université Paris-VIII Vincennes Saint-Denis; Université Sorbonne Nouvelle Paris III; Université de Lausanne; Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Católica de Brasília (UCB); Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS); (UFMG); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); Universidade do Estado de São Paulo (USP); Universidade do Estado de São Paulo – Ribeirão Preto (USP); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Laboratório de História das Teorias Linguísticas (Paris 7 – ENSLSH-CNRS); Centre de recherches en histoire et épistémologie comparée de la linguistique d'Europe centrale et orientale (CRECLECO); Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb/Nudecri-UNICAMP); Corpus – Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem (UFSM); Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS - UFF).

etc.), o das línguas (falar ou compreender uma língua) e o da escrita (representações escritas, corpo literário, etc.). Esses domínios dão lugar a técnicas (práticas codificadas, regras) e competências (estatutos profissionais). Esses saberes sobre as línguas se constroem de modos bem distintos em cada um dos países membros da CPLP. Basta perceber que no Brasil, a língua nacional é denominada como língua portuguesa, e que, em Moçambique, por exemplo, a língua portuguesa é a língua oficial e faz parte do conjunto das línguas nacionais, que são dezenas. Esse fato linguístico, portanto, tem a ver com o modo como as línguas se historicizaram nesses espaços.

A generalização do processo de gramatização só se dá no século XVI, pois na Idade Média, a falta relativa de gramatização dos vernáculos acontece menos pela falta de meios, do que pela de interesse, que chega pela constituição das nações europeias a partir deste mesmo século: interesses práticos como acesso à língua da administração, a uma língua de cultura, viagens, colonização, etc. Como ilustrativo dessa situação, o aparecimento da primeira gramática em castelhano (1492), de Nebrija, é simultâneo aos acontecimentos decisivos para a história da nação espanhola. Nebrija dava a sua gramática três finalidades: fixar a língua coibindo as mudanças, facilitar a aprendizagem do latim para as crianças, e permitir aos estrangeiros o aprendizado do castelhano (convertendo as leis para dá-las aos povos conquistados), finalidades que correspondiam ao modelo emergente de nação. E com a constituição e expansão das nações europeias, as relações sociais ficam profundamente alteradas, tanto interna quanto externamente. Nasce uma disputa institucionalizada entre as línguas ao se criar o binômio uma língua / uma nação. Os impérios agora transformados em Estados-nações vão tornar obrigatória a aprendizagem e o uso de uma só língua determinada como a oficial. Além desses interesses práticos mencionados anteriormente, outra causa da gramatização a ser considerada diz respeito à política de uma língua dada, sendo, portanto, capaz de afetar a língua materna. Assim, dois interesses devem ser acrescentados aos outros: organizar e regular uma língua literária e desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno e externo (AUROUX, 2001 [1992]).

Nessa perspectiva, pretendemos descrever, interpretar e compreender o modo complexo como a CPLP produz uma discursividade sobre língua portuguesa, tendo em

vista que os efeitos de sentido produzidos aí parecem sobredeterminar o modo político como as práticas languageiras nos países membros se estabelecem, afetando a relação política entre as línguas e seus sujeitos. Assim, considerando as textualidades analisadas produzidas pela CPLP/ IILP e pelas outras organizações internacionais, e a própria CPLP/ IILP como instrumentos de política linguística, buscamos dar visibilidade aos efeitos de sentido das denominações das línguas outras, a partir da historicidade dessas línguas e seus sujeitos, narrativizados da posição do sujeito moçambicano, angolano, guineense, santomense, cabo-verdiano, por exemplo.

Pensamos que, para trabalhar em História das Ideias Linguísticas e em Análise de Discurso, é preciso entender essa prática teórica como um "vínculo AD-HIL [que] joga no entremeio da constituição disciplinar da AD e põe em movimento o político que necessariamente constitui as línguas" (NUNES, 2008, p. 107). A partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, é possível ter "ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção" (NUNES, 2008, p. 109).

Mas sempre num entremeio, num lugar-fronteira em que se logra (re)introduzir nas reflexões epistemológicas o sujeito cindido e o insabido/inconsciente como a verdade fragmentária desse sujeito, a desnaturalização da história tomada na descontinuidade, com seu real contingente, sua materialidade constitutiva, assim como a alteridade e a incompletude enquanto constitutivas da linguagem e desse indivíduo/(as)sujeito(ado); assim, a posição-sujeito analista, pelo trabalho da Análise de Discurso, pelas filiações discursivas, faz História das Ideias Linguísticas, a partir dos recortes realizados durante a montagem do arquivo, fazendo buscar nesse sujeito analista mesmo o desejo de outra coisa que se representa pela falta; e, tendo em conta a opacificação da textualidade de seu material, buscar compreender a historicidade dos processos discursivos em que se materializam o político e o ideológico pelas marcas linguísticas das constituições dos sentidos.

Podemos dizer, nessa reflexão, que a HIL e a AD têm uma visão historicizada do que estamos tratando como ciências da linguagem (*cf.* GUIMARÃES; ZOPPI FONTANA, 2006), ou seja, disciplinas que se debruçaram e que se debruçam sobre os estudos da linguagem, e que, desde a Antiguidade, se desenvolveram de modo singular e

em diferentes direções. As ciências da linguagem, certamente, têm uma história longa e plural e significam a partir da constituição e da circulação de saberes que produziram e produzem sobre a linguagem e as línguas, na história. Ou seja, considerar as práticas científicas das ciências da linguagem no processo da história das ideias linguísticas e das teorias sobre a linguagem e as línguas é saber entender as especificidades destas práticas hoje (*id. ibid.*).

Sustentada por um dispositivo teórico e analítico, a Análise de Discurso, pela forma como significa a noção de história, em seu modo de fazer história das ideias linguísticas, considera as materialidades linguística e histórica em que os discursos são produzidos e evita tomá-los como documentos transparentes, não se esquecendo de que esses discursos são modos de dizer específicos sobre a produção de conhecimento em determinadas conjunturas históricas. "A perspectiva discursiva não estaciona em seus efeitos. Ela considera também o modo como a temporalidade é construída em cada discurso, como ela funciona por fixação imaginária, por retomadas, por re-atualizações da memória" (NUNES, 2008, p. 110-111).

Dessa maneira, o modo como trabalhamos em HIL está atravessado pela nossa prática da AD. E, assim como Horta Nunes (2008), dizemos que nos consideramos analista de discurso que faz história das ideias.

3.2. As armadilhas do desejo ante as fontes do saber¹⁹ – o arquivo, a história e o método²⁰

Penso, então, que a construção de um arquivo de pesquisa, do ponto de vista discursivo, nunca está pronta ou finalizada, pois depende dos gestos de compreensão analítica feitos pelos pesquisadores. Discursivamente, um arquivo está sempre em movimento histórico e afetado pela materialidade da língua. (B. MARIANI, *Arquivo e língua nacional: percursos de pesquisa*)

¹⁹ Título inspirado pela leitura da resenha de Paulo José Carvalho da Silva sobre o livro de Élizabeth Roudinesco, *A análise e o arquivo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006), em *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. IX, nº 3, set. 2006, pp. 565-567. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/2330/233017487014.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2011.

²⁰ Mais adiante, trazemos o olhar discursivo sobre esse significante 'método'.

Qual é o desejo que move a descida aos fundos dos arquivos?

O desejo de ter em mãos algo que "nunca" foi lido? ou de descobrir antes de todos "uma verdade"? ou de encontrar "tudo" sobre o que lhe interessa saber? ou de tomar da WEB "tudo" que encontrar? ... o desejo da completude?

O fato é que história e arquivo parece andarem juntos. Segundo nos diz Roudinesco (2006, p. 9) em seu livro *A análise e o arquivo*, o arquivo é condição da história. E, ao pensarmos a história como saber, é inevitável a questão da escrita da história e a da construção e leitura de arquivo. Ela nos diz,

Se tudo está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si. Mas se nada está arquivado, se tudo está apagado ou destruído, a história tende para a fantasia ou o delírio, para a soberania delirante do eu, ou seja, para um arquivo reinventado que funciona como dogma. Entre esses dois impossíveis, que são como dois limites de uma mesma interdição – interdição do saber absoluto, interdição da soberania interpretativa do eu – , não há como não admitir que o arquivo (destruído, presente, excessivo ou apagado) é a condição da história. Para resumir, diremos que a obediência cega à positividade do arquivo, a seu poder absoluto, leva tanto a uma impossibilidade da história quanto a uma recusa do arquivo. Em outros termos, o culto excessivo do arquivo resulta numa contabilidade (a história quantitativa) destituída de imaginação e que proíbe que possamos pensar a história como uma construção capaz de suprir a ausência de vestígios. (ROUDINESCO, 2006, p. 9).

Pensamos, a partir disso, ser possível dizer que a memória é condição da história, significando essa memória não como físico-biológica, nem como computacional, nem "no sentido diretamente psicologista da 'memória individual'" (PÊCHEUX, 1999, p. 50), mas como uma *memória discursiva*, afetada pelo esquecimento, lugar da falta e da falha (ORLANDI, 2003); conceito de que trataremos mais adiante.

Assim, entre a fantasia do arquivo total e, portanto, da informação verdadeira completa, saber absoluto, que anula a história como criação, e o arquivo vazio que, por sua vez, não forneceria as fontes primárias, única garantia de que a história não é pura projeção do historiador, perguntamos: existe uma costura possível?

Dependendo de como compreendamos as noções de arquivo e de história, diríamos que sim. Começamos refletindo sobre que história nos fala a Análise de Discurso.

Formulando do lugar da História, em seu capítulo sobre "História", Le Goff (2005), explora várias interpretações para a noção de história. A partir dessa leitura, observamos que as noções trazidas se afastam do modo como trabalhamos em Análise de Discurso. Dessa forma, para a AD, a história não se resume ao esforço para descrever, pensar e explicar a evolução das sociedades humanas de forma determinista, positivista e logicista; também não se refere ao cronológico, isto é, ao tempo e à duração dos fatos acontecidos aos indivíduos e às sociedades registrados numa anterioridade e numa posteridade. A história de que falamos aqui não se resume a uma oposição passado/presente, nem tem a ver com a previsão ou predição do futuro, baseada nas ideias de progresso e de desenvolvimento, que, por sua vez, usam a noção de gênese ou de origem para narrar os acontecimentos.

A Análise de Discurso pensa a noção de história "encarando o fato de que a história é uma disciplina de interpretação, e não uma física de tipo novo", no sentido de que é preciso deixar de "supor que 'as coisas-a-saber' que concernem o real sócio-histórico formam um sistema estrutural, análogo à coerência conceptual-experimental galileana" (Pêcheux, 2002, p. 42). Em seu trabalho, a Análise de Discurso "percorre menos o acúmulo de conhecimentos positivos e mais os efeitos de certeza que esses conhecimentos produzem, fazendo a história de suas ciências" (ORLANDI, 2002, p. 9).

A história, para o analista de discurso, está ligada à ordem do discurso porque é pelo discurso que se está na história, na produção de sentidos. Está ligada a práticas discursivas e se organiza não a partir da cronologia mas das relações de poder e de sentidos. A história é uma questão de sentidos e de sua duração (ORLANDI, 1990), de sua 'pega', como nos diz Althusser (2005 [1982]).

Enquanto dispositivo de leitura, a Análise de Discurso trata a questão da produção de sentido como um processo discursivo imbricado ao processo de constituição do sujeito (ORLANDI, 2001b) que se dá na história, sob condições de produção materiais específicas. No modo como descrevemos o processo discursivo de produção do sentido, a *forma material* significante comparece sempre relacionada à história, constituindo-se,

portanto, de uma dimensão dupla: linguageira e histórica. Aí, forma e conteúdo não se dissociam, e o conteúdo é efeito dessa inscrição sobre a relação linguagem-mundo. Não nos limitamos a pensar a relação biunívoca entre palavra e coisa, justamente porque consideramos aí o sujeito, a história, a ideologia e o político.

Concebemos, então, o sentido como *relação a* (CANGUILHEM, 1993), e isso implica considerá-lo como efeito da inscrição de uma *forma material* significante na história, ou seja, como uma *forma material* é investida na/da materialidade da história para significar. Isso ocorre porque, segundo Orlandi (2003, p. 19), a *forma material* encarna a memória do dizer reunindo estrutura e acontecimento, o que permite compreendê-la como o acontecimento do significante, em suas múltiplas formas, em um sujeito que é necessariamente "constituído" pela história.²¹

Na perspectiva discursiva, história é fazer sentido, e isto significa dizer que ela não é transparente, da mesma forma que não o é a língua nem o sujeito. No artigo "A história existe?", Paul Henry (2010a [1994], p. 47) nos esclarece que não há real histórico que não faça sentido; porque, se não houver sentido, não há interpretação, sublinhando que é da ordem da ética e do político dar sentido, por isso esse sentido não é qualquer um, e nem ganha forma de qualquer maneira. Assim ele formula,

É verdade que é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há 'fato' ou 'evento' histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isso vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História. Em se tratando das ciências humanas, se nós não nos contentamos com uma historiografia que fingiria ignorar esse sentido que está sempre já-lá a retificar, a corrigir, a nuançar, é preciso admitir que não podemos não ser levados a reabrir essas questões fundamentais que as ciências humanas não cessaram de tentar evitar, que lhes retornam através da crítica interna ou externa e que fixam os limites dos saberes que elas nos apresentam. Eis ao que, eu creio, não poderíamos nos subtrair se quisermos fazer seriamente o que pretendemos. Não poderíamos esconder por muito tempo que essas questões desembocam muito rapidamente no terreno da ética e da política. (HENRY, 2010a [1994], p. 47)

²¹ Ainda a respeito do processo do retorno da memória do dizer sobre o dizer ver Agustini (2007).

Com relação à noção de arquivo, compreendêmo-la com Pêcheux (2010a [1994]), em seu artigo "Ler o arquivo hoje". Consideramos esse um dos textos fundamentais para ajudar a pensar discursivamente as questões do arquivo e da leitura de arquivo, da língua e de sua materialidade, dentre outras. Pêcheux (2010a [1994], p. 51) define arquivo no sentido amplo como "campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão". Para tanto, analisa a questão da leitura de arquivo através de uma história das ideias de duas culturas, designadas, por ele, como "literária" e "científica". Pêcheux observa, a partir da relação que foi significando essas culturas, como o fato da língua foi contornado, e dá visibilidade à concepção de língua ali formulada, língua como "um meio transparente, ou [...]" como "a vidraça empoeirada através da qual se incita a espreitar 'as próprias coisas'" (*id., ibid.* p. 58). Mostra, assim, para estas duas culturas, que nem a leitura nem a construção do arquivo se constituem como questões. Nessa direção, o arquivo é sinônimo de um banco de dados, de uma biblioteca ou de um conjunto de documentos levantados por um pesquisador para seu trabalho específico, e a língua é um sistema de valores, entendida como um instrumento de comunicação de informações, como ferramenta. Nessa esteira, trazemos Mariani (2010, p. 4) para sustentar que

o ato de catalogar, distribuir e classificar leva à produção de guias de arquivo, inventários, repertórios, índices etc., instrumentos produzidos na ilusão da completude e da transparência, como se fosse possível com a catalogação a totalização de um arquivo e nessa totalização uma memória plena. Um arquivo sem falhas, sem faltas... e, nesse arquivo sem faltas, o fato da língua, sua materialidade 'equivocante', praticamente desaparece.

É preciso, segundo Pêcheux, ao pensarmos na construção de um arquivo, levar em conta a questão da leitura do arquivo, posto que a possibilidade de lê-lo de vários modos é constitutiva. Assim, partindo da crítica às práticas de leitura de arquivo das culturas "literária" e "científica", diz que essa leitura não pode ignorar a materialidade da língua e que envolve diversas maneiras de se ler o arquivo já que são sempre reguladas por uma divisão social do trabalho de leitura: "a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo 'interpretações', constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou

afrontando o poder local²²); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento 'literal' dos documentos, as ditas 'interpretações'" (PÊCHEUX, 2010a [1994], p. 52-53).

Para o autor, a questão da leitura do arquivo deve ser analisada considerando-se a materialidade da língua. E a materialidade da língua, da perspectiva da Análise de Discurso, torna possível o jogo²³ próprio da língua para o sujeito, já que dela são constitutivos o equívoco e a falha, o político e o histórico.

Dizemos que o trabalho de construção do arquivo é um percurso atravessado pela dispersão de dizeres. Assim, esse arquivo, não está fechado nem completo, pelo simples fato de que o movimento em relação ao arquivo é aquele da (re)configuração, a partir dos gestos de leitura do analista, já que, conforme Orlandi (2003), a construção do arquivo e a leitura do arquivo – espaço polêmico e contraditório – passam pelo gesto político de produção de efeitos de sentidos, efeitos esses que devemos recortar, isto é, ler, descrever e interpretar (PÊCHEUX, 2011 [1990]).

O arquivo conforma uma heterogeneidade de materialidades, no entanto, não é pretendido, na análise, dar conta desta multiplicidade de dispositivos textuais disponíveis. Segundo Mariani (2010, p.8), uma das noções centrais da constituição de arquivos é a noção de documento. Diz-nos ela,

A concepção de documento em arquivística está fortemente vinculada a um determinado modo de fazer da História, o qual supõe a possibilidade de reconstituição do passado a partir de uma matéria inerte, o texto documental. Tal procedimento técnico, suporte de um trabalho de exegese por parte do historiador, por sua vez, se coaduna com uma concepção de transparência da linguagem. Suponhamos, então, que um pesquisador dirija-se a um arquivo e consiga esgotar, ou seja, ter acesso, ler e fazer a exegese do conjunto de documentos pertinentes a sua

²² Nesse sentido, Fabian (1983) faz sua crítica à ignorância a essa divisão, dizendo que as histórias locais são tomadas frequentemente numa perspectiva temporizadora que considera a evolução como princípio transformador, reafirmando a centralidade da narrativa moderna ocidental. E Almeida (1940, p. 530) segue nessa crítica acrescentando que esta abordagem temporal tem sido utilizada acriticamente desde há muito, justificando a "missão civilizadora" da colonização europeia como o instrumento principal de desenvolvimento. E se afastando disso, observa como esse discurso da evolução funciona: "a capacidade de evolução é, aliás, uma característica das civilizações superiores; as civilizações primitivas, quer sejam uma aquisição estacionada, quer uma decadência que atingiu o nível mais baixo, não evoluem".

²³ Esse jogo, segundo Pêcheux, nesse artigo "Ler o arquivo hoje", "quer dizer o impulso metafórico interno da discursividade, pelo qual a língua se inscreve na história" (2010a [1994], p. 58).

pesquisa. Isso significa que ele esgotou seu tema de pesquisa? Claro que não, um arquivo é não esgotável. Até mesmo em termos físicos. (MARIANI, 2010, p.8)

O processo de leitura de arquivo é 'labiríntico', num movimento inesgotável de remissões e conexões, em que um documento leva a outro, e isso se deve a um olhar opaco que o pesquisador precisa ter. Prosseguindo com o texto de Mariani (2010, p. 8), lemos,

Esse olhar opaco é o que permite que o pesquisador desnaturalize as repetições ou se indague sobre as conexões e remissões propostas pelo próprio sistema de catalogação. É no manuseio dos textos, ou seja, é na leitura dos textos que se efetua esse jogo de remissões, mostrando para o pesquisador que em um arquivo nada mais há do que discursividade em estado latente. Em outras palavras, no conjunto de textos arquivados e no conjunto de leituras que vai fazendo, o pesquisador se depara com uma dispersão de processos de produção de sentidos, cabendo a ele, pesquisador, recortar e organizar as redes de enunciados pertinentes à sua temática. [...] Em suma, entendo que frente ao arquivo, e baseado em seus objetivos, o pesquisador se encontra mediatizado por uma teoria, sem dúvida, mas também por leituras marcadas pelo lugar de onde (se) fala, com todas suas implicações, pois esse lugar de onde se fala é também o lugar onde se esquece. Assim, trabalhar com uma leitura de arquivos – lidar com a memória institucionalizada, com a memória metálica – é também trabalhar com nossa própria discursividade. (MARIANI, 2010, p. 8)

Compreendemos a constituição do arquivo como uma "rede de memórias" (MAZIÈRE, 2007), móvel que, no processo das análises e na medida em que se fizer necessário, nos permite recorrer aos seus dizeres e (re)configurar seu estado. Assim, consideramos com Mazière que

[...] o corpus não é mais um conjunto estanque de textos, é um conjunto sem fronteiras no qual o interdiscurso, exterior, irrompe no intradiscorso. Sua construção supõe renunciar ao sonho de uma interpretação fechada e garantida por uma leitura explicitada em proveito de uma leitura-escrita e de uma "política de interpretação" que se basearia na avaliação das "forças de interpretação em uma conjuntura" (2007, p. 61).

Entendemos, a partir disso, que nem o arquivo e nem a sua leitura se fecham. E, por isso mesmo, não há necessidade de exaustividade ou completude. A leitura do arquivo

construída sempre será uma dentre outras possíveis. Ela não produz a sua des-opacificação, mas uma compreensão de alguns de seus aspectos. No percurso de leitura e análises, o modo como os sentidos se atravessam produz efeitos que ressoam na história ou não. Desse modo, no percurso de construção deste arquivo de leitura realizada na dispersão, buscamos, além dos ditos, os não ditos, o que ficou silenciado na produção dos efeitos do discurso da CPLP sobre língua portuguesa. Nesse sentido, buscamos historicizar nosso arquivo para colocar em discussão como as textualidades sobre língua, língua portuguesa, língua nacional, política de línguas, espaço, produzidas pelas Organizações Internacionais (aqui analisadas) se interlocucionam, se repetem ou são lacunares sobre pontos semelhantes. O que se apaga e o que se sobrepõe já é trabalho de uma memória histórica, como, por exemplo, interpretarem língua como patrimônio, como objeto imaterial, apartada de uma história que é externa, contextual, e não política. Ou, então, apagarem sob o rótulo da variação, isto é, como se fosse a mesma língua portuguesa imaginária, as diversas materialidades linguísticas e práticas languageiras as línguas portuguesas em espaço brasileiro, português, cabo-verdiano, moçambicano, angolano, santomense e guineense.

Ao fazermos História das Ideias Linguísticas sob a perspectiva discursiva já aqui determinada, nossa prática teórico-analítica leva em conta a opacidade constitutiva da língua, da história e do sujeito, não se conformando à produção de evidência dos sentidos, posto que esta é construída historicamente.

A construção do arquivo de leitura, em nossa pesquisa, deve ser compreendida como um processo que coloca questões, ao longo do trabalho de leitura do arquivo criado pelas organizações internacionais, em particular a CPLP, sempre de um ponto de observação discursivo, em que não é possível fazer história como se estivesse fora dela, ou como se os fatos de linguagem já estivessem prontos, aguardando serem descobertos e descritos.

Pensando nas questões de nossa pesquisa – que imagem de língua portuguesa se constrói pelo discurso da CPLP? Para quem? Por quem? Com que objetivo? E que imagem de língua as outras organizações que se filiam à CPLP e às quais a CPLP se filia constroem? Na circulação desse discurso, que outros discursos se atravessam e se sustentam aí? Como? – buscamos traçar um caminho – um caminho marcado por idas e

vindas entre teoria e análise. Começamos a construir um arquivo de leitura. E, a partir daí, questões subsequentes foram surgindo: quais os sentidos de língua portuguesa para cada um dos países da CPLP? Como essa língua múltipla e não una se relaciona com as outras multidões de línguas e vice-versa? Como compreender o político e as políticas de línguas a partir dessa multitude de línguas? Como compreender a discursividade da CPLP sobre língua portuguesa, sem deixar de observar, também, o discurso produzido sobre a constituição dos sentidos sobre a própria CPLP enquanto organização internacional? Ao tentarmos responder a essas e a outras perguntas, fomos conformando percursos que, de uma maneira ou de outra, se tocassem pelas bordas, ou se atravessassem, ou se referissem, ou se repetissem, ou mostrassem vestígios comuns e regulares de ordens várias.

Assim, para a realização desse trabalho, construímos um *arquivo de leitura* (PÊCHEUX, 2010a [1994]), que demandou uma pesquisa sobre diversas textualidades que envolvem a historicidade da língua portuguesa nos países membros da CPLP e em relação às outras línguas existentes nesses países. Dessa forma, trazemos, nesse arquivo de leitura, recortes, isto é, unidades discursivas (ORLANDI, 1984), de textos variados em sua natureza, isto é, documentos de vários tipos – como Constituições, Cartas, Tratados, Declarações, etc. –, artigos científicos, textos de *sites* da internet, textos da mídia eletrônica. Nesse momento, aproveitamos para observar como Orlandi formula sobre o conceito de recorte. Segundo a autora, "o recorte é uma unidade discursiva. Por uma unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva. [...] Pretendemos que a idéia de recorte remeta à polissemia e não à de informação." Os recortes "não são *o fato do analista mas da relação do analista com o material de análise*, na detecção dos processos significativos que nele se inscrevem. Assim, não há uma passagem automática entre as unidades (os recortes) e o todo que elas constituem" (*id.*, 1984, p. 14). Os recortes efetuados pelo analista são feitos a partir de uma determinada posição teórica e dependem da pergunta que a análise procurará responder.

Além disso, nesse momento, pensamos ser importante, compreender uma diferença possível entre o que entendemos como informação e como conhecimento, cujos sentidos atravessam os de arquivo, de história e da forma-sujeito da ciência ou do

conhecimento. A complexa relação quando tratada na evidência, na transparência dos sentidos, faz crer que conhecimento e informação são sinônimos, que história se faz a partir de arquivos repletos de conhecimento/informação verídica, e que esse sujeito não pode dizer senão a verdade toda e global: uma verdade precisa, quantificável e mensurável, atestada pela prática científica através de seus instrumentos certos, próprios e acurados. Como nos diz Foucault (2006), em sua pequena história da verdade, essa verdade positivista está ligada "a certa tecnologia da construção ou da constatação em direito universal da verdade, uma tecnologia da demonstração" (*id.*, *ibid.*, p. 302). Assim, nessa evidência de verdade, fica silenciado que o resultado é interpretação, é efeito de sentidos produzidos sob determinadas condições de produção, portanto não sendo único nem neutro, ou seja, este resultado vem filiado a redes de memórias.

Dessa forma, a origem, a verdade, o único, o todos, o tudo, o completo, o abrangente, o conhecimento, a informação são significantes que, se reproduzem num sujeito que é posição (cientista), não uma coisa em si mesma, uma substância (HENRY, 1997, p.29), e que, principalmente, é constituído por esquecimentos: o de pensar que é fonte do dizer e que pode dizer tudo; e o de desconhecer o seu assujeitamento ideológico e histórico (PÊCHEUX, 1997 [1975]). E, inexoravelmente, esses esquecimentos fundantes do sujeito enquanto posição se reproduzem nos dizeres dessa ciência que se quer formalista, positivista, empiricista. Não há outra forma de se estar nessa ciência, em especial a do século XXI, se não pela via da certeza, da quantidade, da aferição, do mensurável, da evidência da verdade e da objetividade científica. Esses são efeitos ideológicos de uma determinada situação histórica, e devem ser considerados ao se pensar a noção de "sujeito da ciência" ou "sujeito do conhecimento", no caso o sujeito cartesiano, como sendo "um efeito ideológico particular (suscetível de tomar diversas formas históricas), resultando de um desdobramento da forma-sujeito" (HENRY, 1992 [1977], p. 143-144).

Trazemos, para nos ajudar nessa reflexão, um artigo de Dias (2009) no qual a autora discute as relações de sentido que o discurso da Sociedade do Conhecimento e da Informação constrói, a partir das novas tecnologias, para a produção e circulação do conhecimento. No artigo em questão, Dias (*id. ibid.*) reflete, especificamente, sobre o ciberespaço, trazendo para a discussão a noção de tempo – pela velocidade com que o

conhecimento se deixa administrar pela velocidade da informação – e a noção de espaço – não como espaço empírico, mas político-simbólico. Nesse jogo contraditório, a autora mostra a possibilidade e a necessidade de compreender o espaço do conhecimento em nossa sociedade como "um espaço político-simbólico de construção do conhecimento", ao "pensar o político da linguagem da tecnologia", o que faz romper, assim, o laço intrincado entre ciência-tecnologia e administração, pois, pelo político, a direção de sentido sempre pode ser outra. Dessa forma, toma posição em relação a como "a ciência e a administração podem inaugurar novas relações na medida em que o tempo da produção do conhecimento não se deixar administrar pela velocidade da informação" (p. 27).

O que nos interessa nessa discussão é dar visibilidade a como a aparente sinonímia de que informação é conhecimento e vice-versa é um efeito metafórico que determina a forma de produzir ciência. Nesse movimento, a formulação em que conhecimento e informação se 'con-fundem' é tomada na sua evidência de verdade, "apagando a materialidade da palavra, apagando a memória das redes de filiação de sentidos" (DIAS, 2009, p. 16).

Com ela concordamos quando enuncia que a informação "é matéria-prima da construção do conhecimento, mas não é o conhecimento, portanto, não pode substituí-lo" (*id.*, 2009, p. 18). E, mais adiante, acrescenta algo que considero fundamental para a estruturação da ideia que aqui vamos defender de arquivo. Diz ela, "se o conhecimento tem a forma material, a informação tem a forma empírica", significaria dizer que esta já corresponde ao resultado de um processo – o do conhecimento. E, acrescentaríamos, o processo de interpretação, o de dar sentido ao real.

Nesse movimento de interpretação, é preciso marcar o modo pelo qual a AD entende a questão do resultado e do processo, e da evidência de verdade, considerados consensualmente como os pilares das práticas científicas.

Tomando nosso objeto, o discurso sobre 'a' língua portuguesa produzido pela CPLP, questionamos como sujeitos cientistas – linguistas, filólogos, gramáticos, políticos, por exemplo – que tomam posição ao lado da 'lusofonia', dizem de uma evidência da representação da língua portuguesa conjugada a uma cultura portuguesa como se ela fosse 'a' língua, de fato, que, ao mesmo tempo não é falada, mas precisa ser falada em todos os

países membros, possibilitando, pela CPLP, o efeito de retorno da realização do sonho português – o de cumprir sua missão como ator central na história da humanidade (o mito do destino imperial) – e de se tornar a esperança de que poderá voltar a desempenhar esse papel. Aqui, podemos observar como a discursividade da CPLP sobre língua portuguesa está atravessada e sustentada no modo como a CPLP é dita e, a partir daí, se constitui. Segue recorte,

a articulação da **CPLP** é um dos **aspectos fundamentais da política externa portuguesa** nos últimos anos e, de certa forma – pensando a partir da reflexão de Eduardo Lourenço [2001, p. 166], quando ele afirma que, **por meio do "conceito ou ideia mágica da Lusofonia"** os portugueses sonham com a união do espaço da Língua Portuguesa para "resistir melhor à pressão de outros espaços linguísticos", fazendo com que isso seja, "para eles, razão mais do que suficiente para desejarem que exista, com um esplendor real e onírico, comparável ao Quinto Império pessoano, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa" –, ela traduz **uma releitura, sob nova perspectiva, do velho "sonho imperial" português.** (FREIXO, 2009, p. 49)

Ou, ainda, o que Armando (1994) em seu artigo intitulado *A perspectiva da Lusofonia* nos diz sobre 'lusofonia',

[...] e, em contrapartida, surgiram no Brasil figuras também eminentes, como o citado Celso Cunha e Antonio Houaiss, que [...] em uma palavra – : **cultura'** (CUNHA, 1970, p. 18, nota 17) – tornaram-se, salvo erro, os introdutores, no Brasil, do conceito em questão: o de "**lusofonia**" (**conceito, mais do que linguístico, cultural**, na acepção em que é usado aqui).

[...] é como "língua de cultura" – e, mesmo, como "língua de cultura de ponta" (HOUAISS, *ib.*) – que o português abre a possibilidade de uma convivência consciente entre os vários "segmentos" da lusofonia, permitindo que se pensem como **um "bloco" cultural** e ajam em conseqüência.

Em torno do dizer de uma ciência a partir de um lugar lógico, com um deus não-enganador encarregado da verdade, e com 'o' homem incumbido de produzir o saber/conhecimento (cartesiano), Pêcheux (2002) questiona a exclusão da historicidade e a transparência da linguagem sobre a qual um certo fazer científico se sustenta, Pêcheux

critica o fato de essa ciência não romper com a ideologia que as funda, ao contrário, está em continuidade com ela. Nesse sentido, as formulações sobre língua portuguesa produzidas por cientistas da linguagem ganham a evidência de verdade, e circulam atualizando uma memória histórica que naturaliza os efeitos de sentidos para as outras línguas portuguesas constituídas em espaços não portugueses como se fossem todas 'variantes/variedades/variações/modalidades/dialectos' da língua portuguesa de Portugal, efeitos que colocam essas línguas na impossibilidade de serem diferentes da língua portuguesa imaginária e diferentes entre si. A seguir, alguns recortes que vão do século XIX ao século XXI.

1º Os **dialectos** românicos e **crioulos**, indo-português e todas as formações semelhantes representam o primeiro ou primeiros estádios na aquisição de uma língua estrangeira por um povo que fala ou falou outra (COELHO, 1881, p.102).

[...] as **línguas cultas da Europa** sofreram **modificações** em terras extra-européias, na boca dos povos de civilização inferior, postas em contacto com línguas radicalmente diversas. (VASCONCELOS, 1928, p. 1222).

A língua portuguesa entrou em contacto com aloglotas, uns ameríndios, outros vindos de África; [...] num caso e noutro formavam-se **linguagens de emergência**, com caracteres definidos e vida própria, que consistem basicamente na **simplificação e deturpação do Português imperfeitamente transmitido** e aprendido por gente de civilização inferior (SILVA NETO, 1979, p. 632);

Em relação à língua portuguesa em espaço brasileiro:

O português do Brasil, mesmo nas suas formas campesinas, [...] [é] uma **modalidade** regional, ou melhor continental de uma língua conhecida, o português (CUNHA, 1985, p.19).

A **variante** brasileira da língua portuguesa é o nosso '**vulgar ilustre**', o **falar de nossas cidades** o padrão difundido (CUNHA, 1985, p. 31)²⁴.

²⁴ Celso Cunha faz referência a Dante Alighieri e a seu tratado de retórica e poética em quatro livros, *De vulgari eloquentia*. Esse tratado é um livro sobre o *vulgar*, mas escrito em latim. Pode ser compreendido como um registro sobre a emergência dos vernáculos como língua de cultura, que não se confundem com aquilo que Dante chama de *vulgar ilustre*. Assim, o *vulgar ilustre* não se confunde com os *vulgares municipais*, sendo aquela medida para estes (*apud* AQUINO, 2012). Observando o recorte, podemos concluir que esse "vulgar ilustre" a que Celso Cunha se refere não se confunde com "o falar de nossas cidades" e,

É por tudo isto que eu sinto um carinho especial pelas **variedades** que conheço da língua com que aprendi a falar e que me ajudou a construir como pessoa, a língua portuguesa, essa língua que vou encontrando pela vida fora, na sua imparável **variação**, em contextos tão próximos e tão afastados, separados por gerações ou por oceanos, na **variação** que em mim mesma me confronta com os anos que já vivi. (MIRA MATEUS, 2002, p. 2).

Em Análise de Discurso, o método²⁵ é fundamental para pensarmos a relação entre discurso e texto, ou seja, a relação entre seu objeto e a unidade de análise com a qual operamos para torná-lo visível, mostrando, analiticamente, o modo como o texto funciona discursivamente produzindo sentidos²⁶. Nesse ponto, referimos a artigo de Branco e Rodrigues (2010)²⁷, em que os autores discutem a questão do método e sua especificidade no quadro da Análise de Discurso materialista, do qual transcrevemos parte.

Compreendemos, nessa perspectiva, que o texto é uma unidade imaginária em que funcionam as injunções pragmáticas²⁸, e que corresponde ao processo que textualiza o discurso sob múltiplas formas em determinadas situações sociais (ORLANDI, 2001b). O texto, dessa maneira, é o lugar em que o político – a relação entre o simbólico e as relações de poder – se materializa. Nessa relação entre discurso e texto, o trabalho do analista é o de

menos ainda, com a "variante brasileira", sendo esta, assim, enquanto denominada como "variante" proveniente de outra língua, essa, sim, o *vulgar ilustre*, isto é, a língua portuguesa de Portugal.

²⁵ Orlandi, em seu subcapítulo "Uma questão de método" (2003, p. 65), aponta para o fato de que não há positividade, neutralidade, quantidade significada nessa questão quando se fala do lugar da Análise de Discurso. Trata-se de um dispositivo analítico para trabalhar a textualidade a partir de sua materialidade linguística e histórica, fundado na noção de efeito metafórico (2004a), dando visibilidade aos modos de funcionamento do dizer.

²⁶ Como nos diz Indursky (1997, p. 46), "a definição da metodologia a ser utilizada na análise de um discurso específico implica mais uma vez a análise".

²⁷ Cf. BRANCO, L. K. A. C.; RODRIGUES, E. A. "O não-todo do método da Análise de Discurso: sentidos de amor no espaço público urbano", artigo que discute a questão do método pensando suas implicações para a prática analítica discursiva. Formula sobre a tensão própria da relação entre teoria, método e análise apontando tanto para a incompletude constitutiva do processo, quanto para a necessidade dessa relação ser 'conformada' em análise. Este texto foi parcialmente apresentado no Primeiro Seminário Integrado de Monografias e Dissertações – I SIMD, em 28 de outubro de 2010, na Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS.

²⁸ Pensamos as injunções pragmáticas como aquelas que produzem referência à ilusão da evidência das marcas, as que dizem de um texto do ponto de vista da sua apresentação empírica. Assim, um texto para ser um texto, pragmaticamente falando, aponta para evidências como: a de começo, meio e fim; a de um autor responsável, dono do seu dizer, coeso e coerente com o que ele quer dizer; a de um leitor imaginado para quem o texto seja claro, a ilusão da literalidade; a de um tempo e espaço óbvios e definidos; a de um objetivo informacional e comunicacional para o texto, e tantas outras injunções.

compreender o texto enquanto discurso; assim, ele "devolve o texto ao seu processo, tornando possível a não-transparência ao olhar sujeito, acentua o efeito de alteridade aí inscrito e leva o sujeito a perceber-se significando na relação com os sentidos" (ORLANDI, 2001b, p. 50). É nessa medida, portanto, que a Análise de Discurso toma como objeto de observação indireta do discurso o texto e como objetivo da análise a sua compreensão enquanto discurso. Ou seja, discurso como objeto histórico-social, lugar em que a ideologia se materializa enquanto prática simbólica, e, para analisar seu objeto, o discurso, a Análise de Discurso toma como unidade o texto.

Com efeito, a questão do método, ao colocar a necessidade de constituição de um objeto em face de um aparato teórico específico, coloca também a necessidade de se estabelecer uma "língua" capaz de "falar" (sobre) esse objeto. O método cria assim a necessidade de relacionar o objeto à teoria e à língua que explicita essa relação. No caso da Análise de Discurso, essa relação é mostrada por uma escrita específica que propõe como objeto, no interior dos estudos da linguagem, não a linguagem, mas o discurso, justamente porque é pelo discurso que a linguagem é posta em relação com a história, com o sujeito e com a ideologia. Esse deslocamento é justificado ao situarmos a Análise de Discurso como uma teoria-método configurando-se a partir da

passagem da noção de função para a de funcionamento, e pela instituição de procedimentos analíticos que permitem uma ruptura na relação entre a prática e a teoria, [o que] estabelece seu objeto próprio – o discurso – e sua unidade de análise (o texto), com pressupostos teóricos que delimitam um campo disciplinar e em relação ao qual seus resultados fazem sentido. O estabelecimento desse objeto produz consequências sobre o conhecimento no domínio das ciências humanas, apresentando-se aí como um instrumento de descoberta e, mesmo, de deslocamento de limites de seu campo [...] e não menos importante, produz consequências no campo da Linguística²⁹. (ORLANDI, 2001b, p. 32).

A Análise de Discurso, dessa forma, propõe o estabelecimento de um dispositivo de leitura que não pretende interpretar os textos, mas os resultados da análise do *corpus* constituído por esses textos, o arquivo de leitura. Esse trabalho de leitura se realiza

²⁹ Cf., sobre essas consequências, Orlandi (2001b, cap. 3).

na/pela "tensão constante entre análise e teoria, significando, do lado da teoria, retorno e ruptura e, do lado da análise, o batimento entre descrição e interpretação" (*id.*, *ibid.*, p. 43).

Ao trabalharmos nesse quadro teórico-metodológico, visando à compreensão dos processos de produção de sentido, devemos respeitar a natureza do sentido enquanto movimento, o que nos impede de tratarmos o funcionamento dos fatos da linguagem³⁰ simplesmente pela dicotomia quantitativo x qualitativo, ou pelo par empírico processo/resultado, e que nos permite produzir uma observação desses fatos pela sua singularidade. Dessa forma, como já apontamos anteriormente, construir um arquivo sobre língua, língua portuguesa, língua nacional, lusofonia, espaço, políticas de línguas, nessa perspectiva discursiva,

é lidar com um trabalho de descrição/interpretação que, ao buscar compreender os gestos de interpretação que instaram sentidos e produziram efeitos de unidade do pensamento frente à questão da língua, se deixam afetar pelo real da língua e pelo real da história. No deslocamento que estamos fazendo, o arquivo passa a ser pensado do ponto de vista discursivo, ou seja, como lugar movediço, mesmo quando sujeito ao funcionamento da memória metálica. (MARIANI, 2010, p. 16).

A questão do método, na Análise de Discurso, é importante, sobretudo, porque deve fundamentar o movimento do analista na perspectiva disciplinar de entremeio, fazendo trabalhar a incompletude e a opacidade dos domínios de saber ali convocados, para estabelecer um dispositivo (ferramentas de descrição e de interpretação) que o coloca perseguindo não a pergunta "qual método?", mas como fazer ressoar a teoria na abordagem de um *corpus* a ser analisado, de um arquivo a ser lido; isso coloca para o analista uma noção de método que não se reduz a mera aplicação de uma teoria. Na Análise de Discurso,

³⁰ Segundo Orlandi (2001b), é preciso discernir entre *fato* e *dado* quando se está na Análise de Discurso, posto que o lugar particular em que trabalha a Análise de Discurso é o do encontro entre a ordem da língua e a ordem da história. Essa noção de *fato*, na sua relação com a noção de *dado*, produz-se como um objeto da ordem do discurso (linguístico-histórico), porque o analista instala, na consideração dos elementos submetidos à análise — no movimento contínuo entre descrição e interpretação —, a memória. Dito de outro modo, os dados não têm memória, são os fatos que nos conduzem à memória linguística. É nos fatos que temos a historicidade. Observar os fatos de linguagem é considerá-los em sua historicidade, por representarem um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento. Assim, tomarmos o texto como *fato*, e não como um *dado*, é observarmos como ele, enquanto objeto simbólico, funciona produzindo sentidos.

o analista deve se posicionar no batimento entre teoria e método, de modo que o método se constitui no movimento de análise em face da teoria que a sustenta. O método não aponta para um território previamente delineado, já que a análise, enquanto processo, é apreendida, em seus resultados, num "só-depois". É assim que arriscamos pensar o "não-todo" do método no interior da Análise de Discurso, o que nos permite trabalhar essa noção como um processo que sustenta um modo de fazer pesquisa, no campo dos estudos da linguagem, que não vise à universalidade, ou à generalização ou à completude dos resultados; um processo que se constitui concomitantemente à realização do trabalho de pesquisa (análise) e que se coaduna com a natureza errante do movimento não-todo sujeito-sentido e com a deriva própria aos processos de significação e às discursividades que os historicizam.

O método decorre, portanto, do movimento do analista no batimento teoria-método-análise; ele é assim também uma construção decorrente de uma necessidade imposta pelo – e que determina o – trabalho de análise, dada a especificidade do material em relação ao qual o analista se posiciona. Dessa maneira, fazer Análise de Discurso é criar um dispositivo de leitura que coloque em relação objeto, teoria, método e técnicas que sustentem uma análise. Orlandi pensa esse movimento do analista como um dispositivo teórico por ele "individualizado" em uma análise específica, o que implica considerar que "o dispositivo teórico é o mesmo mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise" (ORLANDI, 2003, p. 27). Questão esta que só pode ser formulada se circunscrita à relação referida anteriormente entre objeto, teoria, método e técnicas de análise.

3.3. Sobre Sujeito e Língua

O sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação. (P. HENRY, *A ferramenta imperfeita*)

Os conceitos de sujeito e língua, muito caros à Análise de Discurso (AD), são fundamentais para pensar a relação linguagem-mundo, epistemologicamente. São conceitos construídos num espaço de intermediação e de ruptura que permeia as ciências humanas e comporta um discurso que inexoravelmente escapa ao modo de fazer ciência não materialista, porque, ao mesmo tempo, concentra, confunde e imbrica questões relativas ao sujeito, à língua e à história. Língua e sujeito se produzem numa materialidade histórica em que intervêm, estruturalmente, a ideologia e o inconsciente.

No escopo da AD, consideramos que sujeito, língua e história estão em relação em suas constituições e de forma complexa. Dizemos que o sujeito discursivo é um sujeito afetado pela língua, interpelado pela ideologia, determinado pelo inconsciente e inscrito na história. Nas palavras de Orlandi (2007b), "se é sujeito pela submissão à língua, na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Portanto não há sujeito nem sentido sem o assujeitamento à língua", ou seja, "o sujeito está sujeito à (língua) para ser sujeito da (língua)". Submetemos-nos à língua num processo de subjetivação, posto que, antes de nascermos, já estamos imersos no processo discursivo em funcionamento na sociedade. Assim, falamos do sujeito como efeito de linguagem; sujeito constituído por linguagem que foi falado antes de (se) falar, marcado pelo discurso do Outro/Sujeito. Essa designação Outro/Sujeito em maiúscula é retomada de Lacan e de Althusser que "cada um a seu modo – deram (adotando deliberadamente às formas travestidas e "fantasmagóricas" inerentes à subjetividade) do processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como *interior* sem *exterior*, e *isso pela determinação do real (exterior)*, e especificamente – acrescentaremos – *do interdiscurso como real (exterior)* (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 163 – grifos do autor)."

Esse processo produz um efeito, que é o efeito ideológico elementar, pelo qual, o sujeito, sendo sempre-já sujeito (ALTHUSSER, 1985 [1976]), considera-se a origem do seu dizer. Pêcheux (1997 [1975], p. 154), a esse efeito, chama de "pequeno teatro teórico da interpelação", designando o paradoxo "pelo qual o sujeito é chamado à existência". Dessa forma, ao propor o deslocamento que faz intervir a ideologia na relação com a linguagem, Pêcheux (1997 [1975]) aponta que "o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te

vejo, eu te falo, etc.) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que *se fala do* sujeito, que *se fala ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer : 'Eu falo'" (*id., ibid.*, p.154 – grifos do autor).

Pensando numa teoria não subjetiva da subjetividade, Pêcheux procura esclarecer a relação entre inconsciente e ideologia para marcar que "*o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como *o processo do Significante na interpelação e na identificação*" (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 133-134 – grifos do autor). Nessa reflexão, ao dar visibilidade ao "processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção", Pêcheux permite-se (sem garantias³¹) a tarefa de "fundar, em seu princípio, a teoria (materialista) dos processos discursivos" (*id., ibid.*, p. 134).

Tomar, dessa forma, para a linguagem, considerando a ideologia, a história e o sujeito, implica pensar o centro das relações de linguagem de outro ângulo. Nessa perspectiva discursiva, não é mais a língua o objeto de estudo, e sim o discurso, porque, como nos diz Orlandi, o que está no cerne são "as relações de sujeitos e de sentidos, e seus efeitos são múltiplos e variados" (ORLANDI, 2003, p.21). O que está em jogo é o discurso definido como efeito de sentido entre locutores, "'efeito de sentidos' entre os pontos A e B" (PÊCHEUX, 1997a [1969], p. 82).

O discurso é concebido, segundo Pêcheux (1997b [1975], p. 179), como um "processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade lingüística", ou seja, o discurso não prescinde da língua, mas também não se limita às suas regras internas. Em outro texto, Pêcheux (2011 [1990]) assinala que a língua natural, dentro dos espaços discursivos não estabilizados logicamente (mormente os espaços do filosófico, do sócio-histórico, do político, do estético e dos múltiplos registros do cotidiano), "não é uma ferramenta lógica mais ou menos falha, mas sim o espaço privilegiado de inscrição de traços languageiros discursivos, que formam uma memória

³¹ Ele nos diz "Isso não significa, entenda-se bem, que o desenvolvimento que procuraremos efetuar agora esteja definitivamente assegurado em todo o seu alcance materialista" (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 134).

sócio-histórica. É esse corpo de traços que a análise de discurso se dá como objeto" (*id.*, *ibid.*, p. 146).

O discurso tem sua ordem própria, e, pensado como tal, distingue-se da língua, mas a supõe como base material. Os sentidos se produzem enquanto efeitos nessa ordem. E, nela também, os sujeitos se significam e fazem significar.

O discurso tem a língua como condição de possibilidade, lugar de sua materialidade. De outra forma dito, a língua constitui a superfície material em que se efetivam os processos discursivos, nos quais se produzem os efeitos de sentido.

Dessa forma, a língua, para a AD, não funciona como um código de comunicação transmitindo informações e sendo manipulada conscientemente de acordo com a vontade ou o desejo do falante, não traz sentidos pré-fixados e estes não vêm "grudados" às palavras. Propõe-se a língua relacionada à exterioridade, constituindo sujeitos e sendo constituída para/por eles nas situações sócio-históricas específicas. Essa língua não é transparente, óbvia, clara. Sua materialidade é furada, cheia de equívocos e ambiguidades. O caráter abstrato da língua, o conceito de sistema fechado de regras que deixa de fora o que é exterior característico dos moldes estruturalistas, na AD, dá lugar à materialidade linguística, isto é, o lugar material onde o sujeito, o sentido e o espaço (como tem proposto Rodríguez-Alcalá) constituem-se inseparavelmente na história, lugar também onde a ambiguidade e o equívoco são elementos constitutivos. A língua permite, então, a comunicação e a *não-comunicação*, "isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, *em primeira instância*, da *comunicação* de um sentido" (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 93 – grifos do autor).

Assim, a AD ao estabelecer uma noção de língua não-asséptica, não linear, incompleta, mobiliza a noção de sujeito – afastando-se daquele da linguística, da pragmática, do do materialismo subjetivo, do empirismo –, já que não há como o sujeito não se inscrever na construção do texto oral ou escrito, enunciando de determinada posição imaginária, sendo atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. Consoante Régine Robin (1973, *apud* PÊCHEUX, 1997b [1975], p. 81)

A lingüística do discurso não conseguiu operar o descentramento do sujeito do discurso porque ela não conseguiu integrar nem o sujeito

ideológico do materialismo histórico nem o sujeito psicanalítico à sua teoria do sujeito.

Como já dissemos, o dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso faz a crítica à leitura idealista que supõe que o sujeito exista aprioristicamente. Esse efeito de sentido produzido está sustentado pelo "pequeno teatro teórico da interpelação" citado anteriormente, em que o sujeito é marcado por um "eu", racional, soberano, consciente, autônomo e livre para escolher, único, idêntico a si mesmo, coerente e responsável. A essa leitura, opõe-se a de um sujeito pensado como efeito e como posição, descentrado, marcado por uma divisão subjetiva, estruturado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia.

Pela evidência de que se é sujeito apaga-se o fato de que: os indivíduos são sempre-já sujeitos, e de que para serem sujeitos são desde-sempre interpelados ideologicamente, não se percebendo constituídos pelo Outro/Sujeito (ALTHUSSER, 1985 [1976]). Essas são duas evidências relacionadas à ilusão de que a linguagem é transparente e de que há, portanto, a literalidade dos sentidos, e de que o sujeito é a origem do que diz e, portanto, pode controlar seu dizer. Assim, o processo ideológico de interpelação do indivíduo em sujeito produz o apagamento necessário da inscrição da língua na história para que, ao significar, o sujeito siga produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a ilusão de que é senhor do que e como diz.

Mas essas são ilusões necessárias que constituem o sujeito. Conforme Pêcheux (1997 [1975]), o sujeito se esquece das determinações históricas que o levaram a ocupar determinado lugar na formação social em que se inscreve. Observa, ainda que

o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências 'subjetivas', devendo entender-se este último adjetivo não como 'que afetam o sujeito', mas 'nas quais se constitui o sujeito'. (*id.*, *ibid.*, p. 152).

Pêcheux, ao buscar compreender o funcionamento dessa ilusão, formula sobre o processo de desconhecimento como o efeito do real sobre si mesmo, que produz a forma-sujeito fornecendo-impondo a 'realidade' ao sujeito sob a forma da ficção. O

desconhecimento se funda sobre o reconhecimento, e "é nesse reconhecimento que o sujeito "esquece" das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa" e que o constituíram como tal.

Apoiando-se na releitura do conceito de Freud sobre o inconsciente, Pêcheux vai formular sobre o esquecimento, diferenciando-os em dois. Diz-nos Pêcheux (1997 [1975]) que o esquecimento nº 1 diz respeito ao fato de que o sujeito ao tomar a palavra o faz do interior da formação discursiva, nunca do seu exterior, posto que não há dizer que não aponte para outros. Com relação ao esquecimento nº 2, ele nos diz que o sujeito "seleciona" enunciados no interior da formação(ões) discursiva(s) que o determinam.

Em torno do esquecimento nº1, Pêcheux nos esclarece que o exterior da formação discursiva fica ocultado para o sujeito que se encontra sob sua dominância, e isso se dá de tal forma que "todo acesso a esse exterior pela reformulação lhe seja proibido por razões constitutivas referentes às relações de divisão-contradição que atravessam-organizam o 'todo complexo das formações discursivas', em um momento histórico dado" (*id., ibid.*, p. 176-177). Nesse sentido, o sujeito não tem uma saída para fora da ideologia, porque ele não é tomado como um ponto de partida.

Ao mascararmos o objeto daquilo a que denominamos esquecimento nº 1, pelo esquecimento nº 2, temos o efeito da forma-sujeito do discurso, ou seja, a constituição do imaginário linguístico, a que estão relacionadas as evidências. A partir desse ponto, o autor passa a uma nova representação do esquecimento nº 2, definido como aquele que "*cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apoia sua 'liberdade' de sujeito falante*" (*id., ibid.*, p. 175, grifos do autor). Sendo de caráter pré-consciente ou semiconsciente, o sujeito acredita que, ao 'selecionar' privilegiando algumas formas, ao invés de outras, tem a ilusão de que o que diz tem apenas um significado e de que, assim como ele, o outro entenderá seu dizer. Assim como os outros do discurso que determinam seu dizer não são percebidos pelo sujeito, assim também ele não percebe a falta de controle que tem sobre os efeitos de sentido que seu dizer provoca.

Orlandi (2004a) formula sobre as duas formas de esquecimento postuladas por Pêcheux, dizendo-nos que: "o esquecimento ideológico [o esquecimento nº 1] [...] é da

instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de sermos origem do que dizemos, quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentis" (*id., ibid.*, p. 35); os sentidos "são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade" (*id. ibid.*, p. 35). Com relação ao esquecimento nº 2, considera-o da ordem da enunciação, como um esquecimento parcial, uma ilusão referencial que dá a impressão de que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, atestando que o modo de dizer não é indiferente aos sentidos.

Ainda sobre sentidos, em Pêcheux (1997 [1975]), lê-se que é no espaço da formação discursiva que o sentido se constitui, e que é aí, nesse lugar, que "efetua-se o acobertamento do impensado (exterior) que o determina. Segundo Pêcheux (1997 [1975]), as palavras mudam de sentido consoante as "posições ideológicas" daqueles que as tomam. Os efeitos de sentidos produzidos a partir dessas posições e as próprias posições estão referidos às condições de produção sócio-históricas nas quais os sujeitos estão inscritos para serem sujeitos de seu dizer. É, assim, que ele observa,

poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem (Pêcheux, 1997 [1975], p. 160 – grifos do autor).

A formação ideológica tem sua materialidade na(s) formação(ões) discursiva(s) que, de acordo com Pêcheux, define-se como "espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma 'intersubjetividade falante' pela qual cada um sabe de antemão o que o 'outro' vai pensar e dizer" (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 172). Ou, ainda, como (uma de suas definições mais conhecidas),

aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*" (articulado sob a forma de uma arenga (*sic*), de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de uma programa, etc.) (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 160 – grifos do autor).

Sabemos que uma formação ideológica pode comportar uma ou mais formações discursivas (FD), que, com ela e entre si, se relacionam por terem limites porosos, determinando assim os sentidos. "Uma formação discursiva [...] é constitutivamente 'invadida' por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais" (PÊCHEUX, 1997c [1983], p. 314). Essas fronteiras porosas das FDs que se limitam dão fluidez e instabilidade aos dizeres; os discursos que as atravessam têm seus sentidos em movimento de acordo com uma conjuntura sócio-histórica dada, com uma formação ideológica predominante.

Observamos que sujeito e sentido se constituem de forma imbricada, contínua e na mesma temporalidade, o que permite dizer que estão sempre em movimento na materialidade da história. E é por essa metáfora do movimento que a história é interpretada como o lugar da possibilidade e da contingência. Do contrário, nem o real da língua estaria sujeito à falha e nem o real da história, passível de ruptura. Há um movimento contínuo do simbólico se inscrevendo na história, fazendo com que os acontecimentos ganhem (ou não) sentidos por/para o sujeito, isto é, historicizem-se.

A AD trabalha na produção de sentidos que são naturalizados, querendo saber como se dão seus efeitos. E é na relação entre a linguagem e a história que se produzem os efeitos de sentido. E como o homem é um ser simbólico, o evento para ele só vira história se passar pela linguagem, se for interpretado. E esse movimento incessante e incontornável da materialidade do sujeito a interpretar a materialidade da história é trabalho de linguagem. E é "como trabalho, como produção", que Orlandi (1998, p.17) concebe linguagem e considera "o modo de produção da linguagem enquanto parte da produção geral". A linguagem é um "trabalho simbólico", é "ação que transforma", nos diz a autora.

Esse novo conceito de linguagem transpõe os níveis sintático e pragmático de análise e dá conta da exterioridade constitutiva do discurso, do contexto sócio-histórico, da ideologia, da memória discursiva e da mobilização dos sentidos. Essa linguagem se manifesta como língua na materialidade linguística do texto.

3.4. Sobre Interdiscurso

[...], a questão primordial cessa de ser a subjetividade produtora do discurso e torna-se a das formas de existência histórica da discursividade. (M. PÊCHEUX, *Análise de discurso: Michel Pêcheux: Textos selecionados* Eni P. Orlandi)

Partindo do pressuposto, como já vimos, de que o sujeito se constitui pela língua, e de que os sentidos são determinados pelo modo como o sujeito se inscreve na língua e na história, o conceito de língua com que se vai trabalhar será o de uma língua significativa, em que os sentidos não estão nas palavras, mas sempre *em relação a*.

Se pensarmos o sujeito do discurso como aquele que está sujeito a equívocos, coberto de falhas e de esquecimentos, então podemos dizer que esse sujeito não consegue estabelecer um distanciamento entre ele e o discurso, que é um sujeito iludido do controle sobre o seu dizer, assujeitado e interpelado pela ideologia. E, para a AD, ideologia não é visão de mundo, nem falseamento da realidade, mas o modo de tornar evidente a interpretação sobre esse real, algo que se instala no dizer do sujeito como evidência materializada através do discurso. O trabalho da ideologia é um trabalho de memória e esquecimento, que faz com que o dizer e seus sentidos se tornem anônimos, lembrados e esquecidos como um já sempre-lá, produzindo efeitos de literalidade, de sentido sem história. O sujeito, no entanto, tem a ilusão de ser origem do dizer (esquecimento nº 1), como também ter domínio sobre o que diz (esquecimento nº 2).

Como já dissemos, os sentidos não têm origem nos sujeitos, posto que aqueles já estão determinados na(s) formação(ões) discursiva(s) em que o sujeito está inscrito. Em outros termos, o sujeito identifica-se na formação discursiva que o determina, filia-se a determinados sentidos e rejeita outros. É também dessa forma que sujeitos e sentidos – constitutivamente descontínuos em sua historicidade, divididos em sua constituição pelo inconsciente e marcados por uma incompletude – garantem, pela força do imaginário, uma aparente unidade, isso já efeito da ideologia.

Lembremos que as formações discursivas são constituídas por diferenças, contradições e confrontos, e também por laços. Estão em constante movimento, em um

processo ininterrupto de reconfiguração, delimitando-se por um atravessar-se, aproximar-se e distanciar-se infinito. É dessa forma que sujeitos e sentidos constitutivamente descontínuos, incompletos, divididos produzem a unidade imaginária a que nos referimos.

Pêcheux (1997 [1975]) afirma que toda formação discursiva, pela aparente transparência de sentido que lá se constitui, dissimula sua dependência em relação ao "todo complexo com dominante" das formações discursivas, intrincadas no complexo das formações ideológicas (*id. ibid.*, p. 162). Nesse ponto, Pêcheux (1997 [1975]) propõe chamar de interdiscurso esse "todo complexo com dominante" das formações discursivas (FD). Toda FD se constitui na relação com o interdiscurso, sendo este, portanto, o seu exterior específico. É importante observar que o interdiscurso é irrepresentável, mas seus efeitos estão representados na articulação porosa e complexa entre as formações discursivas.

A noção de interdiscurso pela noção de formação discursiva possibilita refletir sobre a relação tensa entre lembrar e esquecer (memória discursiva³²). O interdiscurso se faz presente por efeito, já que é irrepresentável e ininterpretável, como nos lembra Orlandi (2004a). O interdiscurso para se representar precisa fazer-se discursividade, o que quer dizer que é preciso o encontro em estrutura e acontecimento (*cf.* PÊCHEUX, 2002) para constituir-se em *forma material*. Segundo Agustini, (2007, p. 305), ao "se fazer discursividade, o interdiscurso é recortado em unidades significantes, constituindo-se em memória discursiva. Portanto, a memória discursiva é constituída por aqueles sentidos possíveis de se tornarem presentes no acontecimento da linguagem."

O efeito da presença do interdiscurso pela discursividade se materializa pelo intradiscurso, considerado o "fio do discurso" enquanto discurso de um sujeito. Entende-se que o intradiscurso assinala o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que é enunciado agora, antes e depois). Nas palavras de Pêcheux (1997 [1975]), "o intradiscurso [...] é, a rigor, um efeito do interdiscursivo sobre si mesmo, uma 'interioridade' inteiramente determinada como tal 'do exterior'" (Pêcheux, 1997 [1975], p. 167).

Assim, mesmo parecendo que os dizeres e os sujeitos desses dizeres surgem do nada ou não se remetem a nada ou a ninguém, essas discursividades sempre apontam para

³² Essa noção será explorada mais adiante no item "Sobre memória".

um já-dito, um já-lá que aparece dissimulado pelo trabalho simbólico da ideologia. Por um efeito da forma-sujeito, o interdiscurso é absorvido/esquecido no intradiscurso, no qual se articula como "co-referência". Apaga-se, portanto, o fato de que só faz sentido porque já há sentido.

Dessa forma, a noção de interdiscurso não comporta a ideia de completude, como se todos os dizeres já estivessem lá contidos, nesse lugar que, na verdade, não é um lá empírico; não é do físico e do empírico que se trata quando se fala de interdiscurso, nem de uma memória como lugar de armazenagem, uma zona psicológica em que as experiências do sujeito estariam estocadas, como num banco de dados. Trata-se de uma noção que sustenta um efeito de presença do sentido que se produz no dizer do sujeito.

A noção de interdiscurso permite pensar como a produção de sentidos se dá, num processo sem sujeito e sem fim. É a partir dessa materialidade histórica incontável e incontível de discursos que permeiam as dimensões humanas (im)possíveis e (im)prováveis, que se pode refletir sobre materialidades discursivas que produzem efeitos de paráfrase e de polissemia, isto é, a repetição (o mesmo no diferente), e o deslocamento (o diferente no mesmo) (cf. ORLANDI, 1998, 2003).

A AD considera que o que é dito não depende só das chamadas intenções do sujeito, posto que a linguagem se caracteriza pela opacidade, pela não-transparência. Os sentidos não estão dados. Por isso, a análise não pode ser contedística, os sentidos não estão na superfície do texto. Nesse processo, o gesto do analista deve ser buscar compreender o modo como o texto faz para dizer o que diz.

Esses sentidos também não estão nas palavras em si, mas nas relações estabelecidas entre elas, que remetem não só ao contexto imediato, mas também aos contextos em que os outros discursos foram produzidos, os contextos sócio-histórico-ideológicos. Os sentidos têm relação com a exterioridade do texto, com o interdiscurso, com outros discursos, com a memória discursiva – o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de *pré-construído*³³.

³³ "[...] questão teórica e amigável" que Michel Pêcheux levou a efeito com Paul Henry" (MALDIDIER, 2003, p. 34).

A noção de *pré-construído* "fornece a ancoragem linguística da tomada do interdiscurso" (MALDIDIER, 2003, p. 34), pois trata diretamente das relações entre sintaxe e semântica, colocando a questão mesma em que "o discurso se articula sobre a língua" (*id.*, *ibid.*, p. 35), possibilitando a relação do discurso ao 'já-ouvido', ao 'já-lá'. Essa noção permite pensar, afastados de uma interpretação logicista, as construções sintáticas fora de uma concepção subjetiva de língua, e a forma como se materializam nessas construções "traços de construções anteriores, de combinações de elementos da língua, já 'ousados' em discursos passados e que tiram daí sua evidência". (*loc. cit.*), o já-dito, aquilo que corresponde ao "sempre-já-aí" da interpelação ideológica que 'fornece/impõe' a "realidade". É dessa forma que o interdiscurso afeta o modo como o sujeito produz sentido (ORLANDI, 2003b).

3.5. Sobre Memória

Tudo que não invento é falso.
[...]

Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas.
(M. de BARROS, *Livro sobre Nada*)

No interior do quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, tratamos o sentido a partir da compreensão de seu objeto, o discurso, levando em consideração uma sua leitura que faz convergir três domínios de saber: o da Linguística, o da Teoria do Discurso e o do Materialismo Histórico, sendo esses três atravessados por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. A Análise de Discurso se constitui singularmente no entremeio desses saberes, sem se confundir com eles, no modo como trabalha a questão da não-transparência (opacidade): a opacidade do sujeito, a opacidade da história e a opacidade da linguagem. Compreender a questão do sentido a partir da opacidade do sujeito, da linguagem e da história implica consequências sobre a constituição de um dispositivo descritivo-analítico que possibilite a leitura do discurso a partir da unidade textual configurada imaginariamente. Uma leitura vista como um processo que não visa ao

conteúdo do texto, nem à chave de sua interpretação e que faz distinguir interpretação de compreensão (ORLANDI, 2003). Por essa distinção, interpretar é atribuir ("dar") sentido a uma formulação, a um texto, tendo em conta o contexto em que se inserem; compreender é apreender os processos de significação presentes no texto que permitam escutar como os sentidos – *in presentia* e *in ausentia* – ali se constituem e se relacionam "fazendo sentido". O processo de leitura, na perspectiva discursiva, não pode prescindir de um artefato teórico que o sustente. Do modo como compreendemos, a leitura pode assim ser considerada como interface que preserva a opacidade do fato de linguagem sobre o qual ela se debruça; nessa medida, a leitura encerra um procedimento opaco em sua própria constituição, já que representa de saída uma construção teórico-metodológica que visa a explicitar os processos discursivos responsáveis por significar-opacificar um determinado fato de linguagem. Dessa maneira, o papel do analista é apreender vestígios, pistas, marcas, etc. do processo discursivo que significa o dizer; é seguir esses vestígios, pistas marcas

para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. (ORLANDI, 2003, p. 30)

É desse modo que o analista precisa colocar em relação o texto com suas margens, com a exterioridade e com a memória que o constituem e o significam.

Para a Análise de Discurso, a possibilidade de todo dizer está no retorno de uma memória que o sustente. Essa memória é denominada memória discursiva: um saber discursivo que retorna sobre o que é dito sob a forma de pré-construído – um saber construído alhures que funciona como um "sempre-já-aí" no âmbito da formulação, ou seja, como uma evidência – sustentando cada tomada de palavra.

Para pensar a noção de memória³⁴ e ajudar a responder nossa questão com relação aos processos de produção de sentido sobre língua portuguesa, tomando como

³⁴ Cf. BAALBAKI, A. *A revista Ciência Hoje das Crianças e o discurso de divulgação científica: entre o ludicismo e a necessidade*. Niterói, RJ: Instituto de Letras, UFF, 2010. Tese de doutoramento em que a autora constrói de forma exemplar um capítulo fundamental sobre a questão da memória a partir de olhares teóricos dos campos da História, da Filosofia e da Análise de Discurso.

entrada o discurso da CPLP, decidimos discutir sobre essa noção a partir de autores que consideramos fundamentais nesse momento. Vamos dar visibilidade a como formulam suas reflexões sobre a relação entre memória e história – *lugares de memória* – (NORA, 1993 [1984]), sobre *memória discursiva* (PÊCHEUX, 2011 [1990], 1997 [1975], 1999; ORLANDI, 2001c, 2002, 2003, 2004a; COURTINE, 2009 [1981], 1982, 1986; entre outros.), e sobre *memória de futuro* (MARIANI, 1998).

A proposta de Pierre Nora insere-se em um movimento de revisão da prática historiográfica, movimento que recusa a possibilidade de uma (re)construção da "história total", na sua completude, isto é, da reconstituição propriamente dita de um passado sem falhas e sem lacunas. É no artigo "Entre memória e história: a problemática dos lugares" (NORA, 1993 [1984]) – publicado em português com tradução de Y. A. Khoury, primeiro texto do livro *Les lieux de mémoire*, organizado e dirigido por Pierre Nora – que este autor afirma que, na contemporaneidade, não existe mais memória, e sim lugares de memória em que ela se cristaliza.

Nora (1993 [1984]) observa a aceleração da história como um movimento de "ruptura de equilíbrio" entre história e memória, coincidindo essa aceleração com a ascensão do capitalismo, em sua fase industrial, e sustenta que o desmoronamento central da memória deu-se com o apogeu do crescimento industrial. Dessa forma, chama a atenção para o fato de como a aceleração nas sociedades industriais a partir dos processos de democratização, mundialização, massificação, midiaticização teria acometido a memória. Como ele mesmo nos diz: "o modo mesmo da percepção histórica, [...] com a ajuda da mídia dilatou-se, prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade" (*id., ibid.*, p. 8).

Para o referido autor, não existiria memória nas sociedades modernas, e sim, tentativas de acessá-la. O autor observa que vivemos em um momento limítrofe da transformação quase que completa da memória em história. É o tempo dos lugares, "momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída" (*id., ibid.*, p. 12).

Nesse mesmo texto, Nora postula a noção de *lugares de memória*, "lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos", que ele define como restos, acúmulo

de vestígios, sinal do que já foi marco, testemunha de outra época. Para o autor, os lugares de memória "nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, noticiar atas, porque essas não são naturais" (*id., ibid.*, p. 13)³⁵. Nesses lugares, acessa-se uma memória construída e a história apodera-se desses lugares (lembranças acumuladas) para sová-los, deformá-los, transformá-los, petrificá-los, pois do contrário não se tornariam lugares de memória.

Dessa forma, a memória passa a significar um momento de história arrancado do movimento da história, que, nas palavras de Nora (1993 [1984]), seria "a constituição de tudo em arquivos, a dilatação indiferenciada do campo do memorável, o inchaço hipertrófico da função da memória, ligada ao próprio sentimento de sua perda" (*id., ibid.*, p. 15). Esse jogo entre memória e história, assim, busca, na construção de arquivos, por um equilíbrio entre o que "nos é impossível lembrar" e o que "poderíamos ter necessidade de nos lembrar" (*id., ibid.*, p. 15).

A "memória arquivística" (NORA, 1993 [1984]), que teoricamente não poderia deixar nada escapar, é aquela que delega ao arquivo a necessidade de lembrar, já que vivemos em uma época em que nos sentimos obrigados a produzir e acumular registros em arquivos. Teria o arquivo a condição de tudo lembrar? No arquivo, produz-se a ilusão de uma completude, embora ele esteja sempre se organizando a partir de determinações históricas. Segundo o autor, a metamorfose histórica da memória em lugares de memória teve como custo a conversão definitiva à psicologia individual. Essa metamorfose produz um deslocamento, qual seja, uma "psicologização da memória" que se transfere: "do histórico ao psicológico; do social ao individual; do transissivo ao subjetivo; da repetição à rememoração" (p. 18).

A psicologia integral da memória contemporânea levou a uma economia singularmente nova da identidade do eu, dos mecanismos da memória e da relação com o passado. [...] A atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um imenso poder de coersão (*sic*) interior. Ela obriga cada um a se relembrar e a reencontrar o

³⁵ Cf. Zoppi-Fontana (2009b, 2010), Mariani e Medeiros (2010), dentre outros, a respeito da monumentalização da língua portuguesa.

pertencimento, princípio e segredo da *identidade* (NORA, 1993 [1984], p. 18).

Nessa reflexão, os lugares de memória apontam para a necessidade do não esquecimento, de lembrar de outra forma aquilo que, sem a memória registradora, estaria perdido. Segundo Nora (1993 [1984]), o lugar de memória não se configura em memória, e sim em história reconstituída, que confere lugares em que os sujeitos são pensados como não constituídos de esquecimentos, mas de lembranças. É assim que nos diz que vivemos sob o 'signo do lembrar', do 'presente absoluto' na busca de causas verdadeiras, em uma luta constante contra o esquecimento, pois somos espreitados pela possibilidade do 'não lembrar'. Dessa forma, observa Nora, "a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento" (*id.*, *ibid.*, p. 22). O que nos remete ao modo como Orlandi (2004a [1996]) discute a evidência produzida pela nossa sociedade contemporânea de termos de consumir e armazenar o volume gigantesco de informações de forma metálica (*memória metálica*), que exporemos mais adiante.

A partir de um olhar discursivo, diremos que o esquecimento é constitutivo do sujeito. Como já vimos, os sujeitos são constituídos pelo efeito de dois esquecimentos, o esquecimento nº 1, que é da ordem da ideologia, e o esquecimento nº 2, que é da ordem da enunciação (PÊCHEUX, 1997 [1975]), o que contraria o modo como o sujeito cartesiano é pensado, isto é, aquele, cujo desejo de totalidade e de certeza, fá-lo: identificar automaticamente o que é designado como "eu" com aquele que fala; pensar-se como lugar dos sentidos, senhor de suas vontades, de sua história e de seu dizer. Para esse sujeito, os "lugares de memória" fazem sentido como aquilo que garantiria seu lembrar.

A memória em Análise de Discurso formula-se como memória na ordem do discurso, um dispositivo complexo constituído pela tensão entre o lembrar e o esquecer, afastando-se de teorias que se sustentam nos saberes de uma Fisiologia ou de uma Psicologia. Nessa relação tensa de lembrança e esquecimento, o que é interpretado como lembrança já traz em si a possibilidade de silenciar outras interpretações para o mesmo acontecimento, e o que é 'esquecido' pode produzir ruptura em um sítio de sentidos, produzindo outras tensões.

Para a Análise de Discurso, a questão sobre a noção de memória considera as "contradições constitutivas das relações de sentido" (MARIANI, 1998, p. 35). Isso quer dizer que determinados sentidos, dentre outros que ficam silenciados, ganham hegemonia por condições históricas específicas de produção de sentidos, e, pelo trabalho simbólico da ideologia, são interpretados como os únicos possíveis. Contraditoriamente, todavia, como observa Pêcheux (1997 [1975]), esse sítio de sentidos permite o furo produzido por resistências, ambiguidades, deslocamentos.

Passamos a refletir sobre essa memória a partir das formulações teóricas já estabelecidas no corpo da teoria da Análise de Discurso por Pêcheux (1999), Orlandi (2002, 2003, 2004a) e Mariani (1998).

No artigo *O papel da memória*, Pêcheux (1999) observa que a memória não deve ser entendida "no sentido diretamente psicologista da 'memória individual', mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador" (*id., ibid.*, p. 50).

Nesse artigo, Pêcheux busca compreender memória em relação à inscrição de um acontecimento³⁶. Assim, aborda "as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória" (*id., ibid.*, p. 50). Ele nos diz que o processo de reorganização da memória (que pode ou não absorver o acontecimento discursivo), em relação à interpretação é uma questão "incontornável e retornará sempre" (*id., ibid.*, p. 54), porque haverá sempre pontos de deriva em um enunciado oferecendo lugar à interpretação, já que "o sentido não se engendra a si próprio, mas 'se produz no *non-sens*'" (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 263).

Em sua reflexão, Pêcheux nos diz que a memória discursiva é "necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos",

³⁶ Lembramos que um acontecimento histórico pode ou não instaurar um acontecimento discursivo. Pêcheux (2002, p. 17), no livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, formula essa ideia dizendo que o acontecimento discursivo é o "ponto de encontro de uma atualidade e uma memória". O acontecimento pode desestabilizar o que está posto e provocar novas interpretações no espaço da memória que ele convoca e começar a reorganizá-la.

não podendo ser pensada como uma "esfera plena" (*id.*, 1999, p. 56). Os movimentos de sentidos sempre em tensão, entre o mesmo/a repetição e o diferente/a ruptura, produzem-se necessariamente e funcionam como "um jogo de força na memória" (*id.*, *ibid.*, p. 53). Nesse jogo, a regularização discursiva conforma-se pela estabilização parafrástica "negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo", ou, de forma contrária, "o jogo de força de uma 'desregulação' [...] vem perturbar a rede de implícitos" (*id.*, *ibid.*, p. 53), ou, ainda, a repetição do item ou do enunciado possibilita o jogo da metáfora que pode romper com a ordem do repetível, "uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase" (*id.*, *ibid.*, p. 53). Nessa reflexão, percebemos que não se consegue apagar o sentido precedente, posto que continuará ressoando.

Tomando a relação entre o acontecimento e o processo de interpretação, Pêcheux nos diz que, a memória discursiva seria "aquilo que, em face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível" (*id.*, *ibid.*, p. 52). A interpretação transita na relação existente entre o ideológico e a memória. Assim, algumas interpretações de um acontecimento serão inscritas na memória; já outras não o serão.

Ao longo de sua produção, Orlandi (2002, 2003, 2004a [1996]) produz formulações teóricas a partir do conceito de memória tal como pensado por Michel Pêcheux. Em seus escritos, Orlandi reflete sob algumas noções de memória que buscaremos desenvolver, a saber: a discursiva e a metálica³⁷ (*cf.* Barreto, 2006³⁸).

Ela nos diz que a memória discursiva é a que se constitui pelo esquecimento, na qual "fala uma voz sem nome", em que algo fala antes, em outro lugar, independentemente (PÊCHEUX, 1997 [1975]), produzindo o efeito do já-dito, do pré-construído: só é possível

³⁷ Cristiane Dias (2011) nos diz que o conceito de *memória metálica* é trazido pela primeira vez no livro *Interpretação* de Eni Orlandi, publicado em 1996. Nas suas palavras, "esse conceito foi formulado ao lado do conceito de memória discursiva e memória de arquivo, como uma forma de, teoricamente, compreender o funcionamento das novas tecnologias de linguagem tal como vêm se desenvolvendo a partir do uso do computador e da internet. É um conceito fundamental, portanto, para uma compreensão do funcionamento discursivo da tecnologia na constituição do sujeito e do mundo contemporâneo" (DIAS, 2011, p. 266).

³⁸ Trata-se de uma entrevista, concedida à Raquel Goulart Barreto, na qual a Professora Eni Orlandi apresenta, dentre outras noções, a de memória metálica.

dizer se anteriormente algo foi dito. Orlandi formula a respeito da noção de memória pensando-a em relação ao discurso, dizendo que "nessa perspectiva, ela pode ser tratada como interdiscurso" (ORLANDI, 2003, p. 31), sendo definida como memória discursiva: "o saber discursivo que torna possível e que retorna sob a forma do pré-construído, do já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra" (*loc. cit.*). O esquecimento, portanto, é compreendido como constitutivo do sujeito, não como voluntário, e como efeito do interdiscurso, pois é necessário esquecer para poder dizer. Como nos observa Orlandi (2003),

Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o "anonimato", possa fazer sentido em "minhas" palavras. (p. 33-34).

Pelo esquecimento ser uma das formas de o político se relacionar à memória, ao formular sobre esquecimento, Orlandi (2002) propõe pensar o silêncio. Em seu livro *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos* (1993)³⁹, a pesquisadora, colocando questões à Análise de Discurso, toma o silêncio como objeto de reflexão. Logo nas primeiras páginas, ela nos diz,

Acredito que o mais importante é compreender que: 1. Há um modo de estar no silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; 2. O estudo do silenciamento (que já não é silêncio, mas "por em silêncio") nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta daquela que se tem estudado sob a rubrica do "implícito". (ORLANDI, 1993, p. 12)

Em sua reflexão sobre o silêncio enquanto possibilidade significativa, Orlandi nos diz que, "é assim que podemos compreender o silêncio fundador como o não-dito que é história, e que, dada a necessária relação do sentido com o imaginário, é também função da relação (necessária) de língua e ideologia. O silêncio trabalha então essa necessidade" (*id.*,

³⁹ Livro agraciado com o prêmio Jabuti de Ciências Humanas (1993).

1993, p.23). Para Orlandi, o silêncio é, sempre, silêncio significante, tendo, portanto, uma "significância própria" (*loc. cit.*); nas palavras da autora, é "garantia do movimento dos sentidos" (*loc. cit.*). Em sua concepção, Orlandi propõe distinguir entre o *silêncio fundador* e a *política do silêncio*. Pela *política do silêncio*, ao dizer algo, apagamos, necessariamente, outras interpretações possíveis. Sobre a *política do silêncio*, ela propõe uma categorização que permite distinguir o *silêncio constitutivo* e o *silêncio local*. No *silêncio constitutivo*, o não-dito é necessariamente excluído para que o dizer seja possível, faz parte dos processos de produção de sentido e preside qualquer produção de linguagem. O *silêncio local* é a interdição do dizer, sendo a censura sua forma mais visível.

Nesse ponto, Orlandi (2002) propõe pensar o sujeito em relação à memória e em relação à possibilidade de inscrição do acontecimento na ordem do dizível. Quando a censura intervém, o acontecimento escapa à inscrição, não porque é absorvido pela memória, mas porque é significado como não ocorrido. Silencia-se: a) porque é preciso esquecer para que o novo sentido apareça; b) porque é preciso esquecer para impedir que o novo sentido apareça.

Orlandi (*cf.* BARRETO, 2006) também formula sobre a memória institucional ou memória de arquivo ou 'simplesmente o arquivo', dizendo que é a "que as Instituições (Escola, Museu, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado". Nesse gesto está inscrita a necessidade do tudo lembrar.

A memória metálica (formal), conforme Orlandi (ORLANDI, 2004a [1996]), é a "informatização dos arquivos" (*id., ibid.*, p. 15), instrumentada e produzida pelos aparelhos midiáticos e pelas novas tecnologias de linguagem que criaram os bancos de dados como grandes reservatório-arquivos que tudo devem conter. Essa memória "não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.)" (*cf.* BARRETO, 2006, p. 5). Segundo Orlandi (ORLANDI, 2004a [1996], p. 15), a memória metálica "'lineariza', por assim dizer, o interdiscurso, reduzido a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições" (*id., ibid.*, p. 15-16). Com relação à ao jogo de força na memória metálica, ela observa que, "sua particularidade é ser horizontal

(e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade" (cf. BARRETO, 2006, p. 5).

Orlandi (cf. BARRETO, 2006) observa que seja qual for a conformação de memória sobre a qual se reflita, todas elas "acarretam diferenças no circuito constituição/formulação/circulação e também afetam a função-autor e o efeito leitor. Isto porque qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação e, conseqüentemente, com a ideologia (*id.*, *ibid.*, p. 5)" e com a história, porque, apesar de eles serem apagados da materialidade linguística, eles estão sendo significados pelo silêncio constitutivo a todo dizer e a toda *práxis*.

Retomamos Pêcheux, quando observa que há na memória discursiva uma repetição vertical que acaba por produzir furos na memória 'antes mesmo de ela desdobrar-se em paráfrase (ponto da divisão do mesmo e do jogo da metáfora), para dizer da relação que a memória discursiva mantém com os processos parafrásticos e os polissêmicos postulados por Orlandi (1998; 2003). Na paráfrase, mantém-se algo do dizível, da memória. A polissemia, contudo, ao lado da desestabilização, joga com a ruptura dos processos de significação e produz deslocamentos.

Em nossa pesquisa, a memória do dizer, que sustenta a possibilidade de produzir sentido (ORLANDI, 2004a [1996]), trabalha a atualização dos sentidos de língua portuguesa que circulam nas formações sociais nos países-membros pelos dizeres da CPLP. Temos observado, pela análise dos recortes, que há um trabalho discursivo entre a memória e o esquecimento nos dizeres da CPLP, e das outras organizações internacionais a ela filiadas, no modo como circula como evidente que essa língua, por ser uma, é a mesma para todos; a que faz elo e une em um espaço (a CPLP), necessário e bastante, todos os outros espaços discursivos.

Ao formular sobre memória, Mariani (1998), ao retomar Pêcheux e Orlandi, nos diz que a memória discursiva é a que faz o sujeito, em sua relação sócio-histórica, filiar-se a determinados sítios de sentido. Essa memória discursiva não se pode aprender nem ensinar (em termos escolares). Possui furos em sua estrutura e pode sempre ser ressignificada, pois

constituída na relação com o esquecimento. Essa memória, produzindo efeitos no sujeito, afeta, cada um, de modo singular, individualizado.

Mariani (1998), a partir da análise do funcionamento do discurso jornalístico, dá visibilidade a algumas distinções sobre a memória. Nessa reflexão, ela nos esclarece sobre a *memória social* e a *memória de futuro*. A *memória social* é aquela em que o processo histórico é resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já passados e em que

ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido "comum" à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa. (*id.*, *ibid.*, p. 34)

Na memória social, é o fio da narrativa que garante um efeito imaginário de continuidades temporais, projetando sentidos hegemônicos, que, por muitas vezes, conduzem a um passado eternizado e apontam para uma projeção imaginária de uma "realidade" em que "as relações de poder contraditórias e censuras aparecem domesticadas". O jogo de força da memória social é constituído por lacunas (interpretações silenciadas), e por deslocamentos inerentes ao próprio gesto da repetição (MARIANI, 1998).

Segundo Mariani (1998), a *narratividade* é "um fio que tece e conduz [...] o ecoar das repetições parafrásticas" (*id.*, *ibid.*, p. 97). É o processo que, atuando junto à memória discursiva, promove a ilusão de completude, porque reorganiza o fio interdiscursivo, impedindo e/ou direcionando deslizamento de sentidos. Silenciando dizeres ou apontando para outros, antes silenciados ou esquecidos, institucionaliza o que deve ser repetido, e dá visibilidade às relações de poder constituídas por determinadas condições de produção históricas. Nas palavras da autora,

a narratividade possibilita a reorganização imaginária do movimento histórico, [...] o que permite que fatos antes 'descartados' passem a fazer sentido para a história. A narratividade, enfim, é o efeito que permite o contar uma história coerente, sem falhas, com estruturação temporal, com encadeamento de causas e conseqüências, com personagens e cenários explicativos (MARIANI, 1998, p. 231).

A partir dessa reflexão, compreendemos que a *narratividade* produz o efeito da linearidade histórica. Mariani observa que o papel da memória remete à atuação do que se conhece por "memória histórica oficial" (1998, p. 35), "efetuando gestos de exclusão a tudo que possa escapar ao exercício do poder e sempre preservando a nostalgia de um passado 'bom e verdadeiro'. Ou, ao contrário, a lembrança de um passado longínquo e ruim pode encontrar-se superada pela memória de outro passado mais recente e melhor" (*id. ibid.*, p. 35-36).

Para Mariani, "pensar discursivamente a memória é analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem" (1998, p. 38). Compreender a memória em sua estrutura lacunar na relação com os processos discursivos permite analisar o modo como as contradições, os silenciamentos e os deslocamentos potenciais da repetibilidade comparecem nesses vazios da memória social.

A memória social se produz na relação direta com o esquecimento necessário. Paradoxalmente, todavia, é o esquecimento que possibilita a produção de outros efeitos de sentidos (MARIANI, 1998). Entrelaçam-se, nas práticas sociais de fixação da memória, o que deve ser lembrado para que outros sentidos possam ser esquecidos. A fixação de uma interpretação do acontecimento sobre as outras, impede seu esquecimento: "não deixar um sentido ser esquecido é uma forma de eternizá-lo (e, até mesmo, mitificá-lo) enquanto memória 'oficial'" (*id. ibid.*, p. 36). Os sentidos silenciados podem redirecionar os hegemônicos. Nessa direção, discutimos a *narratividade* com que os mitos portugueses não deixam esquecer como o acontecimento das "descobertas" ainda pode ser revivido (seção 4.4).

Segundo Mariani (1998), para dar visibilidade aos processos discursivos que produzem como evidência a homogeneização da memória histórica oficial de uma dada formação social, é preciso também considerar a relação de forças, as filiações a sentidos outros, mapear gestos de resistência, identificar as condições necessárias para fazer sentido em uma dada formação social. Assim, ela nos diz,

o papel da memória histórica seria, então, o de fixar um sentido sobre os demais (também possíveis) em uma dada conjuntura. Ou ainda, vista deste ângulo, à memória estaria reservado o espaço da organização, da linearidade entre passado, presente e futuro, isto é, a manutenção de uma coerência interna da diacronia de uma formação social (*id.*, *ibid.*, 1998, p. 41).

Para Mariani (1998), o modo como o já-dito se atualiza no dizer e como esse mesmo dizer produz antecipações, é definido como "memória do futuro" (ORLANDI, *cf.* BARRETO, 2006).

A memória pode ser entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização (...). O "recordar" possibilitado pela memória também se concretiza no movimento do presente em direção ao devir, engendrando assim uma espécie de "memória do futuro" tão imaginada e idealizada quanto a museificação do passado em determinadas circunstâncias (*id. ibid.*, p. 38).

Nesse sentido, podemos dizer que o discurso da CPLP engendra uma *memória de futuro* para a língua portuguesa, a partir de um 'recordar' pela narratividade do passado da colonização, que "se concretiza no momento do presente em direção ao devir", conforme podemos ver no recorte trazido abaixo (recorte do artigo "A cimeira da língua "do *Caderno Notícias* no Jornal *Expresso* nº 3, de outubro de 2008 –, meio eletrônico oficial da CPLP):

"A **Língua Portuguesa: Um Património Comum, Um Futuro Global**", é o **lema** que encerra a estratégia que a CPLP vai seguir nos próximos dois anos."⁴⁰

"A Língua Portuguesa" tem sua paráfrase como "Um Patrimônio Comum" e "Um Futuro Global" numa relação metafórica que remete "a língua portuguesa" a "patrimônio comum" e a "futuro global", dois dizeres sobre a língua filiados a discursos outros. Neles, há um passado que se apresenta como uma memória 'museificada', aquela que não pode sofrer alteração, que, ao mesmo tempo, engendra uma espécie de "memória do futuro" tão imaginada e idealizada quanto aquela. Podemos dizer que reatualiza uma memória que

⁴⁰ Grifos nossos.

parece dar lugar só a uma língua portuguesa, aquela que os países da CPLP 'herdaram' de Portugal, conforme o dizer de Armando (1994) sobre a língua do Brasil nesse recorte a seguir: "[...] o defeito que vejo em todos os livros brasileiros é [...] a **mania** de tornar brasileiro uma língua diferente do **velho português**." E, ainda, "[...] brasileiros navegaram (talvez alguém ainda navegue) em **falsas** águas e por rotas **equivocadas**, ao **pretenderem que existia uma língua brasileira**" (ARMANDO, 1994). E é essa língua que deverá se tornar o futuro global, a partir de uma memória 'reatualizada' apontando para um futuro de uma língua 'imaginada' e 'idealizada', projetando aí a missão de tornar global essa língua, estando em uníssono com a ordem da mundialização. Isto é, uma projeção que quer garantir que essa língua seja conhecida por vários milhões de pessoas, que esteja na mídia e seja consumível como um produto. E mais, como se a CPLP tivesse como decidir sobre o futuro da língua portuguesa no mundo, como se essa organização ocupasse um espaço privilegiado da história e como se tivesse domínio sobre ela. Nesses dizeres se atravessam vários dizeres: o da colonização, o do mito português de "que ainda vai cumprir seu ideal, tornar-se um imenso Portugal" (o quinto império, ver seção 4.4), o de que é uma língua falada por mais de duzentos milhões de pessoas, por exemplo.

Na segunda parte do enunciado, "é o lema que encerra a estratégia que a CPLP vai seguir nos próximos dois anos", observamos uma relação predicativa e uma relação de explicação que mostra uma continuidade de um dizer sobre língua portuguesa e uma projeção de ações estratégicas já estabelecidas para a afirmação da "Língua Portuguesa" no futuro e nos países da CPLP.

Nesse sentido, compreendemos com Mariani (2004) quando ela nos observa que essa expressão "língua portuguesa" se historiciza pela *colonização linguística* como uma noção que, ao mesmo tempo,

traz uma memória de confrontos entre o latim e o português e incorpora o esquecimento dos confrontos entre o português e a língua geral. A partir de sua institucionalização político-jurídica, produz um efeito de evidência: a língua portuguesa no Brasil é a 'língua do Príncipe', devendo permanecer como é porque representa um legado de Portugal e quaisquer modificações em sua gramática podem alterar sua posição de desigualdade e submissão perante a matriz. (*id.*, *ibid.*, p. 20)

Nesse momento do trabalho, passamos ao capítulo seguinte em que tratamos de políticas de línguas a partir dos discursos monolinguista e multilinguista, sempre em relação ao espaço do Estado-nação e da organização internacional da CPLP, e das outras organizações internacionais que sustentam seu discurso, procurando ter esse corpo de conceitos em nosso horizonte teórico-metodológico. Desse modo, pensamos ser possível dar visibilidade aos processos de constituição de sentido sobre língua portuguesa produzidos pelo discurso da CPLP. Não nos esquecendo de que a Análise de Discurso nos permite um trabalho social de leitura por uma tomada de posição antipositivista, aquela que permite relacionar o que se vê/lê, com aquilo o que não se vê/lê, ou seja, os processos histórico-ideológicos de produção de sentido. Como nos diz Mariani (2004), o cerne da discussão para a análise do discurso é o como compreendemos o histórico-ideológico, constitutivo do processo de naturalização dos sentidos e, portanto, presente materialmente no linguageiro enquanto produção de evidências da realidade, figurando no simbólico.

É nessa direção teórica que podemos refletir sobre o processo histórico e ideológico da institucionalização e universalização da língua portuguesa nos países da CPLP, e os efeitos de retorno desse fato, em termos de uma memória constitutiva do imaginário de unidade de língua no processo político de descolonização nesses países.

Feitas as considerações anteriores que, em parte, circunscrevem a questão teórica em que esse trabalho se inscreve, isto é, não pretendendo esgotar o quadro conceitual da Análise de Discurso, passamos a trabalhar com a noção de política de línguas conforme Orlandi (2007).

4. Políticas de Línguas e "a" Língua Portuguesa

Antes de começarmos a refletir sobre política de línguas nos países da CPLP, passemos a alguns esclarecimentos e a algumas definições. Concordamos com Elvira Arnoux quando diz que "o estudo das Políticas lingüísticas constitui um campo complexo em que a descrição e a avaliação de situações sociolingüísticas são estimuladas por necessidades sociais e, em grande medida, tende a propor linhas de intervenção". Por isso mesmo, aquele que se interessa pela política de línguas "deve aderir a certos princípios políticos, éticos, ideológicos que vão orientar sua pesquisa e suas propostas" (ARNOUX, 1999, p. 13).

Ao tratar de política de línguas, fazemos uma diferenciação entre política lingüística e política de línguas (ORLANDI, 2007b), para podermos dar visibilidade ao político desde sempre presente no desenvolvimento dessas políticas, contudo apagado, porque são políticas pensadas e construídas a partir de uma perspectiva do consenso, em que os sentidos de diversidade fundantes nas práticas languageiras são tratados, ilusoriamente, de forma a-histórica e neutra, tomados na evidência de que essas políticas são para as "minorias", para aqueles grupos que precisam e devem, ao lado de suas línguas constitutivas dos seus sujeitos e nações, valorizar e defender, de uma forma ou de outra, a língua oficial do Estado-nação em que residem.

Diferentemente da política lingüística, a política de línguas, segundo Orlandi (2007b), trata da importância de dizer sobre as práticas políticas que configuram os dizeres sobre o processo de constituição das línguas, sobre a formulação dos saberes dessas/nessas línguas e sobre a construção das práticas pedagógicas nessas línguas, trata da importância de dizer de um lugar de observação que inclua o político, o social e o histórico como constitutivos dessas práticas e saberes. Nesse sentido é preciso não sermos ingênuos e percebermos que ao falar de política de língua, já está em questão o modo como compreendemos a linguagem e a língua, o que nos leva ao próprio modo como o dispositivo teórico e analítico daquele que debruça a refletir sobre política de línguas já está constituído. Concordamos com Orlandi (2007b), ao dizer,

Quando falamos de Política Linguística enquanto Política de Línguas, damos à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em políticas de línguas, já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos. (ORLANDI, 2007b, p. 8)

4.1. Os discursos do mono- e do multilinguismo/culturalismo

As teorias assim como os sujeitos são afetadas pelo político e pelo simbólico, isto é, são ideologicamente marcadas⁴¹. É preciso compreender o jogo das relações de força e de sentido que legitima e direciona sujeitos e teorias, naturalizando-os. Essa compreensão implica considerar que a relação linguagem-mundo não é nem biunívoca nem direta nem fechada, ao invés disso, é múltipla, opaca e aberta, e que é o trabalho ideológico em seu complexo jogo de fazer lembrar e fazer esquecer que constitui o modo pelo qual os sujeitos e as teorias se produzem em seus efeitos de evidência.

O multiculturalismo ou o pluriculturalismo, como o próprio prefixo 'multi-' assinala, tem como um de seus sentidos possíveis o de expressar uma multiplicidade, uma pluralidade de culturas, ou seja, múltiplas culturas diferentes entre si, em um mesmo espaço – território, país, nação, comunidade –, sem que se fixe uma predominância de umas sobre as outras. E a convivência entre culturas (de uma região, de uma cidade, de um bairro, ou mesmo de uma rua, por exemplo) se constrói pela tensa relação política.

⁴¹ Nesse ponto, referimos-nos, junto com Orlandi, ao modo de as teorias linguísticas pensarem a relação do português de Portugal e o do Brasil como sendo uma relação de variação, e não uma relação de mudança, de historicidade outra dessa língua no espaço brasileiro. Como a autora nos diz, "o que proponho é que se descolonizem também as teorias" (ORLANDI, 2009, p. 173), já que, conforme Pêcheux, "as teorias científicas não se desenvolvem nunca no espaço puro do discurso lógico, mas se estabelecem sempre sobre uma rede metafórica que lhes serve de apoio" (PÊCHEUX, 2011 [1984], p. 154).

A princípio, o multiculturalismo ou pluriculturalismo pensado como uma forma de descrição de um espaço simbólico, como, por exemplo, os territórios, os sujeitos e as línguas dos estados nacionais, não implica, em seu significado, algo ruim ou bom. Ler um espaço como multicultural significa, dentre outras coisas, dizer que nele convivem múltiplas culturas e diferentes entre si, visto que, na própria denominação de 'multi-', há a possibilidade do sentido da diferença entre elas. Ser diferente, nesse caso, é o que constitui sujeitos e culturas (cultura aqui pensada enquanto prática) uns/umas em relações aos outros/às outras, enquanto singularidades, desde sempre. Como nos lembra Orlandi (2009, p. 186), "a multiplicidade é uma necessidade histórica tanto quanto a unidade". Assim, pensar em grupos multiculturais, em princípio, é poder pensar culturas/sujeitos/línguas se constituindo diferentemente, é poder pensar a elas e a seus sujeitos como singulares entre si, convivendo simbólica e politicamente num mesmo espaço com a diferença. E olhar para essa diferença, pensando-a nela mesma, por ela mesma, ou seja, compreendendo as diferenças, sendo diferentes (e não um bloco homogêneo). Em que a diferença seja significada como efeito de um não-nivelamento do político pelo discurso comunitarista e mundializado. Ou seja, é a própria especificidade que garante a unidade numa multiplicidade em que ser diferente não é e é ser igual aos outros.

Pensamos a relação entre o multi- e o monoculturalismo como processos determinados historicamente. O mono-culturalismo/linguismo, se pensado como uma injunção à prática político-cultural-linguística homogênea, necessária à constituição pelo nacionalismo da formação de um Estado-nação soberano, é o resultado dos processos de gramatização e de institucionalização. No caso das línguas, constrói-se, pelo processo de gramatização, a unidade imaginária. Aurox (2001 [1992]) nos faz refletir a respeito, dizendo, "Com a gramatização – logo a escrita, depois a imprensa – e em grande parte graças a ela, constituíram-se *espaços/tempos de comunicação* cujas dimensões e homogeneidade são sem medida comum com o que pode existir em uma sociedade oral, isto é, numa sociedade sem gramática. Isto não vale somente para as grandes línguas europeias, mas também para todas as línguas do mundo em que os instrumentos gramaticais europeus são impostos" (*id., ibid.*, p. 70). E acrescenta, "é preciso certamente considerar as línguas, elas próprias no sentido dessas entidades que consideramos – pois estamos

habituaados às línguas gramatizadas – como homogêneas e isótopas, sempre idênticas a elas mesmas, porque independentes do espaço, das circunstâncias e dos locutores, como uma consequência da gramatização" (*loc. cit.*). Ao mesmo tempo em que é preciso considerar o modo como esse processo mudou profundamente a relação dos sujeitos com as línguas, suas práticas languageiras e processos de subjetivação, o modo de produção e de circulação do conhecimento sobre as línguas, "a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade" (*loc. cit.*).

Lembremos que foi com essa filosofia do monoculturalismo/monolinguismo que o Estado francês procurou impor, a diferentes grupos (de línguas diversas: normando, picardo, catalão, provençal, gascão, bretão, basco, etc.), a língua francesa, falada pela antiga aristocracia e pela nova elite que ascendia ao poder, após a Revolução de 1789. A luta foi pela aniquilação da multiplicidade de línguas vernáculas (os *patois*) faladas em praticamente todo o Estado, com exceção de Paris, depreciando-as estrategicamente em relação à língua francesa – os *patois* estavam "vinculados ao Antigo Regime", seus falantes eram "bárbaros", eram ditos como "línguas mortas", que deveriam ser guardadas em "museus", pois seriam parte da "riqueza histórica" do país. O francês era mostrado como a língua que trazia a "clareza" a todos os que a dominavam, sendo somente através dela que o povo francês poderia entender o que é a liberdade (contra a opressão feudal) e, assim, tornar-se cidadãos franceses (ter como importante a noção de pertencer à nação), pudesse "civilizar-se" (falar francês era mostra de civilidade, de pertencimento a uma nação livre que surgia), e ter acesso às novas leis e reformulações da nova sociedade (num determinado período, houve um projeto de adaptação das leis ou dos documentos em *patois*). E, por se tratarem, em sua maioria, de línguas ágrafas⁴², o discurso institucional produziu a evidência de que os *patois* seriam facilmente eliminados através da aquisição da escrita em língua francesa, o que não aconteceu de imediato, já que os falantes de *patois* passaram a usar o

⁴² Pensamos em maioria, mas não nos esquecendo de que efetivamente havia muitas línguas escritas porque já estavam gramatizadas (AUROUX, 2001), como o irlandês no século VII (650); o islandês no século XII (1200); o galês no século XIII (1200-1300); e "o provençal – língua dos trovadores – [que] é a língua mais antiga neolatina gramaticalizada (*sic*)", tendo, entre 1190 e 1213, seu primeiro registro feito pelo catalão Raimon Vidal (de Bezaudun) que escreve as *Razos de* (*id., ibid.*, p.59).

francês apenas em determinados momentos de seu dia (DE CERTEAU *et alii*, 1975). Mas sabemos que, a longo prazo, foram, sim, aniquilados em sua quase totalidade.

Quando apresenta o Relatório Grégoire – uma pesquisa dirigida pelo abade Henri Grégoire sobre o francês em comparação com os *patois* falados nas várias províncias da França, no período de 1790 a 1794, na forma de questionário –, De Certeau *et alii* (1975) consideram que importa distinguir entre as atitudes dos correspondentes, que mantêm uma "prudência ambígua", e a de Grégoire. No caso dos correspondentes, essa contradição faz com que o próprio objeto de análise lhes escape, sua língua – um *patois*. Porque, ao mesmo tempo em que aplicavam o questionário, servindo como os "ouvidos" de Grégoire, fazendo seus os sentidos de *patois* dados pela Revolução, como línguas 'corrompidas', 'inimigas' da unidade nacional e que precisavam ser aniquiladas em sua natureza, também eles, os correspondentes, estavam constituídos por outros sentidos de *patois*, pois estes eram, muitas vezes, suas línguas maternas, com as quais estavam identificados. A coleta dessas respostas de alguma forma, *a posteriori*, se desdobraria como um modo de justificativa para o apagamento político-jurídico de suas próprias línguas e, afetaria, assim, suas próprias formas de se identificarem com essas línguas, pois esse *Relatório* viria a se tornar um instrumento de institucionalização de política linguística, em que a língua francesa, e só ela, teria o privilégio de se tornar a língua de uma nação inteira. Essas outras, 'o resto', se tornariam história, objetos de museu, registradas em documentos escritos para a posteridade.

A política pública de língua da Revolução Francesa apresenta, então, dupla função,

- a questão da identidade⁴³ pela língua – a necessidade de construir uma imagem do camponês para ele e para o sistema, colocando-o no lugar do exótico, da ignorância, do preconceito, da superstição, um sem lugar e já com lugar determinado pelos sentidos da escrita e dos escritos em língua francesa, lugar onde o oral está excluído, posto que traz o imponderável,

⁴³ É importante observar aqui que o sentido de "identidade" que está presente nesses documentos é diferente do sentido etnicista que se generalizou depois. A identidade através do francês é uma identidade com os princípios da Revolução (liberdade, igualdade, fraternidade), que não tinha nada a ver com a origem – pelo contrário, era necessário inclusive "sacrificar" a origem em prol da Revolução, de seus ideais, das Luzes, da Razão.

o inacessível, o mítico, a não-razão, não cabendo na língua da Razão, das operações analíticas e sintéticas, a língua francesa, que passa a escrever o jurídico, o político, o cultural e o social, que funda uma nação e a si mesma como língua nacional.

- o apagamento das diferenças pela língua – a ideologia da unidade, da moral como essência do patriotismo, da corrupção em contraposição ao puro, original, como mal a ser extirpado, só o saber trazido pela escrita como o único e verdadeiro saber, o progresso como desenvolvimento necessário à e responsável pela existência da nação.

A imposição de uma língua unificadora e que, no entanto, é estrangeira aos habitantes destas localidades, traz justamente a questão da identidade, apoiada neste momento pela própria imposição de um regramento centrado nos direitos do homem, na liberdade, na igualdade. É um momento tenso, de rupturas. Assim, temos a voz dos falantes de uma língua, que lhes identifica e os determina enquanto não franceses⁴⁴, diante desta tentativa de apagamento e de imposição de uma língua estrangeira/estranha para os não falantes e que deve ser tomada enquanto língua própria, sua, de sua nova nação, como se franceses sempre tivessem sido.

Os indivíduos se identificam pelo fato mesmo de falarem, já que se constituem como sujeitos pela e na linguagem. Se pensarmos a língua nacional, seu ensino, sua circulação como bem público, aí é que se praticam os mais diferentes e efetivos processos de exclusão, de inclusão, de valorização de sujeitos pelo modo mesmo como falam. (ORLANDI, 2002, p. 198)

Não há, diante do exposto, como não pensar o político, como a simbolização das relações de poder que se textualizam discursivamente (ORLANDI, 2004a), porque tem a ver com

⁴⁴ Na verdade, a relação entre ser francês e falar francês não se dá automaticamente na tradição francesa. A nação francesa – constituída por muitos que não falavam francês – devia aprender francês (vide queixas nos relatórios de que uma língua que tinha prestígio internacional e era falada em toda Europa, como o francês, era desconhecida pelos próprios franceses). Em princípio, não era a língua o que os fazia franceses. A questão era a adesão de todos os franceses a um novo sistema político (identificado ao francês), contra o antigo (identificado aos patois).

[...] o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição. (ORLANDI, 2004a, p. 21-22)

Vemos que a questão da relação entre as línguas, bem como destas com seus falantes, é algo que sempre esteve posto nas decisões políticas relativas às línguas na conformação de uma unidade política, embora esta relação sujeito-língua-poder seja determinada historicamente de maneiras diferentes. Hoje não falamos mais da constituição de Estados nacionais, mas tratamos de uma globalização que extrapola os limites das fronteiras geográficas, utilizando-se de novos instrumentos técnico-linguísticos (AUROUX, 2001 [1992]) na busca desta unidade linguística imaginária.

Mas sempre nos lembrando de que esse processo de institucionalização de línguas está recortado pelo modo como olhamos para o discurso sobre a língua portuguesa produzido pela CPLP, querendo dizer com isso que, o processo linguístico nacional nos países membros da CPLP, se deu de forma diversificada, se levarmos em conta, por exemplo, que todos os países aqui estudados foram colonizados por Portugal, à exceção do próprio Portugal. Isso leva a refletir sobre o processo de expansão linguística como "fruto de uma ideologia de legitimação nacional que se dá tanto em termos de uma política linguística interna à nação portuguesa quanto relativamente ao conjunto das outras línguas também gramatizadas, ensináveis e traduzíveis" (MARIANI, 2004, p. 28).

Assim, temos, como exemplo, a política de línguas promovida por Portugal para o Brasil colonial, culminando com a promulgação, em 3 de maio de 1757, da lei "*Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*", através de seu ministro, Marquês de Pombal, que tinha por fim regulamentar as ações colonizadoras em terras brasileiras com a preocupação de buscar a construção de uma nova ordem social com a incorporação dos índios à colonização. A Coroa portuguesa, ao tomar tal atitude vigorosa no sentido de implantar a língua portuguesa definitivamente em terras brasileiras, compreende que está implantando a possibilidade de execução de um projeto de

civilização dos índios articulado ao da colonização (TROUCHE)⁴⁵, e também combatendo o poder dos jesuítas.

Segundo Mariani (2004), no Brasil colonial, esse gesto português, retoma "parafrasticamente enunciados produzidos ao longo do processo colonizador pela legislação colonial como forma de reafirmação dos sentidos já estabelecidos e também como forma de oficializar em definitivo a língua como uma das instituições nacionais portuguesas da colônia". Isso é dito no texto do Diretório, conforme lemos a seguir:

[...] sempre foi máxima inalterada praticada em todas as nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indispensável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo que se introduz neles o uso da língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe". [...] Para desterrar este perniciosíssimo abuso [a língua geral] será um dos principais cuidados dos Diretores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum que [...] usem da língua própria das suas nações ou da chamada língua geral, mas unicamente da Portuguesa [...]. (ZAVALA, Silvio. *El mundo americano em la época colonial*, II, México, Editorial Porrúa, 1967, p. 362 *apud* CUNHA, C., 1981, p. 92).

Como sabemos, as relações histórico-culturais num mesmo espaço linguageiro são relações simbólicas entre sujeitos e espaços e se significam pelo político, materializado nos processos discursivos que possibilitam a existência da própria relação. Fazer política pública implica já intervir na *organização* e na *ordem*⁴⁶ (ORLANDI, 2004a [1996]) desses

⁴⁵ TROUCHE, L. M. G. *O Marquês de Pombal e a implantação da Língua Portuguesa no Brasil*: reflexões sobre a proposta do Diretório de 1757. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_9.htm. Acessado em jul. 2011.

⁴⁶ Em "Ordem e Organização na Língua", Orlandi (2004a [1996], p. 45-51) trabalha com a distinção entre ordem e organização da língua, para esclarecer sobre a noção discursiva de língua. O domínio da ordem da língua permite pensar a língua pelo funcionamento da forma material (linguístico-histórica), um funcionamento sujeito ao deslize e à falha. Nessa ordem estão em relação constitutiva a materialidade da língua e a materialidade da história (sujeita ao equívoco e à interpretação) no tecer do fio discursivo. Nesse ponto de encontro da língua com a história, não se está mais na ordem da língua, mas na ordem do próprio discurso (*id.*, *ibid.*, p. 45). Na instância da organização da língua estão a regra, a sistematicidade, a articulação de arranjos, o recurso ao ordenamento e à estabilização de sentidos, funcionando aí um efeito de controle (ordenar) do real, da ordem da língua. Assim, na organização da língua estão presentes as regras e a combinatória, mas é na sua ordem que os sentidos emergem, a partir da interferência da ordem da história,

sujeitos, suas línguas e seus espaços pela tomada de posição mono- ou multiculturalista, visto que é de uni(ci)dade, de integração, de homogeneidade, de comunidade que seus fundamentos se constituem.

Mas pensar em sentidos desprovidos de seu corpo político parece ingênuo. Pelos sentidos na história o político se materializa visto que os sujeitos aí são constituídos e se constituem por e nesses sentidos e por e nessa história. Assim, há desde sempre uma disputa por sentidos, pois as relações entre os sujeitos são sempre políticas, assimétricas, contraditórias, e lutam por visibilidade e estabilidade. Pacheco (2009) nos fala sobre essas relações entre os chineses de Macau e a colonização portuguesa, apontando para a possibilidade da falha nesse jogo de 'dominados e dominantes', e cita Cuche (2002) quando diz que

[...] as culturas dos diferentes grupos se encontram em maior ou menor posição de força (ou de fraqueza) em relação as outras. Mas mesmo o mais fraco, não se encontra jamais totalmente desarmado no jogo cultural. [...] falar de cultura 'dominante' de cultura 'dominada' é então recorrer a metáforas; na realidade o que existe são grupos sociais que estão em relação de dominação uns com os outros" (CUCHE, 2002, p. 144-145 *apud* PACHECO, 2009)⁴⁷

No campo das políticas públicas, no mundo ocidental capitalista, parece que o multilinguismo/culturalismo passou a ser significado como doutrina filosófica, e, a partir daí, parece produzir como efeito de suas reflexões e ações, o fato de que há línguas/culturas menores – as minoritárias – e línguas/culturas maiores – as majoritárias – e, conseqüentemente, a ideia de que as línguas/culturas sendo minoritárias passam a ser discriminadas porque são de um grupo menor – minoria⁴⁸ – sendo entendidas como movimentos culturais particulares, que merecem reconhecimento do Estado para ganhar

constituindo a ordem do discurso. "Ultrapassando [...] a organização (regra e sistematicidade), podemos chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da histórica (equivoco, interpretação), ao mesmo tempo em que não pensamos a unidade em relação à verdade (organização) mas como referida à posição do sujeito (descentramento)" (*id.*, *ibid.*, p. 47).

⁴⁷ CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2002 (*apud* PACHECO, Denise. *A Língua Portuguesa em Macau e os efeitos da frustrada tentativa de Colonização Linguística, Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: Difusão da língua portuguesa, n° 39, p. 41-66, 2009*).

⁴⁸ Muitas vezes, as chamadas 'minorias' são a maioria.

existência jurídica, e que, portanto, para se consolidarem como línguas/culturas, e serem "respeitadas", devem ser "amparadas" e "protegidas" por leis⁴⁹. São políticas públicas que, ao considerarem como diferentes as línguas/culturas, designam a diferença em relação a um critério. E pensar essa diferença nas condições de produção de um mundo ocidental capitalista globalizado, implica que o argumento da especificidade ou da diversidade por si só não pode se constituir em garantia de que a diferença será interpretada como efeito do que é diferente por suas singularidades, porque essa diferença será lida (por A) como as peculiaridades do outro (B) produzindo efeitos de familiaridade em (A); é o reconhecimento desse outro diferente (B) pelas diferenças já denominadas e conhecidas por (A) que se produz como efeito de sentido do que é diferente. Conforme Badiou (1995),

Uma primeira suspeita nos assalta quando consideramos que os apóstolos conhecidos da ética e do 'direito à diferença' se mostram visivelmente *horrorizados por toda diferença um pouquinho sustentada*. Pois para eles os costumes africanos são bárbaros, os islâmicos medonhos, os chineses totalitários e assim por diante. Na verdade esse 'outro' não é apresentável a não ser que seja um *bom* outro, o que vem a ser, então, *o mesmo que nós* ... Respeito pelas diferenças, claro! Mas desde que o diferente seja democrata-parlamentar, partidário da economia de mercado, suporte da liberdade de opinião, feminista, ecologista ... O que também pode ser dito assim: eu respeito as diferenças contanto naturalmente que aquele que difere respeite, exatamente como eu, as ditas diferenças. Do mesmo modo que 'não há liberdade para os inimigos da liberdade', assim também não há respeito por aquele cuja diferença consiste precisamente em não respeitar as diferenças. (*id., ibid*, p.34)

Produzem-se, nesse dizer ocidental capitalista mundializado sobre a designação da diferença, por exemplo, efeitos de sentido de inclusão do diferente minoritário perante a maioria dominante, (processo de interpretar a divisão do real em maior e menor), que se materializam sob várias modalidades. Como, por exemplo, a que chamamos de

⁴⁹ É de 1999 o Projeto de Lei nº 1676 do Sr. Aldo Rebelo que "dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências" no sentido de proibir palavras e expressões em língua estrangeira, ou seja, os estrangeirismos, como lemos a seguir, "Art. 4º Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei". No dia 9 de dezembro de 2010, o presidente Lula editou o decreto nº 7.387 instituindo o *Inventário Nacional da Diversidade Linguística*. Tal inventário é de responsabilidade do Ministério da Cultura e visa à "identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

museificação ou congelamento – gestos políticos de organizações internacionais textualizados em documentos e em práticas languageiras e administrativas no sentido de proteção e salvaguarda de povos, línguas e culturas 'ameaçadas de extinção', tomando como evidente a possibilidade de interromper o processo histórico que faz movimentar sujeito/língua/cultura colocando-os como objetos apartados do momento político-histórico-ideológico em que estão – são sujeitos/línguas/culturas para serem mantidos e protegidos como patrimônios culturais da humanidade (conferir os patrimônios culturais protegidos pela UNESCO)⁵⁰.

Outros efeitos de sentidos produzidos pelas organizações internacionais nas condições de produção de um mundo ocidental capitalista mundializado sobre a diferença nos remetem aos da tão decantada 'inclusão democrática' – gestos políticos que significam o modo pelo qual todos, mesmo os diferentes, devem ser incluídos e se considerar incluídos, porque é o sistema democrático o sistema de governo desses Estados-nações que se consideram membros das organizações internacionais, como a ONU, a UE, o MERCOSUL, a CPLP, dentre outras. E, nesse sentido, a democracia deve sustentar um governo para todos, por todos e de todos. Mas, pensando discursivamente, consideramos que as relações entre sujeitos/línguas/espacos são relações de poder, portanto, políticas e assimétricas por disputa por sentidos. Nessa luta, há sentidos que circularão como hegemônicos, produzindo efeitos que parecem ser os verdadeiros, os naturais, enquanto que outros ficarão silenciados, ou como se não fizessem sentido.

Um exemplo disso é o caso das línguas consideradas oficiais pela Organização das Nações Unidas (ONU) e das consideradas línguas de trabalho. Esse lugar de língua oficial e de língua de trabalho instituídos pela ONU é um espaço simbólico em que o funcionamento do político determina a relação de força entre as línguas em disputa. A ONU, até hoje, tem seis línguas oficiais – árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol,

⁵⁰ Existem várias organizações internacionais que trabalham para proteger sociedades, culturas e línguas. As organizações internacionais como o IILP, a ACALAN, a OIF, a União Iberoamericana dentre outras, têm como missão defender a língua portuguesa, as línguas africanas, a língua francesa, e a língua espanhola respectivamente. Outro exemplo de organização mundial é a *Survival International*, fundada em 1969, essa é uma organização de apoio aos povos indígenas. Seu objetivo: "ajudá-los a defender suas vidas, proteger suas terras e decidir seu próprio futuro". A *Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural*, aprovada por 185 Estados-Membros em 2001, representa o primeiro instrumento de definição de padrão internacional destinado a "preservar e promover a diversidade cultural e o diálogo intercultural".

usadas pelos delegados na Assembleia, no Conselho de Segurança e no Conselho Econômico e Social, e em que a maioria dos documentos é traduzida. Contudo há apenas duas línguas de trabalho, o inglês e o francês⁵¹, usadas pelo Secretariado Geral, administrador dos programas e das políticas estabelecidas pela ONU. Podemos perceber que, pela divisão política que estabelece a relação entre as línguas na ONU, ser língua oficial não é a mesma coisa que ser língua de trabalho⁵².

Nesse sentido, é importante assinalar que a língua portuguesa é uma das línguas que está nessa relação de disputa por esse lugar de língua oficial, mas não por ser língua de trabalho na ONU, como podemos ler na notícia abaixo. Nesse dizer, sobre o lugar de língua oficial, o equívoco se faz, na medida em que 'língua de trabalho' e 'língua oficial' são tomadas num processo de substituição, como se uma fosse a mesma coisa que a outra.

CPLP delinea estratégia para tornar português em língua oficial da ONU

Os oito Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) acordaram, esta quarta-feira [24 set. 2008], pela primeira vez, em dar os passos necessários para que **a língua portuguesa se torne numa língua de trabalho na Organização das Nações Unidas**. [...]

[...] "Foi desenvolvida uma estratégia" **para tornar o português numa língua oficial da ONU**, que envolve um custo "de alguma dimensão", mas "a importância política é de tal monta que justifica que os países se juntem para suportar os custos", acrescentou Cavaco Silva, recusando-se a revelar os montantes envolvidos. (Disponível em: http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=1017603. Acesso em: nov. 2011) (Grifos nossos)

⁵¹ "A ONU tem a sua própria bandeira, correios e selos postais. São utilizadas seis línguas oficiais: Árabe, Chinês, Espanhol, Russo, Francês e Inglês – as duas últimas são consideradas línguas de trabalho". Disponível em: <http://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu>. Acesso em: nov. 2011.

⁵² Parece existir a categoria de 'língua de documentação' (além de língua oficial e de língua de trabalho), conforme lemos no Plano de Ação de Brasília. Nessa língua de documentação, os documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU seriam traduzidos para sua sistemática circulação. Essa é uma das linhas de ação desse Plano. "Considerar as medidas necessárias para a possível introdução do português como 'língua de documentação' das Nações Unidas, através da publicação sistemática em português de documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, e por meio da criação de um corpo de tradutores especializados no âmbito do Secretariado das Nações Unidas, cujo funcionamento seria financiado por contribuições dos Estados Membros da CPLP. Nesse sentido, estabelecer um mecanismo de coordenação a ser integrado por representantes das Missões Permanentes dos Estados Membros em Nova Iorque, para avaliar custos e benefícios que decorreriam da introdução do português como 'língua de documentação' daquela Organização. *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*. Disponível em: http://iilp.files.wordpress.com/2011/06/plano-de-ac3a7c3a3o-de-brasc3adlia_mar_20101.pdf. Acesso em: dez. 2012.

O fato de a maioria das línguas não ser considerada pela ONU como língua oficial da organização e de não poderem, por isso, terem nelas chancelados os documentos internacionais da organização caracteriza um modo de fazer política de línguas. Além disso, há o fato de que, dentre seus 182 países-membros, apenas duas línguas possam ocupar esse lugar de língua de trabalho. Ou seja, não é para todas as línguas esse lugar. Há um custo, e nem todos podem pagá-lo. E quando essa categoria for acessível a outras línguas, possivelmente, outra categoria de língua será criada, para que os sentidos não derivem, e haja o estabelecimento de uma memória em que apenas poucas línguas no espaço da ONU possam garantir a hegemonia da organização. Aqui remetemos para a noção de *aparelho de línguas* de Balibar (1985)⁵³ desenvolvida por Mariani (2004), que faz com que essas línguas de trabalho da ONU, enquanto línguas europeias, se auto- e intersustentem político-ideologicamente, mantendo-se hierarquicamente na mesma posição em função de serem as línguas que constituem uma organização com poderes de intervenção mundial.

Nesse afã de instituir políticas públicas de línguas, esses instrumentos normativos enunciam um lugar, de um lugar, um funcionamento igual e simétrico para todas as línguas, que as significam (tanto no privado quanto no público) como no mesmo patamar político-ideológico. Mas como na relação entre elas esse funcionamento e lugar são hierarquizados, as desigualdades são reintroduzidas através da ideia da "tradição", da "origem histórica comum" (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2010). Esse discurso da igualdade entre as línguas se inscreve nos dizeres, por exemplo, da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* de 1996⁵⁴, que assume "a diversidade como recurso enriquecedor". Nesse discurso, ressoam dizeres sobre língua e cultura já formulados no século XVIII-XIX, por autores como Johann Gottfried von Herder (1744 – 1803), cujo pensamento institui as bases não só do que conhecemos como tradição romântica, referente a um período histórico

⁵³ Esta noção será mais explorada na nota 68. Sobre isso cf. Balibar (1985) *La institution du français*. Essai sur Le colinguisme dès carolingiens à La République; e cf. Mariani (2004) *Colonização Linguística*. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI-XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII).

⁵⁴ Não nos esqueçamos de que há outros instrumentos jurídicos que sustentam esses direitos como universais, na evidência de que todos são incluídos, apagando o político e o histórico da relação entre sujeito/língua/espaço, como por exemplo, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, e a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*.

determinado, mas também de uma concepção cultural da realidade social que continua muito presente e atual no modo de olhar para essa realidade (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004b). Dessa concepção, como aponta a autora, a conformação dos Estados-nacionais estaria fundamentada

num contraste etno-cultural pré-existente entre diferentes grupos sociais, concebidos enquanto comunidades naturais; sua unidade surgiria do fato de que seus membros compartilham língua, crenças, costumes, hábitos, lembranças e tradições comuns, acumuladas e transmitidas ao longo da história. As nações seriam o resultado do desenvolvimento natural dessas comunidades, o modo de auto-organização política a partir de suas características etno-culturais originárias. A cultura não é mais aí o reflexo do espírito individual, da alma do indivíduo, sua essência divina, mas o reflexo de um espírito coletivo, comunitário, do *Volksgeist*, ou espírito do povo, sua essência natural, exprimida fundamentalmente pela língua, alma da nacionalidade, seu veículo e encarnação. (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004b).

Segundo Rodríguez-Alcalá (2010), em oposição ao monolinguismo dos Estados nacionais modernos que unificaram de forma coercitiva, linguística e culturalmente, os territórios que dele faziam parte, invisibilizando as diversas outras línguas e culturas, está o multilinguismo, filosofia sob a qual se produzem as políticas públicas contemporâneas que vem na defesa da preservação da diversidade linguística e cultural. Essa passagem da visão mono- para a multi- decorre de determinações históricas que levaram ao crescimento da urbanização, aos grandes movimentos migratórios tanto internos quanto externos ao Estado nacional, à reformulação das fronteiras nacionais em relação às novas adaptações do modo capitalista de sociedade, que, por sua vez, deram visibilidade em cores fortes à existência de múltiplas línguas/sujeitos e culturas. Nessa discursividade do multi-, joga a do 'direito das minorias', a da 'diferença', e a da garantia da diversidade, que as políticas públicas procuram enfrentar com a elaboração de instrumentos jurídicos em defesa dessa 'multiplicidade de'.

O que Rodríguez-Alcalá (2010) nos mostra é que essas

políticas linguísticas propostas ou instituídas estão apoiadas numa *visão cultural* do vínculo social em que a cultura é definida da perspectiva da *etnicidade*. [...] [e que é] através da formulação etnicista da questão da

tradição e da origem comum, [que se constrói] uma concepção *consensual* das sociedades, impedindo o real reconhecimento da *diferença*, propósito das políticas que se dizem *democráticas*. (*id.*, *ibid.*, p. 128)

Na análise desses instrumentos, em seu artigo, Rodríguez-Alcalá (2010) nos mostra o percurso da constituição do conceito de etnicidade, trazendo duas posturas clássicas para tratar a questão. Uma inscrita na filiação francesa que pretende distinguir, na diversidade das línguas, os princípios universais do pensamento humano considerados *animais racionais*, o que sustentaria uma *racionalidade universal*, e uma segunda filiada à filosofia alemã que crê no "caráter *irredutível* das diferenças, enquanto modos sempre *particulares* de apreender a realidade, o que é comum à existência dos seres humanos, *universal*, é o *relativismo* da maneira pela qual se relacionam com o mundo de acordo com sua cultura. E é essa visão relativista, particularista, que sustenta a formulação do conceito de etnicidade" (*id.*, *ibid.*, p. 129).

Assim, a noção de etnicidade que está na definição da *natureza do vínculo social* é aquela que se dirige para uma determinada definição de cultura, cuja característica principal é sua *orientação para o passado*. Segundo Rodríguez-Alcalá (2010), "o que determina o pertencimento a um grupo é o fato de seus membros terem uma *origem comum* e partilharem, assim, uma *herança cultural*, representada por uma série de *símbolos identitários* (língua, costumes, tradições) que são *transmitidos de geração em geração ao longo da história*" (*loc. cit.*). Isso que autora chama de *consenso etnocultural* produz um duplo efeito de exclusão: para dentro do grupo social, pelo efeito de homogeneização produzido pela ideia de afinidade baseada nas tradições – quem não se reconhece nesses *símbolos identitários* está excluído; e para fora do grupo social, pelo vínculo social no passado, na mesma origem – quem não partilhar dessa origem nunca será 'parte integrante' do grupo, o que é base de posturas xenofóbicas (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2010, p. 129-130).

A autora observa que mesmo tendo sofrido reformulações críticas, ainda hoje, na base dessas reformulações ressoam as formulações clássicas de Herder (2003 [1766]) e Tönnies (1979 [1887]).

Herder (2003 [1766]), em reação ao ideário iluminista dos princípios universais do pensamento, advoga pelas formas singulares e irredutíveis com que cada nação apreende a realidade, desenvolve-se e transmite às gerações ao longo do tempo, conforme lemos a seguir,

Si le mots ne sont pas de simples signes, mais, pour ainsi dire, les enveloppes dans lesquelles nous percevons les pensées, je dois considérer une langue, en son entier, comme un immense pays de concepts. Des siècles et une succession de générations ont déposé dans ce grand réceptacle leurs trésors d'idées, si bien ou mal formées qu'elles aient pu être. (*id.*, *ibid.*, p. 83)

Então: cada nação com seu modo particular de ver o mundo, e todos os indivíduos que a ela pertencem com o mesmo pensamento, as mesmas opiniões e a mesma sensibilidade, pela língua: "le trésor de pensées de tout un peuple" (*loc. cit.*).

Rodríguez-Alcalá (2010) aponta um primeiro equívoco nessa conceituação elaborada por Herder em relação à diferença. Na verdade, ao criticar a uniformidade *universal* do pensamento, ele a traz para o interior do nacional, em que se reconstitui a ideia do *consenso*. E, segundo Herder esse *consenso* seria *natural e preexistente*, porque para ele as nações são entidades *predestinadas e naturais*. A autora observa que "uma vez que a língua é o *veículo* e a *encarnação* da nação, ela seria a *expressão* e a *encarnação* do consenso daqueles que a integram" (*id.*, *ibid.*, p. 132).

A autora conclui, a partir da análise, que a definição relativista da diversidade está ancorada numa *hierarquização* de povos e culturas, que não questiona a clássica oposição *selvageria/civilização* e os atributos que a acompanham. As línguas, dessa perspectiva relativista, não têm as "mesmas capacidades", não sendo, pois, "aptas" a desempenhar as mesmas "tarefas"; e um povo só pode ter "grandes poetas" se a língua for "poética", diz Herder. A autora observa que, dessa perspectiva, "a diferença é formulada em termos de uma *desigualdade* que decorre de "capacidades" e incapacidades" intrínsecas as quais, sendo *naturais e predestinadas*, não podem ser modificadas ou adquiridas (pela via da educação, por exemplo, como propõe o projeto iluminista)" (*id.*, *ibid.*, p. 133).

Tönnies (1979 [1887]) é trazido para a reflexão sobre políticas públicas na medida em que trata dos laços comunitários ("raízes últimas") que fazem com que as minorias étnicas ganhem coesão social. O autor apresenta sua formulação considerando a divisão entre *comunidade* (*Gemeinschaft*), em que os laços são primários, naturais, de sangue, afetivos, ligados ao passado e à história comuns e se estenderiam ao nível da nação – o modelo seria a família; e *sociedade* (*Gesellschaft*), em que os laços são secundários, artificiais, mecânicos, racionais, e se estenderiam à metrópole e ao Estado.

Para Tönnies, essas duas formas de agrupamento seriam de certa forma inseparáveis posto que dialeticamente implicadas, pois uma forma surgiria da outra, no processo de desenvolvimento cultural e histórico, o que leva a pensar a oposição *tradição/modernidade*, que, para ele, se articulariam de "modo harmônico", já que pensa que esses "laços primordiais, afetivos" não deveriam desaparecer "nos laços mecânicos, racionais" da vida em sociedade.

Nesse ponto da reflexão, Rodríguez-Alcalá (2010), nos mostra como Tönnies se aproxima de Herder ao definir *Gemeinschaft* como uma *entidade orgânica*, "que seria o resultado da *vontade natural* ou *orgânica* da comunidade, cujos 'motivos descansam na vida orgânica e vegetativa' (cf. TÖNNIES 1979 [1881], p. 119). A *unidade* da comunidade é definida em termos de uma *totalidade orgânica*, em que *o todo é idêntico às partes*, pois resulta de uma *unidade original das vontades humanas naturais*, definida como *consenso*" (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2010, p. 135). Esse consenso é instituído pelo *passado*, ("la voluntad antural deriva del pasado" (TÖNNIES 1979 [1881], p. 116) e determinado pelos costumes e tradições comuns. E, o "órgão real" do consenso, segundo Tönnies, é a linguagem ("El órgano real del consenso, mediante el cual se desarrolla y mejora, es el lenguaje" (*id.*, *ibid.*, p. 45)). A autora nos mostra que se repete o efeito da dupla exclusão (para o interior de um grupo social e para fora dele) quando Tönnies funda o vínculo comunitário no passado, impedindo assim que "os estranhos" se integrem como membros efetivos da comunidade.

Pensando aqui a forma como a CPLP se conforma enquanto comunidade, e as línguas que coloca na invisibilidade, isso só poderia se dar na medida em que ela construísse o vínculo entre os países pelo *passado*, pela *história* e pela *origem comuns*,

como o faz; do contrário, "os estranhos" estariam excluídos. Mas aí há a contradição, porque não se pode silenciar as memórias dos espaços, dos sujeitos e das línguas. Nesse dizer da homogeneidade, irrompe o que não faz par, falha o ritual da inclusão pelo *vínculo afetivo, natural, orgânico*: não são países irmãos, não falam a mesma língua portuguesa.

Assim, a "valorização de uma base cultural própria" produz um efeito de sentido na direção de que essa cultura é um fenômeno natural, que explica a sociedade. Se compreendermos os processos sociais enquanto processos naturais, estaremos dizendo que as determinações da vida social estão fora do alcance e da responsabilidade dos sujeitos. Assim, não podemos concluir que as diferenças entre as sociedades correspondam a diferenças naturais – a cultura se inscreve na história e no simbólico para fazer sentido no sujeito e para o sujeito.

Ao tomarmos o discurso da CPLP como objeto de análise, consideramos esse discurso como sendo filiado a redes de memória hegemônicas que se atravessam, memórias essas temporalizadas, que se apresentam como institucionais, legítimas, memórias já resultantes do confronto e do gerenciamento dos sentidos produzidos em uma época determinada, em uma formação social determinada. Contudo, para produzir os efeitos de sentido como o faz, esse discurso, que se coloca como atual, diferente, "novo", atualiza essas redes de memória parecendo produzir uma memória outra, sentidos outros: o discurso que "aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia significante, apoiando-se em retalhos dele para instalar o novo" (ORLANDI, 2003a, p. 13).

Tomamos o discurso da CPLP como um dizer que parece deslocar sentidos, a partir do momento em que interpreta o acontecimento discursivo da colonização como "um patrimônio comum resultante de uma convivência multissecular que deve ser valorizada" (CPLP, 1996), entendendo acontecimento como um "ponto de encontro de uma atualidade e uma memória" (PÊCHEUX, 2002, p. 17), e pensando a relação entre acontecimento e discurso como Pêcheux (*id., ibid.*, p. 56):

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos [...].

Nesse encontro do discurso com o real contingente da história, há um jogo de força investido nessa memória para que seja estabilizada em uma determinada direção. Esse jogo, podemos descrever *a priori* no par regularização-desregularização, isto é, um embate de posições-sujeitos por sentidos que, de um lado, mantenham

uma regularização pré-existente com os implícitos que ela [a memória] veicula e confortá-la como 'boa forma', estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; mas também, ao contrário, o jogo de força de uma 'desregulação' que vem perturbar a rede dos implícitos (PÊCHEUX, 1999, p. 53)

Como o que está em jogo é a multiplicidade de sentidos, falar de memória, então, é inscrever-se no lembrar e no esquecer. Retomando Pêcheux (*id.*, *ibid.*, p. 56), memória "é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização." Dependendo da relação de forças entre as diferentes formações discursivas e ideológicas a que se filiam as diferentes posições-sujeitos no discurso, determinados sentidos se tornam hegemônicos, enquanto os outros ficam silenciados por um determinado tempo, mas não totalmente esquecidos, podendo voltar a circular na memória social no momento em que se alterarem as relações de força entre as formações ideológicas, em que as mudanças históricas reconfigurarem o passado.

Como resultado de um processo histórico de disputa de interpretação para acontecimentos passados ou presentes, determinados sentidos são apagados, outros encadeamentos são dados a causas e consequências, surgindo daí uma linearidade que conduz a uma evidência bem explicada. Há a reapropriação de eventos passados e sua reorganização. Desse modo, essa memória que se hegemoniza garante o efeito imaginário de continuidade entre épocas reproduzindo e projetando, assim, sentidos dominantes. Essa linearidade da memória nos dá a ilusão de que é constituída sem contradições, mas sabemos que há lacunas, interpretações silenciadas por deslocamentos inerentes ao próprio fato da

repetição. Essa memória exerce o papel compatível com a atuação da memória histórica oficial (MARIANI, 1998).

O discurso da CPLP sobre os sentidos de língua portuguesa, nesse jogo de força entre memórias, faz estabilizar sentidos que se filiam à memória da colonização e do capitalismo/globalização, desencadeando um processo de produção de sentidos que constrói o modo como os sujeitos e as línguas dos países membros dessa organização devam ser ditos homogêneos, silenciando ou fazendo esquecer, nesse jogo, suas diferenças e suas diversidades histórico-políticas constitutivas de suas relações e laços sociais.

Assim, os sentidos em disputa arregimentam não só a situação imediata, mas também as situações em que os outros discursos foram produzidos, as situações sócio-histórico-ideológicas. Eles têm relação com a exterioridade do texto, com o interdiscurso, com outros discursos, com a memória discursiva, isto é, o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito. Assim o interdiscurso afeta o modo como o sujeito produz sentido (ORLANDI, 2003b, p. 31).

Nesse efeito de estabilização parafrástica, o discurso da CPLP sobre língua portuguesa se junta e se encorpa ao discurso de outras organizações internacionais, aqui, nessa análise, representadas pela Aliança de Civilizações das Nações Unidas (AdC/UNAOC – United Nations Alliance of Civilizations) e pela organização dos Três Espaços Linguísticos (TEL – Trois Espaces Linguistiques/Tres Espacios Lingüísticos) – formados teoricamente pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o espaço lusófono; pela Organização Internacional Francófona (OIF), o espaço francófono; e pela União Latina (UL) e a Organização Iberoamericana (OEI), o espaço hispanófono⁵⁵.

Nos dizeres dessas organizações, a formulação sobre a diversidade cultural, religiosa e linguística entre as diferentes sociedades nacionais membros dessas organizações, (que convivem em espaços bem diversificados, não importando a

⁵⁵ É interessante observar que o 'TEL' é um espaço europeu numa nova organização do espaço das línguas em que o italiano e o alemão não comparecem. Apesar de ter havido colônias italianas (por exemplo, Líbia (1912-1931), Quênia (1890-1963), Somália (1889-1961)) e alemães (por exemplo, Namíbia (1878-1990), Nigéria (1900-1960), Tanzânia (1895-1961) e Togo (1884-1960)) na África, a Itália e a Alemanha parecem ter sido apagadas nessa narratividade sobre as línguas na África. Poderíamos pensar esse silenciamento em consequência da mudança da ordem político-econômica acontecida pelas guerras mundiais quando houve uma reacomodação do imperialismo na África a partir do resultado da guerra: os vencidos ficaram de fora, a Itália e a Alemanha não aparecem agora na nova repartição linguística que se está fazendo desse espaço.

proximidade ou a distância geográfica entre elas), se repetem e se recobrem, produzindo discursividades parafrásticas sobre universalidade, determinismo e comunitarismo. Ao dizerem da diversidade e da diferença, unem vozes sobre: a *humanidade*, entendendo o homem como universal; o *consenso necessário*, entendendo como resignação inescapável e, portanto, consentimento obrigatório ao que há, isto é, ao *status quo* a que estamos subordinados, ao "nosso mundo (de mercado) globalizado"; e a *preocupação com o outro*, entendendo como ideal a coexistência tranquila entre as "comunidades" pela superação/erradicação de "preconceitos e percepções equivocadas que, muitas vezes, levam a conflitos entre Estados e comunidades heterogêneas" e pela "prevenção das lutas extremistas", conforme pretendemos dar visibilidade nos recortes analisados *a posteriori*.

Nesse jogo de força entre memórias, produzem-se dizeres que, da mesma maneira, re-atualizam um passado e projetam formulações que vão na direção de retomada e regularização de 'implícitos' que produzem efeitos de sentido para a desigualdade/diferença, seja ela econômica, cultural, linguística, seja social, histórica, como desejável, pela política multilinguística/multicultural, desde que administrada e regulada, porque significada pelas organizações internacionais/supranacionais como diferença de grau, acidental.

Segundo Hardt e Negri (2010)⁵⁶, há um nova forma de configuração do poder global, e nessa nova estrutura do capital, as organizações supranacionais desempenham um importante papel. Para eles, toda diferença é uma oportunidade, no esquema capitalista de mercadoria e consumo. O mercado mundial estabiliza uma verdadeira política da diferença que a organiza no interesse do lucro, chamando esse gesto de "administração da diversidade".

Estamos acostumados a pensar que a natureza e a biologia são fixas e imutáveis, e que a cultura é plástica e fluida: as culturas podem mudar

⁵⁶ Esses autores desenvolvem uma reflexão sobre a nova ordem política da globalização, ativa e em expansão, uma nova ordem universal que não aceita limites – o Império (que não é o imperialismo) – ordem que traz uma mudança radical às noções de soberania, nação e povo, e que reconhece como crescente o poder das organizações supranacionais que ajudam a definir uma nova forma de produção global, com seus regimes de exploração e controle característicos dessa ordem mundial contemporânea. Hardt e Negri (2010) argumentam, ainda, que a nova ordem capitalista traz um potencial subversivo com seus "revolucionários nômades" conectados à internet.

historicamente e se mesclar para formarem infinitos híbridos. Da perspectiva da teoria racista imperial, entretanto, existem rígidos limites para a flexibilidade e a compatibilidade das culturas. As diferenças entre culturas e tradições são, em última análise, insuperáveis. É inútil e até perigoso, de acordo com a teoria imperial, permitir que culturas se misturem, ou insistir em que o façam: sérvios e croatas, hutus e tutsis, afro-americanos e coreano-americanos precisam ficar separados.

Como teoria de diferença social, a posição cultural não é menos 'essencialista' do que a biológica, ou pelos menos ela estabelece um terreno teórico igualmente forte para a separação e a segregação social. Ainda assim, é uma posição teórica pluralista: todas as identidades culturais são iguais em princípio. Esse pluralismo aceita todas as diferenças sobre quem somos, desde que concordemos em proceder com base nessas diferenças de identidade [...]. [...] A substituição teórica de raça ou biologia por cultura [...] mostra-nos como [é possível] adotar o que é tradicionalmente tido como posição anti-racista e ainda manter um forte princípio de separação social. (*id.*, *ibid.*, p. 212)

Esse discurso pluralista de inclusão pela "aceitação da diferença" é mobilizado em relação não só ao espaço nacional ou supranacional, mas também ao espaço virtual. Com relação a esse pluralismo e a esse separatismo/exclusão, Baldini (2011), ao tratar da constituição de processos de identificação do sujeito na internet em relação às discursividades por eles produzidas que circulam na cidade significando a eles próprios e à cidade, nos diz da diferença apontando que, ao nivelamento do político pela tecnologia que faz com que muitos sujeitos identifiquem-se imaginariamente tendo ilusão de autonomia,

contrapõe-se aqueles que, mesmo tendo acesso à internet, não se identificam com as discursividades dominantes, e, estando dentro, permanecem fora, exclusão que se deixa ver numa expressão que circula pela rede: 'maldita inclusão digital'. Malditos esses, de fora, que se colocam dentro da ilha de privacidade narcisista da internet e que abalam a balada tediosa dos discursos do universalismo burguês, pois se é verdade que a sociedade espetacular reúne os contrários na figura da imagem, é preciso lembrar que '*o espetáculo reúne o separado, mas reúne como separado*' (DEBORD, 1967, p.23 *apud* BALDINI, 2011, p. 60)

Assim, algumas das questões que direcionaram nossa análise foram: a quem interessa denominar como 'diversidade cultural' e 'multilinguismo' as diferentes práticas sociais dos sujeitos? Como essas políticas são produzidas? Por quem? Para quem? Para quê?

Trazemos para a análise recortes a partir de textos pesquisados e encontrados no *site* e através do *site* da CPLP.

A partir dos recortes, analisamos textualizações que apresentam as formulações de três organizações internacionais diferentes sobre a "diversidade cultural e religiosa" e o "multilinguismo". Esses recortes trazem marcas de regularidade que permitem compreender um pouco mais sobre nosso objeto. São eles:

- a) CPLP – Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP de 2010; Declaração Constitutiva da CPLP de 1996; Reunião Extraordinária de Ministros da Educação e da Cultura da CPLP de 14-15 de novembro de 2008;
- b) Aliança de Civilizações (AdC/UNAOC) - II Plano de Implementação da Aliança (2009-2011); o B-A-BA da Aliança (11 setembro 2008); Declaração do Rio de Janeiro do III Fórum Mundial da Aliança de civilizações (30 maio 2010);
- c) TEL – Texto de apresentação do *site* da CPLP na aba TEL; Texto sobre o "Dialogue avec les autres espaces linguistiques" do *site* da OIF; e notícia do portal Global News (<http://www.portugalvivo.com/spip.php?article3479>) "Lusofonia, francofonia e hispanofonia procuram conquistar espaço num Mundo dominado pela cultura anglo-saxónica" (2008).

Os recortes foram nomeados R seguidos de números sequenciais (por exemplo, R1 significando Recorte 1), para facilitar a referência no interior do próprio trabalho de pesquisa. Em seguida, procedemos à confecção de um conjunto de paráfrases em que procuramos mostrar os deslizamentos, a partir das questões que nos colocamos, e pudemos observar o trabalho produzido pelo efeito metafórico – lugar da interpretação e da historicidade.

Passamos a uma breve apresentação das organizações internacionais aqui trazidas.

A CPLP

Em julho de 1996, os Chefes de Estado e de Governo dos sete países que então adotavam o português como língua oficial, reunidos na cidade de Lisboa, criaram oficialmente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), aprovando a sua

Declaração Constitutiva e os seus Estatutos. Essa organização internacional, formada inicialmente por Portugal, Brasil e pelos cinco Estados africanos de língua portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe)⁵⁷, tem o papel de ser "o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre seus membros", tendo dentre os seus objetivos centrais a busca da articulação entre seus Estados-membros nas relações internacionais e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa no mundo.⁵⁸

A ideia da criação de uma "Comunidade Lusófona" (ou "Comunidade Lusíada") remonta, pelo menos aos anos 1950 aparecendo – com maior ou menor intensidade – nas obras de intelectuais brasileiros e portugueses filiados a diversas formações ideológicas, como Gilberto Freyre (1900-1987), Darcy Ribeiro (1922-1997), Agostinho Silva (1906-1994) e Silvio Romero (1851-1914), estes dois últimos considerados como precursores da ideia dessa Comunidade.

Segundo Freixo (2009), Agostinho da Silva, a princípio, formulou a concepção de uma "Comunidade Luso-Afro-Brasileira", que reproduzia uma "visão de caráter universalista, místico, visionário, espiritualista, mítico, messiânico" (*id.*, *ibid.*, p. 139) que remete aos escritos do Padre Antônio Vieira sobre o "Quinto Império" (*cf.* seção 4.4). Ainda segundo o autor, Agostinho Silva acreditava que Portugal era o "responsável pelo início do processo de mundialização", carregando

uma missão histórico-messiânica: a de ser o responsável pela paz mundial devido aos laços constituídos por ele, no passado, com os diversos povos do mundo, **pois 'se no passado, Portugal unificou o mar'**⁵⁹, sua tarefa futura será a unificação do mundo pelo espírito, pela língua, constituindo-se a nação portuguesa como a pátria virtual de quantos a falam', entendendo, assim, esse 'Portugal' como, acima de tudo, a língua portuguesa e seus valores, e não mais o 'Portugal-Território' preso aos limites de suas fronteiras geográficas. (FREIXO, 2009, p. 140 – grifos e nota nossos)

⁵⁷ Desde 2002, a organização tem um oitavo Estado-membro, o Timor Leste.

⁵⁸ *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Disponível em: www.cplp.org.

⁵⁹ Aqui podemos refletir sobre uma questão interessante: a justificativa para a "vocação", a "missão para a paz" de Portugal é "ter unificado o mar no passado" – apagamento feroz do processo de colonização e do massacre que em nome dela se produziu.

Ao longo das últimas cinco décadas, a CPLP tornou-se um tema recorrente no discurso de políticos e intelectuais brasileiros e, principalmente, portugueses, reaparecendo constantemente em diferentes conjunturas. No entanto, a discussão sobre a sua constituição só ganha força, de fato, na década de 1980, quando em Portugal começa a se ensaiar um "retorno ao Atlântico", depois de uma década em que a integração à Europa era a preocupação central (FREIXO, 2009).

A CPLP é oficialmente criada num encontro chamado Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo nos dias 16 e 17 de julho de 1996. Nesse encontro, ao final, divulgou-se um comunicado conjunto ("Comunicado Final da Cimeira Constitutiva da CPLP") no qual se expunham resumidamente os objetivos e os ideais norteadores da CPLP. Em vários trechos desse comunicado, é possível identificar o que se pode chamar de "discurso da lusofonia",

Os chefes de Estado e de Governo reafirmaram a sua determinação e empenho em que a Comunidade, que tem na **Língua Portuguesa um patrimônio histórico comum**, seja dotada de mecanismos e instrumentos que, reforçando os **vínculos seculares que os unem**, valorize também a sua ação externa ao serviço dos valores da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social. (SARAIVA, 2001, p. 189-192).

Não podemos deixar de assinalar que, nesses dizeres, as políticas praticadas por essa organização se orientam pela via de uma certa democracia que pensa a inclusão pelas ideias da cultura orientada para o passado, que remete a uma concepção etnicista de "cultura", "tradição", "língua e passado comuns", configuradas no contexto do processo histórico de instituição das línguas nacionais promovido pelo Estado, processo no qual as línguas autóctones ficaram excluídas do aparato jurídico-administrativo em prol da unidade nacional construída em torno de uma língua oficial. Pensando a CPLP e suas políticas de línguas, compreendemos esse processo de exclusão em prol de uma unidade supranacional, construída em torno de uma língua oficial para todos os Estados-membros. E, podemos dizer, além da exclusão para fora, existe o apagamento do conflito, da violência que

representou essa "unidade": a conquista de territórios e sociedades para o império português.

Não nos esqueçamos de que a CPLP produz, enquanto organização internacional e supranacional, o efeito de retorno da realização do sonho português de "cumprir sua missão como ator central na história da humanidade", seu destino imperial (*cf.* seção 4.4). A CPLP é a esperança de que poderá voltar a desempenhar esse papel (FREIXO, 2009).

A "Aliança de Civilizações"

Foi durante o debate da 59ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 21 de setembro de 2004, que a ideia de formar uma "Aliança de Civilizações" começou a tomar corpo a partir de uma proposta do então Presidente da Espanha José Luis Zapatero, logo após os atentados terroristas ocorridos em 11 de março de 2004 no metrô de Madri –, ideia que, desde o início, foi copatrocinada pelo Primeiro-Ministro da Turquia Recep Tayyip Erdogan. Em 14 de julho de 2005, o Secretário-Geral das Nações Unidas na época, Kofi Annan, formalizou o lançamento estabelecendo a criação de um "Grupo de Alto Nível" composto por "20 personalidades", entre elas o brasileiro Cândido Mendes.

Em abril de 2007, o então Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, designou o ex-presidente de Portugal, Jorge Sampaio, seu Alto Representante para a Aliança de Civilizações. Foi estabelecido, ainda, o "Grupo de Amigos da Aliança de Civilizações", atualmente formado por mais de cem países e entidades internacionais. Atendendo a convite da Espanha, em novembro de 2006, o Brasil integrou-se a esse Grupo.

O que é a "Aliança de Civilizações" (*United Nations Alliance of Civilizations*)? Segundo a própria organização,

A Aliança de Civilizações é uma iniciativa, no âmbito das Nações Unidas, que busca mobilizar a opinião pública em todo o mundo para superar preconceitos e percepções equivocadas que, muitas vezes, levam a conflitos entre Estados e comunidades heterogêneas. Objetiva, ademais, contribuir para o estreitamento das relações entre sociedades e comunidades de extração cultural e religiosa diversas, assim como

enquadrar a luta contra o extremismo na perspectiva da prevenção. A iniciativa atua em quatro áreas prioritárias: educação, juventude, meios de comunicação e migrações.⁶⁰

O que é o "Grupo de Alto Nível" (*High Level Group*)? O grupo que comanda a organização foi escolhido pelo Secretário Geral das Nações Unidas, à época Kofi Annan, com os primeiros-ministros da Espanha e da Turquia. Os membros são líderes proeminentes nos campos da política, da Academia, da sociedade civil, das finanças internacionais e da mídia de todas as regiões do mundo. Esses membros trabalham de forma a avaliar "as forças que contribuem para o extremismo, e recomendar ação coletiva contra essas forças", priorizando "as relações (especificamente, no período entre novembro de 2005 e novembro de 2006) entre sociedades muçulmanas e sociedades ocidentais."

O que é o "Grupo de Amigos da Aliança de Civilizações" (*Group of Friends*)? Segundo texto de apresentação no próprio *site* da organização, esse grupo é "uma comunidade de países e organizações internacionais que ativamente promovem os objetivos da Aliança e trabalham em nível global, regional, local, por todo o mundo, funcionando como suporte político. Os "Planos Nacionais e de Estratégias" feitos pela Aliança são "um convite aos países para gerarem um processo interno no sentido de se apossarem dos objetivos e dos alvos da Aliança de Civilizações, criando oportunidades concretas de troca de experiências e aprendizados para lidar com a crescente diversidade cultural, novos problemas de identidade e conflitos."⁶¹

Os "Três Espaços Linguísticos"

A organização internacional dos "Três Espaços Linguísticos" iniciou-se a 20 de Março de 2001, com a organização do primeiro encontro em Paris, por ocasião do Dia Internacional da Francofonia⁶².

⁶⁰ Recorte do texto de apresentação da página brasileira da Aliança de Civilizações das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.alianadecivilizacoes.mre.gov.br/pt-br/>. Acesso em: jul. 2011.

⁶¹ Disponível em: <http://www.unaoc.org/about/group-of-friends/>. Acesso em: jul. 2011.

⁶² O termo "francophone" aparece pela primeira vez em 1887, na escrita teórica do geógrafo Onésime Reclus, que propunha uma classificação dos grupos humanos com base nas línguas faladas. Tratava-se da

Os "Três Espaços Linguísticos" tem um *site* com *link* em uma das páginas da CPLP, cujo texto de apresentação diz que "compreendem um extenso conjunto de povos, línguas e culturas que somam mais de 1200 milhões de homens e mulheres, e as suas organizações representam 80 Estados e governos presentes em todos os continentes."

É importante ressaltar que os "três espaços linguísticos" são assim denominados ao longo do texto, sem sequer haver uma definição de quem ou quais são. Não há como recuperar pelo próprio texto de apresentação produzido pela CPLP, os assim chamados "três espaços linguísticos". A seguir, o texto que apresenta os "Três Espaços Linguísticos" na página da CPLP:

Os Secretários Gerais e Executivos dos **Três Espaços Linguísticos** têm vindo a reunir-se anualmente, procurando consolidar a diversidade cultural e linguística no mundo.

Os **Três Espaços Linguísticos** reuniram-se no dia 21 de Abril de 2008, em Lisboa, tendo estado igualmente presentes os Secretários Gerais da ALECSO e da União Latina. Foram adoptadas diversas resoluções.

Relativamente à intercompreensão das línguas latinas, considerando que a diversidade cultural e linguística é uma das riquezas fundamentais do património da Humanidade e que o seu respeito constitui um elemento necessário das políticas de desenvolvimento, os **TEL** concordam na necessidade de encorajar a diversidade linguística, desde a infância, a fim de criar condições para a formação do cidadão plurilingue.

As delegações das Organizações presentes neste encontro recomendaram a difusão das decisões acima mencionadas junto dos órgãos especializados, bem como a sua introdução nos programas escolares dos diferentes sistemas educativos, procurando a divulgação das abordagens plurilingues nas escolas e a formação de educadores especialistas nos métodos de intercompreensão.

No que se refere ao Plurilinguismo, reafirmaram a vontade comum de incentivar os países membros a ratificarem a Convenção da Unesco sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais. Igualmente, confirmaram a intenção de colaborar com a Unesco no sentido de promover o Ano Internacional dos Idiomas.

Neste ano de 2008, proclamado Ano Internacional dos Idiomas pela Organização das Nações Unidas, os **Três Espaços Linguísticos** reiteraram o vínculo com o princípio do multilinguismo.

Além de destacarem o objectivo da quinta reunião de trabalho dos **TEL**, expressaram também o interesse no programa estratégico da União Europeia em prol do multilingues.

preocupação em classificar as "raças humanas" empregando o termo num sentido diverso do que é usado hoje (MARGARIDO, 2000, p. 12). A difusão do termo "francofonia" começa a se tornar divulgado já na década de 1960.

As delegações presentes reiteraram também o compromisso de respeitar a Agenda de Túnis a favor da Sociedade da Informação e, principalmente, a sua Grande Orientação C8 “Diversidade e Identidade Culturais, Diversidade Linguística e Conteúdos Locais” que **recomenda a criação de terminologias, dicionários, tesouros e ferramentas de tradução automatizada, para facilitar a todos a compreensão, a expressão e a transmissão de conhecimentos. Desta forma, comprometeram-se a reunir uma equipa de especialistas para elaborar um projecto de criação de um instrumento comum de enriquecimento, colecta, harmonização e difusão terminológica**⁶³.

Os representantes dos **Três Espaços Linguísticos** mencionaram a importância do uso da sinalização multilingue nos Estados membros e concordaram em criar um Grupo de Trabalho para o aprofundamento da questão e a sensibilização dos Ministros da Cultura e Turismo para a inclusão deste assunto nas agendas das próximas reuniões.

No domínio das indústrias culturais, tendo em vista a Resolução sobre a diversidade cultural, assinada a 20 de Outubro de 2006, em Paris, as delegações foram unânimes em enfatizar a relevância e actualidade do tema.

Consideraram, ainda, a importância da criação de mecanismos para a elaboração de políticas culturais harmonizadas e o aprofundamento da pesquisa e da cooperação, sobretudo, nas áreas das novas tecnologias ponderando a sua rápida evolução.

Nesse sentido, será constituído um grupo de trabalho para estudar as formas de maximizar a eficiência da distribuição e difusão dos bens culturais no âmbito dos **TEL**.

As delegações assumiram a responsabilidade de informar os Estados membros sobre os projectos e as recomendações adoptadas durante a reunião.

Foi ainda programada uma reunião técnica, em Lisboa, num prazo de 45 a 60 dias, para implementação das decisões tomadas nesta reunião.

Os Secretários Gerais congratularam-se com a presença no Encontro do Dr. Jorge Sampaio, Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, cuja intervenção foi acolhida com elevado apreço.

A reunião foi concluída com a leitura solene de um texto em homenagem ao poeta e pensador antilhano Aimé Césaire, recentemente falecido, pela sua relevante contribuição para a igualdade e solidariedade entre todos os povos.

Ao término dos trabalhos, o Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique Iglesias, propôs que a próxima reunião dos **TEL** tivesse lugar em Madrid, em 2009, o que foi consensualmente aceite pelos presentes.⁶⁴ (Grifos e notas nossos)

⁶³ Como se os instrumentos e a terminologia se produzissem a partir de um discurso neutro, recortado das condições sócio-histórico-ideológicas que constituem os sujeitos dessa discursividade sobre os três espaços linguísticos.

⁶⁴ Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=183>). Acesso em: jul. 2009.

A expressão "três espaços linguísticos" se parafraseia durante o percurso de leitura pela expressão "TEL", que, concluímos, é a sigla de "Três Espaços Linguísticos".

O funcionamento da expressão "três espaços linguísticos" e sua sigla nos remete ao que diz Pêcheux (1997 [1975]), em seu capítulo Discurso e Ideologia, referindo-se à forma sujeito e a como o processo da interpelação-identificação produz o sujeito no lugar deixado vazio (*id., ibid.*, p. 142-185), e, conseqüentemente, o sentido, ambos, sujeito e sentido, se produzindo como efeito.

Nesse ponto, Pêcheux (1997 [1975]) observa que o sentido de uma palavra não existe "em si mesmo", mas que é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que essas palavras são produzidas; que a ideologia funciona como interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso pelo "complexo das formações ideológicas" fornecendo 'a cada um' "sua 'realidade', enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas" (*id., ibid.*, p. 162); que essa interpelação se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva (FD) que o domina; que é próprio da FD dissimular, "na transparência do sentido que nela se forma a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa FD como tal, objetividade material que reside no fato de que 'algo fala' (*ça parle*) sempre 'antes, em outro lugar e independentemente', isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas" (*id., ibid.*, p. 162); que "essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, [...] 'pré-construído' e 'processo de sustentação') que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito" (*id., ibid.*, p. 163).

Tendo essas formulações no horizonte, compreendemos a expressão "Três Espaços Linguísticos" e sua paráfrase como um *pré-construído*. Ou seja, como um dos elementos do interdiscurso que remete simultaneamente "àquilo que todo mundo sabe", "aos conteúdos de pensamento do 'sujeito universal' suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma 'situação' dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do 'contexto situacional'" (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 171).

Desse modo, o pré-construído – que corresponde ao "sempre-já-aí", ao efeito da interpelação ideológica que "fornece-impõe a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade" (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 164) – aparece determinando o sujeito da CPLP quando diz "Três Espaços Linguísticos", impondo-lhe ao mesmo tempo que dissimulando-lhe seu assujeitamento à formação discursiva dominante e ao seu interdiscurso. Podemos dizer que, ao enunciar, no intradiscurso (enquanto 'fio do discurso' do sujeito), "Três Espaços Linguísticos" como uma evidência, o sujeito "tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro 'já-dito' do intra-discurso no qual ele se articula por 'co-referência'" (*id.*, *ibid.*, p. 167).

Ao final do texto já citado, encontram-se listados os nomes das delegações participantes do grupo dos três espaços linguísticos (que se autodenomina TEL), representantes das Organizações Internacionais presentes à reunião que teve por finalidade "consolidar a diversidade cultural e linguística no mundo":

CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa); **OIF** (Organização Internacional da Francofonia); **SEGIB** (Secretariado-Geral Iberoamericano); **OEI** (Organização dos Estados Iberoamericanos); **União Latina**; **ALECSO** (Organização Árabe para a Educação, Cultura e Ciência); **AUF** (Agência Universitária da Francofonia); **AULP** (Associação das Universidades da Língua Portuguesa).

A AUF, a AULP e a ALECSO (Arab League Educational, Cultural and Scientific Organization), estão como delegações observadoras. É interessante compreender como o discurso do multilinguismo é um modo do discurso da globalização, que re/produz uma política global de diferença estabelecida pelo mercado mundial definida pela imposição de novas hierarquias, por um constante processo de hierarquização. As línguas, no caso, sempre em disputa, procuram ganhar o lugar já ocupado por outras, em hegemonia, por exemplo, o inglês. Dessa forma, refletimos sobre os argumentos seguintes, no caso, em relação ao efeito de apoio árabe ao espanhol, francês, português, e ao efeito de apoio das três línguas entre si. Considerando que: as organizações representantes são de língua portuguesa, espanhola e francesa; que nos Três Espaços Linguísticos, a diversidade

linguística nesse espaço deve se dar "entre as línguas neolatinas" "a fim de criar condições para a formação do cidadão plurilíngue", (o árabe não estaria incluído, pois não é língua neolatina); que essa organização árabe endossa a premissa dos TEL, sabendo ela que a língua árabe não faz parte do grupo das neolatinas; que a ALECSO, no artigo 1º da sua constituição, se compromete a consolidar a "unidade do pensamento árabe entre países do mundo árabe" e a "desenvolver principalmente os recursos humanos árabes, enfatizando a educação, a cultura, as ciências, o meio ambiente e a comunicação no mundo árabe, promovendo a cultura árabe e árabe-islâmica dentro do mundo árabe e fora dele"⁶⁵; então, compreendemos que aí joga um reconhecimento que se funda sobre um esquecimento das determinações sócio-históricas que constituem esses tão diferentes espaços linguísticos.

A questão das novas hierarquizações que precisamente aparecem nessa compreensão que fizemos do recorte, aponta para o equívoco do 'igual lugar' para 'todas as línguas'. No nosso caso, referindo-se à situação supranacional, exterior aos Estados, agora não mais para as línguas em relação no interior dos Estados Nacionais, em que a oposição se opera contra o predomínio da língua nacional/de Estado *comunidade linguística versus grupo linguístico* (cf. seção 4.5), conforme aponta Rodríguez-Alcalá (2010) ao analisar a *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Mas na instância supranacional, para fora dos Estados Nacionais. Esse equívoco parece se repetir na medida em que a hierarquização se repete, agora entre os Estados Membros da organização supranacional que pelo intrínseco da assimetria das relações entre sujeitos e língua e espaços, não cessa de se inscrever aí o real da diferença, que é silenciada pelo sentido de homogeneidade produzido pelo discurso da "cultura orientada para o passado", conforme já foi visto anteriormente.

É no *site* da Organização Internacional da Francofonia, que encontramos materializada a paráfrase referente aos "três espaços linguísticos" como "línguas", a espanhola, a francesa e a portuguesa (sem o árabe). Compreendemos que seu objetivo maior, – apesar de serem várias organizações, mas definidas como apenas três organizações internacionais e reunidas em uma (Três Espaços Linguísticos) –, é "colocar em prática acções que assegurem a presença do espanhol, do francês e do português nas organizações

⁶⁵ *Purposes and Aims.* Disponível em: http://www.alecso.org.tn/lng/index.php?option=com_content&task=view&id=53&Itemid=79&lang=em. Acesso em jun. 2011 (tradução nossa).

internacionais. A Agência Intergovernamental da Francofonia foi designada coordenadora do projecto." Conforme reproduzido abaixo,

O projecto STIL tem como objectivo a realização de acções comuns aos **Três Espaços Linguísticos** a favor da manutenção e do desenvolvimento do estatuto e do uso **das línguas** na vida internacional, e mais especificamente no âmbito das organizações internacionais. **Concretamente, trata-se de colocar em prática acções que assegurem a presença do espanhol, do francês e do português nas organizações internacionais.** A Agência Intergovernamental da **Francofonia** foi designada coordenadora do projecto.

O projecto STIL deve desenvolver-se para actuar tanto a longo prazo como de modo urgente, com acções concretas de cooperação entre as organizações dos **TEL** no campo das organizações internacionais.

[...] Realizar-se-á uma acção-piloto de aprendizagem da intercompreensão entre **as línguas neolatinas** durante o ano de 2003 na Comissão Europeia e no sistema das Nações Unidas em Genebra.⁶⁶

Em uma notícia encontrada na internet no *site* de um jornal chamado *Global Notícias*⁶⁷, lemos dizeres do secretário-geral da OIF afirmando a ação da organização "Três Espaços Linguísticos" em favor da defesa e da prevalência das línguas francesa, espanhola e portuguesa em relação à língua inglesa. Abaixo o texto da notícia.

"A língua e a cultura única, de matriz anglo-saxónica, são um "risco" global que exige esforços conjugados dos principais espaços linguísticos para manter a diversidade", defendeu o **secretário-geral da Organização Internacional da Francofonia**, Abou Diouf. "A **globalização** actual tende a promover **uma língua única – sim, o Inglês, infelizmente – um pensamento único**", disse Diouf, ex-presidente do Senegal. "Não só para defender as **nossas línguas e civilizações**, mas para o equilíbrio do Mundo, temos o dever de nos unirmos aos outros espaços linguísticos – **não contra o Inglês**, mas para assegurar um Mundo mais harmonioso e rico na sua diversidade", afirmou ainda.

"**É preciso afastar os riscos de homogeneização.** Precisamos de identidades positivas que contribuam para uma civilização do Universal, onde cada povo, cada etnia, cada civilização dê a sua parte", afirmou.

⁶⁶ Disponível em: http://www.3el.org/rubriquePT.php3?id_rubrique=22. Acesso em: jul. 2011.

⁶⁷ Disponível em: <http://www.portugalvivo.com/spip.php?article3479>. Título da notícia: "Três línguas unidas para combater o inglês: lusofonia, francofonia e hispanofonia procuram conquistar espaço num mundo dominado pela cultura anglo-saxónica" (terça-feira 22 de abril de 2008). Acesso em: jul. 2009. A página apresenta versões em duas das três línguas mencionadas no artigo: em francês e em português. A versão em espanhol não aparece.

As propostas visam chegar a soluções comuns no domínio da sinalética, criar um banco de terminologia das diferentes línguas – que **permita evitar o recurso a expressões do Inglês** – e discutir estratégias de cooperação nas indústrias culturais – cinema, música e literatura.

Na sua intervenção, **Diouf fez questão de homenagear o ex-presidente português Jorge Sampaio, representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, cuja causa afirmou "apoiar sem reservas" e à qual ofereceu "toda a cooperação" da francofonia.**

No final do encontro, os secretários-gerais e executivos dos Três Espaços Linguísticos (3EL) comprometeram-se a elaborar um instrumento comum de enriquecimento, colecta, harmonização e difusão terminológica.

Há um jogo de relações de força que aí se tece, a partir dos imaginários que circulam sobre essas três línguas: francês, português e espanhol; e sobre essas três línguas e o inglês, por exemplo. Nesse recorte, repete-se o equívoco que produz o modo de enunciar a igualdade entre as línguas, só que re-herarquizando-as.

A forma como o discurso da globalização se re/produz no modo do *multi-* faz apagar uma memória histórica da colonização também ela sustentada por uma discursividade sobre a diferença pela hierarquia, por exemplo, no caso das línguas.

Aqui retomamos o conceito de Renée Balibar (1985)⁶⁸ sobre *aparelho de línguas*, já mencionado, formulação produzida a partir do conceito althusseriano de aparelhos ideológicos de Estado para afirmar que a língua francesa está "além do próprio aparelho de Estado" (*id., ibid.*, p. 11-12). Posteriormente, Mariani (2004) formulou sobre o conceito para falar de língua portuguesa, dizendo, "o português e a maioria das demais línguas europeias estão em um mesmo patamar de auto- e inter-sustentação político-ideológica, no qual elas mesmas se mantêm hierarquicamente na mesma posição em função de serem línguas nacionais". Com alcance e prestígio internacional, diríamos no caso do nosso objeto. E, a autora continua, "são línguas já instituídas e institucionalizadas porque são práticas socialmente regularizadas e repetíveis, fazendo parte desse aparelho de línguas,

⁶⁸ É de Balibar (1985), também, o conceito de *colinguismo*. Para a autora, "um colinguismo é uma associação de certas línguas de Estado em um aparelho de línguas no qual elas encontram sua legitimidade [...] Sem essa associação, aberta ou latente, e sem as práticas correspondentes (tradução, gramatização) [...], a norma linguística não pode nem ser instituída, nem funcionar, quer dizer que ela simplesmente não existe. O francês nacional-internacional existe no seio do aparelho em que ele está oficialmente e gramaticalmente associado à sua antiga língua (o latim, ele mesmo ligado ao grego) e às suas línguas parceiras. O colinguismo, se se faz completamente sua análise, basta para definir a instituição do francês (sua fundação como língua nacional e suas estruturas estabelecidas) [...]" (*id., ibid.*, p. 14).

de um aparelho de letrados e de um sistema de ensino" (cf. MARIANI, 2008). Hoje, pensando no espaço das organizações internacionais, as línguas se auto- e inter-sustentam político-ideologicamente num novo modelo de hierarquização, por serem línguas 'supranacionais' e 'universais', de acordo com a política global de diferença significada pelo mercado mundial. Podemos pensar no caso das línguas de trabalho e das línguas oficiais da ONU, por exemplo, já mencionadas.

A política global de diferença estabelecida pelo mercado mundial é significada pela imposição de novas hierarquias, por um constante processo de re-hierarquização. As línguas, no caso como o espanhol, o português e o francês, sempre em disputa, procuram ganhar o lugar já ocupado por outras, em hegemonia, por exemplo, o inglês. Nesse ponto, observamos que os dizeres para o inglês parece significá-lo não como espaço, conforme os Três Espaços Linguísticos, mas como algo que é "onipresente", pairando sobre todos os espaços, como se ele não tivesse uma distribuição espacial, estando em todos os espaços. A respeito dos efeitos de sentido para a língua inglesa em sua relação à língua portuguesa e às outras línguas, no sentido de ultrapassar a própria ordem da língua para se tornar uma "habilidade básica", ou no sentido de sobredeterminar os espaços de outras línguas, apresentamos dois recortes do relatório que se intitula "Promoção da língua portuguesa no mundo" (2008), em que a Fundação Luso-Americana apresentou "O Projecto de Promoção da Língua Portuguesa nos EUA – *Portuguese Language Initiative*". Seu objetivo, como o próprio relatório declara, "é colocado nas dimensões políticas e económicas, ou seja, na análise das vantagens para Portugal da promoção da língua e cultura portuguesas no mundo, não se pretendendo uma análise de aspectos pedagógicos, linguísticos ou profissionais". Para tanto, a essa reunião, foram convidados dois especialistas americanos como palestrantes, Nicholas Ostler (História) e David Graddol (Política e economia das línguas), cujas falas foram narrativizadas por dois portugueses responsáveis pelo texto do relatório. Abaixo, os dois recortes do texto do relatório.

RECORTE 1:

Ostler concluiu a palestra salientando que **o português "tem características únicas mas partilha alguns aspectos com outras grandes línguas"**. O papel da língua portuguesa na religião "foi mais duradouro do que o seu papel enquanto língua de comércio". Assim,

refere Ostler, a História da língua portuguesa fornece algumas lições para o inglês, pois as bases nas quais assenta o domínio desta língua são **também** económicas, logo pouco sólidas e muito voláteis. Ostler é de opinião que o mundo abandonará de forma muito rápida "e com pouca nostalgia" **a sua fidelidade à língua inglesa** no caso de ocorrerem mudanças na estrutura económica global que elevem novos países e diferentes grupos linguísticos. (VICENTE; PIMENTA, 2008)

RECORTE 2:

David Graddol iniciou a sua palestra referindo que algumas tendências recentes e ainda pouco conhecidas relacionadas com o ensino da língua inglesa abrem importantes oportunidades para o ensino de outras línguas estrangeiras, como, por exemplo, o português. Nos últimos anos, **vários sistemas educativos deixaram de tratar o inglês como uma “língua estrangeira” para o assumir como um *basic skill*. Tal como a matemática, hoje considera-se que o inglês é um meio para um fim e uma qualificação básica.** Assim, o inglês é ensinado em níveis cada vez mais baixos. Esta tendência tem-se inserido em reformas mais vastas do sistema educativo e tem acontecido em vários países na América Latina, na Europa (**como em Portugal, por exemplo**) e na Ásia e **explica-se pela predominância do inglês no mundo.** O facto do inglês ser ensinado mais cedo abre importantes oportunidades para o ensino de outras línguas estrangeiras no ensino secundário. **Como os alunos já chegam a esse nível com um conhecimento considerável de inglês têm disponibilidade para começar a aprender uma segunda língua estrangeira.** (VICENTE; PIMENTA, 2008)

Para Ostler (recorte 1), em sua comparação do inglês com o português, há uma chance remota de a língua portuguesa assumir o domínio mundial, "no caso de ocorrerem mudanças na estrutura económica global que elevem novos países e diferentes grupos linguísticos". E, nesse caso, concluímos que o novo país a assumir a liderança económica mundial para ter sua língua mundializada deverá ser Portugal. No vaticínio desse fantástico cenário (em que as chances de o inglês perder a liderança e de o português assumir essa liderança são mínimas), Ostler continua na comparação das duas línguas, dizendo que há chances, ainda, para o português se mundializar, pois 'tem características únicas **mas** partilha alguns aspectos com outras grandes línguas'. Os aspectos são o religioso e o económico/comercial. E, nessa comparação, o português também sai perdendo. Porque, mesmo permanecendo como língua pela religião, o que possui um efeito mais duradouro, que ele considera positivo, a língua portuguesa não consegue o lugar que o inglês ocupa, o

da 'fidelidade mundial' a ela, apesar de o inglês tê-lo conseguido pelo aspecto econômico/comercial, o que, segundo Ostler, é uma 'base pouco sólida e volátil'. É de se observar que é pela economia e pelo comércio que os Estados Unidos da América do Norte se mantiveram e se mantêm, desde o final do século XIX, todo o século XX, e até o atual momento do século XXI, como potência mundial central, momento que Mészáros (2003) denomina como "imperialismo global hegemônico" baseado na força dominante dos Estados Unidos nesse contexto do capitalismo atual. Pensando nesse cenário, perguntamos, o que é preciso não dizer para poder dizer 'base pouco sólida e volátil'?

Para Graddol (recorte 2), ao comparar a língua inglesa com a língua portuguesa no mundo, procura deslocar a língua inglesa do seu domínio de língua estrangeira e significá-la em outro, como um meio necessário para uma 'qualificação básica', como algo que estaria na base do conhecimento do sujeito de qualquer região do mundo que vai se qualificar para existir no mundo globalizado. Nessa medida, ele diz que "deixaram de tratar o inglês como uma 'língua estrangeira' para o assumir como um *basic skill*", "um meio para um fim". Deixando vago, assim, o lugar da língua estrangeira para qualquer outra que queira se aventurar a ser significada nesse lugar. Tanto assim o é que, segundo o relatório "O português, tal como todas as outras línguas estrangeiras, não está em competição com o inglês mas sim com as outras línguas de expressão global e cultural" (*id.*, *ibid.*, 2008). Mas, ao mesmo tempo, isso é contradito, na medida em que busca se ressignificar numa memória de língua hegemônica em disputa com o inglês, como vimos na análise do recorte em que há o deslize de **língua oficial** para **língua de trabalho** na ONU.

Segundo Calvet (1995), com relação ao inglês, as políticas da francofonia, hispanofonia e lusofonia para manter ou melhorar as posições das línguas francesa, castelhana e portuguesa fora da Europa levam a uma contradição em relação ao inglês: tentam defender do inglês as próprias línguas, buscando rechaçar a hegemonia do inglês na Europa, e, ao mesmo tempo, agem de forma imperialista nos países de "Terceiro Mundo" em termos das políticas adotadas em suas relações com as línguas africanas, as indígenas e as dos imigrantes, por exemplo. Mas perguntamos se é possível, a partir daí, falar da posição do Brasil em relação tanto a Portugal quanto à África, como se reproduzisse uma política de imposição da sua língua. Seria também uma política imperialista como a dos

européus? Ou já existiria aí um deslocamento pensando o modo como a história do saber sobre a língua se constituiu no Brasil? Como circulam os sentidos de língua brasileira na África e em Portugal, e no próprio Brasil?⁶⁹

Além de ser preciso compreender o processo de constituição de sentidos que leva os três espaços linguísticos – a hispanofonia, a lusofonia e a francofonia – a se historicizarem como o foram e, a partir daí, a se agruparem numa organização única, é preciso também observar como esses ditos três espaços linguísticos são representados diferentemente nessa organização. A hispanofonia é representada, nessa organização, por pelos menos três outras organizações de fala hispânica: a União Latina (UL), a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI) e o Secretariado Geral Iberoamericano (SEGIB), o que significa já uma deriva de sentidos, se considerarmos que se tratam de línguas "espanholas" que se historicizaram em espaços outros diferentemente; a francofonia é representada pela Organização Internacional da Francofonia (OIF) que fez o gesto inaugural dos três espaços linguísticos, e pela Agência Universitária da Francofonia (AUF); a lusofonia é representada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), apenas.

A seguir, apresentamos alguns recortes feitos a partir dos dizeres das organizações trazidas à cena analítica.

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP (2010)

R1 Consciente de que o espaço da CPLP, Comunidade pluricontinental, é também distinguido e enriquecido pela sua diversidade cultural e pelo multilinguismo dos seus Estados membros; Tendo em conta as recomendações da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural de 2002 e a Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005;

R2 Considerando o trabalho que vem a ser desenvolvido pela Aliança das Civilizações na governação da diversidade cultural e a adesão da CPLP e dos Estados membros ao Grupo de Amigos daquela Aliança;

R3 Reconhecer a diversidade cultural e o multilinguismo como factores de enriquecimento da Comunidade, a serem protegidos e valorizados;

⁶⁹ Para o caso do Brasil há várias pesquisas e publicações a respeito. Cf. dentre outros Zoppi-Fontana, M.; Diniz, L.; Orlandi, E.; Mariani, B.; Payer, O.; Pfeiffer, C.; Nunes, H.; Dias, L.; Guimarães, E.; Baldini, L.; Silva, M. V. da; de Souza, P.; de Souza, T.; Morello, R.; da Silva, T.

R4 Instar os Estados membros que, até a presente data não o fizeram, a aderir ou ratificar a Convenção da UNESCO sobre a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, a Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005 e outros instrumentos relacionados com a diversidade cultural e o multilinguismo;

R5 Reafirmar a função crucial da Língua Portuguesa na génese da CPLP, na sua construção, no seu futuro e como elemento impulsionador de convergência na diversidade;

R6 Implementar, no decurso da Presidência angolana, o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa⁷⁰, levando-se em consideração a diversidade cultural e o multilinguismo nos Estados membros.

Declaração Constitutiva da CPLP (1996)

R7 [A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa] Consideram imperativo: • Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação;

R8 Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia.

Reunião Extraordinária de Ministros da Educação e da Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Centro Cultural de Belém, Lisboa, 14-15 de Novembro de 2008 - Declaração Final

R9 Reconhecendo a importância das culturas que se expressam em Língua Portuguesa, bem como a diversidade linguística e cultural dos países da CPLP.

AdC/UNAOC – ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES

1 - II Plano de Implementação da Aliança

R10 Na estrutura geral da Aliança de Civilizações, os Planos Nacionais para Diálogo Intercultural constituem a principal ferramenta política da organização. Apenas os Planos Nacionais para diálogo intercultural preparados por Países membros, permitirão a introdução e/ou consolidação de práticas da boa governança e o desenvolvimento, em tempo, de políticas efetivas garantindo o direito à diversidade, assim como uma cultura de paz e direitos humanos para todos os cidadãos;

⁷⁰ Basicamente, o Plano de Ação de Brasília considera as medidas e as estratégias necessárias para que o "processo de mundialização da língua portuguesa" se efetive e, nesse contexto, sublinham "o apoio à introdução do português em organizações internacionais, bem como a sua utilização efetiva naquelas em que o português já constitui língua oficial ou de trabalho". *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*. Disponível em: http://iilp.files.wordpress.com/2011/06/plano-de-ac3a7c3a3o-de-brasc3adlia_mar_20101.pdf. Acesso em: dez. 2012.

R11 Todos os países enfrentam o desafio de boa governança da diversidade cultural. Não se trata apenas de integrar os migrantes ou minorias. Trata-se de preparar os corações e mentes de todas as pessoas para o fato de que a globalização nos força a viver em uma aldeia global onde somos permanentemente confrontados com dilemas de identidade e questões de diversidade. Trata-se de educação, de aprender como vivermos juntos em nosso mundo globalizado, onde os conflitos em qualquer lugar são conflitos de qualquer lugar e onde as diferenças culturais e religiosas dividem nossas sociedades;

R12 Embora os próximos Fóruns também devam continuar a tratar das divisões culturais mais urgentes do momento, o Fórum do Rio (2010) certamente ajudará a reforçar o alcance mundial da Aliança e a lançar luz sobre a relevância do diálogo Sul-Sul. A ampla questão de boa governança da diversidade cultural se beneficiará das perspectivas recentes, principalmente pela incorporação ao Fórum da dimensão linguística da diversidade cultural. Por exemplo, como já anunciado pelo país anfitrião, a "Comunidade dos Países de Língua Portuguesa" também fornecerá uma contribuição para o Fórum do Rio, como expressão de diversidade cultural.

2- O B-A-BA da Aliança (Aliança de Civilizações das Nações Unidas)

R13 A Aliança propõe-se desenvolver a agenda das Nações Unidas da Boa Governança da Diversidade Cultural. Ao propor-se intervir nos quatro domínios atrás referidos, que até recentemente eram sobretudo vistos como políticas do foro interno dos Estados e tratados isoladamente, a Aliança inova porque os traz para a Agenda da Boa Governança da Diversidade Cultural;

R14 Embora, por reflectirem situações muito diversas, tais Estratégias não sejam passíveis de ser elaboradas com base num modelo único, deverão tender, pelo menos a prazo, quer a cobrir os quatro domínios de actuação da Aliança (educação, juventude, media e integração de minorias/migrações), quer a incluir medidas e práticas que traduzam o conjunto de princípios definidores da boa governança da diversidade cultural. Tratando-se de um domínio relativamente novo, o desenvolvimento de critérios e parâmetros adequados que constituam um paradigma de boa governança da diversidade cultural, constitui, sem dúvida, um desafio futuro para a Aliança das Civilizações, a que não é alheia a problemática do respeito dos Direitos Humanos.

3- Declaração do Rio de Janeiro do III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações

R15 Reconhecendo que todas as culturas, civilizações e religiões contribuem para o enriquecimento da humanidade;

R16 Convencidos de que a diversidade cultural do mundo é uma riqueza a ser valorizada por todos como um fator de paz;

R17 Sublinhando a importância do respeito e da compreensão da diversidade cultural e religiosa, e encorajando tolerância, respeito, diálogo e cooperação entre diferentes culturas, civilizações e povos;

R18 Reconhecendo a importância do diálogo intercultural e inter-religioso para promoção da tolerância, do respeito mútuo e da paz, e expressando o seu apoio a diversas iniciativas tomadas por muitos países e regiões para esse diálogo;

TEL – TRÊS ESPACOS LINGUÍSTICOS

Texto do site da CPLP na aba TEL

R19 Os Secretários Gerais e Executivos dos Três Espaços Linguísticos têm vindo a reunir-se anualmente, procurando consolidar a diversidade cultural e linguística no mundo.

R20 Relativamente à intercompreensão das línguas latinas, considerando que a diversidade cultural e linguística é uma das riquezas fundamentais do património da Humanidade e que o seu respeito constitui um elemento necessário das políticas de desenvolvimento, os TEL concordam na necessidade de encorajar a diversidade linguística, desde a infância, a fim de criar condições para a formação do cidadão plurilíngüe.

R21 Consideraram, ainda, a importância da criação de mecanismos para a elaboração de políticas culturais harmonizadas e o aprofundamento da pesquisa e da cooperação, sobretudo, nas áreas das novas tecnologias ponderando a sua rápida evolução.

R22 O projecto STIL tem como objectivo a realização de acções comuns aos Três Espaços Linguísticos a favor da manutenção e do desenvolvimento do estatuto e do uso das línguas na vida internacional, e mais especificamente no âmbito das organizações internacionais. Concretamente, trata-se de colocar em prática acções que assegurem a presença do espanhol, do francês e do português nas organizações internacionais. A Agência Intergovernamental da Francofonia foi designada coordenadora do projecto.

Site da OIF – Organisation Internationale de la Francophonie

R23 Dialogue avec les autres espaces linguistiques

Une coopération suivie avec les autres espaces linguistiques mondiaux : lusophone, hispanophone, arabophone... est particulièrement fructueuse pour la défense du multilinguisme dans les organisations internationales. Les accords conclus avec le Secrétariat du Commonwealth, l'Organisation des Etats ibéro-américains, l'Union latine et l'Organisation arabe pour l'éducation, les sciences et la culture permettent de développer le dialogue entre les langues et les cultures.

Abdou Diouf rencontrera les Secrétaires généraux et exécutifs des Trois Espaces linguistiques à Lisbonne le 21 avril 2008

R24 Abdou Diouf, Secrétaire général de la Francophonie, participera, le lundi 21 avril 2008, à Lisbonne, à la Rencontre des Secrétaires Généraux et Exécutifs des Trois Espaces linguistiques, à l'invitation de Luis Fonseca, Secrétaire Exécutif de la Communauté des Pays de Langue Portugaise (CPLP), aux côtés d'Enrique Iglesias, Secrétaire Général Iberoaméricain (SEGIB), de Monsieur Bernardino Osio, Secrétaire général de l'Union latine, d'un représentant du Secrétaire Général de l'Organisation des Etats Iberoamericains (OEI), et en présence de Monsieur Mongi Bousnina, Directeur général de l'Organisation arabe pour l'Education, la Culture et les Sciences (ALECSO).

Lusofonia, francofonia e hispanofonia procuram conquistar espaço num Mundo dominado pela cultura anglo-saxónica terça-feira 22 de Abril de 2008, por GLOBAL Notícias⁷¹

R25 A língua e a cultura única, de matriz anglo-saxónica, são um "risco" global que exige esforços conjugados dos principais espaços linguísticos para manter a diversidade, defendeu o secretário-geral da Organização Internacional da Francofonia, Abou Diouf. "A globalização actual tende a promover uma língua única – sim, o Inglês, infelizmente – um pensamento único", disse Diouf, ex-presidente do Senegal. "Não só para defender as nossas línguas e civilizações, mas para o equilíbrio do Mundo, temos o dever de nos unirmos aos outros espaços linguísticos – não contra o Inglês, mas para assegurar um Mundo mais harmonioso e rico na sua diversidade", afirmou ainda. "É preciso afastar os riscos de homogeneização. Precisamos de identidades positivas que contribuam para uma civilização do Universal, onde cada povo, cada etnia, cada civilização dê a sua parte", afirmou.

Dispusemos os recortes (R) no Quadro 1 a seguir, para melhor visualização dos dizeres de cada organização por documento, e para facilitar a visibilidade do deslize em relação aos significantes presentes nesses dizeres. Mais adiante, haverá um outro quadro (Quadro 2) com as paráfrases produzidas a partir desses recortes.

Quadro 1 – os recortes dispostos de acordo com cada Organização Internacional

CPLP	Aliança de Civilizações	TEL
<p>1. Declaração sobre a Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP (2010)</p> <p>a) <i>Consciente</i> de que o espaço da CPLP, Comunidade pluricontinental, é também distinguido e enriquecido pela sua diversidade cultural e pelo multilinguismo dos seus Estados membros; <i>Tendo em conta</i> as recomendações da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural de 2002 e a Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005; b) <i>Considerando</i> o trabalho que vem a ser desenvolvido pela Aliança das Civilizações na governação da diversidade cultural e a adesão da CPLP e</p>	<p>1. II Plano de Implementação da Aliança</p> <p>a) Na estrutura geral da Aliança de Civilizações, os Planos Nacionais para Diálogo Intercultural constituem a principal ferramenta política da organização. Apenas os Planos Nacionais para diálogo intercultural preparados por Países membros, permitirão a introdução e/ou consolidação de práticas da boa governança e o desenvolvimento, em tempo, de políticas efetivas garantindo o direito à diversidade, assim como uma cultura de paz e direitos humanos para todos os cidadãos.; b) Todos os países enfrentam o desafio de boa governança da diversidade cultural. Não se trata apenas de integrar os migrantes ou minorias. Trata-se de preparar</p>	<p>1. Texto do <i>site</i> da CPLP na aba TEL</p> <p>a) Os Secretários Gerais e Executivos dos Três Espaços Linguísticos têm vindo a reunir-se anualmente, procurando consolidar a diversidade cultural e linguística no mundo.</p> <p>b) Relativamente à intercompreensão das línguas latinas, considerando que a diversidade cultural e linguística é uma das riquezas fundamentais do património da Humanidade e que o seu respeito constitui um elemento necessário das políticas de desenvolvimento, os TEL concordam na necessidade de encorajar a diversidade linguística, desde a infância, a fim de criar condições para a formação do cidadão plurilíngüe.</p> <p>c) Consideraram, ainda, a importância da criação de mecanismos para a elaboração de políticas culturais harmonizadas e o aprofundamento da pesquisa e da cooperação, sobretudo, nas áreas das novas tecnologias</p>

⁷¹ Disponível em: <http://www.portugalvivo.com/spip.php?article3479>. Acesso em: jul. 2010.

<p>dos Estados membros ao Grupo de Amigos daquela Aliança; c) <i>Reconhecer</i> a diversidade cultural e o multilinguismo como factores de enriquecimento da Comunidade, a serem protegidos e valorizados;</p> <p>d) <i>Instar</i> os Estados membros que, até a presente data não o fizeram, a aderir ou ratificar a Convenção da UNESCO sobre a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, a Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005 e outros instrumentos relacionados com a diversidade cultural e o multilinguismo;</p> <p>e) <i>Reafirmar</i> a função crucial da Língua Portuguesa na génese da CPLP, na sua construção, no seu futuro e como elemento impulsionador de convergência na diversidade;</p> <p>f) <i>Implementar</i>, no decurso da Presidência angolana, o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, levando-se em consideração a diversidade cultural e o multilinguismo nos Estados membros.</p>	<p>os corações e mentes de todas as pessoas para o fato de que a globalização nos força a viver em uma aldeia global onde somos permanentemente confrontados com dilemas de identidade e questões de diversidade. Trata-se de educação, de aprender como vivermos juntos em nosso mundo globalizado, onde os conflitos em qualquer lugar são conflitos de qualquer lugar e onde as diferenças culturais e religiosas dividem nossas sociedades.;</p> <p>c) Embora os próximos Fóruns também devam continuar a tratar das divisões culturais mais urgentes do momento, o Fórum do Rio (2010) certamente ajudará a reforçar o alcance mundial da Aliança e a lançar luz sobre a relevância do diálogo Sul-Sul. A ampla questão de boa governança da diversidade cultural se beneficiará das perspectivas recentes, principalmente pela incorporação ao Fórum da dimensão linguística da diversidade cultural.</p> <p>Por exemplo, como já anunciado pelo país anfitrião, a "Comunidade dos Países de Língua Portuguesa" também fornecerá uma contribuição para o Fórum do Rio, como expressão de diversidade cultural.</p>	<p>ponderando a sua rápida evolução.</p> <p>d) O projecto STIL tem como objectivo a realização de acções comuns aos Três Espaços Linguísticos a favor da manutenção e do desenvolvimento do estatuto e do uso das línguas na vida internacional, e mais especificamente no âmbito das organizações internacionais. Concretamente, trata-se de colocar em prática acções que assegurem a presença do espanhol, do francês e do português nas organizações internacionais. A Agência Intergovernamental da Francofonia foi designada coordenadora do projecto.</p>
<p>2. Declaração Constitutiva da CPLP (1996)</p> <p>a) [A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa] Consideram imperativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos 	<p>2. O B-A-BA da Aliança (Aliança de Civilizações das Nações Unidas)</p> <p>a) A Aliança propõe-se desenvolver a agenda das Nações Unidas da Boa Governança da Diversidade Cultural. Ao propor-se intervir nos quatro domínios atrás referidos, que até recentemente eram sobretudo vistos como políticas do foro interno dos</p>	<p>2. <i>site</i> da OIF – Organisation Internationale de la Francophonie</p> <p>a) Dialogue avec les autres espaces linguistiques</p> <p>Une coopération suivie avec les autres espaces linguistiques mondiaux : lusophone, hispanophone, arabophone... est particulièrement fructueuse pour la défense du multilinguisme dans les organisations internationales. Les accords conclus avec le Secrétariat du Commonwealth, l'Organisation des</p>

<p>de profícua concertação e cooperação;</p> <p>b) Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia</p>	<p>Estados e tratados isoladamente, a Aliança inova porque os traz para a Agenda da Boa Governação da Diversidade Cultural.;</p> <p>b) Embora, por reflectirem situações muito diversas, tais Estratégias não sejam passíveis de ser elaboradas com base num modelo único, deverão tender, pelo menos a prazo, quer a cobrir os quatro domínios de actuação da Aliança (educação, juventude, media e integração de minorias/migrações), quer a incluir medidas e práticas que traduzam o conjunto de princípios definidores da boa governação da diversidade cultural. Tratando-se de um domínio relativamente novo, o desenvolvimento de critérios e parâmetros adequados que constituam um paradigma de boa governação da diversidade cultural, constitui, sem dúvida, um desafio futuro para a Aliança das Civilizações, a que não é alheia a problemática do respeito dos Direitos Humanos.</p>	<p>Etats ibéro-américains, l'Union latine et l'Organisation arabe pour l'éducation, les sciences et la culture permettent de développer le dialogue entre les langues et les cultures.</p>
<p>3. Reunião Extraordinária de Ministros da Educação e da Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Centro Cultural de Belém, Lisboa, 14-15 de Novembro de 2008 - Declaração Final</p> <p>a) Reconhecendo a importância das culturas que se expressam em Língua Portuguesa, bem como a diversidade linguística e cultural dos países da CPLP</p>	<p>3. Declaração do Rio de Janeiro do III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações</p> <p>a) Reconhecendo que todas as culturas, civilizações e religiões contribuem para o enriquecimento da humanidade;</p> <p>b) Convencidos de que a diversidade cultural do mundo é uma riqueza a ser valorizada por todos como um fator de paz;</p> <p>c) Sublinhando a importância do respeito e da compreensão da diversidade cultural e religiosa, e encorajando tolerância, respeito, diálogo e cooperação entre diferentes culturas, civilizações e povos;</p> <p>d) Reconhecendo a importância do diálogo intercultural e inter-</p>	<p>3. Abdou Diouf rencontrera les Secrétaires généraux et exécutifs des Trois Espaces Linguistiques à Lisbonne le 21 avril 2008</p> <p>a) Abdou Diouf, Secrétaire général de la Francophonie, participera, le lundi 21 avril 2008, à Lisbonne, à la Rencontre des Secrétaires Généraux et Exécutifs des Trois Espaces linguistiques, à l'invitation de Luis Fonseca, Secrétaire Exécutif de la Communauté des Pays de Langue Portugaise (CPLP), aux côtés d'Enrique Iglesias, Secrétaire Général Iberoaméricain (SEGIB), de Monsieur Bernardino Osio, Secrétaire général de l'Union latine, d'un représentant du Secrétaire Général de l'Organisation des Etats Iberoamericains (OEI), et en présence de Monsieur Mongi Bousnina, Directeur général de l'Organisation arabe pour l'Education, la Culture et les</p>

	<p>religioso para promoção da tolerância, do respeito mútuo e da paz, e expressando o seu apoio a diversas iniciativas tomadas por muitos países e regiões para esse diálogo;</p>	<p>Sciences (ALECSO).</p> <p>4. "Lusofonia, francofonia e hispanofonia procuram conquistar espaço num Mundo dominado pela cultura anglo-saxónica"</p> <p>a) A língua e a cultura única, de matriz anglo-saxónica, são um "risco" global que exige esforços conjugados dos principais espaços linguísticos para manter a diversidade, defendeu o secretário-geral da Organização Internacional da Francofonia, Abou Diouf. "A globalização actual tende a promover uma língua única – sim, o Inglês, infelizmente – um pensamento único", disse Diouf, ex-presidente do Senegal. "Não só para defender as nossas línguas e civilizações, mas para o equilíbrio do Mundo, temos o dever de nos unirmos aos outros espaços linguísticos – não contra o Inglês, mas para assegurar um Mundo mais harmonioso e rico na sua diversidade", afirmou ainda.</p> <p>"É preciso afastar os riscos de homogeneização. Precisamos de identidades positivas que contribuam para uma civilização do Universal, onde cada povo, cada etnia, cada civilização dê a sua parte", afirmou.</p>
--	---	--

A partir dos recortes dispostos no Quadro 1, pensamos nos termos que se repetem em cada conjunto de dizer a respeito de "diversidade cultural, linguística, religiosa" e "multilinguismo". Agrupamos esses termos à medida que aparecem nos dizeres das organizações nas textualidades já especificadas.

Conjunto de paráfrases possíveis (recortadas a partir dos Recortes no quadro 1)

I – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP

1

espaço/comunidade pluricontinental

[espaço] distinguido e enriquecido pelo multilinguismo

governança da diversidade cultural

reconhecer a diversidade cultural e o multilinguismo – serem protegidos e valorizados

função crucial da língua portuguesa na génese, na construção, no futuro da CPLP, e como elemento de convergência na diversidade

2

realidade cultural nacional e plurinacional [...] reflectindo o relacionamento especial entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia

3

reconhecendo a importância das culturas que se expressam em língua portuguesa, a diversidade linguística e cultural dos países da CPLP

II – Aliança de Civilizações – AdC/UNAO

1

planos nacionais para diálogo intercultural constituem principal ferramenta política introdução e/ou consolidação de práticas da boa governança e o desenvolvimento, em tempo, de políticas/direito à diversidade/cultura de paz e direitos humanos para todos os cidadãos

não se trata apenas de integrar os migrantes e ou minorias

trata-se de preparar os corações e mentes de todas as pessoas [...] para a globalização [que] nos força a viver em uma aldeia global onde somos permanentemente confrontados com dilemas de identidade e questões de diversidade

aprender como vivermos juntos em nosso mundo globalizado onde os conflitos em qualquer lugar são conflitos de qualquer lugar, onde as diferenças culturais e religiosas dividem nossas sociedades

a ampla questão de boa governança da diversidade cultural se beneficiará das perspectivas recentes, principalmente pela incorporação ao Fórum da dimensão linguística da diversidade cultural

continuar a tratar das divisões culturais mais urgentes do momento

2

ao propor-se intervir nos quatro domínios[educação, juventude, media, integração de minorias/migrações] inova porque traz para a Agenda da Boa Governança da Diversidade Cultural o que até recentemente era do foro interno dos Estados e tratados isoladamente desenvolvimento de critérios e parâmetros adequados que constituam um paradigma de boa governança da diversidade cultural, um desafio futuro para a Aliança de Civilizações, a que não é alheia a problemática do respeito dos Direitos Humanos

3

todas as culturas, civilizações e religiões contribuem para o enriquecimento da humanidade diversidade cultural do mundo é uma riqueza a ser valorizada por todos como um fator de paz

respeito e compreensão da diversidade cultural e religiosa, promoção da tolerância, respeito, diálogo e cooperação entre diferentes culturas, civilizações e povos diálogo intercultural e inter-religioso

III – Três Espaços Linguísticos – TEL

1

consolidar a diversidade cultural e linguística no mundo
intercompreensão das línguas latinas
diversidade cultural e linguística é uma das riquezas fundamentais do patrimônio da Humanidade
respeito a diversidade cultural e linguística
diversidade cultural e linguística são elementos necessários das políticas de desenvolvimento
encorajar a diversidade linguística desde a infância para a formação do cidadão plurilíngue.
elaboração de políticas culturais harmonizadas
objetivo do projeto (Estatuto Internacional das Línguas – STIL) assegurar a presença do francês, português e espanhol nas organizações internacionais

2

cooperação com os outros espaços linguísticos mundiais: lusofonia, hispanofonia, arabofonia para a defesa do multilinguismo nas organizações internacionais

3

CPLP/SEGIP/União Latina/OEI/ALECSO

4

A língua e a cultura única, de matriz anglo-saxónica, são um 'risco' global
sim, o Inglês, infelizmente
temos o dever de nos unirmos não contra o Inglês

A partir dos recortes apresentados no quadro anterior, e do conjunto de paráfrases agrupadas foi possível dar visibilidade ao deslizamento dos efeitos de sentidos a partir dos dizeres das organizações CPLP, AdC/UNAOC, TEL. Esses deslizamentos estão agrupados no Quadro 2 a seguir. Percebemos que há, nesse parafrasear, pelos efeitos de sentidos aqui ressoantes, uma tentativa de estabilização e de hegemonia, produzindo discursividades em relação a como essas organizações compreendem a diversidade cultural e linguística.

Quadro 2 – paráfrases e deslizamentos

	CPLP (1996)	AdC/UNAOC (2004)	TEL (2001)
Dizeres das organizações internacionais CPLP, AdC/UNAOC, TEL, pelos	realidade cultural nacional e plurinacional	diálogo intercultural; integrar os migrantes e ou minorias; boa governança da diversidade cultural	consolidar a diversidade cultural e linguística no mundo; intercompreensão das línguas latinas
	comunidade pluricontinental distinguida e enriquecida pelo	todas as culturas, civilizações e religiões enriquecem a	diversidade cultural e linguística é riqueza do

discursos da diversidade cultural e linguística e do multilinguismo	multilinguismo	humanidade; diversidade cultural do mundo é riqueza a ser valorizada por todos como fator de paz	patrimônio da Humanidade
	reconhecimento da importância das culturas em língua portuguesa; reconhecimento da importância da diversidade linguística e cultural dos países da CPLP	respeito compreensão, tolerância, diálogo e cooperação entre diferentes povos, culturas e civilizações; direito à diversidade, cultura de paz e direitos humanos para todos	respeito à diversidade cultural e linguística; encorajar a diversidade linguística – formar cidadão plurilíngue
	total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia	preparar todas as pessoas para a globalização que nos força a viver em uma aldeia global confrontados com dilemas de identidade e questões de diversidade; tratar das divisões culturais mais urgentes; introdução e/ou consolidação de prática de boa governança	cooperar com os outros espaços linguísticos como a arabofonia; a língua e a cultura única, de matriz anglo-saxônica, são um 'risco' global unirmos contra o inglês

A partir do procedimento analítico da paráfrase, consideramos o que segue como possíveis leituras a partir dos dizeres aqui trazidos. Nunca nos esquecendo do não-um do sentido, isto é, pela abertura e opacidade da história e do simbólico é possível um outro sentido, mas não qualquer um e não de qualquer modo.

Esses dizeres são um modo de responder a uma questão incontornável, qual seja, a de que há o multilinguismo e a diversidade cultural e religiosa no mundo. E o como responder a isso leva ao como fazer isso, ou seja, a como tratar a diferença na própria diferença, querendo dizer com isso que o modo como se compreende o outro na sua especificidade e singularidade precisa levar em conta a constituição e a produção dos sentidos no encontro de duas materialidades, a da história e a da língua.

Segundo esse discurso sobre a diversidade das organizações tratadas na análise, o mundo é um 'mundo globalizado', e nesse mundo vive a 'humanidade': 'todos os cidadãos', 'povos', 'civilizações' e 'culturas'. Essa 'humanidade' é 'multilíngüe' e 'diversa cultural e religiosamente'. Isso é um problema que deve ser controlado, apesar de ser uma 'riqueza'. Assim, é preciso resolver a questão da 'diversidade cultural e religiosa no mundo globalizado' 'pela prática da boa governação', porque 'os conflitos em qualquer lugar são conflitos de qualquer lugar', são, na verdade, de todos.

Como, então, conviver 'no nosso mundo globalizado' com a 'diversidade'? É preciso 'controlar os conflitos', é preciso haver a 'intercompreensão das línguas latinas': 'francês, português e espanhol'. O que desliza aqui? O 'árabe' colocado como 'espaço linguístico' na mesma relação com as línguas latinas. É possível haver intercompreensão entre os 'três espaços linguísticos' e a 'arabofonia'? E os 'outros espaços linguísticos mundiais'? Como haver 'cooperação' entre as 'sociedades multilíngues'? E como fica a cooperação se há o 'risco do inglês homogeneizar o mundo'? Deslizam, também aqui, os sentidos de língua inglesa porque produz-se como efeito que o inglês não é 'espaço linguístico' ("temos de nos unir aos outros espaços linguísticos – não contra o Inglês"), mas algo maior contra o qual é preciso "defender as [...] línguas e civilizações". E, ao dizer "o Inglês, infelizmente", perguntamos: poderia ser outra língua, e aí seria 'felizmente' (por exemplo, o francês)? Em seguida, ao dizer "unirmos [...] não contra o Inglês", perguntamos: se não é contra o inglês, contra quem iriam se unir? Ao negar, o sujeito produz efeitos de sentidos que se contradizem, porque constituído pelos esquecimentos enunciativo e ideológico. O seu dizer não se produz nele e não lhe é propriedade exclusiva. Outras vozes falam nesse dizer. "As palavras não significam em si, elas significam porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa" (ORLANDI, 2001b, p. 86). Nessa direção, o sujeito não tem acesso ou controle sobre a forma como os sentidos se constituem nele e nem como ele se constitui pelos sentidos. Dessa forma, pensando as posições sujeito nesse dizer, diremos que é um sujeito que fala como atual Secretário Geral dos Três Espaços Linguísticos que luta contra os "riscos da homogeneização" a favor de uma "civilização do Universal" defendendo a conquista de espaço para o francês, o português e o espanhol, e, que, ao dizer, esquece que fala também como ex-presidente do Senegal, país multilíngue⁷² em que as línguas nacionais vivem em relação de disputa com o francês, a língua do Estado, e não com o inglês.

⁷² "La langue officielle de la République du Sénégal est le Français. Les langues nationales sont le Diola, le Malinké, le Pular, le Sérère, le Soninké, le Wolof et toute autre langue nationale qui sera codifiée." Disponível em: <http://www.gouv.sn/Titre-premier-De-l-Etat-et-de-la.html>. Acesso em: dez. 2012; DAFF, Moussa. Sénégal. Disponível em: <http://www.odf.auf.org/IMG/pdf/issn11516615-chaudenson-22.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

Segundo os dizeres analisados, é preciso 'aprender a viver em nosso mundo globalizado', posto que não há outra forma de significar o mundo, a não ser pela 'erradicação do racismo, da xenofobia', 'integrando' as 'minorias e os migrantes'. Perguntamos, então, integrar a 'humanidade' pela língua ou pelas línguas? De que homem se trata? O ocidental ou o oriental? O originário ou o migrante? O escolarizado ou o não-analfabetizado? O que mora na favela ou o que mora em zona abastada? Quem vai se integrar a quê? Com que língua(s)? Que diversidade está em jogo para se integrar a um mundo globalizado que o acolhe como estrangeiro?

Ainda por esse discurso do multilinguismo e da diversidade, é preciso 'políticas de desenvolvimento e culturais harmonizadas' com as 'práticas da boa governança' do 'nosso mundo globalizado', a partir de 'paradigma' baseado em 'critérios e parâmetros adequados' a 'todos' – universalização – homogeneização.

É preciso 'respeitar', 'reconhecer', 'encorajar', 'proteger', 'valorizar', 'defender', 'consolidar', 'compreender', 'promover', 'tolerar', 'dialogar', 'cooperar' e, finalmente, 'governar bem' o 'multilinguismo e a diversidade cultural e religiosa' porque, apesar de 'enriquecer o patrimônio da humanidade', 'nos força a viver em um mundo onde o confronto é permanente'.

Dizemos, então, que o que desliza é que, quando nesse dizer está posto que o "direito à diversidade, à cultura da paz e aos direitos humanos [é] **para todos**", silencia-se que não é de todo o mundo que se trata e nem é para todo o mundo que se dirige o discurso, mas sim de alguns para alguns: para os que falam e escrevem a língua imaginária portuguesa da lusofonia, a língua imaginária espanhola da hispanofonia, e a língua imaginária francesa da francofonia, por exemplo. E é também para as organizações ocidentais que precisam avaliar "as forças que contribuem para o extremismo, e recomendar ação coletiva contra essas forças", outro exemplo. Ao afirmar que é "para todos", não fica evidente que outros sentidos foram aí silenciados. Perguntamos, o que é preciso não dizer para poder dizer "para todos"?

Nessa mesma direção, em que é necessário não dizer para poder dizer o que se diz e como se diz, trazemos Badiou (1995, p.45), que ajuda a sustentar essa nossa compreensão, observando,

Quando um primeiro-ministro, primeira-voz política de uma ética da cidade, declara que a França "não pode acolher toda a miséria do mundo", ele evita esclarecer com que critérios e métodos vamos discriminar a parte da dita miséria que será acolhida daquela que convidaremos, sem dúvida, nos centros de retenção, a tornar a ocupar seu lugar de morte, a fim de que possamos desfrutar de nossas riquezas não-compartilhadas". (BADIOU, 1995, p. 45).

Por outro lado, quando o membro da Comissão Europeia responsável pelo Multilinguismo, Leonard Orban (2009), define a política do multilinguismo como 'benéfica' aos cidadãos e, em seguida, aponta o 'ambicioso' e 'fundamental' objetivo estratégico dessa política para a União Europeia (UE) ("tornar-se a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo"),

Coube-me definir objectivos políticos ambiciosos e, sobretudo, fazer com que **as línguas** passem a ser consideradas vantagens em vez de barreiras. **A política do multilinguismo** é sobretudo e principalmente feita para **benefício** dos cidadãos.

Contribui também para a prosperidade e para o êxito das empresas, desempenhando um papel **fundamental** no **objectivo estratégico** da União Europeia, que pretende **tornar-se a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo**. (ORBAN, 2009). (Grifos nossos).

reforça o equívoco produzido pelo dizer da diversidade linguística: "todas as comunidades são iguais em direito"⁷³, inclusive, porque, por exemplo, no *site* oficial da EU, lemos "Regra geral, a Comissão Europeia utiliza o inglês, o francês e o alemão como línguas processuais". Além disso, coloca no lugar do econômico os sentidos para as línguas ("vantagens", "prosperidade", "êxito das empresas", "economia baseada no conhecimento"), o que nos faz lembrar com Badiou que o desfrute das riquezas (da política do multilinguismo) não pode ser compartilhado com todos.

Em todos esses recortes trazidos, foi possível ver formulações parafrásticas que dão visibilidade a como essas organizações internacionais significam *língua, política linguística globalizada, história, diferença, humanidade*. O modo como a produção de

⁷³ *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*, 2003 [1996], p. 29.

sentidos, por esse jogo de memória, recorta e determina alguns efeitos de sentidos e não outros, dá visibilidade à inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história. Aí nesse lugar a língua e a história se atravessam pelos deslizamentos de sentidos, pelo equívoco, pelo trabalho da ideologia, quando compreendemos os sentidos que tomam expressões como "respeito a" / "direito a" / "reconhecimento de" / "defesa de" (e tantas outras) a "diferença", a "diversidade" (cultural, religiosa e linguística) significadas nesses discursos da CPLP, da Aliança de Civilizações e dos Três Espaços Linguísticos. Essas formas materiais produzem efeitos de sentidos que vão na direção de que a forma política do multi- em relação à do mono- é a forma atual de conseguir o equilíbrio mundial. Dessa forma, esses efeitos se produzem e sustentam pelo discurso da homogeneidade enquanto efeito de possibilidade de ser igual ao modelo, podendo ser diferente apenas no que é esperado que seja; e já aí hierarquizado em relação ao modelo (*cf. aparelho de línguas* e as novas formas de hierarquia, língua de trabalho e língua oficial da ONU). Efeitos de homogeneidade que direcionam para o universal e global e que se processam nos níveis jurídicos, econômicos e, conseqüentemente, sociais. Todos são iguais perante a lei; na globalização, nenhuma atividade humana pode escapar ao controle do capitalismo⁷⁴; na administração, as políticas públicas produzem o consenso que leva à produção da segregação (ORLANDI, 2010; RODRÍGUEZ, 2004, 2010) – ora apontam para o monolinguismo (língua significando a unidade), ora apontando para o multilinguismo (língua como patrimônio imaterial da humanidade), nos dois casos língua como 'veículo de comunicação'.

Nessa discursividade do multi- não há dissenso sob "risco de desintegração" do sistema; a subordinação está posta nesse tom de igualdade ao modelo, apagando um processo de hierarquização constitutivo desse efeito de homogeneidade, sempre em nome dos interesses "comuns" (de todos como uma totalidade, sem disputas, sem o político) que são "naturais" (determinísticos, desconhecendo o processo sócio-histórico-ideológico das línguas e dos sujeitos).

⁷⁴ "O capitalismo contemporâneo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China) e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique de fora do seu controle" (GUATARRI, 1987, p. 211).

É ainda nessa direção que é possível sustentar por esse discurso dessas organizações internacionais a universalidade das relações entre línguas, sujeitos, culturas. Isto é, na ilusão idealista de que o pensamento cria o real, é possível produzir efeitos de sentido que dizem de uma relação entre línguas, sujeitos, culturas integrativa, inclusiva e multidisciplinar em escala mundial. Nessa direção, por esse pensamento idealista, é possível, então, conseguir que a totalidade do mundo viva em igualdade.

Por essa discursividade caracterizada acima, é possível governar (controlar) pacificamente e igualmente (para) todos, sendo preciso para isso que o mundo esteja padronizado (seguir "padrões comuns"), isto é, como nos alerta criticamente Pêcheux (1997, [1975]), é preciso que seja um mundo 'semanticamente normal'.

Conforme Badiou (1995), o grande ideal, para que a lógica do capital se mantenha, "é o da coexistência tranqüila das "comunidades" culturais, religiosas, nacionais, etc., a recusa da exclusão" (*id., ibid.*, p. 36)⁷⁵. O que, sabemos, é um engodo pela (re)produção de uma política global de diferença que se estabelece por um constante processo de hierarquização. Pelo enunciado da igualdade, silencia-se a possibilidade de entender os critérios da hierarquização: já não podemos ocupar o mesmo espaço, então vamos discutir um espaço de barganha; essa igualdade alardeada pelo discurso do multilinguismo/culturalismo é uma certa igualdade, colocada em outro lugar.

Em artigo recente, Orlandi (2012) propõe que pensemos em multilinguismo como relação polissêmica entre línguas, compreendendo as línguas elas mesmas como polissêmicas, constituindo-se pela possibilidade de transformação histórico-político em que já estaria inscrito o multilinguismo. Nas palavras da autora,

A questão não está no conteúdo do que consideramos a propósito do multilinguismo. Como para a questão do sentido, a questão do multilinguismo está nas relações que estabelecemos para as línguas e entre elas. Relações que têm como princípio a abertura do simbólico. Isto quer dizer que é preciso considerar as relações entre línguas como relações sempre incompletas, em que se pratica a polissemia, compreendida como o fato de que há sempre vários movimentos de sentidos no mesmo objeto simbólico. Agora pensando não a polissemia

⁷⁵ O que não seria negativo em si. Mas na forma como é enunciado, significado pelas políticas públicas já está colocada a impossibilidade desse real pela relação entre sujeitos ser não só política, mas ser política na forma histórica capitalista de existência.

que se dá nas palavras ou expressões de uma língua mas a polissemia da própria língua. As línguas são polissêmicas, sujeitas a falhas, ao possível, derivam, deslizam. Em consequência, é preciso estabelecer a relação de uma língua á outra produzindo efeitos metafóricos, em outras palavras, derivas de sentidos, deslizamentos, trabalhando essas relações de modo que as línguas se abram a estes efeitos. Elas, então, não se mantêm fechadas mas abertas sobre a polissemia. Isto realiza as condições, a meu ver, da prática real do multilinguismo. Assim nós consideramos finalmente a relação entre as línguas como relações em que jogam a transferência, o movimento, a deriva de uma língua para a outra, o que faz com que nenhuma língua permaneça imóvel, fora de suas possibilidades de mudança. O multilinguismo, digamos, existe na própria possibilidade da transformação das línguas, fazendo parte da história e do político. Ideologia da globalização, ressignificada, redefinida em seu sentido dinâmico e aberto. (ORLANDI, 2012, p. 17)

4.2. A 'política de língua' na CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP – é uma organização internacional (1996), formada por oito Estados nacionais – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste – que se funda sobre um discurso que faz silenciar a memória da colonização e um passado anterior a essa memória, e faz significar as nações integrantes como "povos irmãos" entre si, falantes de "uma língua comum", "a" língua portuguesa. Em seu *site*, dentre as múltiplas páginas sobre "a" língua portuguesa, há uma sobre "política da língua", em que "a" língua portuguesa "consolida políticas (Estados) [...] identifica espaços pluriculturais [...] e exerce um papel decisivo em termos geoestratégicos." Assim, pelo monolinguismo da CPLP, discurso comum de seus Estados membros, essa "política da língua" produz efeitos que impedem o real reconhecimento não só da diversidade linguística e histórica entre os países, como também das línguas autóctones, das línguas de imigrantes, das diferentes línguas nacionais, uma vez excluídas em prol da unidade nacional, agora, segregadas do aparato jurídico-administrativo, posto que, de uma forma ou de outra, as políticas de línguas baseadas nessa "política da língua", ou excluem/segregam, ou homogeneízam (ORLANDI, 2010).

Nesse momento da discussão, baseamos nossas reflexões nas que Rodríguez-Alcalá (2000, 2004b) faz sobre o papel que o apelo à cultura tem na legitimação do Estado-nação, constituído a partir do final da Idade Média, vindo em certo sentido a substituir o papel que a religião desempenhara num período anterior.

Os Estados nacionais, na sua formação, tiveram sua constituição e consolidação operadas a partir do fim da Idade Média, num processo em que o Estado absolutista desenha seu declínio em linhas fortes. O Estado absolutista construía sua legitimidade pelo apelo a Deus, representado na terra pelo Soberano. Os vassallos deviam identificar-se com o Soberano, obedecer a seus desígnios, pois ele exprimia a vontade divina. Mas com o declínio do pensamento religioso medieval, e a separação operada entre religião e política, coloca-se um problema fundamental no que diz respeito à legitimação do poder, à governabilidade dos sujeitos. Não é mais evidente que o que os reis fazem está bem-feito e que é preciso obedecê-los; o Estado deve encontrar outros meios para suscitar a adesão dos sujeitos, uma vez que Deus não garante mais essa sujeição. O "amor a Deus", o "temor" a ele, que devia traduzir-se na subordinação ao Soberano, passou então a ser substituído pelo "amor à pátria", pela "lealdade à nação", que deve traduzir-se na subordinação ao Estado, através das leis instituídas. E essa é uma injunção característica dos Estados nacionais, de modo geral: os sujeitos são interpelados a identificarem-se com um Estado, através de suas leis, e não com outro, de forma particular e diferenciada. Assim, as leis devem mostrar-se adequadas à cultura da nação com a qual os sujeitos se identificam, sendo essa adequação aquilo que justifica a subordinação a ela (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004b). De acordo com a autora, é nessa confluência da identificação dos sujeitos e das políticas instituídas em torno da nação, através da cultura, que o Estado constrói sua legitimidade.

Como observa a autora (*ib.*, *ibid.*), esse vínculo da cultura com a fé foi gradativamente se enfraquecendo para dar lugar a um vínculo com a nação que a cultura mantém hoje: os hábitos, costumes e tradições sociais tornaram-se índices de pertencimento a uma nacionalidade, cuja essência é a cultura, não mais a uma religião; a língua passou a expressar não mais os mistérios da fé, mas a cultura de uma nação. Um sintoma dessas transformações é a mudança no formato dos instrumentos linguísticos: o aval das autoridades real e eclesiástica que, junto com aquele dos conhecedores das línguas

descritas, introduziam as gramáticas das línguas indígenas do século XVI, atestando sua adequação à língua e à doutrina, foi substituído no século XIX pelas referências à língua pátria; paralelamente, os "anexos" daquelas gramáticas, constituídos por textos de literatura religiosa (catecismos, manuais de confissão, poemas ou peças teatrais de tema sacro) deram lugar às antologias de textos literários de autores nacionais. A língua não fala mais, em primeiro plano, de Deus e da doutrina, mas da nação e de sua cultura (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004b).

Nessa construção de sua legitimidade que garanta a governabilidade dos sujeitos nacionais, o modelo de Estado-nação precisa se fundar em pilares que lhe sustentem os sentidos de soberania e de unicidade nacional, dois deles, a nosso ver, são: a necessidade de demarcação política e geográfica de um território, e aí se delineiam fronteiras à revelia das nações ou grupos já existentes em nome de um modelo econômico capitalista de Estado⁷⁶; e a eleição de uma língua nacional, que oficialize a forja dessa unidade⁷⁷ e autonomia político-jurídico-administrativas. Assim, não qualquer língua para esse posto, mas uma língua com lastro, digna do reconhecimento pelos outros Estados Nacionais, que escreva os documentos, a sua literatura, a sua diplomacia, a sua burocracia e cante, orgulhosamente, o hino do novo Estado-nação.

Nessa tarefa, o discurso do nacionalismo, sustentado pelo discurso da etnoculturalidade (*cf.* seção 4.1), produz efeitos de sentidos que se intrincam com os efeitos produzidos pelo discurso do Estado nacional, na direção de intensificar o poder do Estado. Nesse afã, os sujeitos tomados nessa posição nacionalista compreendem como necessário o gesto de interditar as línguas, nesse lugar, significadas como minoritárias (quando na

⁷⁶ O argumento nessas condições de produção de legitimidade do Estado em relação a e sobre sujeitos e territórios é a cultura, e, aqui, uma determinada definição de cultura, aquela orientada para o passado, que leva, então, à noção de etnicidade como critério legitimador, inclusive, de políticas públicas.

⁷⁷ Um possível sentido para 'unidade' seria a ilusão, o desejo de procurar harmonizar o diverso e a dispersão num mesmo espaço, sustentando-se na evidência de que no gesto da partilha desse espaço há garantia de uma perfeita interação entre os sujeitos que a ele pertencem. Essa ilusão não se sustenta; primeiro, porque não se pode falar de obviedade de sentidos já que nas relações entre sujeitos há sempre o lugar do equívoco, o lugar da falha, o não-um do sentido e o político funcionando. Segundo, porque a ilusão dessa unidade harmonizada se enfraquece pela impossibilidade de tudo partilhar nesse espaço. Assim, a unidade pode ser compreendida como um mecanismo necessário que funciona por processos sociais de inclusão e exclusão, ou seja, de identificação, desidentificação e contra-identificação (*cf.* PÊCHEUX, 1997 [1975]).

verdade são a maioria), e com elas suas memórias⁷⁸ diversas em favor de uma história nacional unificada/homogênea e língua e cultura homogêneas, que supostamente se estendiam a um passado longínquo e comum⁷⁹. E, aí, temos inúmeros exemplos de tentativas bem-sucedidas⁸⁰ não só no passado como nos dias de hoje: as línguas indígenas nas Américas pós-coloniais, os *patois* na França pós-revolucionária, a língua geral no Brasil colônia, as línguas africanas durante a colonização da África, e, ainda hoje, o desconhecimento oficial da língua alentejana falada na região portuguesa do Alentejo.

Pensando as políticas de línguas como um conjunto de práticas simbólicas (re)produzidas pelo Estado, e refletindo sobre nosso objeto de pesquisa, qual seja, o discurso da CPLP sobre a língua portuguesa, faz sentido perguntar: pra que servem essas políticas e a quem servem?

É a língua portuguesa essa língua nacional, institucionalizada, organizada pelas gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros (MARIANI, 2004, p. 26) que atravessa o Atlântico e entra nas colônias portuguesas americanas e africanas para impor a civilização ocidental, registrar/cunhar a cultura e garantir seu ensino e a catequese.

Essa gramática tem como lastro linguístico o modelo da estrutura da língua latina, língua de conquista e da ciência. E passa a se inscrever na memória dos povos colonizados pelo discurso que a produz como a língua prestigiada. Esse efeito de prestígio se constrói, dentre outras razões, porque essa língua se historiciza pelo processo de gramatização articulado à relação língua/nação, que se constrói com um Estado de direito, e

⁷⁸ Cf. Payer (2006) trata da interdição das línguas dos imigrantes italianos enquanto parte da política de silêncio em uma dada situação histórica brasileira que regulamenta a permanência de um sujeito estrangeiro no interior de uma nação, enquanto sujeito a se inscrever em uma posição discursiva coadunada à memória discursiva da nacionalidade brasileira (p. 37). A partir de sua reflexão, pensamos que a interdição das línguas nos países de colonização constituiu, da mesma maneira, uma política de silenciamento na tentativa de regulamentar a sujeição linguística desses povos estrangeiros à política de línguas da metrópole, sujeitando-os a se inscrever numa posição discursiva inscrita numa memória discursiva da nacionalidade da metrópole, em nosso caso, a portuguesa.

⁷⁹ Observamos que não tomamos **unificado** como sinônimo de **homogêneo**, porque é possível pensar uma unificação linguística sem, entretanto, apagar a diversidade. Mas, no caso dessas políticas públicas, acaba se produzindo essa sinonímia.

⁸⁰ Do ponto de vista de quem produziu as políticas, foi bem-sucedido, pois tiveram o efeito procurado, o de eliminar a diversidade de línguas. Mas olhando para os sentidos que até hoje reverberam na direção da existência de várias línguas num espaço onde deveria haver apenas uma, é possível significar, levando em conta os séculos de hegemonia dessas políticas de língua, as falhas nesse ritual, como, por exemplo, o real dessa diversidade que se inscreve como os múltiplos nomes e denominações das línguas.

pela sua auto- e intersustentação com as outras línguas europeias pela noção de *aparelho de línguas* (BALIBAR, 1985; MARIANI, 2004).

A forma como a CPLP se constitui em espaço simbólico produzindo sentidos sobre políticas de língua permitiu-nos desenvolver uma discussão sobre língua portuguesa e sobre a questão da língua e suas políticas nos países de colonização portuguesa, dessa forma, dando visibilidade à tensão produzida entre a filosofia monolíngue dos Estados e da CPLP como Organização Internacional, e a diversidade linguística concreta naqueles países; conseqüentemente, questionar os modelos do monolinguismo e do multilinguismo, pensando essa questão numa escala supranacional. Essas duas formas materiais (linguístico-históricas) da *unidade* e da *diversidade* constituem-se pela tensão, posto que os efeitos de sentidos aí se produzem no jogo das contradições sócio-ideológicas a partir das posições discursivas de sujeito aí constituídas.

A CPLP surge como fruto do "consenso" originado por um processo "natural" que uniria os povos que partilham a "mesma língua portuguesa". Contrariamente ao que propomos, entendem a organização como uma "comunidade etnocultural", que sobreviria por uma evidência de "origem comum", pressupondo um vínculo social homogêneo que impede o real reconhecimento da diversidade, já que a concepção de diferença que aí se desenha está vinculada à ideia de "tradição", de "mesmo passado histórico", de "língua e origens comuns", apagando as contradições que caracterizam qualquer vínculo social (*cf.* RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011; ORLANDI, 2011).

Essas políticas linguísticas desenhadas pela CPLP pela via de uma certa concepção de democracia⁸¹ e de certas políticas de inclusão se sustentam em noções como "etnicidade", "cultura", "tradição", "língua e passado comuns", configuradas no contexto do processo histórico de instituição das línguas nacionais promovido pelo Estado, processo no qual as línguas autóctones ficaram excluídas do aparato jurídico-administrativo em prol da unidade nacional construída em torno de uma língua oficial.

⁸¹ Querendo dizer com isso que, na verdade, não são políticas democráticas no sentido de reconhecimento da diferença; eis, aí, onde se dá o equívoco desses discursos.

4.3. O espaço da lusofonia

Além de Portugal (Europa), do Brasil (América do Sul), e de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe (África) que determinaram o português como sua língua oficial, mais recentemente (2002), – após intensos anos de luta pela sua independência, resistindo a Portugal, à Indonésia e à Austrália –, Timor Leste (Oceania) somou-se ao grupo ao adotar o Português como língua oficial. Afora esses países, a Guiné Equatorial é candidata a adotar a língua portuguesa como oficial. Mas a matéria ainda se encontra em estudo, de acordo com a Declaração de Luanda de 23 de julho de 2010, redigida durante a VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP⁸².

Na Ásia, além de Timor Leste, Estado-nação cuja língua mais falada é o tétum – também língua oficial⁸³ –, a língua portuguesa é oficial em Macau (República Popular da China) com estatuto idêntico ao chinês⁸⁴, contando com apenas uma escola secundária

⁸² "ix) Tendo em consideração o pedido formal da Guiné Equatorial de obtenção do estatuto de membro de pleno direito da CPLP, decidiram abrir negociações relativas ao processo de adesão conforme às normas estatutárias da CPLP. Nesse sentido, mandataram a Presidência em exercício e o Secretariado Executivo da CPLP para elaborar um Programa de apoio às reformas a concretizar pela Guiné Equatorial para dar pleno cumprimento às disposições estatutárias da CPLP, particularmente no que respeita à adopção e utilização efectiva da Língua Portuguesa; Convidam a Presidência em exercício a elaborar um relatório de avaliação dos progressos realizados pela Guiné Equatorial, que será apreciado na próxima Reunião Ministerial e submetido aos Chefes de Estado". (VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP – Luanda, 23 julho 2010).

⁸³ Embora constitucionalmente, segundo o Artigo 13, as línguas oficiais de Timor-Leste sejam o português e o tétum, "o português fica restrito, ainda que com graus diferenciados de uso, aos espaços escolares e institucionais e principalmente onde se faz necessária a interação com assessores e cooperantes dos países lusófonos" (CARNEIRO, 2000, p. 10). O estatuto transitório de línguas de trabalho dado ao indonésio e ao inglês no Artigo 159 da mesma constituição faz com que "muitas ONGs e agências internacionais de cooperação e desenvolvimento, provindas dos países desenvolvidos, optem pelo uso do inglês e do tétum, ignorando a língua portuguesa" (*id.*, *ibid.*, p. 11). Além disso, no interior do país, há uma variedade de línguas, que totalizam quinze línguas diferentes pertencentes às duas grandes famílias austronésia e papua (*id.*, *ibid.*). Essa complexa e rica situação linguística em Timor-Leste produz discursividades a partir de memórias diversas que acabam por inscrever a produção de políticas de línguas de forma polêmica no processo de construção e estabilização desse espaço enquanto Estado-nação intrincado com seus sujeitos e línguas, em que interferem também as organizações internacionais, como a CPLP.

⁸⁴ Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, adotada em 31 de março de 1993, pela Primeira Sessão da Oitava Legislatura da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China e promulgada pelo Decreto n.º 3 do Presidente da República Popular da China para entrar em vigor no dia 20 de dezembro de 1999. Abaixo o artigo que fala das línguas em Macau, no Capítulo 1 da Lei Básica (considerada como a Constituição de Macau): "Artigo 9.º – Além da língua chinesa, pode usar-se

portuguesa (GAMEIRO, 2000). Em Goa e Damão (Índia), ex-colônias portuguesas, a língua portuguesa é falada por cada vez menor número de pessoas, já que não é ensinada nas escolas, nem é língua oficial (*id.*, *ibid.*).

Nomeadamente no caso dos estados de independência mais recente, a opção pelo português como língua oficial correspondeu à necessidade de, por um lado, assegurar equilíbrios internos e, por outro, melhor posicionar o país na ordem internacional, pela adoção de um idioma comum a outras nações nascidas também do processo histórico de colonização portuguesa.

O português é também língua oficial na União Europeia, no Mercosul e na União Africana (nesta última, é uma das três línguas internacionais de trabalho, junto com o francês e o inglês). Na União Europeia, por exemplo, o português é língua de trabalho também junto com todas as outras vinte e duas, mas, "regra geral, a Comissão Europeia usa o inglês, o francês e o alemão como línguas processuais", conforme já foi visto. E, quando há necessidade, há tradução para a língua em questão⁸⁵.

4.3.1. Lusofonia e CPLP

[...] o discurso da lusofonia acabou sendo, no plano simbólico, uma reivindicação do velho sonho imperial, em que numa espécie de evocação camonianiana, o Atlântico das conquistas portuguesas aparece como imagem recorrente. (FREIXO, A. *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da lusofonia em Portugal*)

Imbricada na questão do espaço, enquanto projeto internacional e supranacional, a lusofonia objetiva conformar um espaço lusófono homogêneo e unido. É de se observar que a "lusofonia" como projeto, que parece surgida no século XX, já era

também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial."

⁸⁵ Disponível em: http://ec.europa.eu/languages/languages-of-europe/eu-languages_pt.htm. Acesso em: out. 2009.

uma "prática filosófica e política" materializada junto ao projeto das grandes navegações e de expansão territorial de Portugal no século XV-XVI. (FREIXO, 2009).

A forma anacrônica como a lusofonia se refere a um espaço como se lá houvesse a imaginária língua portuguesa de Portugal produz efeitos de sentidos que circulam globalmente fazendo ressoar uma memória discursiva colonial/imperialista de que há *uma única língua portuguesa, legada pelos portugueses e falada por mais de 200 milhões de pessoas em todo o mundo*. Esse imaginário anacrônico da lusofonia se constitui pelo apagamento da memória das outras línguas nos espaços de memória diferente dessa língua portuguesa, em defesa de uma memória discursiva que reatualiza a *colonização linguística*. Para além, esse discurso lusófono ressoa nos gestos e nas práticas políticas de esforço em tornar "a língua portuguesa do espaço português", em: língua de trabalho nos órgãos internacionais – aí disputando espaço com a língua francesa, espanhola e inglesa; em língua predominante na África e na América do Sul, e na América do Norte (estrangeira) – aí disputando espaço com a língua brasileira.

Nosso objetivo nesse capítulo é dar visibilidade menos ao modo como as línguas portuguesas se historicizaram nos países da CPLP e mais à re/produção de uma discursividade, que remete para o discurso da lusofonia, inscrevendo as relações entre sujeitos/línguas/espaços numa *narratividade* que produz como evidência que todos falam a mesma língua portuguesa. Nessa direção, as memórias dessas línguas portuguesas, apesar de heterogêneas, guardam a relação de sentidos da discursividade da lusofonia/CPLP em seus efeitos.

Pensar que, nos países da CPLP, a língua portuguesa coincide com a língua materna é uma evidência produzida pelo discurso de homogeneização, tanto do nacionalismo quanto do multilinguismo. Há que se estabelecer as diferentes relações entre os sentidos de língua oficial, língua materna e língua nacional. Os efeitos de sentidos se constroem na medida em que tomam esses conceitos em relações determinadas. Por exemplo, numa relação de equivalência, na posição a partir da qual enunciam determinados sujeitos, a língua materna é a língua nacional, e é também a oficial, havendo, assim, um efeito de coincidência. Enquanto que para outros, essa ilusão de coincidência "evidenciada" pela escola, produz um efeito de "um sempre mesmo não-lugar", pois sua língua materna

não coincide com a língua nacional, e nem com a oficial, tendo, então, de adequar sua língua materna à língua nacional, como nos mostra Pfeiffer (2005, p. 32-33). Mesmo que o efeito de sentido produza a ilusão de completude, isto é, a língua oficial é a materna e a nacional, não podemos nos esquecer que esse é um efeito ideológico, que faz coincidir, no caso em discussão, essa língua imaginária nacional 'lusófona', com a língua fluida, a língua pela qual o sujeito se constitui, a que não se deixa imobilizar, a que vai além das normas (ORLANDI, 2009, 1988). Segundo Mariani (2007),

Há um discurso reiterador de uma unidade linguística entre Portugal e suas ex-colônias, discurso esse marcado pelo termo “lusofonia” e por atividades políticas que procuram sustentar uma idéia de unidade na diversidade. À circulação desse discurso contrapõe-se um outro, assentado em diferenças linguísticas e históricas que legitimam uma posição diferenciada em termos da construção de sentidos para o nacional. (*id.*, *ibid.*, p. 84)

A tentativa de silenciamento das línguas locais, durante os períodos de colonização, na América e na África, remete-nos a um *discurso fundador* (ORLANDI, 2003a) caracterizado pela ênfase de grande poder político e econômico da língua portuguesa nessa época, entrando no espaço dessas línguas como a língua da Metrópole; e, mais tarde, como a língua do Estado Nacional, narrativizando uma memória histórica (MARIANI, 1998), que até hoje produz efeitos de homogeneidade: pela tentativa de filiar o imaginário de nação fora de Portugal como sendo uma extensão ainda de Portugal; o imaginário de sujeitos a uma nação como "povo irmão" porque tem uma "história comum"; o imaginário de língua como "a mesma" língua, o português. Silencia-se o sentido do diferente: de que esses outros sujeitos são constituídos por outras línguas e de que suas nações se historicizaram de forma diversificada daquela significada por Portugal, o que produz deriva na forma como são significadas como "nações irmãs". Pois é o como que, ao se significar desconhece as diferenças. E, antes, disso, o que fica silenciado é a violência (da colonização) que está na origem dessa "família". A respeito desse efeito de sentido de parentesco entre as nações que foram ex-colônias de Portugal, podemos ler em Abreu *et alii* (2001), o seguinte trecho,

[...] a sociedade portuguesa mantém ainda na memória o período das relações com as ex-colônias. Comenta-se nos círculos oficiais portugueses, por exemplo, que cerca da metade da população portuguesa atual tem algum tipo de relação familiar próxima com alguém que esteve na Guiné-Bissau durante os anos de período colonial. Essa proximidade nutrida pela sociedade impõe ao governo de Lisboa uma agenda expressiva de relações com o governo de Bissau e com o povo guineense. (*id., ibid.*, p. 94)

Segundo Matondo Kiese Fernandes, coordenador do projeto de Multilinguismo na Universidade Agostinho Neto em Angola, "os portugueses, quando chegaram em Angola, adotaram como política o silenciamento das línguas locais. Eles queriam impor a sua cultura. Com a independência, em 1975, foi colocada em prática a revalorização dessas línguas"⁸⁶.

É importante observar aqui esse gesto de resistência angolano. Mas é importante também discutir uma memória discursiva que faz circular ainda hoje sentidos hegemônicos que impedem sujeitos e línguas de significarem suas diferenças e se significarem nelas.

É preciso que se fale do grande equívoco em relação às chamadas políticas de "imposição cultural". Segundo Rodríguez-Alcalá (2000), nas condições de produção do processo de colonização europeia na América, a cultura europeia foi imposta aos povos colonizados "como modelo cultural válido mas ao qual se nega um real acesso às populações locais", não consistindo "como é costume acreditar, na tentativa de uma real implantação da cultura europeia" (p. 85). Prossegue em sua reflexão exemplificando a partir da política dos jesuítas em relação aos índios nas missões na América meridional, dizendo que

nunca houve um real propósito de *civilizá-los*, introduzi-los efetivamente – como seria de esperar-se se o propósito fosse esse – aos grandes nomes dessas manifestações culturais *superiores*, como Bernini ou Michelangelo, Bach ou Cervantes: o ensino artístico, literário, etc., ministrado aos índios esteve sempre restrito e direcionado para fins muito específicos. (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2000, p. 85). (Itálicos da autora).

⁸⁶ Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2007/ju363pag11.html. Acesso em: ago. 2008.

E continua,

o projeto dos jesuítas para com seus discípulos não foi o de instruí-los de fato nessa nova cultura, mas o de fornecer-lhes somente os elementos indispensáveis para sua organização e governo e para a realização das tarefas exigidas a eles, como a elaboração de obras pictóricas, escultóricas, a representação de peças teatrais, entre outras. [Assim] a grande falha desse argumento cultural e o mecanismo circular por ele mobilizado [é] o de reafirmar a *superioridade* da cultura europeia, mas, ao mesmo tempo, tentar impedir aos índios um acesso efetivo a ela. Dito de outra forma, uma vez demonstrada a *inferioridade* dos índios, a questão está em se fazer com que eles *permaneçam índios*, isto é, *inferiores*, para que assim permaneçam submissos. (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2000, p. 86). (Itálicos da autora).

Nesse sentido, é importante que reflitamos a respeito dos discursos da CPLP sobre a língua portuguesa nos espaços angolano, brasileiro, cabo-verdiano, guineense, moçambicano, português, santomense, trazendo para a discussão a noção de *lusofonia*. Pensada discursivamente à luz da História das Ideias Linguísticas, a lusofonia enquanto discursividade nos possibilita compreender a diversidade e a multiplicidade de sentidos que podem existir nesse referente, além de remeter à dimensão histórica e política da colonização, da dominação portuguesa que afrontou e confrontou realidades, línguas, sujeitos e histórias bastante diversos.

Colocarmos em discussão a noção de *lusofonia* pode ser produtivo para compreendermos como é importante que, "ao invés de trabalharmos um imaginário de unidade linguística que é herança da colonização, elaborarmos nossas diferenças concretas no sentido de enriquecermos nossas relações e nos reforçarmos em nossos processos de descolonização" (ORLANDI, 2009, p.179).

Considerar a língua portuguesa como língua una e única, língua homogênea, indivisa, para um espaço enunciativo determinado, é já um efeito de sentido produzido por um discurso que, à sua maneira, deixa de fora a história e o político. Nesse discurso ficam apagadas as diferentes discursividades que determinam e são determinadas pelos múltiplos e diversos espaços discursivos constituídos na tensa relação entre sujeitos/línguas, nos países cuja língua oficial é a língua portuguesa. Um dos discursos atuais em que vemos se

reproduzindo esse efeito de homogeneidade é o da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que tem como finalidade "defender" e "promover" a língua, fundamentalmente.

Antes da criação da referida organização (em 1996), contudo, esse efeito de homogeneidade já reverberava na designação do nome "lusofonia" (termo que aparece em 1950). Segundo Santos (2001b), "mais que uma forma de expressão, a lusofonia é a marca de uma atitude, uma forma de ser e de viver, voltadas para a tolerância e o convívio aberto entre os povos" (*id.*, *ibid.*, p. 28).

Essa denominação foi dada para designar um projeto de criação de um espaço que se caracterizasse por ter falantes de língua portuguesa, que se localizassem em países (ex-colônias de Portugal) em que o português fosse falado⁸⁷. Nesse sentido, consideramos essa denominação como uma discursividade que se inscreve na memória discursiva da colonização portuguesa – séculos XVI a XX. É assim que vemos o modo como Santos (2001b) se refere aos antecedentes da criação da CPLP como hoje está constituída,

A triangulação hoje institucionalizada pela CPLP possui **raízes históricas**, dado o **passado colonial de intensas trocas entre Portugal, Brasil e a África portuguesa**, em especial Angola. Tema de elaborações e justificativas diversas, antes de chegar à forma e condicionantes atuais, essas relações foram objeto de inúmeras propostas e iniciativas nos séculos anteriores. **D. João VI cria**, por exemplo, ainda no século XIX, a **Comunidade Luso-Brasileira**, vinculando **Portugal, suas possessões ultramarinas e o Brasil recém-independente**.

[...]

Na década de 1950, a partir de reflexões acerca do papel dos africanos nas sociedades domésticas e nas relações políticas e econômicas entre os três continentes, com destaque para a sociologia de Gilberto Freyre, apareceram novas vozes propondo a criação de uma comunidade que integrasse os países de língua portuguesa. Naquele momento, o projeto permaneceu restrito a um círculo de intelectuais, que não insistiu no seu intuito em função, principalmente, da **persistência do colonialismo entre os membros potenciais**. (SANTOS, 2001b, p. 28)

Esse acontecimento da denominação de um projeto como lusofonia atualiza uma memória já organizada pelo esquecimento, o já-dito, o já-significado, e, nessa

⁸⁷ Não nos esquecendo de que há outros territórios com espaços em que o português é falado (Paraguai, Uruguai, Estados Unidos da América do Norte), mas que não são, em geral, chamados lusófonos.

atualização, aponta para dizeres outros, fazendo reverberar o sentido dominante de língua portuguesa homogênea e una, a língua dos portugueses. Lê-se em Faulstich (2001), "O mosaico linguístico tomara forma e cor e, já desconectado do galego, o português viajou por 'mares nunca d'antes navegados'" (p. 106). Prossegue com, "Assim, no espaço da diversidade, Brasil e África, ao mesmo tempo em que foram **receptores** da **cultura** portuguesa, resguardaram e desenvolveram suas próprias culturas [...]. O **idioma** [língua portuguesa], no papel de entidade **supranacional**, congrega todas as **variedades** da língua" (*id.*, *ibid.*, p. 109). Aqui, embora se fale de diversidade, continua-se a pensar a língua portuguesa em sua unidade imaginária, que "congrega" todas as "variedades" da língua. Não se pensa dessa forma em mudança linguística; apenas em variação. E esse modo de significar a língua como "entidade supranacional" produz-se pelo efeito do amálgama, do que une, porque 'única' e 'uma língua portuguesa para todos'.

Nesse ponto, trazemos a análise de um artigo da *Revista Organon*, intitulado *A perspectiva da Lusofonia* (ARMANDO, 1994), em que esse nome "lusofonia" é dito como conceito científico, que, ao ser definido, toma por base 'a língua portuguesa' de Portugal como a língua que hoje promove a unidade mantendo a diversidade cultural. Ao dizer, a posição-sujeito cientista da linguagem produz sentidos sobre essa língua portuguesa a partir da noção de unidade, pressupondo uma 'mesma origem' e considerando que foi 'transplantada junto com a cultura portuguesa' para uma área geográfica que correspondia às colônias portuguesas: Brasil (América do Sul), Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe (África), Timor Leste (Oceania), Macau (China - Ásia) e Goa e Damão (Índia - Ásia).

Compreender o acontecimento da colonização (ORLANDI, 1990) hoje, no século XXI, passa por questionar esse "conceito de lusofonia" que designa, como **um**, espaços discursivos de relação entre línguas/sujeitos tão diversos e singulares em suas especificidades.

Para tanto, buscamos compreender a produção do efeito de homogeneidade nos enunciados em que a palavra "lusofonia" ocorre, submetendo, à análise, o funcionamento do nome "lusofonia" tomado no discurso científico-linguístico, no artigo anteriormente referido (ARMANDO, 1994), a partir de recortes, ou seja, de fragmentos discursivos que

reúnem linguagem-e-situação, com base na relação entre língua/sujeito/história (ORLANDI, 1984). Para pensar o processo de produção de sentido na língua entendida como base material dos processos de significação, procuramos descrever e compreender o modo de funcionamento da *forma material* "lusofonia" no fio do discurso, mobilizando o procedimento parafrástico, que nos permite dar visibilidade ao modo de articulação entre estrutura e acontecimento.

Precisamos observar que o nome "lusofonia" tem sido objeto de reflexão da Professora Eni Orlandi em vários textos. Em um deles, *Língua Brasileira e outras histórias*, ela dedica dois capítulos ao assunto. Sua posição tem sido a de que é preciso elaborar as reais diferenças visando a enriquecer as relações – entre brasileiros, e entre os países africanos que também se historicizaram tendo de re-significar o processo de colonização portuguesa –, e reforçar os processos de descolonização; e que, portanto,

a noção de lusofonia se aplica a situações de domínio das línguas sob a colonização. Assim, a palavra lusofonia preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização, referido a Portugal. O Luso é o Português. Nada temos a ver com isso. (ORLANDI, 2009, p. 179)

Por levarmos em conta suas reflexões, tem se tornado possível refletir e compreender a denominação "lusofonia" em relação à nossa forma de considerar a organização da CPLP como um espaço supranacional.

Assim, ao analisarmos aqui o nome "lusofonia", consideramos que a produção do efeito de sentido de homogeneidade ainda é dominante na historicidade dessa língua portuguesa que nos atravessa de diferentes modos. Pensamos, por isso, ser importante dar visibilidade a essa disputa política por sentidos. Há aí o trabalho simbólico da ideologia, que, ao funcionar pela descontinuidade, expõe a contradição, faz ir-e-vir, aparecer-e-desaparecer, lembrar-e-esquecer sentidos de que as línguas portuguesas são outras e várias⁸⁸ e, de que a do/no Brasil, traz a possibilidade de ser chamada de Língua Brasileira, conforme insiste Orlandi (2009).

⁸⁸ Tendo em vista a distinção entre língua fluida e língua imaginária proposta por Orlandi (*cf.* neste trabalho nota anterior), falamos no plural, pois o português que entra nas colônias portuguesas não é a língua

Nesse processo de apreender o real e dar-lhe significação, o processo de denominação é produzido por dizeres já inscritos em *formações discursivas* "que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares" (PÊCHEUX, 1997b, p. 166), um modo de construir discursivamente o(s) referente(s), uma forma de significar que se organiza na ordem do discurso e diz da natureza das relações de força em determinada sociedade.

Uma das evidências produzidas pelo discurso da CPLP sobre língua portuguesa que faz com que pensemos que todos os que falam língua portuguesa falam a mesma língua vem pela noção de "lusofonia". Assim, antes de começar a análise, achamos importante trazer os sentidos que se oficializam e circulam como dominantes sobre essa palavra pela via do dizer científico da posição professor universitário português, pela via dos instrumentos linguísticos como dicionário e enciclopédia, e pela via do dizer do Estado português.

Luso (do latim *Lusus*, *i*) tem datação de 1572 e é sinônimo de "lusitano", "português", do que é "relativo a Portugal", e *fono* + *ia* é um elemento de composição que significa *som*, *voz* (do gr. *phōnē,ēs*) + o sufixo *-ia* formador de substantivos abstratos em compostos eruditos. A datação de *lusofonia* é recente, 1950⁸⁹, comparativamente a *luso*, e, segundo o dicionário Houaiss (2001), é o

conjunto daqueles que falam o português como língua materna ou não.

1.1 conjunto de países que têm o português como língua oficial ou dominante [A lusofonia abrange, além de Portugal, os países de colonização portuguesa, a saber: Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe; abrange ainda as variedades faladas por parte da população de Goa, Damão e Macau na Ásia, e ainda a variedade do Timor na Oceania.]

imaginária oficial do Estado português, aquela representada como homogênea no imaginário dos sujeitos das colônias. É a língua fluida já em espaços-tempos diferenciados, posta em contato com inúmeras outras línguas africanas na costa ocidental e oriental da África e línguas indígenas no Brasil. É a língua fluida trazida por falantes pertencentes: à nobreza do Reino de Portugal, donatários das capitanias, seus servos, os degredados, os traficantes de escravos, os escravos que falavam português, e os línguas (ou chalonas, intérpretes multilíngues, africanos livres ou não, que deveriam aprender a falar o português, os 'crioulos' e as outras línguas africanas e indígenas devido à diversidade dos povos escravizados, pois eram os intermediários na comunicação entre estes e os europeus).

⁸⁹ O fato de as datações das palavras "luso" e "lusofonia" serem diferentes é significativo, na medida em que o sentido de "luso" atravessa o de "lusofonia".

Segundo o mesmo dicionário, *lusófono* é um adjetivo que designa "que ou aquele que fala português" e "cuja língua oficial ou dominante é o português (diz-se de coletividade)".

Conforme o autor Fernando Cristóvão⁹⁰, "lusofonia" é um termo usado para se referir a "uma família que fala uma língua comum [*a Língua Portuguesa*] em situações diversas onde há um sentido de unidade e independência nas variedades de cada país". De acordo com o portal do governo português, "o conceito 'Lusofonia' usa-se genericamente para designar o conjunto das comunidades de língua portuguesa no mundo".⁹¹

Diríamos, então, que "lusofonia" significaria os países (significados como "família") que têm como língua oficial "*a Língua Portuguesa*" (única, logo igual a ela mesma) e em que, supostamente, essa língua é falada pela "maioria" da população com suas "variações" independentemente das diferentes e variadas diversidades e especificidades nacionais. Assim, são colocados na indistinção, as línguas, os sujeitos, sua história e os espaços discursivos.

A seguir, trazemos alguns recortes do artigo da Revista *Organon* (1994) em que o nome "lusofonia" aparece, e, ao descrevermos, mobilizamos o procedimento parafrástico, pensando dar visibilidade ao funcionamento desse nome.

Assim, apresentamos, a seguir, quatro recortes (R26, R27, R28, R29) em que vemos "lusofonia" parafraseada como "o lingüístico" somado ao "cultural", o "português" como *a via possível* de os falantes desse espaço de *mesma* língua portuguesa se pensarem como um "bloco", e que é ainda "a língua portuguesa" *responsável* pelas "literaturas vernáculas" que se escrevem pelas *variantes lingüísticas e culturais dessa língua una*.

RECORTES

R26 [...] e, em contrapartida, surgiram no Brasil figuras também eminentes, como o citado Celso Cunha e Antonio Houaiss, que [...] em uma palavra –: **cultura'** (CUNHA, 1970, p.

⁹⁰ Definição dada pelo Professor Fernando Cristóvão da Universidade de Lisboa, vice-presidente do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, e Coordenador Geral do *Dicionário Temático da Lusofonia* (2005). Entrevista dada ao Jornal Nacional. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Vof4kU-IT14>>. Acesso em: 09 jul. 2010.

⁹¹ Portal do governo português. Disponível em: <<http://e-portugues.co.uk/?p=26>>. Acesso em: 09 jul. 2010.

18, nota 17) – tornaram-se, salvo erro, os introdutores, no Brasil, do conceito em questão: o de "**lusofonia**" (conceito, **mais do que linguístico, cultural**, na acepção em que é usado aqui).

R27 [...] é como "língua de cultura" – e, mesmo, como "língua de cultura de ponta" (HOUAISS, *ib.*) – que o **português** abre a possibilidade de uma convivência consciente entre os vários "segmentos" da **lusofonia**, permitindo que se pensem como um "bloco" cultural e ajam em consequência.

R28 [...] a perspectiva da **lusofonia**, com efeito, situa corretamente a questão das literaturas nacionais em geral. As quais, em vez de se instalarem no jacobinismo (agora, literário), ver-se-ão, nessa perspectiva, como elementos de um todo, ainda que expressem **variantes culturais e lingüísticas** específicas.

Ademais, como é óbvio, a fortuna das literaturas vernáculas depende da sorte da **língua portuguesa**.

R29 o português não é somente uma "língua natural"; é também uma "**língua de cultura**". [...] A "**língua de cultura**", ao contrário, relacionando-se à memória e a toda espécie de registros, é indispensável do escrito e do aprendizado formal, que dá acesso ao **patrimônio cultural-linguístico**. É como "**língua de cultura**" – e mesmo como "língua de cultura de ponta" (HOUAISS, *ib.*) – que o português abre a possibilidade de uma convivência consciente entre os vários "segmentos" da **lusofonia**, permitindo que se pensem como um "**bloco**" cultural e ajam em consequência.⁹²

Em princípio, pensamos que haveria marcas na superfície linguística mostrando que o nome "lusofonia" seria parafraseado pelo grupo nominal (GN) "a língua portuguesa" ou "o português", apenas. Contudo o que percebemos foi um outro jogo parafrástico: o dizer "lusofonia" é dizer junto "cultura" e "a língua portuguesa" ou "o português", ou seja, não é possível dizer "lusofonia" e não dizer "cultura e língua portuguesas". Assim, os efeitos de sentido para esse nome "lusofonia" é aqui *a língua portuguesa somada à cultura portuguesa*.

É, ao discorrer sobre o conceito de "lusofonia", que esse sujeito de linguagem nos diz: "o conceito de '**lusofonia**' implica o reconhecimento primeiramente, de que são muitos os grupos humanos 'proprietários' da **língua portuguesa**. Portanto, é aspecto inerente a esse conceito a noção de **diversidade cultural**. Essa, no caso – como se sabe – resulta de uma **transplantação cultural e linguística** (ARMANDO, 1994, p. 19)."

⁹² Todos os grifos são nossos.

Em face da materialidade linguística do texto em análise, observamos que a palavra "lusofonia" funciona pela repetição, na maioria das vezes, como um grupo adjetivo (GAdj – preposição com/sem artigo seguida do nome "lusofonia") dependente do grupo nominal (GN) que integra. Para dar visibilidade a esse funcionamento da repetição do nome "lusofonia" como determinante dos grupos nominais (GN) em que ocorre, apresentamos o Quadro 3 a seguir.

Quadro 3

A perspectiva da lusofonia
o [conceito] de "lusofonia"
o conceito de "lusofonia"
"consciência da lusofonia" ,
a oficialização de um terceiro grupo de lusofonia ,
a base interna da lusofonia ;
o conjunto da lusofonia ,
o cultivo da lusofonia .
uma "consciência da lusofonia"
uma "consciência da lusofonia"
a formação de um "bloco da lusofonia"
o panorama da lusofonia ,
os vários "segmentos" da lusofonia
consolidação da lusofonia
cada "segmento" da lusofonia
interior dos "segmentos" da lusofonia
as variantes e os "segmentos" da lusofonia
todo o conjunto da lusofonia
grande dicionário da lusofonia
a consciência da lusofonia
A perspectiva da lusofonia ,
panorama da lusofonia
quadro da lusofonia –
dois "segmentos" da lusofonia
panorama da lusofonia
a "crise" da lusofonia
a integração da lusofonia

Nesse movimento de determinação dos nomes pelo GAdj "de/da lusofonia", arriscamos compreender esse funcionamento como uma forma de esse sujeito de linguagem produzir um efeito de saturação dos sentidos, de completude, como se não fosse possível nesse *mundo lusófono*, ou seja, o mundo "daquele que fala português" e "cuja língua oficial ou dominante é o português (diz-se de coletividade)", falar outra língua diferente de "a

língua portuguesa". É pelo efeito de saturação que percebemos que, para se manter uma língua portuguesa, é preciso que a lusofonia esteja presente "em toda parte", como, por exemplo, a "perspectiva" em relação aos países de língua portuguesa deve ser a da lusofonia, que a "consciência" que se deve ter é a da lusofonia, que a lusofonia deve ser a "base interna", que se deve fazer o "cultivo" da lusofonia, que se deve "criar" porque "falta" "uma consciência" da lusofonia, que o "panorama" é o da lusofonia, que se deve ter um "grande dicionário" da lusofonia, etc.

Se pensarmos que, pela materialidade dos recortes, os sentidos de "lusofonia" deslizam para a associação de "língua portuguesa + cultura portuguesa"; e que, pela repetição do GAdj "de/da lusofonia", não é possível um espaço enunciativo em que exista língua portuguesa fora da "lusofonia"; então não há lugar nesse espaço "lusófono" para as outras *línguas portuguesas* (nem para outras culturas) em espaços brasileiro, angolano, moçambicano, santomense, guineense, cabo-verdiano, a não ser como "variação linguística" e como "transculturação".

Nessa discursividade produzida pela denominação "lusofonia" para dizer de espaços/línguas diversos como se fosse *um* espaço e *uma* língua transplantados juntos com a sua cultura gerando, assim, variações, silencia-se a materialidade histórico-política das línguas, dos espaços e de seus sujeitos. Esse funcionamento faz significar o tempo-espaço como um, pondo essa língua portuguesa e a cultura portuguesa sempre já-lá, como passadas, presentes e futuras, apagando as diferenças entre a língua portuguesa *imaginária* e a língua portuguesa *fluida*, as *línguas portuguesas*; conseqüentemente, as diferenças histórico-político-sociais entre os próprios países se indistinguem. Compreendemos, portanto, que essa denominação da "lusofonia" cria um novo espaço-tempo em que os efeitos de sentido de homogeneidade – como sendo *uma mesma língua* com suas *variações* – fazem-se necessários a uma projeção internacional mais concreta e significativa, tão conveniente a um mundo globalizado.

Antídoto eficaz contra o perecimento nessa 'luta glutofônica' – que também é cultural, sendo também cultural, portanto, o perecimento linguístico – seria, nesta "era dos blocos", a formação de um 'bloco da lusofonia'. Eis aí todo um vastíssimo e diversificado programa, a que se voltará mais adiante.

[...]

Assim sendo, a integração lusofônica passa também por uma revisão dessas relações [com Portugal e África]. E não apenas passa por uma política global da língua (estritamente relacionada – insista-se – ao ensino): tem nela seu motor essencial. Celso Cunha é pertinente e claro: "o que desejamos é que, através do ensino, se resguarde a atual unidade superior da língua portuguesa, os traços essenciais que ainda permitem a compreensão entre os seus usuários. (CUNHA, 1970, p. 79)". Aí, tudo está dito. (ARMANDO, 1994, p. 34)

Nos recortes a seguir, procuramos dar visibilidade a como a tomada de posição é sustentada pela evidência de que a língua portuguesa no espaço brasileiro é uma variante da língua de Portugal. Nesse dizer, o sujeito apaga o funcionamento das línguas nesse espaço discursivo – tanto as portuguesas quanto as outras línguas – fazendo parecer que há uma língua portuguesa da qual todas as outras partem.

Ao dizer desse lugar, o sujeito pressupõe um afastamento, uma neutralidade, como se esse saber científico fosse sempre um já-sabido, óbvio, e único. Pelo esquecimento, esse sujeito traz a voz de outros cientistas da linguagem para dizer por eles e com eles, (por exemplo, "citando Pinheiro Chagas", "Celso Cunha mostra", "como o citado Celso Cunha e Antônio Houaiss", "como nota o Autor citado"), como uma *língua brasileira está colocada na impossibilidade e como a variante do português é o que é possível e desejável, nesse panorama fragmentado da lusofonia, mas que, futuramente, precisará ser integrado*, como podemos ler nos recortes R30, R31, R32, R33 e R34⁹³, abaixo:

R30 [...] o defeito que vejo em todos os livros brasileiros é [...] a mania de tornar brasileiro uma língua diferente do velho português.

R31 [...] brasileiros navegaram (talvez alguém ainda navegue) em **falsas** águas e por rotas **equivocadas**, ao **pretenderem que existia uma língua brasileira**.

R32 [...] a "crise" da lusofonia não provém só do fato de a língua – pilar mestre da unidade de fato – poder-se considerar "propriedade privada dos portugueses" (esse ponto de vista, como se viu mais e mais se debilita); nem do fato de a "**variedade brasileira**" ser considerada "**uma nova língua**" (isso, como também se viu, **já é hoje contestado**);

⁹³ Esses recortes são feitos a partir do artigo de autoria de Armando (1994).

R33 [...] cabe recordar, da mesma forma, que a falta de um organismo disciplinador supranacional (aproximativamente, o que é para a língua castelhana a Real academia espanhola) favorece **a fragmentação do português**.

R34 [...] e, se oficialmente se tenta a integração latino-americana, se extra-oficialmente se **busca promover** o afro-brasileiro, **por que não a integração da lusofonia?**

Nessa mesma direção, fica evidente que é preciso "um organismo disciplinador" para proteger da "fragmentação", ou seja, é preciso olhar para *a fragmentação como um risco tanto interno quanto externo*, porque é preciso estabelecer "um mínimo comum de normas linguísticas"; o que seria alcançado se houvesse "a qualidade do ensino e sua expansão favorecendo a 'língua de cultura'" e "a pesquisa, seja no interior dos 'segmentos' da lusofonia, seja interslusofônica". Assim falar em diversidade linguística e cultural implica entender a *diferença* como aquilo que deve corresponder ao que o outro (o que se preocupa em preservar da fragmentação) entende como diferença possível.

A partir dos recortes seguintes, R35 e R36,

R35 Por isso, a '**consciência da lusofonia**', como já afirmamos alhures, é muito **mais do que o simples reconhecimento de uma comunidade lingüística**: é o **reconhecimento da existência de um mundo de língua portuguesa** que é igualmente **um mundo de culturas unificadas por traços comuns**, apesar de sua grande diversidade, que **as variantes linguísticas** refletem e expressam. Mundo, portanto, de literaturas até certo ponto afins, na diversidade com que expressam a própria diversidade cultural, tal como as **variantes da língua** o fazem.

R36 Aos estudos lingüísticos de tipo científico, que trouxeram a esse debate a noção de 'variante de língua', deve-se a invalidação, tanto do purismo, quanto do '**jacobinismo linguístico**' (o qual, nos dias atuais, só pode ser visto **como resquício de um 'complexo' de colonizado**; e esse, afinal, apenas **reflete uma mentalidade de colonizador às avessas**).

podemos dizer que esse sujeito de linguagem, ao afirmar que *reconhecer esse espaço de fala da língua portuguesa homogênea como uma comunidade lingüística não é o bastante, que é preciso reconhecer a existência de um mundo de língua portuguesa como um mundo de culturas unificadas por traços comuns, em que as diferenças linguísticas são variações*, atualiza uma memória histórica – efeitos de sentido produzidos a partir da denominação de

um mundo como "lusofonia" –, como da ordem da impossibilidade de reconhecer uma língua moçambicana, por exemplo, posto que, pela memória da "lusofonia", é contraditório pensarmos em tal fato também como um acontecimento linguístico. Assim, essa impossibilidade é significada como um "resquício de um 'complexo' de colonizado", que "reflete uma mentalidade de colonizador às avessas", que, por sua vez, apaga os efeitos ideológicos de uma relação contraditória entre os colonizados e o colonizador; ou seja, nesse modo de dizer essa posição cientista *esquece* que o discurso do colonizador significa o colonizado a partir do projeto civilizatório europeu que estabelece um discurso sobre, interditando um lugar pro sujeito colonizado se dizer como não-colonizado. *Esquece*, ainda, que esse discurso inicia uma forma de saber sobre as línguas das 'colônias' que desqualifica o modo de os sujeitos 'colonizados' falarem a língua do 'colonizador' – (em seu discurso de suposta neutralidade e cientificidade, traduz como "variantes da língua" ou como "veredas escabrosas, por onde caminha aos tombos a língua de Camões"⁹⁴ esse *modo de falar*) –, além de apagar o número enorme das outras línguas, nessas regiões, praticadas.⁹⁵

Retomando a análise, "lusofonia" aparece como um grupo com relações de parentesco ("uma família") que vive num vastíssimo espaço geográfico, no qual é falada uma língua una e mesma, independente da diversidade linguística lá existente. Pensar nesse *corpo homogêneo* vivendo nesse lugar *não-fragmentado*, como um corpo e um lugar imaginários, impossibilita pensar esses sujeitos vivenciando suas práticas languageiras e sociais em um espaço-tempo distinto do da língua e da cultura portuguesa de Portugal, apesar de também constituídos por uma memória discursiva outra, em cujo saber estão em relação línguas diversas dessa língua portuguesa imaginária⁹⁶ de Portugal, e também das que estão em relação lá. Compreendemos, portanto, que essa nomeação da "lusofonia" produz um efeito de sentido hegemônico de um novo espaço-tempo linguística e culturalmente homogêneo, necessário à constituição da questão nacional e institucional, à universalidade cultural a-histórica entre os povos com vistas à projeção internacional mais

⁹⁴ Armando (1994, p. 18) citando Pinheiro Chagas *apud* Cunha (1970, p. 15).

⁹⁵ Sem nos esquecermos de que há processos de descolonização.

⁹⁶ Remetemos, mais uma vez, para o que Orlandi nos instrui sobre língua fluida e língua imaginária: "pensamos a língua fluida justamente como a língua que se pratica, a língua em sua materialidade simbólico-histórica e a língua imaginária, como a língua abstrata, normatizada" (ORLANDI, 2009, p. 47).

influyente e significativa dos países da CPLP, tão conveniente ao processo neoliberal da mundialização.

Nesse imaginário, a língua é descolada de suas condições materiais de produção, tomada fora da história e das memórias que a constituem e a significam. Sustenta-se, assim, um imaginário segundo o qual haveria uma língua em essência ou uma essência na língua que seria responsável por sua unidade nos vários países onde é falada sob diferentes condições. Dizer "lusofonia", enquanto uma denominação linguístico-cultural, é não poder dizer língua cabo-verdiana nesse "espaço lusófono", por exemplo, pois esta está em relação de exclusão com "a língua portuguesa e a cultura portuguesa", na medida em que se satura a direção única de sentido para "lusofonia" (pela paráfrase: lusofonia é língua portuguesa + cultura portuguesa), tomando esse nome como determinante de todos os outros nomes a ele contíguos, e, por isso, significando-o como o único espaço possível para os falantes das línguas portuguesas.

Desse modo, num gesto anacrônico, pensar o conceito de lusofonia apaga a heterogeneidade da língua portuguesa, da imensa diversidade linguística e cultural, ou seja, apaga que essa(s) língua(s) e seus falantes são outros ao se reterritorializar nos espaços onde é (são) praticada(s). Pela via da lusofonia como é significada nesse artigo, não se dá lugar às línguas fluidas portuguesas e nem às outras que funcionam engendrando diferentes memórias, discursividades outras.

Contudo é no jogo do encontro da materialidade da língua e da história que se produz a deriva. Acontecer dizer língua brasileira, língua kikongo, língua cabo-verdiana, língua balanta-kentohe, língua tsonga, língua santomense, língua tétum, língua ticuna, língua mirandesa, ao lado das línguas portuguesas, faz narrativizar efeitos de sentidos na direção da heterogeneidade, uma via para elaborarmos nossas diferenças concretas, nossas singularidades e para reforçarmos nossos processos de descolonização.

4.4. A narratividade dos mitos

Somos nós que pensamos os mitos ou são os mitos que nos pensam?
(C. GINZBURG, *Mitos, emblemas e sinais*)

Tendo em conta que nossa pesquisa observa o modo pelo qual a constituição da CPLP se dá, pensar a *narratividade* dos mitos⁹⁷ portugueses pode ajudar a compreender o modo como se constitui e se constrói essa comunidade em seu devir; e compreender o funcionamento dos efeitos de sentido produzidos pelas discursividades da lusofonia e da CPLP sobre língua portuguesa sustentados por essa narratividade. A forma como a realidade é narrada na forma de mitos ajuda a construir uma memória a partir de uma história coerente, sem falhas, e com causas e consequências. Conforme Pêcheux (2011 [1984]), é "a questão da realidade da referência [que] se encontra de fato 'colocada em suspenso' em uma série de efeitos discursivos" (*id., ibid.*, p. 155). Desse modo, trazemos à cena os mitos: da "tese do efeito fundador"; de D. Afonso Henriques; do sebastianismo; e o mito da missão evangelizadora de Portugal, que constituem um entrelaçamento de dizeres se auto e intersustentando.

A "tese do efeito fundador" é narrada como um fenômeno de evolução biológica, definido pelo pesquisador Ernst Mayr como "o estabelecimento de uma nova população por uns poucos fundadores originais (em um caso extremo, por apenas uma única fêmea fertilizada), que contém somente uma pequena fração da variação genética total da população parental" (RIDLEY, 2006). A partir desse discurso científico, a Wikipédia portuguesa, em seu site, apresenta um discurso sustentado nessa teoria para significar os portugueses como a origem do povoamento da Europa. Nesse momento, apresentamos dois recortes, ambos produzidos pela mesma fonte⁹⁸:

RECORTE 1:

Mas a **base genética da população relativamente homogênea do território português**, como do resto da Península Ibérica, **mantém-se a mesma nos últimos quarenta milénios: os primeiros seres humanos modernos a entrar na Europa Ocidental**, os caçadores-recolectores do Paleolítico.

RECORTE 2:

De facto, a **presente população portuguesa** apresenta características que não só a marcam como **uma população ibérica paleolítica**, mas também como uma população, conjuntamente com os bascos, relativamente

⁹⁷ Sobre a discursividade dos mitos, conferir a tese de doutoramento de Verli Petri (2004).

⁹⁸ Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Portugal#cite_ref-83. Acesso em: jul. 2012.

isolada de grandes influências mediterrânicas, bem como com um nível de especificidades tais que apontam para um Efeito fundador ("The Portuguese have a characteristic unique among world populations: a high frequency of HLA-A25-B18-DR15 and A26-B38-DR13, which may reflect a still detectable founder effect coming from ancient Portuguese"). Ver A. Arnaiz-Villena *et alii.* (1997), Relatedness among Basques, Portuguese, Spaniards, and Algerians studied by HLA allelic frequencies and haplotypes, *Immunogenetics*, 47(1):37-43.

A partir desses dizeres, podemos compreender que os portugueses foram os "primeiros seres humanos modernos" a entrarem na Europa Ocidental, portanto os portugueses são um povo que se constitui pelo efeito fundador, ou seja, que estabelece novas populações em outros espaços diferentes do da Península Ibérica, através de uns poucos fundadores originais portugueses. Compreendemos esses dizeres como uma *narratividade*, que a par com a dos outros mitos portugueses que apresentaremos a seguir, se constroem em torno do povo português, produzindo efeitos de sentidos que atravessam ainda hoje o imaginário desses sujeitos portugueses em relação à forma histórica do sujeito/espaço português conforme constituído.

Considerar a tentativa de silenciamento das línguas locais durante o período de conquistas do Estado português remete-nos a um discurso fundador que produz, sustenta e se sustenta nos efeitos de sentido como o de maior potência da época – Portugal significado em relação às outras nações do século XV-XVI, à época do acontecimento da conquista e partilha do mundo, "as grandes navegações" (metáfora para as conquistas e colonização de novos territórios/ sociedades, a conquista significada como "aventura") –, como a nação de grande poder político e econômico. Nessa discursividade, a língua portuguesa na época da colonização, invade e se impõe no espaço das línguas autóctones como a língua da Metrópole; e, mais tarde, como a língua do Estado Nacional, narrativizando uma memória histórica que até hoje produz efeitos de homogeneidade, pela filiação de um imaginário de nação para dentro como um espaço de uma única língua, e para fora do espaço português como um espaço extensão ainda de Portugal, em que os povos, hoje ex-colonizados, se constituem como se fossem povos irmãos, que falam a mesma língua. Silencia-se o sentido do diferente, de que o espaço português é constituído também por outras línguas, e de que essas outras formações sociais são constituídas por outras línguas e por outros imaginários

de línguas, e de que pertencem a espaços em cuja historicidade o efeito de nações irmãs já deslizou.

Segundo Franco (2000) é preciso compreender a formação daquilo a que podemos denominar como o *mito de Portugal*: "um reino singular e perene fundado em direito divino numa antiguidade que remonta aos patriarcas bíblicos, cuja história é protegida e conduzida providencialmente pelo céu, em ordem ao cumprimento de uma missão com abrangência universal."

O texto a *História de Portugal* do Padre Fernando Oliveira escrita depois da derrota de Alcácer-Quibir e no âmbito do processo de sujeição política de Portugal ao reino vizinho (a Espanha da dinastia dos Filipes), a que aquela derrota conduziu, ao lado do texto do projeto da *História do Futuro* do Padre António Vieira escrito no final da década de quarenta do século XVII (1649), no quadro do processo de restauração da independência do reino de Portugal em relação ao domínio castelhano, são duas histórias em que duas 'utopias', dois 'mitos' são narrados. A narratividade da perenidade de Portugal, constituída divinamente para realizar uma missão de carácter sagrado. E a narratividade da plenificação dessa missão na sonhada apoteose do Quinto Império (FRANCO, 2000).

Essas narratividades se sustentam em relação àquela que diz de Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, ou o mito do "Milagre de Ourique", e aquela que diz de D. Sebastião, último rei da Dinastia de Avis, morto em 1578. Na ficção sobre Afonso Henriques, conta-se que, antes da famosa batalha de Ourique contra os mouros, ocorrida em 1139, este foi surpreendido por uma visão na qual lhe aparece Jesus Cristo para anunciar-lhe a vitória certa. Nesse local da batalha, o Estado português teria sido fundado, e Afonso Henriques teria sido aclamado rei no próprio campo de batalha. Na ficção sobre D. Sebastião, conta-se que o rei, ao lutar na lendária batalha de Alcácer-Quibir (Marrocos) também contra os mouros, foi morto, mas que seu corpo nunca foi encontrado. Essa morte é interpretada como tragédia, pois Portugal, em consequência disso, perde sua independência e passa a integrar o Império de Felipe II da Espanha, momento em que se concretiza a chamada "União Ibérica", entre 1580-1640. Nessa narratividade, sua morte é significada como desaparecimento, e, a partir daí, constrói-se a crença na volta desse rei para libertar os portugueses e restituir a grandeza de Portugal. Segundo Freixo (2009), essa crença é

resultado de uma mistura de tradições messiânicas do tipo judaico presentes em outras narratividades portuguesas.

Na *História de Portugal*, Padre Oliveira faz "faz uma profissão de fé de que Portugal não acabaria em consequência dos acontecimentos em torno de 1580. A sua obra é uma releitura idealizante de Portugal com base nesta esperança que 60 anos mais tarde vai ser confirmada, e vai inspirar um sonho ainda mais prodigioso e proficiente." O sonho de Padre Vieira, que complementa a história do passado de Portugal escrita por F. Oliveira. A *História de Portugal* é escrita visando demonstrar a perenidade do Reino de Portugal, justo quando perde sua independência. Faz ver que é um reino fundado em direito divino, e singular em relação aos outros povos. Neste sentido, segundo Franco (2000) este texto constrói, a partir de uma determinada ideia de Portugal, um passado dourado,

que visa justificar e fundamentar uma utopia, que se tenderia a projectar naturalmente no futuro: a utopia da perenidade de Portugal. Utopia que ganha consistência significativa a partir da demonstração de duas teses fundamentais sobre Portugal: a sua fundação sagrada em direito divino e a sua inerente eleição para realizar uma missão religiosa de carácter universal - a evangelização dos povos desconhecedores do cristianismo. Numa época de incerteza e de dúvidas quanto à conservação da identidade e autonomia de Portugal, esta história pretende defender a sua intocabilidade e, com visceral amor patriótico, refutar aqueles que defendiam e fundamentavam a sua inevitável e natural diluição na Espanha imperial dos Filipes. (*id., ibid.*, p. 90)

Nesses textos, ainda segundo Franco (2000), tanto Oliveira quanto Vieira mostram deslumbramento pelo passado histórico de Portugal e, especialmente, estão convictos do fato de que os Portugueses fizeram muito mais que qualquer outro povo, principalmente porque superaram as façanhas triunfalmente cantadas pelos autores da antiguidade clássica. Os desastres e as vicissitudes da história, contudo, que ofuscaram e interromperam esse curso triunfante de Portugal, deixaram nestes dois autores portugueses a sensação do inacabado, do não cumprimento total da missão que estava designada divinamente para este reino. Neste sentido, estas duas obras, estas duas narratividades,

reclamam o **regresso a uma idade de ouro portuguesa** e o **cumprimento da sua missão divinamente ordenada**, a qual nenhuma

potência humana pode impedir e sufocar a sua realização. Desenvolvem, assim, um autêntico mito de Portugal, assente numa afirmação da **marca transcendente da sua fundação**, na exaltação da sua história gloriosa e na plasmação ainda mais maravilhosa do **seu destino histórico que desemboca no projecto mítico do Quinto Império**. No fundo, estes dois projectos historiográficos são uma profissão de fé num destino de Portugal ainda não consumado. Uma profissão de fé e uma convicção obsidante que deu forma a um filão fundamental da nossa cultura portuguesa e que, neste século, Fernando Pessoa continua e sintetiza num grito bastante sugestivo em forma de prece: "Quem te sagrou criou-te português. Do mar e nós em ti nos deu sinal. Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez. Senhor, falta cumprir-se Portugal" (PESSOA, *Mensagem*, 14ª ed., Lisboa, Ática, 1992, p. 59). (FRANCO, 2000, p. 108)

Retomamos o que nos diz Mariani (1998) sobre memória, observando que a memória social se produz na relação direta com o esquecimento necessário. Paradoxalmente, todavia, é o esquecimento que possibilita a produção de outros efeitos de sentidos. Entremeiam-se, nas práticas sociais de fixação da memória, o que deve ser lembrado para que outros sentidos possam ser esquecidos. No caso dessas narratividades sobre Portugal e os portugueses, a estabilização da interpretação sobre esses acontecimentos em relação às outras possíveis, interdita que seja esquecida: "não deixar um sentido ser esquecido é uma forma de eternizá-lo (e, até mesmo, mitificá-lo) enquanto memória 'oficial'" (*id. ibid.*, p. 36). Os sentidos silenciados podem redirecionar os hegemônicos. É, nessa direção, que compreendemos como a *narratividade* sobre os mitos portugueses não deixam esquecer o modo como o acontecimento das "descobertas" ainda pode ser revivido, reexperienciado, atualizado nesse discurso sobre a língua portuguesa.

4.5. Nação e língua

A relação língua/nação é matizada por muitos processos e é só na relação de uma consistência histórica singular entre a língua e seus falantes que podemos compreendê-la, avaliá-la. (E. ORLANDI, *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*)

O estado nacional tem sido tomado como óbvio e universal, apesar de não representar a única forma de institucionalização da autoridade política. Assim o projeto ocidental de Estado-nação se impõe com força às sociedades das regiões periféricas. A

expansão de tal modelo, em um contexto bastante diverso daquele vivenciado na Europa Ocidental, exige adaptações e negociações singulares no processo de construção do nacional. A imagem de um Estado único e indivisível produz a evidência de uma língua única e homogênea que o represente. Portanto, para a construção da coisa nacional, como fazem crer as ideologias nacionais, é preciso ter homogeneidade linguística, uma característica 'natural'⁹⁹ das nações. (DIAS, L., 2002)

Nesse capítulo, pensamos o espaço nacional em relação à(s) língua(s) da nação, o que nos permitirá pensar o espaço supranacional, ou seja, as organizações internacionais em relação à(s) língua(s) desses espaços supranacionais.

Trazer para reflexão sobre a questão da relação nação e língua uma rápida exposição sobre alguns sentidos de *nação* pode ser produtivo, não perdendo de vista que, além de ser uma discussão bastante complexa e extensa, é como nos dizem Bobbio *et alii* (1991), "a história do termo tem sido um grande paradoxo", e "[...] o conteúdo semântico do termo, apesar de sua imensa força emocional, permanece ainda entre os mais confusos e incertos do dicionário político" (*id.*, *ibid.*, p. 795). Como dissemos, achamos produtivo porque, na leitura de arquivo sobre as línguas nos países que, aqui, estudamos, nesses discursos sobre, a questão da 'nação' em relação ao 'Estado' e às Organizações Internacionais parece levar à necessidade de compreender do que se fala quando se diz nação em relação a Estado, à Organização Internacional na relação com língua. E dependendo da posição sujeito, como, por exemplo, o dizer de um linguista moçambicano, e o de um português, os efeitos de sentido vão apontar para as filiações discursivas dessas posições sujeitos. No modo como dizem sobre nação, estão marcas que delimitam fronteiras de sentidos, mesmo que porosas essas fronteiras, e que dão visibilidade a tomadas de posição singulares sempre em disputa pela hegemonia de sentidos.

⁹⁹ "Língua e nacionalidade parecem-nos tão naturalmente unidas que se torna difícil lembrar como sua fusão é recente. Frederico, O Grande, falava francês e achava que isso era perfeitamente normal para um príncipe alemão. Isso nos parece estranho porque pensamos nos franceses como o povo que fala francês, mesmo que isso não seja tão evidente, como Eugen Weber mostrou. Em 1863, de 37.510 comunas francesas, 8.381 não falavam francês e aproximadamente 10% de todas as crianças francesas em idade escolar na terceira república, com idade entre 7 e 13 anos, chegavam à escola falando apenas *patois*." (STEINBERG, 1997, p. 235)

O modelo nacional tem seus aspectos negativos e positivos como qualquer outro modelo nos diz Jobim (2008).

O modelo nacional com que lidamos no mundo ocidental foi estruturado a partir da noção de unidade – unidade política, unidade social, unidade territorial –, ancorada no apelo à cultura como mecanismo de legitimação política, o que caracteriza a ideia nacional associada ao Estado, isto é, o estado nacional (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004). E esse modelo se verifica em vários níveis, no nível local ('comunidades', vilas), regional (cidades, distritos), nacional (país) (*id.*, *ibid.*), e, pensamos, no nível internacional (organização de países). Ele se reproduz em diferentes níveis pela *forma histórica espaço*, no nosso caso, *espaço de direito*.

Das críticas ao modelo Estado-nação com várias nações e uma cultura, uma língua, surgem reivindicações a um reconhecimento dessas culturas como diferentes. É pela discursividade do multilinguismo, do 'respeito à diferença', que esse 'reconhecimento' parece que se faz. Ao invés de apagar as várias culturas, as várias línguas, é suposto que esse discurso lhes dê visibilidade, e que, igualmente, os sujeitos de direito possam vivenciar diversidades culturais e suas diferentes línguas. Para que esse reconhecimento se garanta, fabricam-se instrumentos jurídicos dizendo da existência dessa multiplicidade, e explicando porque é legítima. Todavia, e esse é o equívoco, não há como legitimar, porque essa diversidade não é significada como diferente. Esse 'direito à diferença' já nasce sob uma filiação de sentidos que nivela o político pelo discurso neoliberal da liberdade e da universalidade, da globalização; "o discurso liberal: o que se funda na igualdade jurídica de direitos e deveres" (ORLANDI, 1990, p. 58).

Assim, discursiviza-se o político, ou seja, os possíveis sentidos do diverso, do diferente, pelo jurídico, através da produção de legislação que regulamente o reconhecimento à diferença, produzindo um efeito de 'direito a' algo, como se esse direito e esse algo precisassem existir, silenciando o modo de existência do funcionamento das relações com o diferente anteriores ao dizer da lei; dando visibilidade ao desconhecimento das historicidades anteriores a essas políticas. Toma-se como evidência de que 'haver direito jurídico' é necessário. Descreve-se esse direito como fundamental porque por ele se pode dizer da dignidade pela igualdade dos homens e das suas línguas. Esse discurso legal,

ao mostrar que o direito se faz pela defesa da igualdade, não nega a existência da diferença, todavia essa diferença é preciso que seja significada como uma diferença em graus, hierarquizada, sentidos que definem uns em relação aos outros como mais/menos/tão diferente/igual ("todos somos verdes: os verdes claros, os verdes escuros, os verdes abacate...").

Assim acontece no texto de vários documentos internacionais que reconhecem e garantem 'direitos à diferença', como por exemplo, o da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*, já analisado por Rodríguez-Alcalá (2010). Ao discutir o processo de produção dos efeitos de sentido do *consenso* nas políticas públicas de línguas, a autora mostra como compreender o "funcionamento do apelo à cultura como mecanismo de legitimação política hoje é uma questão fundamental" para compreender essas políticas de língua. Dessa forma, a autora aponta de forma crítica como os discursos do respeito à diferença e da garantia da diversidade estão filiados a um conceito de cultura que se inscreve num conceito de etnicidade apoiado numa ideia de consenso. Ao pressupor a existência de uma 'afinidade natural' entre aqueles que partilham uma tradição e uma origem comuns, a mesma visão do vínculo social é mantida, deslocada para dentro dos Estados nacionais e para as comunidades subnacionais. Assim, ela nos diz,

contra um ideal *monista* de sociedade, propõe-se um modelo '*multi-monista*', em que '*os diferentes*' são internamente '*iguais*', '*homogêneos*', [...]. As formulações vistas não são equivalentes, mas podemos dizer que deslizam em maior ou menor medida numa visão das relações sociais como sendo primariamente *naturais*. (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2010, p. 145)

Desenvolve a autora, nesse sentido, uma reflexão sobre como é fundamental definir a *diferença* em termos de uma perspectiva que contemple a contradição, o desacordo, o desentendimento, característicos das relações sociais. Após a análise da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*, compreende que o grande equívoco das políticas de direito à língua se produz a partir da *exigência de igualdade jurídica a todas as línguas*, argumentando que

não existe a possibilidade de fazer coincidir a unidade (política) do Estado com a diversidade (linguístico-cultural) das sociedades dentro de seu território, pois essas relações são contraditórias e estão sempre em movimento e transformação. O não reconhecimento dessa impossibilidade, [...], leva a declarar a igualdade entre todas as línguas, mas a reintroduzir as exclusões, o que é efeito da ideia de *tradição*, de passado comum, a partir da qual se estabelecem os direitos, ao mesmo tempo, cabe destacar, à *língua* e ao *território* (uma expressão sintomática, [...] é a de *língua própria de um território*). Disso resulta que os critérios para definir os direitos linguísticos das chamadas minorias, [...], é um critério de número e força. (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2010, p. 147)

A partir disso, tomamos como recorte, o texto da *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (1996).

Para declarar, por exemplo, que todos têm o direito fundamental a uma língua comum, o texto "parte das comunidades linguísticas e não dos Estados" para se afastar da "secular tendência unificadora da maioria dos Estados", fala em "novo modelo de crescimento [...] com a participação equitativa de todos os povos, de todas as comunidades linguísticas e de todas as pessoas" para se afastar do "modelo economicista de crescimento, propugnado pelos grupos econômicos transnacionais". Contraditoriamente, no texto dos artigos da *Declaração* temos a diferenciação entre "comunidade linguística" ("histórica", "de território", "receptora") e "grupo linguístico", cujo sinônimo deste é "coletividades" ("separadas do resto de sua comunidade", "assentadas"), coletividade que se caracteriza por ser de imigrantes, refugiados, deportados ou membros de diáspora, não tendo uma historicidade "equivalente" à da comunidade, conforme o texto a seguir,

Esta Declaração entende como *grupo linguístico* toda a coletividade humana que compartilha uma mesma língua e que está assentada no espaço territorial de outra comunidade linguística, mas sem uma historicidade equivalente, como acontece com os imigrantes, refugiados, deportados ou os membros de diásporas (*id.*, *ibid.*, p. 25).

Essa contradição que dá visibilidade a essa diferenciação é sustentada no artigo dois da *Declaração*, ou seja, de que a língua própria da comunidade linguística tem mais direito do que as línguas dos grupos linguísticos/coletividades que ali convivem. A seguir,

Esta Declaração parte do princípio de que os direitos linguísticos são individuais e coletivos, e adota como referente da **plenitude dos direitos linguísticos o caso de uma comunidade linguística histórica em seu espaço territorial**, entendido não só como área geográfica onde vive esta comunidade, mas também como um espaço social e funcional imprescindível para o pleno desenvolvimento da língua. É a partir desse referente que podem ser estabelecidos, como uma **gradação ou continuum**, os direitos que correspondem aos grupos linguísticos mencionados no ponto 5 [texto acima] deste mesmo artigo e os das pessoas fora do território de sua comunidade (*id.*, *ibid.*, p. 24).

Se os direitos são dados a todos de forma equitativa, parece não haver lógica numa "gradação" de direitos, direitos com valores diferenciados numa escala de menos/mais, num "*continuum*". De outro lado, a repetição insistente do pronome indefinido *todo* e suas variações ("todas as comunidades linguísticas", "todas as pessoas", "todas as línguas", "todos os povos") vai na direção de uma inclusão total dos sujeitos e suas línguas que, para sustentar essa igualdade na diversidade, rompe essa discursividade justamente por forçar em direção à completude, como se saturasse os sentidos de *todo* numa única direção e, nesse movimento de nada deixar escapar, algo falta, ou algo sobra.

O sentido de pertencimento a algo e de ter algo que lhe pertence, como a própria língua, a cultura, ou o espaço, por exemplo, é discursivizado a partir de sentidos que atualizam uma memória da diferença. Uma memória que se refere a uma discursividade já posta e por vir, posto que um discurso não se produz do nada e nem retorna ao nada. O discurso da diferença é apontado por e aponta para outros discursos, como o da colonização, do aparelho de línguas, do multilinguismo. Há um repetível que retorna indefinidamente nessa produção de sentidos. É assim que funcionam esses discursos outros, no modo do discurso da "diferença", do "direito a". Essa memória da diferença restabelece os "'implícitos' ([...] os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita" (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Essa memória traz à memória aquilo que está ausente justamente por estar presente,

esse discurso-vulgata do implícito, sob uma forma estável e sedimentada [...], sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma 'regularização' [...] se iniciaria, e seria nessa própria regularização que

residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase [...] (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Nessa situação, esses efeitos remetem aos dizeres do neoliberalismo capitalista que nivela o político pelo jurídico, através da produção de documentos de legislação, como, Cartas, Declarações Universais de Direitos a, etc. sustentando que 'todos' têm o 'mesmo' direito, que as línguas têm o 'mesmo' status e que as culturas têm a 'mesma' importância.

Assim, os sentidos daqueles que não pertencem à "comunidade linguística", definida na *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (1996) como

toda sociedade humana que, assentada historicamente em um espaço territorial determinado, reconhecido ou não, se auto-identifica como povo e desenvolve uma língua comum como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre seus membros. (*id.*, *ibid.*, p. 24)

estão interditados, não conseguem ocupar o lugar a eles definido nesses direitos, porque nesse discurso se reproduz a repetição de que essas línguas e seus falantes não têm direito nesses espaços já significados pelo outro. O direito a esse pertencimento, ou o direito de dizer que algo lhe pertence já está filiado a uma memória em que o diferente é igual ao que o outro pensa como diferente.

Nos dizeres de Rodríguez- Alcalá (2010),

Esta Declaração considera como *grupo linguístico* toda a coletividade humana que *partilhe uma mesma língua e esteja radicada no espaço territorial de outra comunidade linguística, mas não possua antecedentes históricos equivalentes*, como é o caso dos imigrantes, dos refugiados, dos deportados, ou dos membros das diásporas.

Os direitos linguísticos se referem às *comunidades linguísticas* e não aos *grupos linguísticos* (isto é, aos imigrantes, refugiados, deportados etc.); estes últimos não têm direitos (plenos) nem à *língua* nem ao *território*, já que não estão em seu "respectivo território". (*id.*, *ibid.*, p. 148)

E, conclui,

Como vemos, enunciar o *direito à língua* como um direito de uso público e privado, identificá-lo com um direito humano fundamental de todos e

não concedê-lo aos imigrantes é aprofundar a diferença, a desigualdade.
(*id., ibid.*, p. 148)

Nessa reflexão é preciso argumentar na direção de que os sentidos de Estado-nação para os africanos é algo desconhecido para nós e que o que eles tinham era algo que não podemos denominar, posto que só eles podem dizer desse lugar.

Segundo Munanga (1997), antes do período colonial as civilizações africanas dispunham de um sistema político distinto das sociedades ocidentais. O conceito de "tribalismo", introduzido pelo mundo ocidental para explicar as organizações sociais africanas, não se aplica à maioria das civilizações daquele continente. Mesmo antes da chegada dos europeus, a África era caracterizada pela presença de formas de governo e sociedades bastante consistentes. O termo tribalismo, até hoje vinculado às comunidades africanas, suprime a complexidade social, cultural e política dessas civilizações e leva ao equívoco de pensar-se que todos os povos africanos são iguais. Fundamentalmente, além de complexas, as antigas sociedades africanas eram consideravelmente distintas umas das outras de variadas formas, em suas religiões, culturas e línguas.

Munanga (1997) assinala que, já no período colonial no século XIX-XX, a divisão do continente africano de acordo com a conveniência das nações europeias não respeitou a configuração original dos territórios das existentes civilizações, as quais não tiveram participação alguma nas decisões sobre seu futuro geográfico. Além da nova configuração territorial, às sociedades africanas também foi imposta uma nova forma de unidade política: o Estado-nação.

Munanga (1997) observa que o Estado-nação é a forma de governo e unidade política que surgiu no mundo ocidental como resultado dos processos históricos sucedidos naquela região. Portanto, um conjunto de variáveis e aspectos, tais como a delimitação de fronteiras, soberania estatal, nacionalismo e muitos outros foram bruscamente introduzidos em sociedades alheias a esta realidade. A estas sociedades, pela lei da força, não foi permitido o desenvolvimento do seu próprio processo histórico para uma gradativa evolução social e política e desenvolvimento das suas relações com o Mundo.

É assim que a questão do sentido de "tribalismo", produzido a partir do outro europeu, é pensado por Munanga (1997), a quem nos juntamos. Nas palavras do autor,

Com a penetração colonial, as formações culturais africanas tiveram novos problemas. As fronteiras em linhas retas traçadas a partir dos mapas na Conferência de Berlim dividiram vários povos, fragmentando suas formações culturais entre mais de um território colonial e unificando diversas culturas dentro de um território colonial. Nessa operação de desfazer e refazer, desestruturar e reestruturar, o colonizador explorou também as diferenças existentes entre os povos reunidos, atijando rivalidades e oposições entre elas no espírito da política de dividir para dominar. Da manifestação das rivalidades e oposições assim atijadas, nasceu o fenômeno batizado "tribalismo", um conceito pobre, ideologicamente carregado e que vem desqualificar o rico conteúdo das identidades étnicas e culturais (MUNANGA, 1997, p. 297).

Segundo Achille Mbembe (2001), camaronês, reconhecido como um dos maiores teóricos no campo do pós-colonialismo, refletindo sobre os discursos produzidos sobre a África, cita Mudimbe (1988), nos chamando a atenção para o fato de que

os intérpretes, assim como os analistas africanos, têm usado categorias e sistemas conceituais que dependem de uma ordem epistemológica ocidental. Mesmo nas descrições mais explicitamente 'afrocêntricas', os modelos de análise, explicitamente ou de forma implícita, consciente ou inconscientemente, se referem à mesma ordem. (MUDIMBE, 1988 *apud* MBEMBE, 2001)

Segundo Mbembe (2001), os nacionalismos africanos do pós-guerra, substituíram o conceito de 'civilização' pelo de 'progresso', reforçando as teleologias da época. Nessa reflexão, ele dá visibilidade a dois sítios de sentidos que constituíram a questão sobre a condição africana em relação aos Estados-nações que se formaram. Ele nos diz

para justificar o direito à soberania e à autodeterminação, e para lutar pelo poder, duas categorias foram mobilizadas: de um lado, a figura do africano como um sujeito vitimizado e espoliado; de outro, a afirmação da singularidade cultural africana. Ambas implicaram um profundo investimento na idéia de raça e uma radicalização da diferença. (*id.*, *ibid.*)

Mbembe (2001) observa que as narrativas africanas hegemônicas sobre o *self africano* pontua a raça como fundamento que possibilitaria argumentar em favor não só "da diferença em geral, mas também da própria idéia de nação, já que se consideram os determinantes raciais como a base moral para a solidariedade política".

Na história do *ser africano*, ainda é Mbembe (2001) que diz como aos discursos antropológicos produzem efeitos de que "a raça é o sujeito moral e ao mesmo tempo um fato imanente da consciência". As bases primordiais sobre as quais a antropologia do século XIX se produziu, isto é, "o preconceito evolucionista e a crença na idéia de progresso", ainda permanecem produzindo efeitos¹⁰⁰. Dessa forma, por esse dizer da antropologia a "racialização da nação (negra) e a nacionalização da raça (negra) caminham lado a lado". Esse dizer se reproduz também no discurso da negritude e das diferentes versões do panafricanismo, o que leva ao equívoco de que a revolta seria "contra o pertencimento africano a uma outra raça", quando, na verdade, o que se apaga é "o preconceito que designa a esta raça um *status inferior*."

Nessa reflexão, Mbembe (2001) também nos fala do dizer nativista sobre o africano que reduz este ao efeito de "uma equivalência na relação entre raça e geografia". Nesse discurso, "a identidade cultural deriva da relação entre os dois termos, tornando-se a geografia o lugar privilegiado no qual se supõe que as instituições e o poder da raça (negra) ganhem corpo".

O panafricanismo¹⁰¹, segundo Mbembe (2001), define o "nativo" e o "cidadão" a partir de sua identificação com o povo negro. Nessa narratividade, "os negros tornam-se

¹⁰⁰ Henriques (2004) traz comentário nessa direção, "A insensibilidade portuguesa – como aliás européia – que não pode deixar de surpreender, deve-se a um preconceito que não está ainda morto na sociedade portuguesa contemporânea: os africanos são naturalmente escravos e estão naturalmente destinados a ser os servidores dos brancos, e dos portugueses em particular. A violência do preconceito, reforçado pelo inventário dos caracteres somáticos (cor da pele, tipo de cabelo, odor e maneira de falar), ainda não abandonou a sociedade portuguesa, explicando a marginalização violenta a que estão votadas as comunidades imigrantes africanas" (*id.*, *ibid.*, p. 28 *apud* MARIANI, 2008).

¹⁰¹ Uma das versões do panafricanismo se diz como "um movimento político, filosófico e social que promove a defesa dos direitos dos povos africanos e da unidade do continente africano como um único Estado soberano, para todos os africanos, tanto na África quanto fora dela". Assim, por essa nova unidade política, haveria o reagrupamento das diferentes 'etnias', ainda hoje divididas pelas imposições da época da colonização, segundo os que se filiam a essa ideia. Esse dizer se produziu no século XIX, a partir das colônias, fora da África, em que os negros eram mantidos escravizados. Circulou, fortemente, na África, na voz das "elites africanas ao longo das lutas pela independência da segunda metade do século XX, em parte responsável pelo surgimento da Organização da União Africana" (KI-ZERBO, 1972). As Conferências

cidadãos não porque são seres humanos dotados de direitos políticos, mas por causa, tanto de sua cor, como do privilégio de sua autoctonia. As autenticidades territorial e racial confundem-se, e a África se torna a terra da gente negra. Já que a interpretação racial está na base de uma ligação cívica restrita, tudo o que não seja negro está fora de lugar, e, portanto, não pode reivindicar nenhuma forma de africanidade."

Feitas essas considerações, perguntamos: de que forma historicizar a noção de nação ajuda a compreender os sentidos de língua portuguesa num espaço de direito como a CPLP? Na medida em que compreendemos quais sentidos de nação e de língua estão em jogo quando pensamos esse espaço supranacional conformado pelas discursividades que constituem seus Estados-nações e suas línguas.

Ao historicizar-se, a noção de "nação" produz não um efeito de sentido, mas múltiplos, pois os sentidos são determinados, não de forma naturalizada, mas pelo modo como o sujeito é inscrito e se inscreve na língua, no espaço e na história. Portanto considerar "nação" como "uma entidade social originária ou imutável" é ignorar que ela "pertence a um período particular e historicamente recente" (HOBBSAWM, 2008 [1990], p. 19).

Ainda segundo Hobsbawm (2008 [1990], p. 53-54), "para compreender a 'nação' da era liberal clássica [até 1880] é essencial ter em mente que a 'construção das nações', por mais que seja central à história do século XIX, aplicava-se somente a algumas nações", isto é, as nações e os nacionalismos atingiam um número limitado de povos e regiões, ou seja, os Estados europeus (por exemplo, Estados multilíngues e multiétnicos como a Espanha, a França e a Grã-Bretanha). Eram nações aquelas consideradas viáveis cultural e economicamente, pois esse conceito baseava-se na tese de que

Panafricanistas começaram em Londres em 1900, depois em 1919 em Paris, em 1921 (Londres, Bruxelas e Paris), em 1923 (Londres), em 1927 (Nova Iorque), e a última oficial foi em 1949. Por esse dizer, os descendentes de africanos espalhados pelo mundo *dividiriam uma história, cultura e experiência comuns*, devendo, por isso, se unir. Esse efeito de homogeneização e unidade é sustentado ainda pela ideia da *tradição* que se materializa pela *valorização da realização de cultos aos ancestrais* e pela defesa da ampliação do uso das línguas e dialetos africanos, proibidos ou limitados pelos europeus (*cf.* <http://www.pan-african-parliament.org/> - Parlamento Pan-africano). Pensamos que esses dizeres funcionam na mesma direção de uma política de línguas que não considera a diversidade linguística como diferença constitutiva, a que não se pode ignorar, nem silenciar, sob pena de segregação do outro.

os movimentos nacionais são movimentos de expansão ou unificação nacional. Assim, a heterogeneidade nacional dos Estados-nações foi aceita porque parecia claro que as nacionalidades pequenas, e especialmente as pequenas e atrasadas, só tinham a ganhar fundindo-se em nações maiores e fazendo através destas, sua contribuição para a humanidade (*id., ibid.*, p. 55).

Geary (2005, p. 31) nos fala que, durante a Baixa Idade Média e o início da Renascença, a "nação" era um dos vínculos, assim como a religião, a família, a propriedade e o estrato social, ou seja, um meio em comum ao grupo de levá-lo a se identificar e a se organizar em ações colaborativas. Esse sentimento de pertencer a uma nação não existia conforme o conhecemos hoje, e não se constituía como o mais importante desses vínculos. Tanto que, quando se voltava para um passado distante em busca de vínculos, esse grupo se identificava conscientemente com a sociedade e a cultura romanas. Não era importante pertencer a um mesmo povo unicamente francês, ou alemão, por exemplo.

Nessa direção, Hobsbawm (2008 [1990], p. 55) nos afirma que os sentidos de nacionalismo não passavam pela forma como o "sentimento nacional" estava constituído – se pela etnicidade, pela língua, pela religião, pelo território, pela história, pela cultura, ou por outros – porque, politicamente, ainda não importava muito. É, contudo, a partir da necessidade do voto e do apoio político-partidário de um eleitorado (1880 em diante) que a questão de saber sobre qual critério a nação estava definida passou a fazer grande diferença e a se constituir em preocupação dos governos confrontados, o que implicou formas de estratégia, de luta e de programa político para uma resposta a essa "questão que se punha como nacional".

Quando religião e política se separam por ocasião do processo de consolidação dos Estados nacionais modernos, fica enfraquecido o vínculo com a fé, com a identificação e a obediência ao soberano. O "amor a Deus" não garante mais a adesão dos súditos e coloca-se, então, o problema da legitimação do poder e da governação dos sujeitos pelos Estados então formados.

Segundo Rodríguez-Alcalá (2004), na relação com os Estados nacionais, a cultura se constituiria como mecanismo de legitimação do poder desse Estado sobre os sujeitos e sobre seu território, na medida mesmo em que esse discurso da cultura

materializado nos enunciados de 'amor e lealdade à pátria' produz o efeito dessa legitimidade que passa a se traduzir "na subordinação ao Estado, através das leis instituídas" (*id.*, *ibid.*), conforme já vimos. Essa injunção a assujeitar-se ao Estado coloca em jogo, de diferentes modos, diferentes tipos de movimentos nacionalistas, que, por sua vez, mobilizam diferentes sentidos para nação (*id.*, *ibid.*).

Os modos de dizer sobre a nação se produzem de forma a explicá-la a partir de condicionamentos culturais e não históricos. A forma material *etnicidade* é um modo, então, de definir/significar cultura, aqui entendida como *vínculo social homogêneo*, a "comum-idade", que impede o real reconhecimento da diversidade, já que a concepção de diferença que aí se desenha está vinculada à ideia de "tradição", de "mesmo passado histórico", de "língua e origens comuns", apagando as contradições que caracterizam qualquer vínculo social, sentidos esses que reproduzem algumas formulações clássicas de Herder e de Tönnies, conforme já mostramos. A diferença fica sempre *fora* do grupo social, fica situada *entre* eles, mas nunca *dentro* deles, como parte constitutiva do vínculo social; como se "os diferentes" fossem internamente iguais.

Assim, os novos recortes nacionais, que reconfiguram simbolicamente o espaço, passam a ser estabelecidos pela evidência de que os contrastes etnoculturais entre os diferentes grupos sociais são pré-existentes, originários, naturais e determinantes dessa divisão. Sentidos que remetem para predestinação, essência, imutabilidade.

A discursividade dessa reconfiguração em nações como 'novas formas de organização social' pela 'etnoculturalidade' remete a uma visão etnicista da sociedade, em que o vínculo é compreendido em termos "afetivos" ("naturais") e está ancorado no "passado comum".

E, nesse sentido, a língua desse sujeito nacional é aí interpretada como "símbolo de autenticidade" e "vínculo com o glorioso passado", segundo, Fishman (1985 [1972]), autor de referência quando se trata da definição das relações entre língua e etnicidade. A língua, assim, passa a significar a "alma" da nacionalidade, e o meio para expressar e manter a continuidade das tradições comuns através das gerações, conforme formulações inscritas no pensamento herderiano.

É essa direção que os efeitos de sentidos produzidos pelos dizeres da CPLP sobre língua portuguesa tomam. Esses dizeres filiam-se a uma memória que 'esquece' o nosso passado histórico de colonização e atualiza todas as ex-colônias portuguesas, hoje Estados nacionais, como ocupando o mesmo lugar já-ocupado e, por isso, não vago, do ex-colonizador, Portugal, também um Estado nacional, porém já há seis séculos.

O que reverbera nessa memória e o que se apaga? De que línguas os países precisaram se distanciar historicamente para pertencer a uma comunidade de língua portuguesa? A que preço? Que língua os une? O que na língua os une? Será a língua que os une? É preciso que se unam? Que injunções históricas levaram à aproximação de cinco países africanos, um latino, e um europeu, pós-colonização? Como se dá essa relação política de força entre os Estados Nacionais que fazem parte da CPLP já que não têm igualdade de condições econômicas (nem culturais, políticas, históricas, administrativas, etc.)? É possível pensar esses países compartilhando de uma memória multissecular da mesma forma? Já entre os próprios países membros, e no interior de cada um deles, não existe disputa de poder tendo em vista seus processos sócio-históricos e econômicos singulares?

Unidos da forma como estão, numa comunidade *orgânica e afetiva*, e marcados de forma tão diferente histórica e politicamente, esses espaços se constituem pelo silenciamento do histórico e do político que conformam os grupos sociais, e produzem-se numa unidade tensa e contraditória colocando na indistinção e na invisibilidade os sujeitos, suas línguas e suas práticas sociais.

Nesse momento, trazemos a textualidade da *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)* como análise. Retomaremos brevemente parte do que já foi dito sobre a CPLP para iniciarmos e apontarmos como pretendemos articular nossa reflexão a respeito dos dizeres dessa organização sobre "comunidade" e "a língua portuguesa".

Ao ser criada em 17 de julho de 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP¹⁰² – foi formada por sete Estados nacionais, a saber, Angola, Brasil,

¹⁰² "O primeiro passo no processo de criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de

Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, e São Tomé e Príncipe, todos eles repúblicas democráticas de sistema capitalista. Essa *comunidade* se funda sobre um discurso de igualdade, que torna homogêneo um grupo diverso – fazendo crer que as nações integrantes são povos irmãos entre si,

Na reunião, decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocupa da promoção e difusão do **idioma comum da Comunidade**. A ideia da criação de uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa – **nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia** – já tinha sido suscitada por diversas personalidades. (<http://www.cplp.org/id-45.aspx>) (Grifos nossos)

que falam uma língua 'comum' (no sentido de mesma) – 'a *língua portuguesa* –, possuem semelhantes conquistas geográficas e políticas, e que compartilham o mesmo sistema de governo –, com a finalidade de, fundamentalmente, defender e promover a língua.

A língua é matéria de soberania, não raras vezes objecto de tratamento constitucional. Por isso, a necessidade da **adoção de políticas de promoção e defesa da língua**, parece ser de **aceitação pacífica**. No âmbito da CPLP a língua portuguesa é, obviamente, uma questão eminentemente política. Fundamento da sua criação, é um dos seus principais elementos agregadores, constituindo sua promoção e desenvolvimento um dos objectivos cardinais da Organização. (Luis Fonseca, ex-secretário executivo da CPLP)¹⁰³ (Grifos nossos)

Contudo, ao se ler os nomes dos países membros da comunidade formada, surgem as perguntas: são países 'irmãos', e o que isso significa? Falam a 'mesma' língua¹⁰⁴?

Língua Portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a convite do Presidente brasileiro, José Sarney". Disponível em: <http://www.cplp.org/id-45.aspx>. Acesso em: jan. 2008. (Grifos nossos).

¹⁰³ Disponível em: http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=39&Itemid=67. Acesso em: nov. 2009.

¹⁰⁴ Um exemplo, dentre vários, para mostrar a diversidade linguística nos países membros da CPLP: "A situação actual do ensino da língua portuguesa no ensino superior guineense é reflexa do panorama da língua lusa neste país, ou seja, preocupante. Por razões históricas, o português nunca foi efectivamente implementado **no interior da Guiné-Bissau, onde predominam, até hoje, as línguas étnicas e o crioulo**. Há números que apontam para **5% da população que fala o português, no recenseamento de 1979, e outros para 10%, no recenseamento de 1991** (SCANTABURLO, 1999, p. 62). Não há, infelizmente, estudos mais recentes sobre este assunto, mas penso que é por demasiado evidente que a situação da língua portuguesa na

Dividem as 'mesmas conquistas'?¹⁰⁵ Como nos lembrava Miaille (2005), há aí nesse lugar "contradições profundas de interesses, de ideologias e de práticas. [...] mas que tudo se passa como se os interesses fossem convergentes" (*id.*, *ibid.*, p. 137).

Pensar uma união dessa natureza entre países marcados de forma tão diferente histórica e politicamente, leva a, pelo menos, duas interpretações, ambas equivocadas – dadas as condições de produção histórico-sociais de todos os sete países: a primeira, de que os povos africanos e indígenas se aliaram aos colonizadores portugueses por terem supostamente interesses comuns, não tendo sido, portanto, subjugados e conquistados, e, a segunda, de que Portugal foi também colonizado pelo mesmo colonizador de todos os outros países membros da CPLP.

O fato de haver a necessidade deste órgão internacional e supranacional para unir o que se fez diferente pelas próprias condições de produção cria efeitos de sentido que iguala o que é desigual, constrói um espaço de organização homogeneizador entre ex-colonizador e ex-colonizados, silencia uma política de extermínio das línguas que sejam diferentes da portuguesa da 'metrópole'. O que vai ser preservado por essa política de línguas, tendo em vista, por exemplo, ainda hoje, uma memória hegemônica de que os portugueses, donos da língua, 'para nos salvar das trevas da ignorância e da incivilidade', nos 'deram' 'a Língua Portuguesa'?¹⁰⁶

Guiné-Bissau em nada se compara com os restantes países lusófonos africanos: é, sem dúvida, o PALOP onde se fala menos português. Basta circular pelas ruas de Bissau para nos apercebermos desta dura realidade." (Ana Paula Robles, Formadora do Instituto Camões, Responsável pelo Centro de Língua Portuguesa em Bissau). Disponível em: http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=blogcategory. Acesso em: jul. 2008. (Grifos nossos)

¹⁰⁵ Na mídia eletrônica, *Jornal Mundo Lusíada online*, há um banner que fica piscando no alto da página: "Portugal ensinou ao mundo um Novo Mundo: a conquista não pode parar. Informação. Credibilidade. Entretenimento. Assine o Jornal Mundo Lusíada. Clique aqui." Disponível em: http://mundolusiada.com.br/ml_artigos.htm. Acesso em: jul. 2008.

¹⁰⁶ "A partir de então [a chegada de Cabral], o Brasil passou a ser forjado e ampliado graças ao empenho, determinação e religiosidade dos portugueses, que passaram da conquista à demarcação das terras encontradas.

Só muito tempo depois é que o Brasil passou a existir da forma que nós o conhecemos, ou seja, depois da perda de muitas vidas e dispêndio de muitos sacrifícios. Convém não esquecer que o Brasil é fruto da tenacidade, da determinação e da coragem dos portugueses, que o definiram e moldaram geograficamente, **dando-lhe ao mesmo tempo uma Língua**, uma cultura e uma religião.

Como sabemos, **na época da chegada da esquadra de Cabral não existia qualquer civilização evoluída ou estado soberano** que estivesse sendo ocupado. Existia sim, centenas de tribos indígenas, a maioria desconhecendo a existência das outras, falando línguas diferentes, muitas se digladiando entre si e vivendo em estado neolítico e sem a noção da grandiosidade do território que habitavam. **Os portugueses chegaram**

Esses dizeres (as notas de rodapé e o documento oficial sobre a fundação da CPLP, a *Declaração Constitutiva da CPLP*) de sujeitos membros oficiais da CPLP ou não, reatualizam uma memória que se inscreve no acontecimento da colonização. O que nessa memória precisou ser esquecido ou narrativizado? É possível compreender que os países membros podem ser países independentes e soberanos, mas não em todas as situações? Que esses países não se tornaram nações, mas que foram tornados nações pela 'nação-origem' que assim os fez? Que a independência desses territórios não é uma luta autêntica e reconhecida?

De qualquer modo, o que ressoa é que não é possível fazer perguntas como estas incluindo Portugal nessa lista dos países membros. Para que esses sentidos silenciados façam sentido, Portugal não poderia fazer parte dela, pois, ao silenciar, faz falar a voz do colonizador.

Uma das interpretações possíveis, ao tomar Portugal como fazendo parte dessa lista, é a de que essa 'comunidade' se funda para defender 'a' 'língua portuguesa', – a que é comum e fundamental na sua união: "matéria de soberania", "questão eminentemente política", "Fundamento da sua [da CPLP] criação", "um dos objectivos cardinais da Organização" – porque se sente ou sente essa língua ameaçada. Resta perguntar: pelo quê, por quem? E, ainda: todos os países membros se sentem ameaçados da mesma forma (e se sentiam antes da fundação da 'comunidade') e sentem ameaçada 'a' ('sua') 'língua portuguesa' (que pertence a um deles e que aos outros foi 'dada', 'ensinada')?

Passemos à análise da Declaração propriamente dita.

A *Declaração Constitutiva da CPLP* é o documento que os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe assinaram para a fundação da CPLP, considerando-se não só os "fiéis" cumpridores "da vontade dos seus Povos", pois respondiam "às aspirações e aos apelos

pacíficamente e levaram a esses povos a sua cultura, a sua religiosidade e o seu desenvolvimento." (Eduardo Artur Neves Moreira, Ex-Presidente do Conselho Mundial das Comunidades Portuguesas, Ex-Deputado da Assembleia da República Portuguesa, Acadêmico Titular da Academia Luso-Brasileira de Letras). Disponível em: http://mundolusiada.com.br/COLUNAS/ml_artigo_639.htm. Acesso em: jul. 2008. (Grifos nossos)

provenientes dos povos dos sete países", mas também "fiéis" a sua "vocação" de Chefes de Estado e de Governo.

Tomamos esse texto como arquivo de leitura e escolhemos como entrada os significantes 'língua portuguesa' e 'comunidade' para a análise em questão.

A possibilidade de os sentidos sempre poderem ser outros para o referente 'língua portuguesa' remete à dimensão histórica e política que esse referente reverbera hoje: construção discursiva de uma memória narrativizada que, no movimento de inclusão do diferente, exclui-o, preenchendo seu lugar de singularidade, por exemplo, pelo discurso fundador¹⁰⁷ do respeito às minorias e à diversidade – no caso da CPLP, ao denominar o país membro como 'país de língua portuguesa', reconhece que 'a' 'língua portuguesa' pode não ser a única em todos os países da 'comunidade', mas que, no futuro deverá ser mais valorizada em relação às outras:

- Envidar esforços no sentido do estabelecimento em **alguns** Países Membros de formas concretas de cooperação entre a **Língua Portuguesa** e **outras** línguas nacionais nos domínios da **investigação** e da **sua valorização**;

Com a colonização, a dominação portuguesa afrontou e confrontou realidades e povos bastante diversos em termos de costumes e línguas, provocando deslocamentos no espaço e no tempo que geraram novas memórias locais que, por sua vez, historicizaram as línguas portuguesas, africanas e indígenas em torno dos efeitos dessas memórias locais.

Contudo a construção do espaço lusófono, (o mesmo que dizer de 'língua portuguesa + cultura portuguesa'), concretizado simbolicamente numa 'comunidade' (dividida geograficamente em quatro continentes distintos), sendo um fato político, impacta diretamente, os fenômenos culturais e linguísticos, o funcionamento do aparelho jurídico-administrativo dos Estados membros e as relações que se constituem entre eles e os outros Estados, afetando, portanto: a) a produção de conhecimento sobre as língua(s) oficial(is), nacional(is) e as línguas que não ocupam esse lugar; b) a construção de diferentes/mesmas

¹⁰⁷ Segundo Orlandi (2003, p.13), o discurso fundador "sustenta o sentido que surge e se sustenta nele. Intervém no já-dado, no já-dito".

leituras de nossa história e de nossa memória; c) a construção de identidades, diferenças nas quais os sujeitos, hoje, cidadãos de um país, são reconhecidos e se reconhecem.

Ao 'falarmos todos' – de acordo com os sentidos produzidos na/pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa – a 'mesma língua portuguesa', 'hoje', numa ilusória totalidade e homogeneidade, porque temos 'raízes comuns', formamos um 'grupo de nações uníssono'. E, apesar de reconhecer a heterogeneidade existente entre os membros, mas também por causa dela, é que o discurso da CPLP pode nos aproximar a ponto de nos igualar pela língua, porque ao homogeneizar o que é diferente, define-o dentro da diferença, sem mencionar o político e o histórico.

As questões de língua e de demarcação de um território estão imbricadas. Ao se falar em *comunidade*, produz-se imaginariamente um consenso, a ilusão de sentidos legitimados por todo um grupo. O *consenso* sustentado pela noção de cultura orientada para o passado parece vedar a possibilidade da heterogeneidade, mas, de forma contraditória, faz produzir efeitos de sentidos na direção da diversidade, pois as relações sociais, sempre em movimento, fazem, inexoravelmente, os sentidos se dividirem, se romperem nos espaços discursivos a partir de novos embates, o que aqui, no caso, está silenciado. E o consenso é, aqui, produzido, principalmente pela *língua portuguesa*, nos dizeres da CPLP, o amálgama que faz as sociedades terem história e cultura tão assemelhadas, uma cultura sempre orientada para o passado e uma história como pano de fundo.

[Os países membros da CPLP] Reafirmam que a **Língua Portuguesa:**

- Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma **convivência multissecular** que deve ser valorizada;
- É um meio privilegiado de **difusão** da criação **cultural** entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus **valores culturais**, numa perspectiva aberta e **universalista**;

Ao dizer "comunidade", é possível pensar paráfrases com o título *Comunidade* dos Países de Língua Portuguesa, por exemplo: **Organização** dos Países de Língua Portuguesa, **Associação** dos Países de Língua Portuguesa, **Sociedade** dos Países de Língua Portuguesa, **Grupo** dos Países de Língua Portuguesa.

Denominar como "comunidade" e não por qualquer outro nome implica investir de 'significância para e por sujeitos' um fato que passa a objeto simbólico, implica inscrever-se numa determinada formação discursiva e ideológica que levará à produção de efeitos de sentidos que constituem o/se constituem no sujeito em determinada temporalidade e espacialidade.

Assim, ao enunciar "comunidade", é preciso considerar a historicidade e a materialidade dos fatos simbólicos de constituição dos espaços de significação nos países membros da CPLP, sem apagar o político enquanto tal. Os efeitos de sentido de "comunidade", aqui em questão, são atravessados por dizeres que entendem a organização da CPLP como uma 'comunidade etnocultural', pressupondo um 'vínculo social homogêneo' que impede a diversidade, já que a concepção de diferença que aí se desenha passa pela fundação desse vínculo na *tradição*, no *passado histórico*, na *língua* e nas *origens comuns*, pressupondo que a partilha dessa *origem* produz *afinidade 'natural'*, '*consenso*', o que apaga as contradições que caracterizam qualquer vínculo social.

No discurso da CPLP, dizer "comunidade" repete sentidos que fortalecem as relações de homogeneidade, de consenso,

[A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa] Consideram imperativo:

- Consolidar a realidade cultural nacional e **plurinacional** que confere **identidade** própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação;

de estarem unidos apesar de geograficamente desunidos por compartilhar uma língua comum,

- Encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um **espaço geograficamente descontínuo** mas identificado pelo **idioma comum**;

de possuírem compromissos comuns e unos,

- Reiterar, nesta ocasião de tão alto significado para o futuro colectivo dos seus Países, o compromisso de reforçar os **laços de solidariedade e de cooperação que os unem**, conjugando iniciativas para a promoção do

desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa.

de possuírem uma língua que expressa interesses e anseios comuns,

- Tende a ser [a língua], pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o **intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns**.

de, na homogeneidade, respeitarem as diferenças

- Tendo em mente o **respeito pela integridade** territorial e a **não-ingerência** nos assuntos internos de cada Estado, bem como o direito de cada um **estabelecer as formas do seu próprio** desenvolvimento político, económico e social e **adoptar soberanamente** as respectivas políticas e mecanismos nesses domínios;

Dizer língua *portuguesa* nesta discursividade produzida pela CPLP é também dizer língua brasileira, língua angolana, língua cabo-verdiana, e as outras dezenas, centenas mais. Os sentidos de *língua portuguesa* são outros. Querendo ou não, os sentidos escapam, e, de uma perspectiva discursiva, vemos que a memória discursiva trama os dizeres antes silenciados ou esquecidos, institucionalizando o que deve ser repetido como processo que dá visibilidade às relações de poder, naturalizando-os.

Durante todo o documento, há um cuidado metódico em manter o discurso na terceira pessoa do plural, o 'eles', os Chefes de Estado e de Governo que "imbuídos", "tendo em mente", "conscientes", "consideram", "reafirmam", "animados de firme confiança no futuro", "com o propósito de", "decidem". São impessoalizados, higienizados, homogeneizados, e invisibilizados, tornando-se aqueles que eleitos, responsáveis por cumprir 'fielmente' a 'vontade do povo', numa 'democracia' que tem como lema 'o poder do povo, pelo povo e para o povo'. Só esqueceram de avisar aos "seus Povos" que iriam decidir fundar uma comunidade que os representaria nacional e internacionalmente, decidindo sobre as políticas públicas de língua, de ensino, de esportes, institucionais, tecnológicas, governamentais, formuladas a partir de um discurso que se filia aos efeitos de sentido produzidos pelo conceito de etnicidade *orientada para o passado e história comuns*, e aos

efeitos de sentido de noção de língua como *herança cultural e receptáculo das ideias de um povo*; o que só faz, pelo efeito de homogeneidade que se instaura, aprofundar a incompreensão das diferenças e das desigualdades.

Uma decisão tomada por indivíduos na tentativa de domesticar, conter, tornar completo e pleno os sentidos de *língua portuguesa*, sem perceber que deixam escapar que há "alguns" países em que 'a' "língua portuguesa" imaginária da CPLP é muito pouco falada, competindo desigualmente com as outras línguas.

A partir da perspectiva histórico-discursiva trazida pela Análise de Discurso, é possível compreender que os sentidos são políticos porque se dividem e se rompem; que o discurso é um espaço signifiante de observação do funcionamento do processo discursivo nesse espaço de dizer da CPLP, um lugar de memória, um lugar que constitui o sujeito do dizer e aquele que é dito.

O dizer que objetiva erradicar os preconceitos raciais, através da escola e da lei, em seus países,

- Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total **erradicação do racismo**, da **discriminação racial** e da **xenofobia**;

é contraditório, na medida em que, como países membros, tomam atitudes em uníssono para a defesa e a promoção da língua portuguesa em seus territórios, e, ao mesmo tempo, devem "envidar esforços" para valorizar mais a língua portuguesa em relação às outras línguas nacionais.

- Envidar esforços no sentido do estabelecimento em **alguns Países Membros** de formas concretas de cooperação entre a **Língua Portuguesa** e **outras** línguas nacionais nos domínios da **investigação** e da sua **valorização**;

Ao mesmo tempo em que esse caminho, dentro de um determinado espaço da CPLP, provoca o efeito de homogeneização – todos falarão a língua portuguesa apesar das outras –; da mesma forma, provoca o efeito de segregação, para quem não fala a língua

portuguesa – os que estão dentro e falam as outras línguas nacionais, e os que estão fora e falam as línguas dos imigrantes, por exemplo.

5. O espaço: uma janela

[...] o sentido, repetimos, é também a janela de que se olha. (E. ORLANDI, *Cidade Atravessada*)

Quando Orlandi (2004b) reflete sobre a materialidade do espaço e toma a cidade como espaço de significação, para compreender o que é espaço urbano e que sentidos toma aí o que é público, ela estabelece uma nova forma de compreender a cidade: pelo discurso, entremeando o sujeito, a história e a língua nessa reflexão. As questões que interessam nesse modo de olhar para a cidade são, por exemplo, como se constituem sujeito e sentido ao funcionarem nesse espaço determinado da cidade, e a forma como esses sentidos, que aí se constituem, se dizem e circulam.

Nessa formulação, Orlandi pensa a cidade em relação à nação, porque, nos diz ela, "a cidade é pensada em relação ao 'droit de cité', introduzindo assim a dimensão jurídica na consideração do cidadão" (*id.*, *ibid.*, p. 11). E, acrescenta, que, diferentemente da nação, que é uma "entidade abstrata", "uma cidade tem dimensões, formas visíveis, sendo perceptível em primeira instância", o que introduz "a dimensão da representação sensível de suas formas, ao lado da consideração de um espaço de cidadania" (*loc. cit.*). Dessa forma, há uma localização territorial, "cidade e território são solidários", levando à formulação de que o corpo do sujeito está ligado ao corpo da cidade, "de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro", nas mais diversas dimensões, material, histórica, cultural, econômica, etc.

No que se refere ao nosso trabalho, pensamos que também a nação e as organizações internacionais, estas compreendidas por nós como supranacionais (conforme procuraremos justificar a seguir), também podem ser tomadas como espaços de produção de sentidos.

Dessa forma, ao tomar a Organização Internacional também como espaço de significação, e ao compreendermos a CPLP como Organização Internacional, significamos a CPLP como espaço de produção de sentido e de constituição do sujeito pela diversa forma com que a relação sujeito/língua/espaço é afetada pela instituição do jurídico, do administrativo, do social, e do político que individualizam o sujeito na *forma histórica espaço* de Organização Internacional.

Pensamos a Organização Internacional como um espaço supranacional, também abstrato como a nação em relação ao corpo da cidade e ao corpo do sujeito. Mas, ao mesmo tempo, como um corpo material, concreto, existente em relação ao modo como essa Organização se diz e é dita referindo-se à nação a partir do jurídico: ela se faz pelo jurídico, possuindo um corpo de normas: "sujeito de direito internacional" tendo "uma capacidade jurídica inerente".

Esse espaço supranacional, que toma a forma de um sujeito jurídico sobre os outros espaços e acima deles hegemônico, é construído como se fosse um e homogêneo, e não um espaço de encontro atravessado pelos países-membros, o que silencia o modo político como os sujeitos e línguas em espaço* significam seus próprios espaços nacionais de constituição e também o modo como significam esse espaço supranacional. Assim, pensamos que a organização do espaço supranacional sobredetermina os espaços nacionais.

Compreendemos também que essa sobredeterminação não é absoluta, nem completa, porque, se assim o fosse, os espaços nacionais não precisariam existir. A ordem do nacional não se apaga nesse discurso do supranacional dito por uma Organização Internacional como a CPLP. E, nesse jogo, é interesse dessa organização que não se apague mesmo, porque há a assimetria econômico-financeira se imiscuindo nesse processo de dizer sobre as relações entre os espaços que dividem os sujeitos-membros da CPLP em três blocos: o dos africanos, o dos portugueses, e o dos brasileiros. Nas palavras do escritor moçambicano Mia Couto, ao falar sobre a "Comunidade Lusófona" nos diz que "um dos primeiros equívocos é o próprio nome que a família leva: 'afro-luso-brasileira'. Há aqui um triângulo desigual, porque há dois vértices que têm individualidade, Brasil e Portugal, e o 'afro' é geral" (*apud* FREIXO, 2009, p. 29). Esse equívoco que de saída aflora na conformação dessa Comunidade, por sua vez, produz desdobramentos em múltiplas

direções na forma como se tecem as relações de acordos comerciais entre eles, por exemplo. Dessa forma, a Comunidade já nasce com um "vício de origem"¹⁰⁸, o do desconhecimento mútuo entre os seus membros, o que a leva a ser erigida sobre alicerces pouco sólidos, baseados em discursos por vezes míticos que não encontram muita fundamentação na realidade concreta (FREIXO, 2009).

Contudo há momentos em que é preciso que se apague essa instância da ordem da diversidade das nações, o real das línguas e dos sujeitos em espaços*, para que o discurso da organização (Organização Supranacional e a instância da organização de seu discurso) se instaure de forma hegemônica, atualizando memórias e produzindo evidências como a da língua 'uma', 'única': 'a' língua portuguesa que 'une' esses espaços transformando-o em um, o espaço lusófono, sustentando-se para isso nos discursos, como já vimos, de/sobre uma etnicidade *orientada para um passado e uma história comuns* e para um sentido de língua como espetáculo, como essência da nação, como veículo dos pensamentos humanos e como conteúdo de todo saber e conhecimento (HERDER, 2003 [1766]; TÖNNIES, 1979 [1887]).

Mas também é no movimento entre ordem e organização, entre o fragmentário e o contínuo, que sujeito/língua/espço se constituem, e a ruptura, a falha têm a possibilidade do devir. As materialidades do denso mar, das historicidades e das discursividades propõem outros limites para os espaços nesse espaço supranacional: brotam

¹⁰⁸ Segundo Viviana Sousa (2004), "as intenções da criação de uma comunidade luso-brasileira-africana era o sonho acalentado por Portugal, desde a independência do Brasil. Seu objectivo com isto era primeiramente estreitar os laços de comércio com o Brasil já que o mesmo tinha uma grande importância para a balança comercial portuguesa. Para não perder os laços com sua antiga colónia (o Brasil), Portugal passou a defender a ideia da criação de uma comunidade luso-brasileira que englobava suas colónias em África, formando assim uma grande comunidade económica de países de língua portuguesa. Essa proposição, para tentar convencer o Brasil da utilidade que poderia ter a criação desta comunidade, era acompanhada pela ideia da criação de um porto livre em Lisboa, era a tão propagada 'Porta para a Europa'." Nessas tentativas, ela nos diz, "a busca de unidade luso-brasileira, privilegiava em todas as tentativas de acordo o lado português". O Brasil nunca seria o parceiro, mas o fornecedor das matérias-primas.

Essa comunidade como vemos, já começou assimétrica. Por um lado, Portugal não se colocava, desde a formação, como parceiro. Por outro, Portugal pensa numa comunidade de dois (Brasil e Portugal), os dois Estados-nações, mesmo que em posições hierárquicas diferentes, e os outros, ou seja, as colónias portuguesas na África. Dessa forma, a desigualdade no modo como as ex-colónias da África entrariam nesse acordo, (Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), na posição de fornecedores de matérias-primas, parece ainda ressoar quando a CPLP foi fundada em 1996, época em que já eram Estados-nações. São silenciados na posição de parceiros na conquista e manutenção entre si dos mercados internacionais, já que são "apoiados" por Portugal e pelo Brasil (*cf.* os acordos entre os países, por exemplo, <http://www.oplop.uff.br/boletim/1367/cooperacao-entre-brasil-sao-tome-principe-os-ultimos-acordos>).

nas frestas, gotejam pelas trincas, se fazem escutar, apesar do silêncio, os vestígios de como os sujeitos/línguas se significam na relação a esse discurso da igualdade, da homogeneidade. Dessa forma, esse olhar organizador totalizador do espaço supranacional esbarra na forma mesma como sujeitos/línguas se constituem em seus espaços nacionais, no real dessa relação entre línguas e sujeitos existente nos territórios dos países membros da CPLP.

Ao considerarmos a CPLP como um lugar simbólico, um espaço de significação, podemos compreender como esse sujeito sobredeterminado pelo discurso da organização supranacional "afetado pela política do poder dizer, ao 'encontrar' palavras, e afetado pela história, torna um dizer possível", estabelecendo novas distinções no jogo das formações discursivas (ORLANDI, 2001, p. 11).

É nesse sentido que refletimos sobre o espaço como questão, pensando em sua *forma histórica* (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a). Buscamos sustentar nossa reflexão pelo que Orlandi (2001b, 2002, 2003, 2004a) formula sobre a noção discursiva de sujeito e sentido enquanto *relação constitutiva* e sobre a noção de espaço enquanto objeto simbólico porque atravessado pela linguagem, constituído de e constituindo sentidos pela/na relação material sujeito/história. E, também, pelo modo como Rodríguez-Alcalá (2011a), a partir das formulações de Pêcheux e Orlandi, reflete sobre os sentidos de *mundo*, dizendo que uma perspectiva discursiva materialista permite dizer desse espaço como simbólico porque permite compreender "o *mundo* em termos de espaço político e histórico de vida humana, questionando as evidências pelas quais ele se apresenta como espaço natural, independente e anterior aos sujeitos que o habitam e o significam" (*id.*, *ibid.*, p. 244). Nesse mesmo sentido, buscamos aproximar da formulação de *sujeito de direito* (HAROCHE, 1992) a noção de *espaço de direito*, tendo em vista o corpo jurídico-administrativo no qual esse Estado-nação e a Organização supranacional se conformam, se significando nesse lugar e interpelando os sujeitos a aí se identificarem e se reconhecerem.

5.1. Forma histórica espaço de direito

Pensamos que a questão do espaço requer uma tomada de posição, o que, por sua vez, obriga a pensar as práticas ideológicas, as políticas públicas de língua e uma determinada noção de língua, discursos que trabalham e determinam o funcionamento político do espaço enquanto objeto simbólico. Nesse sentido, trazemos para nos sustentar teoricamente, os trabalhos desenvolvidos em Análise de Discurso sobre a questão do espaço. Pensar o espaço como lugar simbólico de produção de sentidos, como também ponto de observação do discursivo, permite refletir sobre as muitas formas materiais simbólicas que o espaço pode compreender e os diferentes sentidos que pode produzir, sendo significado e significando os sujeitos que nele estão e vivem.

Nesse movimento entre teoria e prática, observamos, a partir dos recortes submetidos à análise, a discursividade de que a língua portuguesa é uma, a de que todas as línguas têm o mesmo direito porque são iguais, e de que há um espaço – lusófono – onde a língua portuguesa é hegemônica e as outras não. Essa discursividade da homogeneidade e da igualdade, ou também, de outro modo dito, a discursividade da diversidade e do multi-, aparentemente contraditórias, filiam-se a um mesmo sítio de sentidos.

Nessa leitura do arquivo, os nomes das línguas portuguesas em espaços* moçambicano, angolano, brasileiro, guineense, santomense, cabo-verdiano, português, e os nomes das outras línguas nesses mesmos espaços se atravessavam e materializavam produzindo efeitos que apontavam para a deriva. E as línguas aí eram outras, explodindo em sentidos incontáveis e incontáveis. Os nomes das línguas se imbricam, compreendemos, de forma constitutiva com sujeitos e espaços. A partir dos efeitos de sentido produzidos pelas denominações de língua, como *língua brasileira*¹⁰⁹, *caboverdiano*, *língua di terra*, *língua materna*, *crioulo guineense*, *crioulo santomense*, *português*, *língua moçambicana*, *línguas nacionais*, *línguas veiculares*, *línguas fronteiriças veiculares*, *línguas faladas*, *línguas locais*, *crioulo*, *mandinga*, *mandjaco*, e tantas outras, não foi mais possível olhar para língua e sujeito sem considerar o espaço aí nessa produção de sentidos. Como nos lembra Pêcheux (1997 [1975]), "o real é o impossível [...] que seja de outro modo. Não

¹⁰⁹ Orlandi (2009) descreve os processos históricos e os diversos discursos que permitem identificar o português em espaço brasileiro como "língua brasileira".

descobrimos, pois: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra" (*id.*, *ibid.*, p. 29).

Trata-se de pensar os efeitos que a interferência de um espaço lusófono produz nos outros espaços, nesse real multiplamente denominado das línguas, ou seja, dá visibilidade oficial ao seu gesto de significar a língua portuguesa com sua materialidade portuguesa em um espaço 'comum' lusófono, e joga na invisibilidade as centenas de línguas/sujeitos que habitam esses mesmos espaços que não se significam como um e nem como lusófonos.

Dessa forma, buscamos explorar essa reflexão sobre espaço/sujeito/língua de modo consequente com a forma como o dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso compreende o trabalho da ideologia no modo de produção dos sentidos.

É Orlandi (2001) que, ao tratar de espaço urbano público, define espaço, de forma questionadora e instigante, dando a ver que o espaço é objeto simbólico porque atravessado pela linguagem, constituído de e constituindo sentidos pela/na relação material sujeito/história.

Eu fico por aqui, pensando no que é espaço urbano. Esse espaço material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes. Não sou indiferente ao que diz P. Henry sobre conceitos como os de dimensão, grandezas, propriedades, experiência. E, como ele, me pergunto, ou nos pergunto, o que sabemos afinal disso que chamamos espaço, este espaço que concebemos como quadro de todos os fenômenos? Que, em nosso caso, seria glosado: o que como entendemos esse espaço quando se trata do espaço urbano? (*id.*, *ibid.*, p. 12)

Compreendemos espaço simbólico ainda conforme Orlandi (2010b, p.5), "um espaço de interpretação afetado pelo simbólico e pelo político, dentro da história e da sociedade. Espaço que tem sua materialidade, sua não transparência. Espaço administrado, institucionalizado, organizado, calculado."

Rodríguez-Alcalá (2005), em artigo que discute um dos textos de Pêcheux, retoma a questão relevante do corte simbólico, mostrando que a passagem entre a ordem

natural e a ordem humana não se faz nem direta, nem transparente, nem homoganeamente, antes passa pelo simbólico.

Reconhecer o corte simbólico do qual se constitui a vida humana significa considerar que a ordem humana não é o reflexo da natureza, mas o resultado de um trabalho sobre ela. É esse o legado da trilogia Freud/Marx/Saussure: a realidade psíquica do sujeito não é reflexo de seu corpo biológico, as relações sociais não são a extensão de necessidades naturais comuns, nem os sentidos da língua emanam do mundo. (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2005, p.19)

E em suas formulações sobre espaço, acrescenta, "nem o espaço é reflexo do mundo geográfico, natural", porque isso significaria "desconhecer o caráter político, logo histórico e contingente dos mecanismos que regulam a vida social" do sujeito no mundo. É preciso não naturalizarmos a organização político-geográfica do espaço, já que, em sua perspectiva, o espaço é concebido como objeto simbólico em sua materialidade e, diríamos mais, em suas *formas históricas específicas* de significar, o que nos leva a propor, assim, a formulação da *forma histórica espaço*, a forma de existência histórica do espaço, afastando-se da ilusão da referência direta ao mundo.

Em suas reflexões sobre espaço, Rodríguez-Alcalá (2011a), propõe-se, em seus questionamentos, a desenvolver uma terceira evidência, ao lado das outras duas que Pêcheux (1997 [1975]) retoma de Althusser¹¹⁰ e reformula em sua teoria¹¹¹ (a evidência do sujeito, como centro e origem de si, e a evidência da linguagem, como código que se

¹¹⁰ Althusser (1978, p.67) reflete sobre o caráter da forma sujeito, dizendo que "a forma-sujeito, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais: pois as relações sociais de produção e de reprodução compreendem necessariamente, como parte *integrante*, aquilo que Lênin chama de "relações sociais | jurídico- | ideológicas", as quais, para funcionar, impõem a todo indivíduo-agente a forma de *sujeito*. [...] Mas o fato de que sejam necessariamente sujeitos não faz dos agentes das práticas sociais-históricas *o* nem *os* sujeito(s) da história (no sentido *filosófico* do termo: *sujeito de*). Os agentes-sujeitos só são ativos *na* história sob a determinação das relações de produção e de reprodução, e em suas formas." (Grifos do autor)

¹¹¹ Pêcheux 1997 ([1975], p. 198) trata do funcionamento da forma-sujeito do discurso em suas práticas científica e política nas condições de produção do modo capitalista e "sob a dominância geral do jurídico", para dizer que não há "discurso científico" puro: "O único meio de esclarecer essa confusão [refere-se ao mito da neutralidade científica na produção, circulação e divulgação de conhecimento] é reconhecer que não há 'discurso da ciência' (nem mesmo, a rigor, 'discurso de uma ciência') porque todo discurso é discurso de um **sujeito – não, obviamente, no sentido behaviorista de 'comportamento discursivo de um indivíduo concreto', mas entendendo que todo discurso funciona com relação à forma-sujeito**, ao passo que o processo de conhecimento é um 'processo sem sujeito'." (Grifos nossos)

referiria, de forma direta e transparente, às coisas do mundo, a partir de sentidos constituídos naturalmente); a "*evidência do mundo*, pela qual este se apresenta como meio natural pré-constituído, apagando-se o processo histórico de produção do espaço (político) da vida humana" (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a, p. 245-246 – grifos da autora).

Continua ela nos dizendo que considerar a evidência do mundo significa tomar o espaço não como algo neutro ou fora do sujeito e da língua, mas como "constitutivo do processo do qual resultam sujeitos e sentidos, enquanto aspecto fundamental das condições de produção do discurso" (*loc. cit.*). Dessa forma, permite pensar que os processos de produção de sentidos em que se constituem sujeitos e línguas se dão em espaços produzidos historicamente, ou seja, esses espaços têm uma forma material, assim como a língua e as posições sujeitos do discurso, numa relação indissociável. E, ao assim formular, Rodríguez-Alcalá nos remete ao que Orlandi nos observa em relação à cidade, que o corpo do sujeito está atado ao corpo da cidade, conforme lemos anteriormente.

Em seu texto, Rodríguez-Alcalá (2011a) nos lembra com Pêcheux (1997 [1975] p. 129) que se as ideologias não são *ideias*, mas "forças materiais que constituem os indivíduos em sujeito", no mesmo movimento é possível pensar que "*sociedades e espaço se con-formam em/por um mesmo processo histórico, que as formas de sociabilidade são indissociáveis das formas de espacialidade*" (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a, p. 247 – grifos da autora).

Se o espaço pode ser lido nesse sentido como "observatório de processos políticos, de significação" enquanto indissociável do sujeito e da língua, e se a língua é uma das instâncias em que se materializa a ideologia, as outras duas instâncias, a autora conclui, são o sujeito e o espaço (*loc. cit.*). A partir daí, compreendendo a materialidade da história como contingente ("aquilo que muda ou que pode mudar"), os sujeitos como "seres históricos [...] determinados pelas condições políticas, econômicas e culturais das sociedades em que vivem, as quais darão a eles uma *forma* específica, ou *forma sujeito*, como afirma Pêcheux, retomando Althusser", assim "*o espaço também se estrutura de um certo modo ao longo da história, tem sua forma específica: essa forma atualmente é a cidade que, como afirma Orlandi (1999), recobre as outras e sobredetermina o social*" (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011a, p. 246 – grifos da autora).

A partir dessa importante e instigante reflexão de Rodríguez-Alcalá, permitimo-nos pensar que é possível formular sobre a *forma histórica espaço de direito*, considerando que: as condições de produção determinam a relação entre sujeito e língua no modo como a história os inscreve e se inscreve neles; espaço/sujeito são constitutivos simbolicamente; espaço e sujeito podem se estruturar em uma forma específica. Podemos, assim, pensar, por exemplo, que na época feudal, o espaço e o sujeito pela língua e pela história se conformaram de determinada forma diferentemente da que tomaram quando na época capitalista. Ainda apoiados nessa reflexão sobre forma histórica espaço de direito, arriscamos-nos a também pensar sobre a forma histórica espaço de direito supranacional, aquela em que se constituem/se produzem as organizações internacionais, ou seja, um grupo de espaços de direitos nacionais numa conformação supranacional.

Na esteira dessa formulação, retomamos Haroche (1992, p. 179), quando investiga a noção de determinação presente nos sistemas religiosos, posteriormente, nos jurídicos, e na gramática, para retrair as diferentes formas-sujeito, e chegar à forma sujeito-de-direito. Nas palavras da autora,

O sujeito religioso representou, assim, uma forma sujeito diferente daquela do sujeito jurídico. Se podemos colocar na história a referência para a gênese da noção de sujeito-de-direito, também a noção de sujeito, que deriva em grande parte da ideologia, pode-se esclarecer por uma análise histórica [cita M. Miaille].

Atendo-nos à análise da noção de determinação (em sua relação com o sujeito) – [...] – nós quisemos retrair a história das diferentes "formas de sujeito" e da emergência da noção de sujeito-de-direito. (*id.*, *ibid.*, p. 179)

Nesse ponto, retomar Miaille (2005), acreditamos, nos será bem produtora, na direção da formulação sobre a *forma histórica espaço de direito*. Segundo esse autor, a passagem do feudalismo ao capitalismo "assume formas extremamente autoritárias" (*id.*, *ibid.*, p. 119). Ele relata como flagrante o caso da Inglaterra, onde essa mutação foi brutal e consequente. O movimento da demarcação das terras transforma a terra num objeto comercial, quando não o era no sistema feudal. Os camponeses expulsos das terras e sem terem como buscar sua subsistência vão oferecer sua mão de obra nas manufaturas das cidades, e passam a ser assalariados. Aqueles que não aceitam entrar "neste exército do

proletariado" são considerados criminosos e severamente reprimidos. Segundo Miaille (2005), "este episódio ensina-nos que o modo de produção feudal não morre de esgotamento, mas que ele manifesta uma resistência muito viva à sua substituição pelo capitalismo" (*id., ibid.*, p. 119). Nesse momento, toda uma forma de relações sociais está posta em causa e é desfeita. A feudalidade se fundava numa hierarquia de laços de dependência pessoais, com sistemas jurídicos diferentes, nem as regras nem os tribunais eram comuns. Havia, assim, dois sistemas jurídicos entre os quais não havia medida comum que servisse tanto ao senhor quanto ao servo. Por isso o senhor não tinha direitos maiores que o servo: ele tinha outros direitos. Segundo Miaille (2005), no sistema feudal "não há 'direitos', mas sim privilégios ligados a cada uma das ordens que constituem o grupo social (*id., ibid.*, p. 119)." O servo não é livre para vender sua força de trabalho, pois está preso à terra e ligado ao senhor. Para torná-lo assalariado, será preciso que se reconheça um poder de direito abstrato de dispor de sua vontade, e, nesse movimento, é preciso que se quebrem os vínculos feudais. E fazer isso significa não estar mais no sistema feudal (*loc. cit.*).

Assim, conforme Miaille (2005), a categoria jurídica de sujeito de direito se historiciza num momento específico como uma das condições de hegemonia de um novo modo de produção, o modo de produção capitalista que supõe a "atomização" (*loc. cit.*), isto é, o efeito ideológico da representação da sociedade como um conjunto de indivíduos separados e livres.

Assim, a noção de sujeito de direito é uma noção histórica, da mesma forma que a noção de Estado Nacional o é. E, com relação a isso, ele nos diz que "é preciso recusar um ponto de vista idealista que tenderia a confundir esta categoria com aquilo que ela é suposta representar (a liberdade real dos indivíduos)" (MIAILLE, 2005, p. 121).

Segundo Miaille (2005), o Estado, de acordo com o discurso jurídico, "não tem nada de novo nem de surpreendente. É um composto das 'teorias' idealistas herdadas da noção de contrato social e da filosofia hegeliana do século XIX", que, em resumo, seria "a reunião dos homens exige que seja encontrada uma ordem que possa, se necessário, impor-se pela força. Essa ordem será a do direito: essa força será a do Estado. Mas nem essa força, nem essa ordem são arbitrarias: elas são legitimadas pelo 'bem comum' que querem

instaurar" (*id., ibid.*, p. 125). Dessa forma, o Estado incarna a Razão que explica seu próprio funcionamento. Essa Razão desenvolve-se naquilo que Hegel chama de sociedade civil, que são "pessoas privadas que têm como objetivo o seu interesse próprio" (*id., ibid.*, p. 126). O Estado, então, "reconcilia o particular e o universal dando ao indivíduo a moralidade objetiva, porque o Estado é como a realidade em que o indivíduo tem sua liberdade e goza dela enquanto saber, fé e querer geral" (*loc. cit.*). "O Estado é em face aos interesses privados, uma necessidade, a que, unindo vontade particular e vontade universal, permite ao homem encontrar uma plena realização, a do reconhecimento de seu próprio Espírito" (*loc. cit.*).

Para Miaille (2005), o Estado é um fato histórico, que acontece num dado momento da história para resolver as contradições aparecidas na "sociedade civil". Assim, o Estado seria a expressão de um certo estado das forças produtivas e das relações de produção. O Estado "não é um instrumento mais ou menos dócil e eficaz entre as mãos da classe dominante: ele é a forma sociopolítica dentro da qual esta classe exerce seu poder. [...] o Estado não é um instrumento a serviço de um sistema sociopolítico, ele é esse sistema. [...] O Estado como lugar e cerne da luta de classes" (*id., ibid.*, p. 135).

5.2. Os espaços de direito supranacionais e seus dizeres sobre línguas

Miaille (2005) vai se referir às Organizações Internacionais como a sociedade internacional regida pelo direito internacional, e adverte que há aí nesse lugar "contradições profundas de interesses, de ideologias e de práticas. [...] mas que tudo se passa como se os interesses fossem convergentes" (*id., ibid.*, p. 137), pois nessa sociedade internacional os Estados Nacionais que conformam esse espaço são sempre apresentados sob a aparência jurídica, não importando se "são grandes ou pequenos, porque sempre definidos da mesma maneira" (*loc. cit.*). O próprio termo 'comunidade' é utilizado para dizer dessa sociedade internacional, mas nada se diz a respeito dos conflitos que a dividem. Fala-se, então, "de fragmentação em 'coletividades mais pequenas' nas quais a solidariedade seria mais forte, visto ser esse fenômeno que 'explicaria' as relações humanas designadamente no quadro dos

Estados" (*loc. cit.*). Fica parecendo, pelo discurso jurídico, que não é possível haver outra forma de organização internacional que não seja a fundada por Estados.

Além disso, segundo Miaille (2005), toda sociedade internacional foi organizada por Estados poderosos ocidentais, e a crise econômica atual, como, por exemplo, as tensões com os Estados produtores de matéria-prima, prova [...] a obrigação de se redefinir uma ordem mundial mais equânime. Desse modo, o autor aproxima a situação da sociedade internacional à da situação interna do Estado: "da mesma maneira que o sistema jurídico é a superestrutura que exprime, em geral, a força da classe dominante, assim a organização internacional corresponde, em larga medida, aos interesses dos Estados dominantes, isto é, dos Estados capitalistas" (*id., ibid.*, p. 138)¹¹².

A partir daí, pensar a ideologia da forma histórica *espaço de direito supranacional* possibilita refletir sobre as organizações internacionais como espaços simbólicos supranacionais, espaços-de-direito sustentados pelo discurso jurídico internacional. Essa é uma formulação pensada a partir da 'nova' ordem jurídica internacional e para pensar essa ordem, a qual se coloca pelo surgimento de espaços que se con-formam especificamente em Organizações Internacionais, ou além, como Organizações Supranacionais, dizemos. É uma tentativa de compreender essas novas configurações da ideologia jurídica correspondentes às novas configurações do capitalismo na era da mundialização, e, nessa esteira, compreender as transformações do Estado Nacional, enquanto espaço político e social que tem uma forma particular, que é histórica, e que muda

¹¹² Em 2013, Londres ameaça sair da União Europeia, porque o Tratado que deu personalidade jurídica à Organização parece não mais interessar. Em notícia de Antonio Luiz M. C. Costa, na *Revista Carta Capital* de 6 de fevereiro de 2013, lemos sobre a crise da União Europeia enquanto ideia, projeto, enunciada e anunciada a partir de um manifesto que chamou a um debate em Paris, em 28 de janeiro deste ano, intitulado "Europa ou Caos" promovido pelos jornais *Le Monde*, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, *El País* e *Corriere della Sera*. Motivos apresentados: "indiferença e cinismo das nações-irmãs" para com a Grécia, Itália vista como "o homem doente da Europa" pelo inacabável berlusconismo, "ascensão das ideologias da exclusão e do ódio" por toda parte, e a "interminável crise do euro". Acrescenta ainda o manifesto que "uma moeda comum não se sustenta sem um projeto comum, o que no contexto europeu significa uma união política num super-Estado europeu, uma federação. A palavra de ordem é: sem a União Europeia o risco é de barbárie: "outrora se dizia: socialismo ou bárbarie. Hoje é preciso dizer: união política ou barbárie. Federalismo ou ruptura, regressão, insegurança, desemprego ou miséria", e conclui com "União política ou morte!". Além da Inglaterra, "a Alemanha e seus aliados do Norte, avessos às pressões por mais solidariedade e de socialização das dívidas por parte dos países do Sul, têm visto o Reino Unido como um aliado na defesa de uma 'Europa das nações' contra uma centralização adicional que só lhes interessa enquanto **estiver sob o absoluto controle de uso das elites financeiras**" (*id., ibid.*, p. 34-35). (Grifos nossos)

ao longo do tempo, de acordo com as determinações sociais, políticas, econômicas, etc. de uma formação social.

De um modo geral, podemos pensar as Organizações Internacionais se conformando a partir do período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando os Estados da comunidade internacional passaram a se associar "voluntariamente", criando diversas organizações internacionais.

Até o século XIX, somente os Estados eram detentores de personalidade jurídica em Direito Internacional, nem mesmo os indivíduos possuíam personalidade jurídica. Por muitos anos, discutiu-se se as organizações internacionais seriam ou não sujeito de Direito Internacional. Desta forma, a capacidade de celebrar tratados era reconhecida somente aos Estados, por serem soberanos. Às organizações internacionais não se reservava tal atributo. Estas discussões remontavam ainda a um período em que as organizações internacionais exerciam pouca influência na área jurídica (*cf.* VENEROSO, 2005).

Existe ainda a discussão sobre o alcance da personalidade jurídica das organizações internacionais. Conforme argumenta Michael Akehurst (1985, p. 88), "quando os estados criam uma organização internacional, estabelecem-na para fins específicos e dão-lhe poderes limitados. Por esta razão, a noção de personalidade jurídica deve ser considerada como um conceito relativo e não absoluto".

Mas, ao mesmo tempo, ao se referirem às organizações internacionais, os teóricos do Direito Internacional, em sua maioria, baseiam-se no exemplo da ONU para pautar suas explicações e justificativas com relação à autonomia e à soberania que um sujeito de direito internacional pode deter. Assim, lemos.

Uma organização como a ONU, a exemplo dos Estados, **tem uma capacidade jurídica inerente** de desempenhar **quaisquer** atos internacionais, ou soberanos que esteja em uma posição prática de desempenhar. Nem todos os poderes exercitados pela ONU decorrem necessariamente de sua Carta constitutiva, uma vez que esta define e limita mais propriamente os *propósitos* da Organização. [...] Uma vez criada a Organização, de qualquer modo que seja, torna-se *ipso facto* um **sujeito de direito internacional** [...], **não é necessário que sua Carta constitutiva defina detalhadamente a organização interna, funções,**

poderes e procedimentos da Organização. (TRINDADE, 2002, p. 17-18)

Nos séculos XX e XXI, essa nova forma de união entre os Estados nacionais e os modernos ordenamentos jurídicos (e seus funcionamentos), referindo-nos aqui às formas dos Tratados internacionais – concebidos em conformidade com os conceitos do Direito Internacional clássico – viabilizam, criam, instituem e dão sustentação legal a essa nova forma de organização "estatal", a essa nova *forma histórica espaço*, que atrás denominamos como *supranacional*, que apresenta um funcionamento autônomo, autorizado e soberano que se estabelece com a 'vontade' e o aval das nações envolvidas diretamente nos acordos e que prevalece sobre as decisões dessas mesmas nações.

Diferentemente dos Estados Nacionais que são constituídos por um Estado, esses espaços são formados por dois ou mais Estados Nacionais soberanos e autônomos, independentemente de sua configuração geográfica, linguística, cultural, histórica, econômico-financeira, que se agrupam, constituem-se e concretizam-se, a partir de assinaturas de tratados¹¹³ e acordos, conformando uma organização supranacional, com poder jurídico-administrativo de decisão, em alguns casos, como a União Europeia, superior aos dos próprios Estados Nacionais membros dessas organizações. Nesse sentido, citamos Abrantes e Silva (2007)¹¹⁴,

Com a instituição dos acordos internacionais e de todo o Direito Comunitário Derivado concebe-se o início da **supremacia da lei comunitária sobre a ordem jurídica dos Estados-membros** e a sustentação legal para a sua aplicabilidade direta e imediata no âmbito interno dos entes estatais integrantes da união. Tudo baseado nos termos dos tratados e acordos que foram firmados pelos governos sócios do projeto de integração, **onde as decisões dos órgãos supranacionais possuem caráter obrigatório para os Estados-membros, que deverão obedecê-lo incontinente.** (ABRANTES E SILVA, 2007). (Grifos nossos)

¹¹³ O tratado é a fonte mais importante do Direito Internacional Público. Independentemente da expressão utilizada ("tratado", "tratado internacional", "convenção", "protocolo", "acordo", "constituição", "carta", "estatuto", "concordata"), o termo "tratado" (e todas as demais expressões congêneres) se refere àquele pacto celebrado por escrito entre sujeitos possuidores de personalidade jurídica internacional (Estados e organizações internacionais). Disponível em: apostila Dir Int Púb _ Mario Drumond. Acesso em: jul. 2010.

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.revistaacademia.ccjs.ufcg.edu.br/anais/artigo2.html>. Acesso em: nov. 2010.

Segundo definição do Direito Internacional (HUSEK, 2009) sobre os sujeitos internacionais, a organização internacional é de há muito realidade na vida internacional e com atuação inequívoca. "A partir de sua criação, tomam corpo próprio, adquirem personalidade e vivem independentemente de seus criadores" (*id.*, *ibid.*, p. 67).

Segundo Resek (2011), as organizações internacionais são pessoas jurídicas de direito internacional público equiparadas aos Estados soberanos. Assim ele nos diz,

Não faz muito tempo, essa qualidade era própria dos Estados, e deles exclusiva. Hoje é certo que outras entidades, carentes de base territorial e de dimensão demográfica, ostentam também a **personalidade jurídica de direito das gentes**, porque habilitadas à titularidade de **direitos e deveres internacionais**, numa relação imediata e direta com aquele corpo de normas. A era das organizações internacionais trouxe à mente dos operadores dessa disciplina uma reflexão já experimentada noutras áreas: **os sujeitos de direito, em determinado sistema jurídico, não precisam ser idênticos quanto à natureza ou às potencialidades** (RESEK, 2011, p. 181). (Grifos nossos)

Ainda Resek (2011) observa que,

O Estado membro da organização, de todo modo, não irá recolher obrigações de um "acordo formal" que tenha celebrado com seus homólogos, mas da força compulsiva de quanto haja regularmente decidido o órgão daquela organização internacional, **cujos mecanismos jurídicos ele, Estado, ajudou a engendrar, e considera válidos na sua integralidade.** [...] Nada, aliás, melhor ilustra esse raciocínio que a lembrança daquelas **decisões organizacionais majoritárias que obrigam todos os Estados-membros.** Nesse contexto, a posição do Estado vencido destrói a ideia da analogia ao acordo formal: não havendo aquiescido, está ele, não obstante, vinculado àquilo que a decisão realmente é, vale dizer, um **ato normativo obrigatório, editado pela organização, de cujos estatutos promana sua legitimidade**" (*id.*, *ibid.*, p. 170 – itálico do autor, negritos nossos).

Dessa forma, pelo Direito Internacional, podemos compreender que a organização internacional é uma associação voluntária de sujeitos de direito internacional (quase sempre Estados), constituída mediante ato internacional (geralmente um tratado), de caráter relativamente permanente, dotada de regulamento e órgãos de direção próprios, cuja finalidade é atingir os objetivos comuns determinados por seus membros constituintes. As

organizações internacionais, uma vez constituídas, adquirem personalidade internacional independente da de seus membros constituintes, podendo, portanto, adquirir direitos e contrair obrigações em seu nome e por sua conta, inclusive por intermédio da celebração de tratados com outras organizações internacionais e com Estados, nos termos do seu ato constitutivo.

A partir desses dizeres, é possível pensar esse espaço da organização internacional como uma construção simbólica, jurídica, política e histórica, o que nos permite observar e compreender os efeitos de sentido trabalhando e determinando as políticas de língua globalizadas nos Estados-membros.

Dessa forma, sustentados por esses teóricos, propomo-nos a refletir sobre a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, interpretando-a como uma organização internacional conformada por oito Estados Nacionais (na nossa pesquisa, tratamos de sete deles), soberanos e independentes política, administrativa e juridicamente. Estados cujos territórios encontram-se localizados em quatro regiões continentais do globo terrestre distanciadas umas das outras, com línguas, culturas, histórias e discursividades diversas entre si, que se dizem como um espaço simbólico, o espaço lusófono da CPLP.

A forma histórica espaço torna visível os antagonismos e as contradições constitutivas ao processo histórico de produção de sentidos na *relação indissociável entre as formas da espacialidade e as formas da sociabilidade*. O homem necessita do espaço para viver, para existir, para estar, ser de algum modo, se (re)conhecer, se (re)encontrar: o espaço em sua forma histórica específica significada pela sociedade que a produz e que se produz nela.

Esta organização supranacional, sustentada pelo discurso jurídico internacional que lhe outorga uma personalidade jurídica, parece constituir-se como uma forma histórica espaço que definiríamos como a de *espaço de direito*. Uma concepção de espaço atravessada pela ideologia de sujeito de direito do capitalismo (sujeitos idênticos, autônomos, responsáveis por seus feitos e gestos – personalidade jurídica abstrata (HAROCHE, 1992)). O espaço de direito seria um espaço simbólico sustentado, determinado e organizado pelo discurso jurídico a partir do discurso do Estado de direito ocidental moderno que corresponde ao sujeito de direito: ideia de que sujeitos e espaço se

con-formam no mesmo movimento, na e pela língua. Na situação da CPLP, a ideia do espaço de direito se formularia como uma forma histórica espaço que produziria em seus efeitos ideológicos relações de hierarquia, relações de poder sobredeterminantes à forma histórica espaço dos Estados nacionais, os Estados de direito, produzindo efeitos de supranacionalidade.

No caso da CPLP, ao tomarmos essa organização como um espaço de direito, compreendemos a produção de sentidos nesses dizeres sustentada, não só pelo discurso jurídico, mas também pelo discurso colonial das descobertas que, se antes buscava a expansão territorial pela força, hoje parece se 'redefinir' e 'inovar' na configuração de uma outra ordem política – a ordem do neoliberalismo e da mundialização – que busca o poder agrupando-se com outros Estados nacionais na dimensão de organizações "supranacionais", deslocando, assim, dos estados territoriais, arriscaríamos dizer, grande parte do poder econômico, da soberania – pensando, nesse sentido, que atualmente a preocupação com a inserção na economia global parece ser maior que a preocupação com a integração social interna – como, de certa forma, se colocava nos anos 60 e 70 sob a forte presença dos movimentos populares (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A questão do espaço imbricada na da lusofonia, enquanto projeto internacional e supranacional de conformação de um espaço lusófono homogêneo e unido, leva-nos a refletir sobre as noções de espaço, de lusofonia, de supranacionalidade, de organização, de comunidade, por exemplo, posto que os efeitos de sentidos que circulam globalmente fazem ressoar nesse discurso da CPLP, uma memória de que há 'uma única língua portuguesa', 'legada pelos portugueses' e falada por 'mais de 200 milhões de pessoas em todo o mundo'; e que esse grupo está unido em um único espaço supranacional.

Pensar essas questões nada tem de inaugural, já que, em ciências como a Linguística, a História e a Filologia, por exemplo, os temas lusofonia, comunidade, são trazidos repetidas vezes à discussão, e em ciências como a Geografia, o Direito, espaço e organização são objetos de estudo importantes.

Limonad (2004) apresenta uma visão complementar acerca do espaço ao dizer que ele pressupõe uma concepção de tempo, de processo histórico, podendo ser entendido enquanto:

[...] um entremeado de fluxos e processos, que coexistem espaço-temporalmente e tendem a se tornar hegemônicos em determinados momentos e espaços, condicionados e propiciados pelas circunstâncias e práticas sociais (LIMONAD, 2004, p. 53).

Santos (2002) diz do espaço como uma categoria histórica, entendendo-o como sendo:

(...) um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (*id.*, *ibid.*, p. 153).

Ou ainda,

[...] O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho [...] (SANTOS, 1994, p. 26)

Dizeres sobre espaço como esses, contudo, não consideram a questão do simbólico, da linguagem, permeando a relação entre sujeito e mundo. Pela Análise de Discurso, contudo, se olha para o espaço pelo simbólico, levando em conta a materialidade da língua e da história, tentando compreender as muitas formas materiais simbólicas que o espaço pode ter e os diferentes sentidos que pode produzir, sendo significado e significando os sujeitos que nele estão e vivem. Espaço como lugar simbólico de produção de sentidos. Pensamos essas questões sempre em relação ao nosso objeto de estudo, o discurso da CPLP sobre língua portuguesa, tomando como uma das entradas a própria conformação da CPLP como organização supranacional, da forma como está constituída. Nesse sentido, esse espaço dito lusófono é político, por isso cindido, conflituoso e tenso em que línguas e sujeitos se significam e (se) (re)inscrevem. Nesse processo de constituição dos sentidos, espaço, sujeito e língua se produzem em sua forma histórica específica, imbricados ao interdiscurso, ao inconsciente e à ideologia. Esse espaço implica a da forma de existência histórica do espaço (RODRÍGUEZ, 2011a) determinada pelas e determinante das relações

sociais de produção e reprodução articulada à categoria da forma histórica sujeito de Althusser (1978).

Pensamos essa forma histórica espaço em relação às Organizações Internacionais – aparente nova ordem jurídica de constituição de poderes soberanos e autônomos em relação aos já estabilizados Estados nacionais – lembrando que esse espaço de direito é um efeito de uma formação social específica e historicamente determinada como a sociedade capitalista.

Nessa reflexão, pensamos a supranacionalidade como uma dimensão da forma histórica espaço de direito a par com o nacionalismo que busca a soberania absoluta da nação. Na atualidade, o desenvolvimento de organizações supranacionais pretende estabelecer um equilíbrio entre essas duas dimensões, pelos chamados Blocos Econômicos, como a União Europeia. Criadas após a Segunda Guerra Mundial, essas organizações se conformam compreendendo que os direitos, os deveres e as condições sócio-econômicas dos países não devem mais ser olhados e nem tratados como fatos isolados, apenas de um. Todos os membros da organização devem se implicar nesse gesto. Essa forma de implicação apresenta contradições, na medida em que é pela homogeneidade, ao considerar todos os membros como de igual poder dentro do grupo, que se discursivizam como um todo coeso; não raras vezes é o mote da '*solidariedade*', da '*amizade*', da '*afinidade*', do '*mesmo passado de tradições*' que os move.

Um estudo recente sobre a questão da identificação mostra uma comparação do processo de identificação do indivíduo com uma entidade supranacional – como a União Europeia (UE) – e com uma entidade nacional, a nação, em países europeus. O artigo apresenta como resultado que o modo desse indivíduo se identificar com a supranação (UE) se fazia, sobretudo, em termos institucionais, burocráticos e econômicos, e estava vinculada ao presente, enquanto que a identificação à nação estava associada a narrativas mais enraizadas na memória social, uma maior referência ao passado, à história, a valores éticos e dimensões culturais, ao sentido da "identidade colectiva como nós" (DE ROSA; MORMINO, 2000).

Como já o dissemos, as organizações supranacionais são formadas por Estados Nacionais, Estados de Direito, que segundo o Direito Internacional é "aquele em que o

poder exercido é limitado pela Ordem Jurídica vigente, que irá dispor, especificamente, desde a forma de atuação do Estado, suas funções e limitações, até as garantias e direitos dos cidadãos". Assim, tanto Estado, quanto seus indivíduos são submetidos ao Direito. "O Estado, assim, não poderá impor suas vontades que não tiverem fixadas em lei, e nem poderá atuar contra as leis existentes. Dessa forma, o Estado deverá, além de acatar as leis, proteger sua população, concedendo-lhe segurança, e sendo eficiente na busca do bem comum".¹¹⁵

Assim como o Estado-de Direito, as Organizações Supranacionais, segundo Daillier (2003), têm personalidade jurídica pelo Direito Internacional, conforme já vimos. E em larga escala, também estas tem o "poder exercido limitado pela Ordem Jurídica vigente, que irá dispor, especificamente, desde a forma de atuação" da organização e dos Estados-membros, "suas funções e limitações, até as garantias e direitos dos cidadãos".

No caso da CPLP, ao tomarmos essa organização como um conjunto de Estados, na forma histórica espaço de direito supranacional, compreendemos a produção de sentidos nesses dizeres sobre língua portuguesa sustentada:

- pelo discurso colonial das descobertas, que, antes buscava a expansão territorial pela força, e hoje se rediz e se inscreve na configuração de uma 'renovada' ordem política – a ordem do neoliberalismo e da mundialização – que disputa o poder transubstanciando-se na forma histórica de organizações supranacionais, que deslocam, assim, dos estados territoriais, total ou parcialmente, o poder de decisão política.
- pelo discurso jurídico, mas também pelos discursos do multilinguismo e da diversidade cultural compartilhados com outras organizações internacionais como a Aliança de Civilizações e os Três Espaços Linguísticos, que significa em seus dizeres o "respeito a"/ o "direito a" / o "reconhecimento de" / a "defesa de" (e tantos outros significantes) a "diferença", a "diversidade" (cultural, religiosa e linguística) numa relação contraditória de superposição com a palavra "homogeneidade". Uma homogeneidade universalizante e globalizante que se processa nos níveis jurídicos, econômicos e, conseqüentemente, sociais. Todos são iguais perante a lei; na globalização, nenhuma atividade humana pode escapar ao controle do capitalismo contemporâneo; na administração, as políticas públicas são controladoras e dirigidas, ilusoriamente, a toda a sociedade.

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/pergunta.asp?idmodelo=6367>. Acesso em: jul. 2010.

A CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), resultou, a bem dizer, de um longo processo, cujos primeiros passos, no século XX, foram dados, provavelmente, por ocasião do Tratado Luso-Brasileiro de Amizade e Consulta assinado em 16 de novembro de 1953 e ratificado em 4 de janeiro de 1954. Os estadistas San Tiago Dantas, Afonso Arinos e o presidente Castello Branco à época (década de 1960) propuseram a criação de uma comunidade que permitisse uma transição pacífica para a independência na África Lusófona, numa tentativa de ajudar a resolver o problema colonial português.

Não aconteceu. É, na década de 1980, que, em Portugal, procura-se construir um consenso nacional em torno da articulação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa, tendo em vista, os anos conturbados que se seguiram à Revolução dos Cravos. A situação política e a econômica porque passava Portugal nesse período e a adesão à Europa unificada favoreceriam a construção desse consenso. Segundo Freixo (2009), esse projeto foi construído sustentado pelo discurso da lusofonia, que era "uma releitura, em novos parâmetros, do discurso secular da originalidade da cultura portuguesa e das marcas que ela deixou no mundo, a partir das grandes navegações dos séculos XV e XVI" (*id.*, *ibid.*, p. 120).

Anos depois da Revolução dos Cravos em Portugal, mais precisamente no ano de 1983, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, discursou em favor de uma relação mais próxima entre os países lusófonos. Observa-se, então, uma ênfase nos temas específicos da língua portuguesa, como a discussão sobre o acordo ortográfico. A partir daí, realizaram-se cimeiras de Chefes de Estado ou de Governo, a cada dois anos, reuniões anuais de Ministros dos Negócios Estrangeiros, consultas políticas entre dirigentes políticos e reuniões anuais dos representantes desses países na Organização das Nações Unidas (ONU), e em outras organizações internacionais, sempre com a perspectiva de avançar para a organização de um grupo lusófono dentro da União Interparlamentar. (SOUSA GALITO, 2006).

Em 1989, organizou-se no Brasil, o I Encontro de Chefes de Estado e de Governo de sete dos países de Língua Portuguesa, quando o então Presidente do Brasil José Sarney propôs a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, o que selou o compromisso dos sete presentes ao Encontro para a formação da CPLP. No ano seguinte, mais exatamente no dia 16 de dezembro, foi assinado em Lisboa e pelos sete países – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa. Em 1994, foi recomendada uma cimeira de Chefes de Estado ou de Governo com o objetivo explícito de criar uma Comunidade Lusófona, que seria instituída a 17 de Julho de 1996 com o nome de Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)¹¹⁶. O seu texto seria primeiro assinado por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Timor-Leste, o oitavo país, se juntaria ao grupo em 1º de Agosto de 2002, após sua independência. A partir do que lemos em sua declaração constitutiva, a comunidade se assenta, teoricamente, em três pilares: 1) o acordo (concertação) político-diplomático; 2) a cooperação multiforme entre os Estados-Membros; 3) a promoção e difusão da língua portuguesa – neste pilar, insere-se o projeto do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), cuja sede é na Praia, Cabo Verde.

O discurso que constitui a CPLP se sustenta no e sustenta o discurso da lusofonia como já apontamos. Para legitimar o discurso que materializa a CPLP do jeito que ela se encontra con-formada, atualiza-se uma memória que se escreve como oficial *narrativizando* sentidos constitutivos do imaginário português, "desde a percepção de que

¹¹⁶ Quando a CPLP foi formada, a Guiné Equatorial requereu o *status* de observador. A Guiné Equatorial foi colônia portuguesa entre os séculos XV e XVIII, e tem territórios em que as línguas faladas são ditas como *crioulos de base portuguesa*, além de ter relações culturais com São Tomé e Príncipe e Portugal. Além disso, recentemente, o país cooperou com os países africanos de língua portuguesa e com o Brasil à nível educacional. Na reunião de cúpula da CPLP em julho de 2004, em São Tomé e Príncipe, os estados membros concordaram em mudar os estatutos da comunidade para aceitar estados como observadores associados. A Guiné Equatorial está em discussão para ser aceita como país membro. Em junho de 2010, a Guiné Equatorial pediu para ser admitida como país-membro. Na 8ª reunião de cúpula em Luanda, em julho de 2010, a CPLP decidiu abrir negociações formais com a Guiné Equatorial sobre a filiação como país-membro da CPLP. As Ilhas Maurício, desconhecidas dos europeus até que os Portugueses navegassem até lá, têm fortes relações com Moçambique, e também obtiveram o *status* de observador associado em 2006. Em 2008, o Senegal, com relações históricas com a colonização portuguesa em Casamança, foi admitido como Observador Associado. (Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/eduardo-dos-santos-garantiu-a-obiang-entrada-da-guine-equatorial-na-cplp-1595271>. Acesso em: mai. 2013)

aquela nação [Portugal] teria desempenhado um papel singular na História do Mundo Ocidental até o velho, e sempre presente, sonho imperial" (FREIXO, 2009, p. 121).

Alguns dos discursos sobre a CPLP como objeto de estudo, ao analisá-la, buscando compreendê-la, descrevem-na como uma organização ou instituição internacional que não tem futuro, devido às bases epistemológica e filosófica em que se sustenta. Neves (2004) afirma que "sob muitos aspectos, a CPLP ainda parece, de acordo com a distinção dos seres preconizada pelos filósofos escolásticos, um ser da razão sem fundamento na realidade" (*id.*, *ibid.*, p. 34).

Muniz (2009), em seus dizeres, trata sobre o distanciamento entre Portugal e os outros países da CPLP (mormente o Brasil) a partir dos sentidos de lusofonia, analisando a construção do estereótipo do 'outro' por ambas as partes para concluir sobre as impossibilidades da 'lusofonia', por ser um "conceito que só tem operacionalidade do lado lusitano."

Freixo (2009), conclui, após longo estudo sobre a construção da ideia de lusofonia, que "a *lusofonia* e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa" são "projetos políticos, acima de tudo, portugueses, tanto do ponto de vista dos ditames político-estratégicos ou econômicos, quanto em seus aspectos simbólicos" (p. 185).

Margarido (2000 *apud* FREIXO, 2009), desloca, de modo contundente, os sentidos para lusofonia já construídos e em circulação pelo discurso da CPLP, por exemplo, definindo lusofonia "como a revitalização de uma nostalgia do império, resultante do vazio ideológico decorrente do processo de descolonização e da amputação do componente imperial da nação portuguesa" (p. 164). Para ele, a lusofonia teria surgido no contexto pós-colonial como uma nova forma "para retomar a antiga 'política atlântica', tentando, por meio do discurso da 'língua comum', apagar as marcas do passado colonial e as relações traumáticas com as ex-colônias decorrentes dele" (*id.*, *ibid.*, p. 165).

O assimétrico interesse dos países africanos em participar da CPLP no início, e agora, parece ser efeito da falha do discurso lusófono, na forma como essa memória histórica se constrói nos sujeitos por deslocamentos e inversões de sentidos que remetem à colonização. Podemos pensar que esse efeito se produz a partir da historicidade das línguas portuguesas nos países em questão. A discursividade que se hegemoniza sobre a língua

portuguesa dá visibilidade à relação mesma dessas línguas com os espaços de direito, os Estados-nações, e com os sujeitos falantes. Nessa reflexão, observamos como essa língua se historicizou no Brasil e em São Tomé e Príncipe, transformando-se em outras línguas portuguesas e sendo hoje as mais "praticadas"; e como ela se historicizou em Moçambique, em Guiné-Bissau, em Cabo Verde e em Angola, também transformando-se em outras línguas portuguesas, mas não sendo hoje tão "praticadas" quanto às outras línguas existentes nesses espaços. Nessa direção, Freixo (2009) se refere ao modo como o discurso lusófono produz diferentemente seus efeitos nos países da CPLP com relação à identidade dos sujeitos. Ele nos diz,

Na prática, o discurso lusófono nada mais tem sido do que uma projeção do "modo português de estar no mundo", que se, por um lado, satisfaz o nacionalismo luso, por outro, quase não ressoa em sociedades como a brasileira e as africanas, essencialmente multiculturais, nas quais a contribuição portuguesa é mais uma – e em alguns casos, nem é a mais importante – entre muitas contribuições para a formação das identidades culturais locais" (*id., ibid.*, p. 183).

Outras organizações supranacionais

As outras organizações supranacionais aparecem na medida em que ajudam a compreender a CPLP – não são o foco da análise, mas ajudam a compreender como está funcionando esse discurso da CPLP sobre a língua portuguesa em espaços*. Pensamos em trazer para a pesquisa dizeres dessas organizações supranacionais sobre as línguas, posto que seus discursos se atravessam com o da CPLP e vice-versa.

Chamamos a atenção para o fato de que há muitas formas de significação das línguas africanas pelos sujeitos africanos que falam sobre essas línguas, e nesse jogo de dizer sobre, algo escapa.

É interessante observar ao lado desse dizer sobre as línguas, o fato de os Estados nacionais africanos membros da CPLP, enquanto sujeitos à CPLP, sujeito de direito internacional, constituídos como estão, decidirem através de seus governos participar como membros de diferentes organizações supranacionais que, elas também,

dizem sobre língua(s) de diferentes maneiras. Esse fato parece apontar para sentidos que há muito se contradizem por atualizar diferentes memórias, por se filiarem a diferentes discursividades. Por exemplo, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde, sendo membros da CPLP seriam defensores e guardiães de uma única língua portuguesa, que traz junto a cultura portuguesa, "o modo português de ser", sendo, por isso, considerados espaços lusófonos. Ao mesmo tempo, ao se dizerem plurilíngues, são filiados à ACALAN (Academia Africana de Línguas), cuja missão é "promover a integração e o desenvolvimento da África através do desenvolvimento e da promoção do uso das línguas africanas **em todos os domínios da vida na África**" (grifos nossos). Em outro momento, Cabo Verde também se constitui filiado como membro à OIF (Organização Internacional da Francofonia), que defende e protege a língua francesa e a cultura francesa.

Um dos possíveis sentidos para esse gesto, pensamos, é tomá-lo como um modo de estar filiado pelo jurídico a várias materialidades linguísticas. O que isso quer dizer? A partir do lugar da falta, o efeito forma sujeito se constitui na ilusão da completude. As línguas em espaço* significam os e são significadas pelos sujeitos moçambicanos, angolanos, caboverdianos, guineenses e santomenses. Nesse processo de constituição dos sentidos, a discursividade que reverbera é a da diversidade pelo multilinguismo frente ao real da diversidade das línguas. Essa discursividade do multi- é equivocada, porque, ao propor a pluralidade, não reconhece a impossibilidade de fazer coincidir unidade política com diversidade linguística, e, ao não reconhecer, toma as línguas como iguais. Nesse movimento, como há o real da divisão das línguas/sujeitos/espacos, o efeito de hierarquização vem resolver criando categorias, por exemplo.

Trazemos dois recortes que dizem do espaço caboverdiano, suas línguas e seus sujeitos.

Em notícia a *Panapress – a perspectiva africana*¹¹⁷, Cabo Verde procura estreitar suas relações com a OIF, pensando em ajuda para a educação no país, gesto que parece se contradizer com a forma como Cabo Verde significa sua(s) própria(s) língua(s) no texto da sua Constituição.

¹¹⁷ Disponível em: <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por000310&dte=22/05/2003>. Acesso em: mai. 2010.

Recorte da notícia

Fui recebido pelo presidente Diouf a quem entreguei uma mensagem pessoal do presidente Pedro Pires, que **deseja um reforço das nossas relações já excelentes com a OIF**. Temos a convicção que o **Francês pode ser um vector da nossa integração** bem sucedida na sub-região oeste-africana e que pode contribuir para o desenvolvimento das nossas relações com os nossos vizinhos", declarou Andrade Ramos, numa entrevista à PANA. Indicou ainda que **Cabo Verde, que constrói o seu projecto de sociedade em torno do desenvolvimento da Educação e do reforço dos seus recursos humanos, espera beneficiar da experiência da OIF neste sector**. [...] A educação é, para um país como Cabo Verde sem recursos naturais, um desafio fundamental. O meu governo considera que é mesmo o futuro do nosso país. Razão pela qual, pretendemos, com o **apoio favorável da Francofonia, desenvolver o nosso sistema educativo e valorizar os nossos recursos humanos**.

Recorte da Constituição

Artigo 78º (Direito à cultura)

3. **Para garantir o direito à cultura**, incumbe especialmente ao Estado:

f) **Promover a defesa, a valorização e o desenvolvimento da língua materna cabo-verdiana e incentivar o seu uso na comunicação escrita;**

Compreendemos que Cabo Verde defender, valorizar, e desenvolver a língua nacional (o caboverdiano) e escrever nela significa o que não cessa de se inscrever, ou seja, o real dessa língua/espço que é não ser oficial, é não ter escrita oficializada para alfabetização, é não ser defendida, valorizada, desenvolvida e escrita como a língua portuguesa é em espaço caboverdiano. E, futuramente, a língua francesa também pretende ser, valorizada, desenvolvida e fator de integração nesse mesmo espaço.

ACALAN

Fundada em 2006, os Estatutos da ACALAN (www.acalan.org) foram adotados pelos Chefes de Estado e Governo da União Africana na Reunião de Cúpula realizada em Khartoum.

A ACALAN é uma instituição afiliada do Departamento para Assuntos Sociais da Comissão da União Africana (UA), com sede em Bamako, Mali. Sua missão é *promover*

a integração e o desenvolvimento da África através do desenvolvimento e da promoção do uso das línguas africanas em todos os domínios da vida na África.

Seus valores centrais são

o **respeito pelos valores culturais da África**, especialmente as **línguas africanas** em nome da União Africana (UA); a integração do continente africano a partir de um desenvolvimento endógeno; **entender a diversidade linguística e cultural** como um fator de integração da África e da promoção de valores africanos incluindo a promoção da mutualidade e da solidariedade entre os africanos.

Seus principais objetivos:

- empoderar¹¹⁸ as **línguas africanas** em geral e as **línguas veiculares transfronteiriças** (*Vehicular Cross-Border Languages*¹¹⁹) em particular, em parceria com as **línguas herdadas da colonização**;
- promover o **multilinguismo funcional** e de convivência em todos os níveis, especialmente no setor da educação;
- assegurar o desenvolvimento e a promoção das **línguas africanas** como fatores de desenvolvimento e integração africana, de respeito pelos valores, compreensão mútua, e paz.¹²⁰

¹¹⁸ Sobre essa noção cf. HOROCHOVSKI, R; MEIRELLES, G. (2007).

¹¹⁹ Listamos a seguir termos de referência sobre a 'metalinguagem' usada para classificar as línguas no continente africano: a Academia de Línguas Africanas (African Academy of Languages – ACALAN) é uma instituição especializada da União Africana (UA) designada para desenvolver e promover o uso das línguas africanas em todos os domínios da sociedade, em colaboração com as Comunidades Econômicas Regionais e os Ministérios da Cultura. Para realizar essa tarefa e reforçar o processo de desenvolvimento e promoção das línguas africanas, a ACALAN e outras parceiras, tais como a UNESCO, a Organização Internacional Francófona (OIF), a Cooperação Suíça, e a Embaixada da Espanha organizaram uma série de conferências em várias regiões econômicas da África sobre o tema "Políticas nacionais: o papel das línguas transfronteiriças (cross-border languages) e o lugar das línguas menos usadas (lesser-used languages)". A síntese da Conferência, realizada em Addis-Abeba na sede da União Africana (UA) entre 5-7 de fevereiro de 2009, validou as recomendações das conferências regionais, e identificou 41 línguas fronteiriças veiculares, em todo o continente, nas quais a ACALAN colocará seu foco nos próximos anos. Dessas quarenta e uma línguas, doze foram selecionadas para estabelecer as Comissões de Línguas Fronteiriças Veiculares (Vehicular Cross-Border Language Commissions). As doze línguas são: árabe moderno e berbere para o norte da África; Hausa, Mandenkan e Fulfulde para a África Ocidental; Kiswahili, Somali e Malagasy para a África Oriental; Chichewa / Chinyanja e Setswana para o sul da África; e Beti-fang e Lingala para a parte central da África. Segundo os Estatutos da ACALAN, língua transfronteiriça (cross-border language) "means an African language common to two (2) or more African States"; e língua veicular transfronteiriça (vehicular cross-border language) "means a cross-border African language spoken by a significant number of people for whom it is not a mother tongue". Disponível em: <http://www.acalan.org/eng/events/tor.pdf>. Acesso em: jul. 2011.

¹²⁰ ACALAN fast-track. Disponível em: <http://www.acalan.org/index.php>. Acesso em: jul. 2012. (tradução nossa)

É interessante observar o modo como a África, ou seja, o continente africano, significa nesse dizer como um todo homogêneo: "valores culturais da África", "as línguas africanas", apesar de reconhecer que é preciso entender a diversidade linguística e cultural da África; e, ao mesmo tempo, ver o deslizamento metafórico ao categorizar como não fazendo parte das línguas africanas as "línguas veiculares transfronteiriças" que são línguas africanas fronteiriças ("cross-border African languages") faladas por um número significativo de pessoas que não as têm como língua materna. Compreendemos aqui o efeito da opacificação em relação aos sentidos do que é língua africana.

Com relação à situação linguística no sul da África, lemos, em um texto redigido após uma série de conferências realizadas sobre a integração linguística do sul da África¹²¹, que

Embora a Comunidade para o Desenvolvimento da Região do Sul da África (Southern African Development Community Region – SADC) seja primeiramente uma entidade político-econômica, **a integração sociocultural proposta permaneceu ilusória**, devido à grande diversidade linguística e cultural da região. Apesar do fato de a SADC cobrir apenas quinze países da África, essa região tem mais de **570 línguas**, constituindo cerca de **26% das línguas do continente africano**. Devido à arbitrária natureza com que as fronteiras foram estabelecidas durante a disputa pela África nos anos de 1880, várias das línguas da região são **línguas transfronteiriças** (*cross-border languages*). Algumas delas assumiram o papel de **línguas transfronteiriças veiculares**, devido à sua extensão geográfica, funções comunicativa e de integração, e status sociopolítico que adquiriram. [...]

Um grupo de acadêmicos e profissionais se reuniu, em 1984, na Universidade de Malawi em Zomba, com o propósito de estabelecer uma associação acadêmica que promovesse as línguas indígenas na região. A Associação Linguística para as Universidades da SDAC (Linguistic Association for SADC Universities - LASU) foi criada em 1984. Um dos objetivos principais foi **promover as línguas transfronteiriças veiculares** na região, um **objetivo que a associação ainda persegue**. Há, contudo, **algumas organizações que continuam a acreditar que as línguas transfronteiriças veiculares podem ser ferramentas de integração na região da SADC**. Essas organizações tanto regionais

¹²¹ Cf. *Thematic Seminar Series on Regional Integration*, nº 7. "Languages as tools of regional integration in the SADC region": The SADC Vehicular Cross-border Languages as Tools of Regional Integration promoted by Southern African Development Community (SADC), Ambassade de France au Botswana, Republic of Botswana, University of Botswana. Disponível em: http://www.sadc.int/files/8113/3127/4961/concept_paper_2_SADC_transnational_languages.pdf. Acesso em: jul. 2011.

quanto nacionais têm estado à frente no apoio a projetos de harmonização ortográfica, à preparação de termos técnicos, à compilação de gramáticas e dicionários, à promoção da alfabetização funcional nas línguas indígenas, ao uso de línguas indígenas na educação e na organização de conferências e seminários para discutir questões de língua na região.

A mais ativa dentre essas organizações regionais são a Open Society Initiative of Southern Africa (OSISA) e o Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS). Além disso, a ACALAN estabeleceu comissões formadas de doze membros para cada grande língua transfronteiriça veicular selecionada, para ser o pivô na promoção de tais línguas visando comunicação e integração eficazes. Os desafios para a SADC são a escolha e a promoção de meios regionais eficazes. **Como a SADC pode desempenhar um papel de liderança em promover e empoderar as línguas transfronteiriças veiculares como ferramentas de comunicação e integração?** Quais são as perspectivas para o kiswahili, como uma língua reconhecidamente do continente, para ser promovida na região da SADC? A LASU pode desempenhar um papel mais ativo, além de só organizar conferências periódicas, na região? **Essas são algumas das perguntas sem respostas ainda.**

Além disso, em relação à **questão da escolha da língua**, há duas saídas, a saber, as línguas ocidentais herdadas (inglês, francês, português) e a ACALAN com as línguas transfronteiriças veiculares selecionadas (Setswana e Chinyanja) na região sul. Se ambos os tipos forem adotados, a questão então seria: a que domínio(s) cada uma delas corresponderá? Como os países, onde o Setswana e o Chinyanja não são falados, interpretarão essa escolha? Outra questão pertinente seria como relacionar as línguas transfronteiriças veiculares com as megalínguas faladas dentro das fronteiras nacionais, como o isizulu (África do Sul), o chishona (Zimbábue), o chibemba (Zâmbia), o emakhuwa (Moçambique) e o oshiwambo (Namíbia). Outras questões têm a ver com os processos de colaboração entre estados a respeito das línguas, estratégias de harmonização de ortografias e textos, coordenação e unificação de políticas de línguas e a institucionalização de pesquisas nacionais para determinar a ecologia linguística real na região da SADC.

O ponto de inflexão na promoção das línguas transfronteiriças veiculares na região, e na África em geral, surgiu quando a Academia Africana de Línguas (ACALAN), como um braço linguístico da União Africana, foi estabelecido em 2002. Uma das suas principais prerrogativas foi criar estratégias e promover as grandes línguas transfronteiriças veiculares, no continente, objetivando a comunicação e a integração. A ACALAN **selecionou** doze línguas dentre as duas mil e duzentas (2.200) faladas no continente, **para servir como** línguas regionais. Cinco dessas línguas são faladas na região da SADC, a saber, o setswana, o chinyanja, o kiswahili, o malgache, e o lingala. As línguas, no continente, que obtiveram sucesso, até agora, funcionando como línguas transfronteiriças veiculares e assumindo certas funções técnicas e internacionais, são o árabe (norte da África) e kiswahili (África Oriental e Central), principalmente devido a certas circunstâncias históricas e sociopolíticas. As outras línguas **não se saíram tão bem** devido a várias razões, dentre elas, a **falta de vontade**

política por parte dos líderes, à crença de que o avanço econômico e técnico só é possível nas línguas ocidentais, ao impacto da globalização, à falta de termos técnicos e de literatura especializada, e à tendência elitista de associar profissionalismo às línguas ocidentais.
(Grifos nossos)

É importante não perdermos de vista a discussão dos conceitos de denominação de línguas na África pensando a questão da filosofia do panafricanismo, que ressoam em dizeres como "uma África única"¹²². Sobre política linguística na África, há o questionamento sobre os *stati* das línguas na África, como um todo, e nesse texto em discurso realizado nas *Conférences Inaugurales des Colloques Régionaux de l'ACALAN de 2008 sur "Politiques Nationales : le rôle des langues transfrontalières et la place des langues de moindre diffusion en Afrique"*, em particular.

A região leste da África tem políticas linguísticas diferentes de acordo com a situação linguística e as oportunidades em seus países. Por exemplo, a política linguística para a Eritreia, como está posta na Constituição ratificada em 1997, afirma que "a igualdade de todas as línguas da Eritreia é garantida." No entanto, afirma-se que o tigrinya e o árabe servem como línguas de trabalho do Estado. Daí a pergunta, em uma situação multilíngue, é realmente empiricamente possível efetuar a garantia de igualdade para todas as línguas? Quando todas as recomendações oficiais são feitas em uma política oficial, uma política invisível tende a deixar as línguas naturalmente preferenciais se destacar devido à situação política, econômica e social entre as pessoas.¹²³

Pensamos que não é possível a garantia da igualdade entre as línguas, assim como não é possível para os sujeitos e nem para os espaços, tendo em vista que a unidade política e a diversidade linguístico-cultural das sociedades dentro de seus espaços não coincidem porque essas relações são intrinsecamente contraditórias, porque políticas. O

¹²² A respeito da noção de *línguas veiculares transfronteiriças*, conferir a discussão que Zoppi Fontana (2009b) desenvolve sobre língua transnacional, em relação à dimensão da língua portuguesa.

¹²³ "The Eastern Africa region has different language policies according to the language situation and opportunities in their countries. For instance the language policy for Eritrea as put in the constitution ratified in 1997, states "the equality of all Eritrean languages is guaranteed." However, it is claimed that Tigrinya and Arabic serve as working languages of the state. Hence the question, in a multilingual situation, is it really empirically possible to effect the guarantee of equality to all languages? When all official recommendations are done in an official policy, an invisible policy tends to let the naturally preferred languages to stand out due to political, economic and social standing among the people." (tradução nossa)

melhor é reconhecer essa não coincidência e procurar outros critérios na eleição da língua oficial, gesto que, por sua vez, não tem porque excluir a convivência com outras línguas existentes nesse espaço social e político.

Propomos uma análise para refletirmos sobre o movimento da legitimação e do deslocamento dos sentidos de *língua* e de *língua portuguesa*, buscando descrever e interpretar, histórica e ideologicamente, o processo de construção de sentidos em sua constituição de conceitos como o de *comunidade*, a partir de recortes da *Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial* da UNESCO (UNESCO, 2003) e da *Declaração Constitutiva da CPLP* (CPLP, 1996). Essa é uma reflexão sobre a consolidação de um dizer e de um saber sobre a língua, filiados a um discurso jurídico e administrativo¹²⁴, constituído por um imaginário de *comunidade*, atravessado pela memória da colonização e das descobertas.

O discurso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre *língua portuguesa* produz o efeito de homogeneidade como se se tratasse de uma língua una e única tanto em sua relação com as outras línguas também chamadas de *portuguesa*, quanto com as outras línguas não portuguesas, faladas nos países membros, dentro de um espaço dito lusófono. Esse discurso é sustentado por outro, o da UNESCO, qual seja, de que a língua é "imaterial" e de que, por ser "veículo do patrimônio cultural", necessita ser "salvaguardada".

Contrapondo-nos ao conceito de língua como imaterial, dizemos que o conceito de língua com que trabalhamos é o de língua significante, constituída pela exterioridade, em dada sociedade e época como materialidade linguística¹²⁵ em que os sentidos não estão nas palavras, mas sempre em *relação a*. É lugar material onde a história, o sujeito e o sentido constituem-se inseparavelmente; lugar de constituição e constitutivo da ambiguidade e do equívoco. Língua é, então, comunicação e não-comunicação (PÊCHEUX, 1997 [1975]).

¹²⁴ Nesse cruzamento dos discursos administrativo e jurídico, as políticas públicas de língua se tornaram *problemas* administrativos sem significar o político, passando a fazer parte do 'campo dos negócios', enquanto o discurso jurídico, ao sustentar o processo da individualização das diferenças sociais, apaga o processo mesmo em que essas diferenças são produzidas (ORLANDI; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004).

¹²⁵ Orlandi (2009, p.169) defende a compreensão das línguas como patrimônio linguístico material. Ela nos diz, "A língua TEM materialidade".

Propomo-nos, então, a analisar a *Declaração Constitutiva da CPLP* e a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural* da UNESCO, observando o que nessas textualidades se repete, o que as atravessa, o que nelas não é/não pode ser dito para significar do jeito que significa.

Ao formular a existência de uma *comunidade lusófona* homogênea, a CPLP produz sentidos que trabalham a ilusão de uma língua portuguesa como "vector" de união histórico-cultural entre seus membros, silenciando necessariamente as outras línguas. Línguas essas que ressoam na memória discursiva como simplesmente as dos outros e que não pertencem ao universo histórico-cultural português. Como incluí-las sem perder a unidade linguística nacional? É preciso que sejam incluídas? Em quê?

É, também, na historicidade do conceito de *comunidade* que podemos buscar compreender como se unem países tão diferentes e tão distantes, linguística, cultural, política e geograficamente. Ao se denominarem como uma *comunidade*, dizem da língua como o que os une e, que, portanto,

Reafirmam que a *Língua Portuguesa*:

- Constitui, entre os respectivos Povos, um *vínculo histórico* e um *patrimônio comum* resultantes de uma *convivência multissecular* que deve ser valorizada; (CPLP, 1996).

Etimologicamente, o termo *comunidade* nas línguas neolatinas (provido do latim *communitas*) é definido como "conjunto de habitantes de um mesmo Estado ou qualquer grupo social cujos elementos vivam numa dada área, sob um governo comum e irmanados por um mesmo legado cultural e histórico" (HOUAISS, 2001), por exemplo. Segundo Rodríguez (2004a), o que está em jogo é a natureza atribuída a esse "vínculo comum", a essa "comum-uniidade". Na visão etnicista da sociedade, esse vínculo é compreendido em termos "afetivos" ("naturais") e está ancorado no "passado".

Tönnies (1979 [1887]) define *comunidade* em termos de "laços comunitários" que unem as "minorias étnicas", sempre se perguntando pelas "raízes" últimas que tornam "coesa" uma sociedade complexa. E, é na tentativa de explicar essa questão que o autor estabelece a clássica distinção entre *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft*

(sociedade): a primeira representaria os "laços orgânicos, naturais, de sangue, afetivos", ligados a uma "história comum", cujo modelo é a família; a segunda, os "laços secundários, artificiais, mecânicos, racionais", que caracterizam a cidade, o Estado. (TÖNNIES, 1979 [1887])

Ainda, segundo Rodríguez (2004a), Tönnies considera a ideia de "similaridade" entre os membros de uma comunidade dada, como tendo "idêntico caráter" e "idêntica atitude intelectual", produzidos por uma "herança comum" recebida do "passado dos ancestrais", desenhando uma visão 'excludente' em relação aos que estão de fora e querem fazer parte da *comunidade*, por exemplo.

Na *Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial* (2003), lemos,

1. Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - **que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.** Este patrimônio cultural imaterial, que se **transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos** em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, **gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.** Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

É a partir de uma primeira aproximação da textualidade da *Convenção* produzida pela UNESCO que percebemos como os efeitos de sentido de *comunidade*, estão vinculados ao conceito de *língua*, como "veículo de comunicação" e "patrimônio imaterial", e ao de *história*, como "contexto apolítico", "cenário linear de acontecimentos", e ao de *natureza*, como se a relação entre cultura e língua fosse direta, natural e biunívoca, reproduzindo e projetando uma memória linear que nos dá a ilusão de que esse espaço discursivo é constituído sem contradições, apagando, assim, as diferenças. É nesse espaço

que os países se consideram, segundo a CPLP, "nações irmanadas por uma **herança histórica**, pelo **idioma comum** e por uma **visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia**" (CPLP, 1996).

Nessa reflexão, é necessário lembrar que o discurso da mundialização¹²⁶, em sua forma pragmática e positiva de falar do universal, unifica e uniformiza o que deveria ter as características do universal como diverso e múltiplo. Assim, a UNESCO, ao dizer-se como uma agência multilateral cujo principal objetivo é o de "contribuir para a paz, para o desenvolvimento humano e para a segurança no mundo, promovendo o pluralismo, reconhecendo e conservando a diversidade, promovendo a autonomia e a participação na sociedade do conhecimento", de imediato, podemos perguntar: como é possível uma organização intervir jurídica e administrativamente de forma universal? Como fazer isso sem ferir e interferir no gesto mesmo de conservação da diversidade? E, em seguida: ao conservar a diversidade, não estaria essa organização pensando as formações cultural, social, histórica de uma sociedade como estáticas, e não em movimento como de fato se constituem?

Seus Países Partes são responsáveis por fazer cumprir os Acordos, as Cartas, as Convenções, por exemplo, em seus próprios países e naqueles em que acharem necessário interferir. Nesse sentido, ao lermos o que vem em seguida, podemos nos perguntar: quem decide sobre quais e quantos são os Países Partes? A autoridade dada aos que determinam sobre o que pertence/deve ser salvaguardado e sobre o que não pertence/não deve ser salvaguardado numa *cultura imaterial*, é legitimada por quem?

1. Fica estabelecido junto à UNESCO um Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, doravante denominado "**o Comitê**". O Comitê será integrado por representantes de **18 Estados Partes**, a serem **eleitos pelos Estados Partes** constituídos em Assembléia Geral, tão logo a presente Convenção entrar em vigor, conforme o disposto no Artigo 34.

[...]

1. Para assegurar a identificação, com fins de salvaguarda, **cada Estado Parte estabelecerá** um ou mais **inventários do patrimônio cultural**

¹²⁶ Cf. estudos recentes de Orlandi (2009; 2009a, por exemplo) que discutem e analisam os efeitos do discurso da mundialização sobre o modo de subjetivação na atualidade em sua relação com a(s) língua(s) e as instituições do Estado.

imaterial presente em seu território, em conformidade com seu próprio sistema de salvaguarda do patrimônio. Os referidos inventários serão atualizados regularmente. (UNESCO, 2003). (Grifos nossos)

Nesse jogo de determinação do que entra na lista de preservação e do que não entra, fica bem marcada a relação de forças entre quem define o que deve ser considerado "patrimônio cultural imaterial", e quem está nas práticas simbólicas produzindo o "patrimônio", pois, aí se colocam duas impossibilidades: a de se resgatar e preservar a cultura, como se ela estivesse em algum lugar já completa e acabada, e a de *atualizar regularmente o patrimônio*, como se a sociedade pudesse ser parada, e a identidade do sujeito não fosse um movimento na história (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2008).

Para salvaguardar, é preciso delimitar o que se vai guardar e proteger, e, para delimitar o que se vai guardar e proteger, é preciso, também, excluir.

6. As Línguas Portuguesas e o espaço da CPLP

Nesse capítulo, buscamos compreender a historicidade da relação entre os países que constituem a CPLP e também se constituem por ela numa relação assimétrica, mas que ao tomarem a posição de membros filiados à discursividade dessa comunidade 'esquecem' dessa assimetria. Buscamos também compreender a relação entre o imaginário da língua portuguesa dita única em relação aos imaginários das línguas portuguesas em espaço* (tomadas como oficiais) e das outras línguas existentes nesses mesmos espaços. Procuramos, ainda, dar visibilidade a como essa discursividade da CPLP se sustenta e sustenta a discursividade construída nos dizeres das constituições desses países-membros sobre as línguas em espaço*, a partir da análise de alguns recortes operados sobre a textualidade dessas Cartas Nacionais.

6.1. Historicidade da(s) relação(ões) entre os países-membros

Tendo começado por volta do século XV, a expansão marítima europeia, em particular, a portuguesa, se constituiu e se concretizou basicamente pelos interesses econômicos que nortearam a exploração e a colonização dos continentes africano, americano e asiático: além das terras propriamente ditas que foram desejadas e possuídas como riquezas, também o foram os metais preciosos, as matérias-primas outras e, também, a mão-de-obra escrava.

Segundo Enders (1994), a conquista de Ceuta pelo Rei D. João I e pelos Infantes de Portugal, em agosto de 1415, é considerada como o início da expansão do governo português que leva seus navegadores da Península Ibérica ao Extremo Oriente e ao Brasil no fim do século XV e princípio do XVI. O avanço das expedições ao longo das costas africanas demorou várias décadas, e os motivos e os objetivos das conquistas variaram de acordo com as condições de produção da época em que aconteceram. Esse percurso de conquistas começa no Marrocos (Ceuta), toma a direção das ilhas do Atlântico (Madeira, Açores e Cabo Verde), segue ao longo da costa ocidental africana (Guiné, Congo, Angola), avança no Oceano Índico indo em direção ao oriente (Mombaça, Melinde,

Moçambique, Calicute) e ao extremo oriente (Goa, Damão, Macau). Vem, depois, para o Atlântico sul, onde se dão a colonização do Brasil e o tráfico negreiro dela resultante que acaba como indispensável a todas as colônias europeias na América.

Ainda segundo Enders (1994), a hegemonia comercial portuguesa, baseada em suas possessões no ultramar, começava a entrar em decadência ao longo do século XVII, devido a guerras e a rivalidades comerciais. Os franceses, os ingleses, os holandeses, os dinamarqueses e os suecos usavam rotas que eram exclusivas dos portugueses e se estabeleceram em pontos estratégicos antes apenas lusos. Os concorrentes mais temidos eram os holandeses, por estes estarem em guerra de corso com a Espanha, Estado a que Portugal se encontrava unido dinasticamente entre 1580 e 1640, tendo, assim, herdado os mesmos inimigos. Após a restauração da independência da Espanha, apesar de ter recuperado alguns dos territórios perdidos, o Império de Portugal tinha diminuído, bem como seu comércio com o Oriente.

Foi, no século XVIII, que os engenhos da colônia portuguesa na América produziram a maior quantidade de açúcar e, para o trabalho duro das plantações, foi preciso recorrer a muita mão-de-obra escrava.

Nas primeiras décadas do século XIX, a Europa foi sacudida pelo acontecimento das guerras napoleônicas, que acabaram produzindo diferentes efeitos sobre a história dos habitantes das Américas. Com efeito, no conflito entre a França e a Inglaterra, Portugal permaneceu ao lado dos ingleses e isso acabou determinando a fuga do Príncipe Regente e da corte portuguesa para o Brasil, o que teve influência decisiva sobre o destino do Brasil, podendo ser considerado um dos principais fatores que ajudaram a manter a unidade territorial brasileira, segundo Dallari (2002).

Ao transferir para o Brasil a sede da coroa portuguesa, o Brasil colônia passava a Brasil corte com direito à montagem de um novo aparato do Estado português aqui. O que significou que as condições para a manutenção dos monopólios portugueses teriam de mudar e que a necessidade do comércio internacional se produzia, o que levou o príncipe regente a revogar as interdições impostas à economia brasileira.

Do ponto de vista jurídico, o Brasil continuava sendo colônia, o que fica evidente pela sua impossibilidade de estabelecer relações internacionais em seu próprio nome (DALLARI, 2002).

Com a derrota de Napoleão, o Congresso de Viena passa a decidir sobre a nova conformação política do mundo, e Portugal passaria a figurar como integrante de um império e não mais como um pequeno Estado europeu possuidor de algumas colônias. Assim, nomeava-se D. João VI, Regente de Portugal e Rei do Brasil (DALLARI, 2002).

Esse fato produziu efeitos sobre as elites políticas brasileiras, que se sentiram estimuladas a tornar efetiva a existência do Estado brasileiro, repudiando o estatuto colonial. Assim, o processo de ruptura política entre Brasil e Portugal se manifesta pela independência¹²⁷ entre a metrópole e a colônia (7 de setembro de 1822¹²⁸), fato que parece apontar para o nascimento do Brasil independente como um desdobramento do nascimento do liberalismo político que se espalhava por toda a Europa, e atingiu fundamente Portugal no ano de 1820, quando eclodiu ali uma revolução constitucionalista, exigindo o fim do absolutismo (PIMENTA, 2008).

Sobre esse momento da independência brasileira, Lyra (1995) discute que é preciso compreender os significados das práticas e do imaginário político articulados por portugueses da Europa e da América em sua reinterpretação dos laços entre Brasil e Portugal, buscando assegurar a integridade da monarquia e da "nação". Ao refazer o

¹²⁷ Segundo Carvalho (2002), a formação do Estado brasileiro deu-se exclusivamente pela vontade da elite portuguesa que aceitou e negociou com a Inglaterra e com a elite brasileira a "independência" do país: "Graças à intermediação da Inglaterra, Portugal aceitou a independência do Brasil mediante o pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas" (*id.*, *ibid.*, p. 27). Pensamos, contudo, que essa unilateralidade não deva ser a melhor análise para significar o fato, posto que as condições de produção dos sujeitos e do próprio processo histórico produziram efeitos e relações que são da ordem da multilateralidade de gestos daqueles que vivenciaram e dos que interpretaram o acontecimento da independência, portanto não somente da elite.

¹²⁸ Segundo Lyra (1995), o 7 de setembro foi construído como o dia da independência do Brasil, processo iniciado em meados da década de 1820 e concluído em 1830, com a publicação da *História dos principais sucessos do Império do Brasil*, de José da Silva Lisboa, uma história oficial em que o Visconde de Cairú apresenta D. Pedro como "responsável único pela decisão de tornar o Brasil livre", uma avaliação que "atendia com perfeição à memória que se queria firmar: a ruptura da unidade luso-brasileira e a conseqüente independência absoluta do Brasil como atos exclusivos da vontade do imperador-herói, que tudo fizera para a defesa da liberdade do seu povo". Relata, ainda, a autora que os documentos que presumidamente D. Pedro I teria lido às margens do Ipiranga no dia 7 só teriam chegado ao Rio de Janeiro em 22 de setembro, e que o episódio do Ipiranga só foi publicado em 1826, quando o imperador caía em desprestígio junto aos brasileiros que tinham feito a independência e que não concordavam com as bases do tratado assinado com Portugal.

percurso no qual a proposta separatista adquiriu repercussão, especialmente entre 1821 e 1822, Lyra (1995), além de desconstruir os sentidos que interpretam como evidente essa ruptura enquanto uma "luta entre colônia e metrópole", observa que aí há outros sentidos possíveis dizendo que se deve compreender a independência enquanto manifestação peculiar de "conflitos entre portugueses de Portugal e portugueses do Brasil engajados no mesmo processo de institucionalização do Estado liberal" (p. 179).

Com a Segunda Revolução Industrial, (re)produziu-se uma forma de colonialismo de acordo com as condições de produção da época¹²⁹. Conforme nos diz Porto-Gonçalves (2006), uma forma de colonialismo legitimada pela "missão civilizadora" do homem branco, proprietário de terras. Colonizar outras terras pareceu ser um gesto em resposta à necessidade expansionista do capital à época – período em que não só a Inglaterra, mas também outras potências ocidentais pareciam perder a hegemonia no comércio internacional, precisando assim anexar outros territórios para ampliar mercados. É na Conferência de Berlim (1884-85), que essas potências decidiram por uma nova divisão política da África. Esta redivisão aconteceu em paralelo às formas político-administrativas lá existentes, como impérios e reinos, já aparentemente desestruturadas, em decorrência do fato do tráfico de escravos e seus desdobramentos. Dessa forma, novas colônias europeias foram formadas, agora com fronteiras traçadas de acordo com a relação de poder entre os países capitalistas ocidentais envolvidos nesse novo traçado, produzindo efeitos a partir desse gesto, ou separando grupos e/ou aglutinando outros antes separados, (re)produzindo relações em tensão.

Apesar da diversidade, e do desconforto, gerados pela redivisão em novos territórios, ou em consequência disso, produziu-se algum tipo de unidade entre esses grupos, que teve como efeito a organização de movimentos culturais, partidos políticos e

¹²⁹ A forma de compreender os sentidos de colonização em dizeres que circulam sobre a África, até agora pesquisados, apareceu como questão relevante. As posições tomadas por não africanos parecem apontar para uma classificação desse processo de colonização como se fossem dois diferentes, que se dariam em dois períodos: o antigo (a colonização que se processou do século XV ao XIX), e o moderno (referente à colonização que se deu do século XIX ao XX), produzindo sobre essa divisão dois efeitos de sentido que se opõem: ao se referirem a esses processos, o fazem caracterizando o primeiro período como positivo, na direção de uma colonização desejável, porque civilizacional, e o segundo como negativo, uma colonização despótica, porque opressiva e imperialista.

ações armadas na direção de alcançar a independência, tomando posição em relação a essa discursividade da colonização imperialista.

É importante observar que esse processo de (re)produção do colonialismo não se deu da mesma forma em todos os países capitalistas em expansão e nem em todos os territórios que foram ocupados. Posto que os interesses dos sujeitos interlocutores nesse complexo jogo de relações político-sociais foram de diferentes ordens, assimétricos e sempre disputados.

Nesse sentido, é oportuno lembrar-nos o modo como esse processo se deu em cada uma das colônias portuguesas, e de umas em relação às outras (Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Ilha da Madeira, Arquipélago dos Açores, Goa, Damão, Macau, Timor Leste). Por exemplo, nos séculos XVIII-XIX, o Estado português veio a se instalar como Reino aqui no Brasil (o que fez do Vice-Reino do Brasil (1714-1815), o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822)), o que não aconteceu em nenhuma outra de suas colônias¹³⁰.

Portugal foi a última resistência à dissolução do colonialismo formal. Nesse período, a inserção internacional de Portugal foi caracterizada, por um lado, por uma postura de isolacionismo – a perspectiva do "orgulhosamente sós", defendida por Salazar –, mormente a partir da década de 1950, quando a comunidade internacional começou a pressionar insistentemente Portugal pela descolonização de seu Império Ultramarino (FREIXO, 2009, p. 175); porém, por outro lado, a posição radicalmente anticomunista do regime português e o papel geoestratégico dos Açores e do próprio território continental de Portugal garantiram a ele o pertencimento a OTAN e ao "bloco ocidental" liderado pelos Estados Unidos da América do Norte. Dessa forma, o discurso nacionalista de Salazar não foi empecilho para a continuidade da política de abertura das colônias ao capital estrangeiro (*id.*, *ibid.*, p. 175), pelo contrário, garantiu a Portugal "proteção" das grandes potências

¹³⁰ Não esquecer que a lista de territórios do Império Português é ou foi longa, compreendendo possessões, colônias, protetorados, feitorias, entrepostos, dentre outros, que foram ocupados e, posteriormente perdidos, ou que se mantiveram como colônias até o século XX, ou que se tornaram independentes antes do século XX, por exemplo. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$imperio-colonial-portugues](http://www.infopedia.pt/$imperio-colonial-portugues). Enciclopédia e Dicionários Porto Editora.

ocidentais à sua política colonial e ao seu próprio regime que chegaram ao fim apenas em meados da década de 1970.

Nos anos 1960, na Guiné Bissau, em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe, em Moçambique e em Angola começavam as lutas pela independência, apoiadas pelo governo soviético. A queda do salazarismo e a redemocratização levaram ao reconhecimento da independência das colônias africanas em 1975, onde se desencadearam guerras civis. O fracasso de sucessivos acordos de paz produziu efeitos no processo de funcionamento da nova forma histórica espaço, o Estado-nação, nos recém-criados países africanos, ex-colônias europeias; inclusive no que toca ao processo de unidade linguística pelo qual é pressuposto se constituir um Estado-nação, a partir da língua nacional.

A questão da constituição da língua nacional passa pela constituição da história da língua do país. Assim estabelecer relações entre os acontecimentos históricos que deram origem aos Estados-nacionais de que tratamos e à constituição de suas línguas nacionais permite não só refletir sobre o discurso da história, em que vamos buscar tanto os sentidos que estão lá, quanto aqueles que se silenciam; mas também compreender o significado da tensão existente na relação entre a língua portuguesa oficial e as outras línguas dos/nos espaços da CPLP. Ou seja, é preciso que não se desconheça os efeitos de hegemonia da língua portuguesa nessas relações histórico-políticas envolvidas nesse encontro.

Tornamos a trazer para a cena a *Declaração Constitutiva da CPLP* cotejada ao artigo "A Cimeira da Língua" publicado em de outubro de 2008, no Caderno Notícias no Jornal *Expresso* nº 3, meio eletrônico oficial da CPLP.

Ao se denominar lusófona uma comunidade de países, produzem-se, de forma incontornável, efeitos de sentido que vão desde a ilusão de unidade linguística – em que a língua portuguesa é posta, primeiramente, como homogênea, e, senão única, predominante –, passando pela ilusão de unidade jurídico-administrativa – em que se trabalha a semelhança de formas de governança e de políticas públicas –, até a ilusão de unidade histórico-cultural – em que se hegemonizam e harmonizam raízes, passados e culturas comuns. Ao dizer de si como um grupo de nações uníssono que falam todos *a mesma* língua portuguesa *hoje*, numa ilusória totalidade e homogeneidade, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), produz, "no cruzamento da verticalidade do enunciado –

constituído lá fora e em que a história distribui o já-dito – com a horizontalidade da enunciação (formulação de seus sentidos)" (ORLANDI, 1990, p.51), a atualização de uma memória histórica que coloca em movimento o discurso da descoberta e o da colonização. Mas ao dizer desse jeito e não de outro, constitui-se aí o não-dito, que também significa. Não porque está implícito, mas porque está silenciado. "O silêncio do nomear faz intervir o 'interdiscurso' do outro (o europeu), fazendo-nos significar (quer queiramos quer não) na história dos 'seus' sentidos" (*id., ibid.*). Nesse dizer da CPLP sobre *a Língua Portuguesa*, há a possibilidade de outros sentidos virem a ser. Pois todo dizer se sustenta na possibilidade do deslocamento, do deslize, aponta para outros dizeres, porque sentido é 'relação a', e porque sentido e sujeito se constituem mutuamente, no encontro da língua com a história.

Como o que constitui a memória discursiva é o que se lembra e o que se esquece, determinados sentidos são apagados, outros encadeamentos são dados a causas e consequências, surgindo daí uma linearidade que conduz a uma evidência bem explicada. A reapropriação de eventos passados e sua reorganização constrói, como efeito imaginário de continuidade entre épocas, uma linearidade que nos dá a ilusão de que a história é constituída sem contradições. Sabemos, contudo, que, ao reproduzir e projetar sentidos hegemônicos, há lacunas, interpretações silenciadas por deslocamentos inerentes ao próprio fato da repetição. Assim, ao lermos os nomes dos países membros da comunidade tal como está formada, considerando que se dizem *países irmãos*, *falam a mesma língua*, e *dividem as mesmas conquistas*, a possibilidade do equívoco rompe, pois a ilusão de completude e de unidade é engendrada como efeito pela reorganização do fio discursivo, que, ao permitir contarmos "uma história coerente, sem falhas, com estruturação temporal, com encadeamento de causas e consequências, com personagens e cenários explicativos" (MARIANI, 1988, p. 230), impede ou redireciona os sentidos, materializa na trama dizeres antes silenciados ou esquecidos, institucionaliza o que deve ser repetido, como processo que dá visibilidade às relações de poder.

Há, materializada nesses dizeres da CPLP sobre *a Língua Portuguesa*, uma narrativa engendrada que faz retornar uma memória que determina discursivamente as relações de poder entre os países membros afirmando que há um "relacionamento especial

existente entre eles", não percebendo que ao dizer *especial* outros sentidos são silenciados. Perguntamos, o que é preciso não dizer para poder dizer *especial*?

De que línguas os países precisaram se distanciar historicamente para pertencer a uma comunidade de língua portuguesa? A que preço? Que língua os une? O que na língua os une? Será a língua que os une? É preciso que se unam? Que injunções históricas levaram à aproximação de cinco países africanos, um latino, e um europeu, pós-colonização? Como se dá essa relação política de força entre os Estados Nacionais que fazem parte da CPLP já que não têm igualdade de condições econômicas (nem culturais, políticas, históricas, administrativas, etc.)? É possível pensar esses países compartilhando de uma memória multissecular da mesma forma? Já entre os próprios países membros não existe disputa de poder tendo em vista seu processo sócio-histórico e econômico?

Compreender para cada um dos espaços ditos lusófonos a historicização da *Língua Portuguesa*, a relação com o Estado e as diferenças que essa relação provoca nos processos de individualização da(s) língua(s) em suas formas sociais,— observando que os espaços moçambicano, angolano, santomense, cabo-verdiano, guineense, brasileiro e português são bastante heterogêneos em relação à articulação de línguas—, coloca em foco a tensão produzida entre o ideal monolíngue dos Estados (o mesmo da CPLP) e a diversidade linguística concreta nos territórios, e, conseqüentemente, o questionamento dos modelos do monolinguismo e do multilinguismo, pois, apesar de ambos pressuporem o *consenso*, embora diferentemente, apagam as diferenças, as singularidades, produzem práticas político-sociais de exclusão, da mesma forma que as políticas linguísticas por eles inspiradas (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2000, 2004a, 2004b). Igualmente importante, levando em consideração a relação entre língua, nação e cultura, é não naturalizar, e, por isso, historicizar (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004a, 2004b) as disjunções entre os pares língua materna/língua nacional, língua materna/língua oficial e língua nacional/língua oficial, em que dizer um não é dizer o outro nos diferentes países membros da CPLP, pois, nesses conceitos, ressoam sentidos que se sustentam sobre pré-construídos como, por exemplo, os da visão romântica alemã. Nesse sentido tomamos Herder (2003 [1766]) como o representante dessa visão que, ao recusar os modelos iluministas, considera língua nacional como o receptáculo da nação, já predestinada, dada como dom da providência, a

priori. Considera a língua como um reservatório de pensamentos, a memória viva do povo que a fala; defende que todos os povos são iguais, e que a nação é essência e continuidade, uma comunidade natural, cujo progresso passa pela tradição, pela perpetuação do passado.

Tendo essas reflexões no horizonte, passamos à análise da *Declaração Constitutiva da CPLP* e do artigo "A Cimeira da Língua" publicado no Caderno Notícias no Jornal *Expresso*, meio eletrônico oficial da CPLP, cujos recortes submetemos ao nosso trabalho de descrição e interpretação. A questão da significação que se coloca a propósito da denominação *Língua Portuguesa* é o que nos chama à investigação, visto que põe em jogo a questão da unidade e da diversidade, da variação e da mudança, da língua *imaginária* e da língua *fluida* (ORLANDI, 2009, 1988), da língua oficial e da língua nacional. É, por isso, fundamentalmente, uma questão política: é a disputa por sentidos, é sempre a luta por dizer, e sempre de um lugar social.

Dessa forma, denominar representa um dizer ideologicamente marcado, é um modo de construir discursivamente o referente, é uma forma de significar que se organiza na ordem do discurso. O processo da denominação, assim, diz da natureza das relações de força (se de imposição, de silenciamento, de ruptura, por exemplo) em determinada formação social e produz sentidos de acordo com as condições de produção, que fazem sobressair, dentre as formações discursivas, a dominante.

Nessa análise, observamos, no funcionamento da denominação *Língua Portuguesa*, duas marcas que nos chamaram a atenção na materialidade linguística: a) o fato de a denominação *Língua Portuguesa* aparecer sempre em maiúscula, como nome próprio; e b) o da denominação *Língua Portuguesa* vir sempre precedida pelo artigo definido *a*, constituindo exceção as vezes em que determina o nome da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e do Instituto Internacional de Língua Portuguesa em que é precedida apenas pela preposição *de*.

Apresentamos a seguir o quadro 4 com os recortes tanto da Declaração quanto do artigo que cotejamos. E, em seguida, o quadro 5 com as paráfrases encontradas no cotejo dos materiais para a denominação *a Língua Portuguesa*.

Quadro 4 – recortes com a denominação a *Língua Portuguesa*

Declaração Constitutiva da CPLP	Artigo do Jornal da CPLP
Comunidade dos Países <i>de Língua Portuguesa</i>	A afirmação da <i>Língua Portuguesa</i> no plano internacional
Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Países <i>de Língua Portuguesa</i>	<i>A Língua Portuguesa: Um Património Comum, Um Futuro Global</i>
Países <i>de Língua Portuguesa</i>	Declaração sobre a <i>Língua Portuguesa</i>
afirmação e divulgação cada vez maiores da <i>Língua Portuguesa</i>	efectiva universalização da <i>Língua Portuguesa</i>
Reafirmam que a <i>Língua Portuguesa</i> Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada	utilização da <i>Língua Portuguesa</i>
Povos que têm a <i>Língua Portuguesa</i> como um dos fundamentos da sua identidade específica	introdução da <i>Língua Portuguesa</i> em Organizações regionais, internacionais ou agências especializadas
Incentivar a difusão e enriquecimento da <i>Língua Portuguesa</i>	Instituto Internacional de <i>Língua Portuguesa</i> .
Instituto Internacional da <i>Língua Portuguesa (IILP)</i>	<i>CPLP</i>
no espaço da <i>Língua Portuguesa</i>	
formas concretas de cooperação entre a <i>Língua Portuguesa</i> e outras línguas nacionais	

Quadro 5 – paráfrases para a denominação a *língua portuguesa*

Declaração Constitutiva da CPLP	Artigo do Jornal da CPLP
<i>idioma comum</i>	A Cimeira da <i>Língua</i>
Constitui, entre os respectivos Povos, um <i>vínculo histórico</i> e um <i>património comum</i> resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada	o <i>tema</i> central da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (CCEG)
<i>meio privilegiado de difusão</i> da criação cultural entre os povos que falam português	o <i>lema</i> que encerra a estratégia
de projecção internacional <i>dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universal</i>	A defesa e promoção do <i>idioma comum</i>
no plano mundial, <i>fundamento de uma actuação conjunta</i> cada vez mais significativa e influente	a <i>sua</i> envolvente na Cultura e Tecnologia
pela <i>sua</i> expansão, um <i>instrumento de comunicação e de trabalho</i> nas organizações internacionais	<i>sua</i> utilização efectiva em todas as organizações onde o <i>português</i> já constitui <i>língua oficial</i> ou <i>de trabalho</i>
<i>permite a cada um dos Países</i> , no contexto regional próprio, <i>ser o intérprete</i> de interesses e aspirações que a todos são comuns	âmbito da estratégia da <i>Língua</i>
<i>outras línguas nacionais</i>	com as intervenções de todos os Estados-membros da CPLP a serem realizadas em <i>português</i>

A marca da maiúscula no nome da língua, como podemos observar nos dois quadros anteriores (quadros 4 e 5), dá a esse significante o *status* de nome próprio, e isso nos remete ao que Pêcheux (1997 [1975], p. 255-266) nos diz sobre nome próprio. Ao formular teoricamente sobre o processo de interpelação do sujeito, considera como forma-sujeito do discurso aquela em que "coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido", e que "realiza o *non-sens* sob a forma da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira", trazendo, como uma das consequências, o fato de o significante que funda o sujeito tomar parte no processo de interpelação-identificação do indivíduo em sujeito. E, acrescenta que o nome próprio designa o sujeito sem representá-lo, porque não possui propriedades como os outros nomes. E, a partir daí, conclui que

a imposição do 'nome próprio' constitui a forma em edição príncipe do *efeito de pré-construído* que representa a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso [...] como 'sempre-já' sendo sujeito[...]". (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 264)

À semelhança do que ocorre no processo de denominação (interpelação-identificação) do sujeito descrito por Pêcheux, pensamos que impor à língua um nome próprio significa produzir efeitos de pré-construído que, ao designá-la desse modo por um determinado nome próprio, retiram-lhe as propriedades que lhe caracterizariam como uma língua para fazê-la aparecer, nessas textualidades, funcionando como se fosse um "ente", ressoando como uma abstração, um ideal, o que sustenta ali as formulações parafrásticas para a *Língua Portuguesa* – um *património*, um *futuro*, o *tema*, o *lema*, a *Língua* –, silenciando sua materialidade histórico-política. Esse nome *Língua Portuguesa* torna, contraditoriamente, invisíveis as centenas de línguas dos países membros da CPLP (por exemplo, a brasileira, a cabo-verdiana, a kimbunda, a bafafá, e dezenas de outras), deixando como única opção o que seria o *idioma comum*, *único* e *singular* a todos: a *Língua Portuguesa* com maiúscula, uma abstração. Esse funcionamento faz operar uma atemporalidade, pondo essa língua sempre já-lá, como passada, presente e futura, apagando

as diferenças entre a língua portuguesa imaginária e a língua portuguesa fluida, as línguas portuguesas faladas nos países que formam a já estabelecida Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e, até, a língua portuguesa ainda *não* falada em países que estão dispostos a adotá-la como oficial (por exemplo, a Guiné-Equatorial); conseqüentemente, nesse sentido, as diferenças histórico-político-sociais entre os próprios países 'desaparecem'. Compreendemos, portanto, que essa *Língua Portuguesa* cria um novo espaço-tempo em que, ilusoriamente, hegemoniza sentidos tais como a homogeneidade tão necessária à constituição da questão nacional e institucional, a universalidade cultural entre os povos que falam a mesma língua, a projeção internacional mais influente e significativa dos países que falam a *Língua Portuguesa*.

A outra marca que nos fez recortar o *corpus* como procedemos, diz respeito ao uso do artigo definido *a*, que precede a denominação *Língua Portuguesa*. Essa marca linguística aponta para uma contradição entre a língua portuguesa que se quer homogênea e única, e a língua que já-sempre heterogênea por seu movimento histórico-social de constituição. O fato de se usar um artigo definido para determinar o nome não garante a sua singularidade, pois na medida em que se tenta singularizar, os sentidos escapam, dada a falha constitutiva da inscrição dessa materialidade linguística na história, lugar em que percebemos o equívoco constitutivo de todo dizer. Assim, nesse dizer, *a Língua Portuguesa*, contraditoriamente, é uma dentre várias outras e precisa *envidar esforços* nessa disputa de *valorização* de si criando *formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais*.

Nos dois textos, a presença do artigo definido não define nem singulariza *a Língua Portuguesa* apesar de produzir esse efeito para o sujeito que diz, porque essa ilusão de única e mesma falha nos dizeres em que essa *Língua Portuguesa* precisa ser, num futuro imediato e a longo prazo, *consolidada, reiterada, reafirmada, tendente a ser, incentivada a difundir-se e a enriquecer-se, estabelecer-se* dentre todas as outras já estabelecidas. *Essa Língua Portuguesa*, na discursividade da CPLP, pretende *um futuro global*, precisa *se efetivar universalmente*, e depende de *um esforço para se consolidar como língua oficial e de trabalho e de que se parta em sua defesa*.

Os efeitos de sentido produzidos pelo referente *Língua Portuguesa*, no discurso da CPLP nos recortes apresentados ao longo da análise, hegemonomizam a ideia de uma única língua, e naturalizam as relações sociais, econômicas, históricas e políticas, como se, nos países membros, elas funcionassem sem disputa de poder ou litígio interno, por características naturais e culturais, e não por interesses particulares filiados a determinada rede de dizeres.

Mesmo hoje, no século XXI, a imposição de uma língua nacional e única resulta na tentativa de modelizar as diferentes línguas portuguesas dos países membros nos espartilhos dessa *Língua Portuguesa* imaginária. Pois, "é essa abstração 'língua portuguesa', vinculada a uma memória de língua de conquistas" que nos é "dada", através, por exemplo, "de diferentes tratados de unificação ortográfica e do ensino nas escolas". Mesmo nos reconhecendo como cidadãos nacionais – angolanos, moçambicanos, guineenses, santomenses, cabo-verdianos, brasileiros, ou portugueses, (incluo-os por pensar que, mesmo em Portugal, não se trata de uma única nem mesma língua portuguesa) –, com diferentes e variadas línguas nacionais, imaginariamente, corresponderíamos, pelo menos para os filiados ideologicamente à memória portuguesa das descobertas e da colonização, a povos que precisam permanecer aprendendo a falar e a escrever corretamente a língua de Camões (MARIANI, 2004, p. 173).

6.2. As línguas em espaço*

No trabalho de pesquisa, em que observamos o discurso da CPLP sobre língua portuguesa sustentado pelo discurso da lusofonia em relação à heterogeneidade linguística constitutiva das nações da CPLP, pensamos com Mariani (2008) que teorizar sobre a determinação da língua europeia portuguesa, língua de colonização, como língua oficial nesses espaços

é discutir a trajetória sócio-política das línguas e das ideias linguísticas, é discutir também a história do sempre conflituoso percurso da construção de identidades nacionais, por um lado, e dos conflitos político-linguísticos internacionais, por outro. (*id.*, *ibid.*, p. 74)

Sobre a língua portuguesa pensamos com Pêcheux (1997 [1975]) que a unidade permite a divisão. É da ordem da aparência, a forma unitária da língua. E justamente por isso, "é o meio essencial da divisão e da contradição" (*id., ibid.*, p. 93). Nesse sentido, as relações contraditórias que mantêm entre si os processos discursivos constituem as contradições ideológicas que habitam a forma unitária, a condição de unidade. Na própria unidade da língua nacional em seu vínculo com os aparelhos de Estados funcionam diferentes práticas ideológicas que se inscrevem em diferentes relações ideológicas de classes. E aqui é preciso esclarecer que antes de a língua ser nacional, materna ou oficial, ela é língua, querendo dizer com isso que ao pensá-la é preciso reconhecer que não estamos falando da "comunicação de um sentido", porque o sentido é de natureza material, isto é, possui uma materialidade histórica e uma materialidade simbólica.

Antes de passarmos a um esboço da situação das línguas em espaços cabo-verdiano, moçambicano, angolano, guineense, santomense, português, brasileiro, achamos necessário trazer uma pequena discussão sobre o que compreendemos por *língua oficial*, *língua nacional* e *língua materna*, tendo em vista que essas noções passam ao largo da evidência – apesar de se constituírem matéria efetiva de consenso – impondo-se como objetos de controversas definições, pelas ciências da linguagem, justamente porque jogam aí diversos e dispersos imaginários de línguas. As línguas nacional, materna e oficial são distintas materialidades de línguas sendo impossível transitar de uma para a outra sem mudar de materialidade, pois, conforme Payer (2006, 2007), as línguas são distintas dimensões da linguagem, produzindo diferentes memórias *na* língua e *da* língua (PAYER, 2006, p. 39), que, por isso, se significam e são significadas em relação de tensão.

LÍNGUA NACIONAL

Se pensarmos em língua nacional, podemos dizer que há aí efeitos metafóricos que, dependendo da posição sujeito no discurso, e das condições de produção em que essa denominação é enunciada, a polissemia está presente.

Segundo Guimarães, língua nacional é "a língua do povo de uma nação enquanto relacionada com um Estado politicamente constituído. A língua nacional é por

isso vista como a língua oficial de um país. Ter uma língua como própria de um país funciona como um elemento de sua identidade política e cultural" (GUIMARÃES, E.).¹³¹

Assim, podemos pensar língua nacional como uma e a língua de uma nação reconhecida como Estado-nação, aquela oficial. Diremos que essa é a situação dominante¹³². A caracterização dessa língua como uma se dá em virtude de uma relação imaginária necessária de unidade atribuída pelo caráter único e singular atribuído a um Estado-nação em relação aos outros.

Nesse sentido, Mariani (2008) nos diz que, para a relação entre língua nacional e nação funcionar produzindo identidade, essa relação tem de ser *especular e imaginária*. Uma e outra se constituem em um imaginário de homogeneidade política necessária, o que faz esquecer a heterogeneidade historicamente constitutiva dos seus processos de constituição.

A respeito dessa relação especular e imaginária entre língua e nação, Guimarães (cf. nota 131) observa que,

esta não coincidência entre a língua no seu funcionamento real e a unidade imaginária da língua em geral opera a partir da identificação de uma das variedades de língua que passa a funcionar como a língua. Em geral é tomada como a língua a língua escrita pelas pessoas de alta escolaridade e a língua falada também por estas pessoas em situações formais. Esta variedade da língua passa a funcionar assim como modelo e leva a que as outras variedades de língua ou formas delas sejam consideradas como erradas. A noção de erro em língua é deste modo uma noção que opera uma hierarquização social das relações entre variedades existentes da língua. A noção de erro é assim uma noção constituída pelas relações de poder envolvidas nas relações de línguas.

Podemos pensar também, esses sentidos de língua nacional vinculados à noção de etnia, ou seja, de grupos étnicos, e que a cada grupo étnico corresponderia uma língua. O que sabemos não ser tão determinística assim essa relação, porque a relação sujeito/língua nunca é completa, nunca é única e numa só direção, portanto sempre constituída pela falta e

¹³¹ Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_nacional.htm. Acesso em: set. 2010.

¹³² Nem sempre a língua nacional é vista como língua oficial – por exemplo, no Paraguai, na Constituição de 1967, o guarani tinha o estatuto de língua nacional, junto com o espanhol, mas só o espanhol era oficial (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2000).

sujeita ao possível dos sentidos. Por isso, essa relação não é biunívoca, ou seja, uma etnia/uma língua. Mas supondo essa relação como existente, essa língua seria também chamada de língua nacional, tomando-se *nação* no sentido de grupo étnico. Assim, se relacionarmos a denominação língua nacional aos espaços singulares existentes e seus sujeitos, denominados por *nações*, diferentes dos Estados-nações modernos, as línguas nacionais podem ser interpretadas como aquelas todas existentes e faladas nesses espaços singulares.

Adiantamos que essas línguas denominadas como nacionais aparecem no arquivo como: línguas em que a língua portuguesa não está incluída; línguas que não são gramatizadas, 'línguas faladas'; línguas em que algumas delas são gramatizadas (*cf.* por exemplo, processos de alfabetização na Guiné-Bissau – seção 6.2.4); 'língua de herança' da colonização; a língua portuguesa – a imaginária institucionalizada num efeito de coincidência com a 'língua oficial' e com a 'língua materna'; línguas portuguesas faladas em espaço* já ou ainda não gramatizadas a partir de sua historicidade e materialidades específicas.

Musanji (2008), em sua reflexão sobre língua nacional, nos dá a ver a forma como os sentidos para língua nacional são produzidos de acordo com o espaço em que se constituem. Nas palavras do autor,

Língua oficial e língua nacional não são necessariamente sinônimos. A primeira corresponde à língua do Estado e da cidadania. A segunda reenvia à língua da Nação e da nacionalidade. Por exemplo, na ex-URSS, que foi um Estado multinacional ou uma federação de Nações, a língua oficial era o russo e as línguas nacionais o ucraniano, o bielorusso, o georgiano, o lituano, etc. Em certos Estados africanos, a **língua nacional designa uma "língua veicular utilizada como língua administrativa regional"** (por exemplo, o ciluba, o kicongo, o kiswahili e a lingala no Congo-Kinshasa). Na maioria dos casos, o termo reenvia simplesmente à **"língua autóctone"** por oposição à **"língua estrangeira"**: em Benin e Camarão, por exemplo, **todas as línguas locais** são ditas "nacionais" (MUSANJI, 2008).¹³³

¹³³ "Langue officielle et langue nationale ne sont pas nécessairement synonymes. La première correspond à la langue de l'État et de la citoyenneté. La seconde renvoie à la langue de la Nation et de la nationalité. Par exemple dans l'ex-URSS, qui était un Etat multinational ou une fédération des Nations, la langue officielle était le russe et les langues nationales l'ukrainien, le biélorusse, le géorgien, le lituanien, etc. Dans certains Etats africains langue nationale désigne une « langue véhiculaire utilisée comme langue administrative

Para Nzau (2011), em sua tese de doutoramento sobre a língua portuguesa em Angola, considera *língua nacional* como uma "expressão" "usada como principal elemento" para distinguir as línguas de origem africana – consideradas como línguas nacionais – do "português, língua oficial e veicular", não considerada língua nacional, portanto. Em sua pesquisa sociolinguística, Nzau parte para a análise baseada em métodos quantitativos e qualitativos, propondo como entrada, "por um lado a problemática das etnicidades angolanas e a relação estabelecida entre língua e sociedade, tendo como pano de fundo o exame do panorama linguístico angolano e as funções da língua portuguesa em Angola respectivamente, e, por outro a trajetória da língua portuguesa em busca da nacionalização". Consta que embora "os resultados suscitem prudência quanto a generalizações em termos nacionais", há "a existência de um processo em curso, que pode emergir na nacionalização da língua portuguesa a curto, médio ou longo prazo." E tal constatação parte "do facto de os resultados fornecidos pela empiria revelarem uma clara tendência de assunção da língua portuguesa, a par de uma frequência cada vez mais generalizada do uso desta, assim como de uma consciência de cooperação recíproca entre esta e as suas congéneres de origem africana."

LÍNGUA OFICIAL

A língua oficial é a língua gramatizada "escolhida" para constituir e representar o Estado nacional, é a língua de seus aparelhos burocrático, diplomático, jurídico, administrativo, científico, educacional, por exemplo. Assim, a língua oficial e o Estado moderno funcionam numa relação de constitutividade. Desse modo, a língua oficial se inscreve na memória do sujeito individualizado por esse Estado a partir de uma materialidade específica, isto é, constituindo-se por uma materialidade linguística e uma materialidade histórica determinadas pelas condições de produção dadas.

régionale » (par exemple le ciluba, le kikongo, le kiswahili et le lingala au Congo-Kinshasa). Dans la plupart des cas le terme renvoie simplement à « langue autochtone » par opposition à « langue étrangère » : au Bénin et Cameroun, par exemple, toutes les langues locales sont dites « nationales »" (MUSANJI, 2008). (Tradução nossa).

Segundo Guimarães¹³⁴, a língua oficial é a língua

tomada como única num Estado (País). Ou seja, é a língua que todos os habitantes do País precisam saber, que todos precisam usar em todas as ações oficiais, ou seja, nas suas relações com as instituições do Estado. A língua oficial é também a língua nacional. Ou seja, não é possível que uma língua seja a língua oficial de um País sem ser também sua língua nacional. Isto mostra a relação forte estabelecida historicamente entre o conceito de Estado e o de Nação.

Desse modo, é importante compreender bem o sentido da relação existente entre a questão da língua oficial e *a(s) língua(s) nacional(is)* quando se observa uma grande diversidade de línguas em um Estado-nação, situação em que esse efeito de coincidência, em que o da relação imaginária especular pode derivar.

Juntamos-nos a Guimarães (*id.*, *ibid.*) para dizer que não é tácito, nem consensual, antes é heterogêneo e contraditório o modo de dizer de uma língua como língua oficial de um país. Nem todas as línguas oficiais estão explicitadas em Cartas Constitucionais, como é o caso, por exemplo, do inglês nos Estados Unidos da América, do espanhol no Chile, na Argentina, no México, e também, no caso dos países da CPLP, do português na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, e foi o caso de Angola até 2009. Há também o inverso, em que as línguas oficiais são denominadas nas constituições dos países. Nesse caso, há países cujas constituições denominam apenas uma língua como oficial, como é o caso, por exemplo, da língua portuguesa no Brasil¹³⁵, em Portugal, em Moçambique, Cabo Verde. Há os casos em que essas constituições denominam mais de uma língua como oficial, como é o caso de Timor Leste, país em que são oficiais o português e o tétum; o Paraguai (castelhano e guarani); a Bélgica (neerlandês, alemão e francês); a Suíça (alemão, francês, italiano e romanche); a África do Sul (mais de 10 idiomas); e a Índia, em que as línguas oficiais são em número plural, em torno de vinte e três (23), (Assamese, Bengali, Bodo, Dogri, Gujarati, Hindi, Kannada, Kashmiri, Konkani, Maithili, Malayalam, Manipuri, Marathi, Nepali, Oriya, Punjabi, Sanskrit, Santhali, Sindhi,

¹³⁴ Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb2/pages/noticias/lerArtigo.lab?categoria=12&id=75>. Acesso em: jul. 2012.

¹³⁵ É na Constituição brasileira de 1988 que se anuncia, pela primeira vez, a Língua Portuguesa como a língua oficial do Brasil.

Tamil, Telugu, Urdu¹³⁶, além do inglês). Essas línguas, ademais, são, se podemos assim formular, de várias ordens de oficialidade, por exemplo, no caso do Estado-nação há a "Official language of the Union", no caso das línguas regionais há a(s) "Official language or languages of a State", e a "Official language for communication between one State and another or between a State and the Union".

Um outro aspecto importante que resulta dessa imaginária relação especular do par língua oficial/língua nacional é que em um país podem ser praticadas muitas línguas nacionais, como é o caso de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, porém, geralmente, nessas situações, a relação dos sujeitos com o Estado e a do Estado com os sujeitos, em sua práxis, deve se fazer pela via da língua oficial, que, como no caso de Angola, não é considerada língua nacional (NZAU, 2011).

LÍNGUA MATERNA

A língua materna deve ser dita no plural. É a língua que se constitui no sujeito e pela qual ele se constitui, pode ser qualquer língua, e sua materialidade não pode ser determinada *apriori*. A língua materna é o lugar em que o sujeito pode errar, errar pela errância, por ter que se perder nela, e também perdê-la, no sentido de que é nela que o sujeito de reúne, se (re)encontra, se (des)conhece, se (re)conhece.

Em sua introdução à pesquisa concretizada em sua dissertação intitulada "*O que há de materno na língua: considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX*", Aquino (2012) faz um longo percurso para compreender o modo do processo de produção de constituição de sentidos da expressão "língua materna" desde o século XII. Para tanto, a partir, da forma material *materna*, busca dar visibilidade aos vários imaginários que associam o materno, por exemplo, à mãe, à mulher, ao feminino, à primeira língua em relação a uma segunda língua, referindo-se à classificação linguística que circula, deslocando criticamente do lugar da obviedade esse significante. Em suas conclusões nos diz que os nomes da língua vão corresponder a

¹³⁶ Disponível em: http://india.gov.in/govt/documents/english/coi-eng-schedules_1-12.pdf. Acesso em: jul. 2011.

configurações sociopolíticas distintas tendo em vista que a resposta à pergunta seguinte não é óbvia, nem simples: "se a primeira língua que se aprende é chamada de língua materna porque é a língua que se aprende da mãe, por que a língua aprendida com a mãe na Antiguidade Clássica era chamada *patria lingua* ou *patria sermo*?"

Nessa tentativa de refletir sobre a singularidade da noção de língua materna na sua relação de constituição com o sujeito falante, Pereira de Castro (1998), se junta a Jean-Claude Milner para reconhecer a necessidade do afastamento da naturalização dos sentidos dessa expressão "língua materna" como "da configuração do numerável, de simples equivalente à primeira língua, para o lado que a impede, justamente, de fazer número com as outras línguas, de lhes ser acrescentada, comparada" (*id., ibid.*, p. 248). Em outra formulação, Pereira de Castro (2009) que a língua materna "tem um traço incomensurável, que a faz diferente de todas as outras porque não tem outra; não se soma a nenhuma outra. Ela é qualquer língua, como todas de certo modo o são, mas para o sujeito ela é sua língua materna; fato que a torna incompatível com uma seriação" (*id., ibid.*, p.1).

Payer (2006, 2007, 2009) se refere à língua materna a partir da perspectiva materialista discursiva observando que a língua materna é uma dimensão discursiva da linguagem, uma dimensão da memória da língua. Nessa reflexão, a língua não é empírica nem evidente, tendo uma materialidade histórica e se configurando a partir de determinadas condições de produções, o que possibilitaria atingir "a instância em que se alcança a mútua constituição do sujeito e da língua" (*id., ibid.*, p. 128). Segue dizendo, "a 'matéria' da língua materna pode não ser a mesma em dois tempos, X e Y, e mesmo assim a língua do primeiro momento X funciona na constituição do sujeito de linguagem no tempo Y, enquanto memória da língua" (*id., ibid.*, p. 134). A língua materna é uma dimensão específica da ordem da memória discursiva, assumindo um lugar e um funcionamento distinto para o sujeito da linguagem envolvendo não apenas a função estruturante do sujeito desde a infância, assim como "a dimensão das intensidades do dizer e do saber, e dos afetos que inundam a língua e o mundo, por serem postas ao sujeito pela mãe/pelos criadores que estão mais próximos" (PAYER, 2009, p. 6).

Nesse sentido, Payer (2007) observa que língua nacional e língua materna, apesar do efeito de coincidência entre uma e outra, essas línguas "não se recobrem, nem em

termos empíricos, nem em termos de seu estatuto na prática de linguagem, de tal modo que se torna impossível ao sujeito transitar do estatuto de língua materna ao de língua nacional sem ter de mudar de estrutura de língua" (*id., ibid.*, p. 339-340).

A partir de agora, apresentamos o esboço da situação das línguas em espaços cabo-verdiano, moçambicano, angolano, guineense, santomense, português, brasileiro, acompanhado de alguns quadros em que constam as línguas faladas nesses países, seguido do número de falantes por língua, além dos textos de suas constituições, mais especificamente, os recortes em que essas Cartas se referem às línguas em espaço* legislando-as.

Observamos que as categorias de línguas que encabeçam as colunas das tabelas, tais como, língua materna, língua oficial, língua falada, língua nacional, língua falada com mais frequência, são trazidas como nas tabelas originais. Afastamo-nos dessa classificação porque esse é um discurso próprio à sociolinguística, o que significa dizer que esse modo científico específico de olhar para o real das línguas já é um gesto de interpretação que divide o espaço das línguas/sujeitos e para as línguas/sujeitos de determinada forma, não neutra, que produz efeitos.

6.2.1. cabo-verdiano

Diferentemente das outras colônias portuguesas na África, que apresentavam um potencial (recursos minerais, grandes superfícies cultiváveis, fertilidade dos solos e enormes recursos hídricos) favorável às novas funções que lhes seria atribuída em função da nova divisão internacional do trabalho, Cabo Verde¹³⁷, de 1765 em diante, serviria como colônia exportadora de mão-de-obra contratual, forma nova de escravidão¹³⁸, para trabalhar nas roças de São Tomé e Príncipe, especialmente. Contra esse envio compulsivo de cabo-

¹³⁷ Cabo Verde é um arquipélago composto pelas Ilhas da Boa Vista, Brava, do Maio, do Sal, de São Nicolau, do Fogo, de Santo Antão, de Santiago, de São Vicente.

¹³⁸ Segundo ANDRADE (1996, p. 180), o cabo-verdiano forçado ao trabalho em São Tomé e Príncipe, "ao fim de um período de três ou cinco anos de trabalho (renovável mas muito raramente renovado), voltava para Cabo Verde tão miserável como à partida. Ademais, regressava enfraquecido por causa das doenças, da diferença climática, do regime alimentar diferente, dos maus tratos, etc. De retorno ao país, trazia consigo, em geral, entre 1000 e 3000 mil escudos que conseguiu economizar durante esse período."

verdianos, foram promulgadas algumas leis (por exemplo, a de dezembro de 1863), mas essa emigração forçada só teve fim em 1970 (ANDRADE, 1996).

Das revoltas de escravos e insurreições que marcaram particularmente o século XIX, até o desencadeamento da luta conjunta pela independência nacional na Guiné Bissau e em Cabo Verde, decorreu um longo tempo. As idéias de independência ou de autonomia em ligação com o Brasil, por vezes presentes nos levantamentos do século passado¹³⁹, não se verificaram mais, pelo menos expressamente, até à Segunda Guerra Mundial.

É a geração de Amílcar Cabral, nos anos 1940, que reacende as idéias de independência nacional. O seu corolário foi a organização da luta pela independência nacional, com a criação, em 1956, em Bissau, do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.). A partir daí, os percursos do P.A.I.G.C. e de Amílcar Cabral foram indissociáveis até seu assassinato, a 20 de janeiro de 1973 (YGNATIEV, 1975).

O processo de independência de Cabo Verde é acelerado devido à queda do fascismo português e às forças nacionalistas das ex-colônias portuguesas. Consequência disso é o reconhecimento pelo Governo português do Estado guineense e do direito do povo cabo-verdiano à independência, fato impulsionado pelos acordos de Londres e de Argel (26 de Agosto de 1974). Portugal reconhece, igualmente, o P.A.I.G.C. como único e legítimo representante do povo de Cabo Verde.

Após a Constituição de um Governo de transição (composto por cabo-verdianos e portugueses) presidido por um Alto Comissário nomeado por Portugal e representando a soberania portuguesa, o povo cabo-verdiano elegia, meses depois (30 de Junho de 1975), uma Assembléia Constituinte – composta por 56 deputados e 72 suplentes com a

¹³⁹ Sobre a revolta dos aldeãos de Ribeira de Engenho (Santiago) de 1822, escreve Rocha Martins (1933, p.175): "Levedava uma revolução. Diversos indivíduos pretendiam que o povo se manifestasse para unir o arquipélago ao governo brasileiro." Segundo o Governador Chapuzet, que chegou a Cabo Verde a 11 de Fevereiro de 1923, tinha sido informado à sua chegada que algumas pessoas procuravam constituir um partido ligado ao Brasil para onde queriam enviar uma delegação para solicitar a sua adesão ao plano: independência de Cabo Verde em união com o Brasil que acabara de proclamar a sua independência (1822). A ideia de independência de Cabo Verde unido ao Brasil deve ter sido muito forte e subsistido por muito tempo nos espíritos; Galvão e Selvagem (*op. cit.* vol. I, p. 99) falam da ideia que circulava entre os liberais de Cabo Verde nos anos 1830 preconizando a formação de uma 'Confederação Brasileira' que reunisse o Brasil já independente, Angola e Moçambique. Em 1836, por ocasião de uma rebelião de escravos e jornaleiros na ilha do Sal, tomaram a bandeira do consulado do Brasil que desfraldaram (Cf. B.O. de Cabo Verde, nº 189, 22 de Maio de 1947)". (*apud* CARREIRA, 1983)

participação de 84% dos eleitores. A lista única proposta por esse Partido recebeu 92% dos votos válidos. Esta Assembléia viria a proclamar a Independência da República de Cabo Verde a 5 de Julho de 1975 e a promulgar uma lei sobre a Organização Política do Estado que fez as vezes de Constituição até a aprovação desta na 9ª Sessão Legislativa de 5 de Setembro de 1980. O Presidente da República foi eleito e formou, alguns dias depois, o primeiro Governo do Estado de Cabo Verde, dirigido por um Primeiro Ministro.

A 13 de janeiro de 1991 é instalado o regime multipartidário, e o país rege-se, desde então, por uma democracia parlamentar com eleições livres e com todas as instituições de uma democracia moderna.

Línguas

Em trabalhos anteriores, compreendemos que a situação linguística vivida por Cabo Verde é

de tensão entre o cabo-verdiano, a língua materna dos cabo-verdianos, e a língua oficial, o português. A língua materna é falada em todas as ilhas, com suas variantes dialetais, por todos os cabo-verdianos desde que nascem. A língua oficial, em contrapartida, entra de forma institucional na vida dos cabo-verdianos a partir da idade escolar. (BRANCO, 2007, p. 25)

Nessa mesma pesquisa, em entrevistas, algumas falas de cabo-verdianos deram visibilidade a uma vivência com a língua portuguesa que, nos parece, começa antes da prática escolar. Assim registramos,

E6: [Eu falo] português, crioulo. A gente aprende português desde pequeno. Sabe distinguir o crioulo do português, porque ouve no rádio, na TV, o irmão mais velho que já está na escola... Não é tão estranho quando chega na escola e aprende o português.

E7: Falo crioulo. Mas na creche, já vão te incentivando a falar português. (BRANCO, 2007, p. 186)

Em trabalho apresentado pelo linguista cabo-verdiano Manuel Veiga em setembro de 1981, publicado em seu livro *A sementeira* (1994), lemos que

[...] se todo o nosso povo fala e compreende o Cabo-verdiano, a maioria, contudo, não fala o português. Apenas os nossos letrados, os que estudaram ou estudam são verdadeiramente bilingues. Na generalidade, o nosso povo tem um nível razoável de compreensão do Português, mas compreender uma língua não significa falar essa mesma língua. (*id.*, *ibid.*, 1994, p. 257-277 *apud* BRANCO, 2007, p. 25)

A tensão e a disputa entre a língua cabo-verdiana e a língua portuguesa são vividas pelo funcionamento dessas línguas e na prática de seus falantes. Portanto, não é óbvio nem natural que a língua materna ocupe o lugar de língua oficial nem de língua nacional desse país. Há uma disjunção entre os pares: língua nacional/língua oficial, língua materna/língua oficial, língua materna/língua nacional. Para o sujeito cabo-verdiano em Cabo Verde, a língua cabo-verdiana, o *crioulo*, é sua língua materna, a língua que o constitui, a língua "do dia-a-dia", "a mais falada", "língua doméstica, falado fora da escola", e que, por isso, em seu dizer, pode "ocupar o lugar de língua nacional"; já que o de língua oficial está ocupado pela língua portuguesa (BRANCO, 2007, p. 116).

No *site* do governo cabo-verdiano, lemos,

Línguas e idiomas: A língua oficial é o português. O crioulo cabo-verdiano, baseado no português antigo, com vocábulos e estruturas africanas, é a língua corrente.¹⁴⁰

No discurso do governo cabo-verdiano sobre as línguas em Cabo Verde, percebemos que a questão da língua não está separada da constituição da sociedade nacional nem de como o Estado constrói simbolicamente esse nacional (MARIANI, 2008). Essa questão, no caso de Cabo Verde, pode ser exemplificada com os dizeres da Constituição sobre as línguas, em seu artigo 9º, que inclui a língua cabo-verdiana como projeto, promessa, desejo de *status* oficial, processo a se realizar futuramente, mas não como realidade atual, lugar ocupado de fato e de direito pela língua portuguesa (BRANCO, 2007). No texto da Constituição cabo-verdiana, lemos,

¹⁴⁰ Disponível em: www.governo.cv. Acesso jul. 2006.

Artigo 7º (Tarefas do Estado)

São tarefas do Estado:

i) Preservar, valorizar e promover a língua materna e a cultura cabo-verdianas;

Artigo 9º (Línguas oficiais)

É língua oficial o Português.

O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.

Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.

Artigo 78º (Direito à cultura)

3. Para garantir o direito à cultura, incumbe especialmente ao Estado:

f) Promover a defesa, a valorização e o desenvolvimento da língua materna cabo-verdiana e incentivar o seu uso na comunicação escrita;

6.2.2. moçambicano

Em Moçambique, a socialista FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) foi o movimento que lutou pela independência desde o início da década de sessenta e assumiu o poder, enfrentando a oposição da anticomunista RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), após 25 de junho de 1975, quando Moçambique teve sua independência declarada. Nessa ocasião, passou a controlar exclusivamente o poder, apoiada pelos países do então "bloco socialista", e adotou um sistema político de partido único, semelhante ao praticado naqueles países.

O projeto da FRELIMO era construir um Estado-nação à moda europeia, já que as fronteiras territoriais não correspondiam às fronteiras culturais, ideia essa já efeito de sentido sustentado na ideia 'cultural' de nação. O português é escolhido como língua nacional ("a orientação geral definida pelo Partido FRELIMO e pelo Governo Moçambicano considera a Língua Portuguesa um factor de unidade nacional." – Ministério da Educação e Cultura, Maputo, 1979) e nos discursos a tônica é a unidade dos Moçambicanos "do Rovuma a Maputo", silenciando-se as especificidades dos distintos grupos (ENDERS, 1994, p. 116-117).

O regime provocou a hostilidade de dois de seus estados vizinhos, a África do Sul e a Rodésia que adotavam políticas segregacionistas na época, apoiando os brancos recolonizadores e guerrilhas internas. Esta situação viria a se transformar em uma guerra

interna que duraria dezesseis anos. Nos anos 90, os conflitos continuaram, embora a FRELIMO tivesse abandonado o marxismo. Foi, no ano de 1994, que as primeiras eleições democráticas aconteceram no país, e a FRELIMO saiu vencedora.

Línguas¹⁴¹

Segundo Firmino (2005), as *línguas nacionais* faladas em Moçambique são as que estão abaixo listadas no Quadro 6, com suas diferentes denominações conforme as fontes por ele pesquisadas.¹⁴² As mais faladas seriam lomwé, makondé, shona, tsonga e chichewa. Os quadros Quadro 7, Quadro 8, Quadro 9, Quadro 10 com a situação sobre a língua portuguesa em Moçambique são apresentados em seguida.

Quadro 6 – Correspondências entre as diferentes denominações das línguas autóctones em Moçambique¹⁴³

GUTHRIE 1967-71)	RGPH (1997)	NELIMO (1989)	Siteo & Ngunga (2000)	Região onde se fala
Swahili	Swahili	Kiswahili		Cabo Delgado
-	Mwani	Kimwani	Kimwani	Cabo Delgado
Yao	Yao	Ciyao	Ciyao	Niassa
Makonde	Maconde	Shimakonde	Shimakonde	Cabo Delgado
Mabiha (Mavia)	-	-	-	-
Makua	Macua	Emakhuwa	Emakhuwa	Nampula, Cabo Delgado, Niassa, Zambézia
Lomwe	Lomwe	Elomwe	-	Nampula, Zambézia
Ngulu (W. Makua)	Ngulu	-	-	Niassa
-	Koti	Ekoti	-	Nampula
-	Marendje	-	-	Zambézia
Cuabo (Cuambo)	Chuabo	Echuwabo	Echuwabu	Zambézia
-	Nyanja	Cinyanja	Cinyanja	Tete, Niassa
Kunda	Kunda	-	-	Tete
-	Nsenga	Cinsenga/Nsenga	-	Tete
Nyungwe	Nyungwe	Cinyungwe	Cinyungwe	Tete
Sena	Sena	Cisena	Cisena	Sofala, Manica
Podzo	-	-	-	Sofala
Shona Cluster	Shona	Cishona	-	Sofala, Manica
Korekore	-	-	-	Manica
Tebe	-	Citewe	Ciutee	Manica
Ndau	-	Cindau	Cindau	Sofala

¹⁴¹ Sobre as historicidades das línguas/sujeitos no espaço moçambicano, cf. Mariani, B. (2005a, 2006c, 2008b, 2011).

¹⁴² Firmino (2002) observa que a língua de sinais em Moçambique é uma variação dialetal que não tem qualquer relação com a língua portuguesa, cuja padronização está em progresso.

¹⁴³ O quadro inclui as línguas reconhecidas por cada uma das fontes como sendo faladas em Moçambique.

Rue	-	Cibalke	Cibalke	Manica
-	-	-	Cimanyika	-
Tswa	Tswa	Xitshwa	Citshwa	Inhambane
Gwamba	-	-	-	-
Tsonga	Tsonga	Xitsonga/Xichangana	Xichangana	Gaza
Ronga	Ronga	Xironga	Xirhonga	Maputo
Copi (Lenge)	Chope	Cicopi	Cicopi	Inhamabane
Tonga (Shengwe)	Bitonga	Gitonga	Gitonga	Inhambane
-	Zulu	Zulu		Maputo
-	Swazi	Swazi		Maputo
-	Phimb	Phimbi		Tete

(Fonte: RGPH/97 *apud* FIRMINO (2008a). Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf>)

Situação da língua portuguesa em Moçambique

Quadro 7 – Língua portuguesa como língua materna em comparação com as outras línguas

Língua Bantu	Língua Portuguesa	Desconhecida
93%	6%	1%

(Fonte: RGPH/97 *apud* FIRMINO (2008a). Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf>)

Quadro 8 – Conhecimento da língua portuguesa (LP)

Sabe falar LP	Não sabe falar LP	Desconhecido
39%	59%	2%

(Fonte: RGPH/97 *apud* FIRMINO (2008a). Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf>)

Quadro 9 – Conhecimento da Língua Portuguesa (LP) por faixas etárias

Grupo etário	Sabe falar LP	Não sabe falar LP	Desconhecido
5-9 anos	22%	75%	2%
10-14 anos	48%	51%	1%
15-19 anos	52%	47%	2%
20-24 anos	46%	51%	1%
25-29 anos	45%	54%	1%
30-34 anos	48%	51%	1%
35-39 anos	43%	56%	1%
40-44 anos	37%	62%	1%
45-49 anos	31%	67%	1%
50-54 anos	27%	72%	1%
55-59 anos	24%	75%	1%
60-64 anos	22%	77%	1%
65-69 anos	17%	82%	1%
70-74 anos	16%	83%	1%
75-79 anos	13%	86%	1%
80 anos e mais	11%	87%	1%

(Fonte: RGPH/97 *apud* FIRMINO (2008a). Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf>)

Quadro 10 – Conhecimento e uso da Língua Portuguesa

Local	Língua materna	Língua falada com mais frequência	Sabem falar
Moçambique	6%	9%	39%
Cabo Delgado	2%	2%	22%
Niassa	4%	6%	31%
Nampula	6%	6%	29%
Zambézia	5%	7%	32%
Tete	3%	4%	23%
Manica	4%	6%	38%
Sofala	10%	15%	48%
Inhambane	3%	4%	47%
Gaza	3%	4%	42%
Maputo	13%	18%	68%
Cidade de Maputo	25%	36%	87%

(Fonte: RGPH¹⁴⁴/97 *apud* FIRMINO (2008a). Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf>)

Ainda segundo Firmino (2008a), embora haja movimentos migratórios, como, por exemplo, as migrações internas em direção aos grandes centros urbanos levando à formação de grupos linguisticamente heterogêneos, as diferentes *línguas autóctones* apresentam uma distribuição regional, associando-se a regiões específicas do país.

Por exemplo, o Makua, língua autóctone mais conhecida, é falada no norte de Moçambique, na Província de Nampula e em parte das de Cabo Delgado, Niassa e Zambézia. Nas restantes partes de Moçambique, o uso do Makua não tem muita expressão. Por outro lado, o Tsonga, predominante no sul, é amplamente falado apenas nas Províncias de Gaza e de Maputo. E, por isso, nenhuma delas cobre todo o território de Moçambique, não se reconhecendo, assim, a existência de uma língua franca, para além do português. Apesar de essa língua não ser conhecida por todos os moçambicanos, ainda assim é a língua com falantes distribuídos por todo o país, mormente nas camadas escolarizadas (*id.*, *ibid.*, p. 3).

Ainda, conforme Firmino (2008a),

¹⁴⁴ "Em 1980, segundo os dados do *Recenseamento Geral de População* (RGP), 24,4% da população de Moçambique reivindicou que sabia português, dos quais 23,2% como língua segunda e 1,2% como falantes nativos. Em 1997, segundo o *Recenseamento Geral de População e de Habitação* (RGPH), os que declararam que sabiam falar português já atingiam a cifra de 39,0%. Entre a população urbana esta cifra já rondava os 72,0%, contra 25,0% nas zonas rurais" (FIRMINO, 2008a). Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf>. Acesso em: mai. 2011.

As línguas autóctones são amplamente usadas na comunicação quotidiana intra-étnica, nas zonas rurais, quase exclusivamente, e nas urbanas, juntamente com o português. Não se lhes reconhece **nenhum estatuto oficial explícito**, embora inúmeros discursos oficiais e/ou públicos se refiram à sua importância, principalmente na sua **condição de repositórios da herança cultural** moçambicana. (FIRMINO, 2008a, p. 3)¹⁴⁵

Observamos que o percurso da língua portuguesa no espaço moçambicano produziu diferentes sentidos em diferentes momentos de sua historicização, indo do "pretoguês" – nome dado ao uso de "formas incorrectas", tradicionalmente associadas aos falantes africanos, conforme Firmino (2006, p. 146 *apud* MARIANI, 2011) – à moçambicanização do português, fazendo dela uma língua nacional – "O português falado em Moçambique há-de necessariamente transformar-se e distanciar-se do português de Portugal porque a realidade moçambicana, à partida diferente da de Portugal, tem o seu próprio curso de desenvolvimento", (em um documento da Secretaria de Cultura, escrito em 1983 e reproduzido por Firmino, 2006, p. 169 *apud* MARIANI, 2011).

Segundo Mariani (2011),

Talvez na expressão "pretoguês" esteja materializado o sintoma do processo de historicização do português nesse tempo-espaco outros, algo que o governo revolucionário só tenha de fato começado a valorizar e incorporar nos anos 80. (*id., ibid.*, p. 121)

Texto recortado da Constituição de Moçambique:

Constituição Moçambicana

Artigo 9 (Línguas nacionais)

O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade.

Artigo 10 (Língua oficial)

Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial.

¹⁴⁵ Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf>. Acesso em: jul. 2011.

6.2.3. angolano

Em Angola, confrontaram-se três grupos guerrilheiros de posições políticas diferentes: MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), socialista, apoiado por Cuba e União Soviética; FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola – dissolvida no fim dos anos 70) apoiada pelo Zaire e pela CIA; e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), de alinhamento pró-ocidental, auxiliada pelos Estados Unidos e pela África do Sul. O novo governo revolucionário português abriu negociações com os três principais movimentos de luta e de libertação (MPLA, FNLA e UNITA), para o período de transição e de implantação de um regime democrático em Angola. Assim, no dia 11 de Novembro de 1975, dia de sua independência, a declarada República Popular de Angola, dividida pelos movimentos, não ocupa todo o território angolano, mas apenas um quinto dele, que corresponde ao controle do MPLA. E esse governo é reconhecido como o único legítimo pela URSS, pelos países do Leste e por alguns Estados africanos. A ONU, a OUA e os países ocidentais hesitam. Para a UNITA e a FNLA, o objetivo principal é impedir a 'sovietização' de Angola (ENDERS, 1994). Mas o MPLA consegue reverter o quadro de relação de forças que lhe era desfavorável com o apoio armado soviético. E em 11 de novembro de 1976, "a OUA reconhece oficialmente a República Popular de Angola admitindo-a como seu 47º membro" (*id., ibid.*, p. 121).

A vitória do MPLA nas eleições de 1992 não foi aceita pela UNITA, apesar de reconhecida por vários países. Forças do governo e rebeldes ainda combateram pelo controle de áreas do território, rico em petróleo, diamantes, minérios e produtos agrícolas.

Línguas

Lemos no portal de Angola que "a língua oficial é o Português, mas Angola tem várias línguas nacionais, como o umbundo, kimbundo, kikongo, chokwe, mbunda, luvale, nhanheca, gangela e o xikuanyama¹⁴⁶."

Nesse mesmo *site*, o do Ministério da Administração do Território de Angola, encontramos as descrições das línguas de acordo com as regiões em Angola: "Língua

¹⁴⁶ Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/portal/angola/index.html. Acesso em: jul. 2011.

Cokwe (com um número superior a 357.693 falantes); as línguas vizinhas do Cokwe são as seguintes: a oeste: Kikongo e Kimbundu; a sul: Ngangela; a sudoeste: Umbundu; Língua Kikongo, sendo bastante diferenciada, destacando-se em Angola os dialectos dos Bampeemba, Basoloongo, Bawembo, Bambamba, Bazoombo, Bankanu, Bankusu, Bawoyo, etc.; Língua Kimbundo que é um grupo linguístico; Língua Kwanyama que também constitui-se no grupo KWANYAMA; Língua Mbunda; Língua Umbundo".

De acordo com Summer Institute, mais de 90% dos angolanos falam línguas bantu como língua materna. Estas são em número de 40, mas cinco delas têm o estatuto de "línguas nacionais" e representam quase 80% dos falantes. São o umbundo (4 milhões de falantes), o kimbundo (3 milhões de falantes), o kikongo (1,1 milhão de falantes), o quioco (500.000) e gangela (172.000).

Em 1960, a taxa de analfabetismo em Angola era alta, chegando a quase 97% entre a população nativa. Durante o período colonial, Salazar, interditou as línguas africanas violentamente em favor do português da metrópole. Mesmo o português angolano¹⁴⁷ foi severamente reprimido durante o regime autoritário de Salazar. Durante esse período ditatorial, a política de língua tomou a forma de uma defesa da chamada "pureza" da língua portuguesa, com uma hostilidade incontornável para tudo que fosse diferente, incluindo o português angolano. Nas escolas, praticamente só para brancos e administrada pela Igreja Católica, foi ensinado apenas o português de Portugal, enquanto a maioria dos colonos falavam o português angolano.

Durante o período colonial, o uso das línguas autóctones servia ao ensino da religião católica. Como a língua portuguesa de Portugal se concentrou mais nos centros urbanos, as populações angolanas tinham com ela uma relação limitada, principalmente nas zonas rurais, o que fez com que as outras línguas faladas em Angola permanecessem em seu funcionamento. Com a independência do país, algumas dessas línguas adquiriram o estatuto de *línguas nacionais*, coexistindo com a língua portuguesa, disputando, teoricamente, diríamos, de forma intensa e tensa, seu espaço linguístico. A denominação como *línguas nacionais* tem sua marca no texto da Resolução nº 3/87 de 23 de maio de 1987, como veremos mais adiante.

¹⁴⁷ Cf. mais à frente Nzu (2011) e Mingas (1988).

Em Angola, há o *Instituto de Línguas Nacionais*¹⁴⁸ tutelado pelo Ministério da Cultura, para avaliar e promover as *línguas locais*, estabelecendo normas ortográficas para seis das línguas autóctones: o tchokwe, o kikongo, o kimbundo, o ngangela, o kuanhama e o umbundo. O instituto também estuda a fonética, fonologia, morfossintaxe, os processos lexicais e semânticos dessas línguas. Os resultados da pesquisa feita, assim, servem de base para o desenvolvimento de materiais educativos para uma possível introdução destas línguas no ensino primário, em conjunto com o português. No entanto, isso parece estar ainda muito longe de acontecer¹⁴⁹.

O Ministério da Administração do Território publicou, em sua página na WEB, a Resolução nº 3/87 de 23 de maio de 1987, que confere, na forma de diploma, a aprovação "a título experimental dos Alfabetos das Línguas: "Kikongo", "Kimbundú", "Cokwé", "Umbundu", "Mbunda", e "Oxikwanyama" e as respectivas Regras de Transcrição"¹⁵⁰. Nesse gesto, há uma série de considerandos, ou seja, para que esse gesto se produza, consideram-se essas línguas como "Línguas Nacionais, suporte e veículo das heranças culturais", que por isso, "exigem um tratamento privilegiado, pois que constituem um dos fundamentos importantes da Identidade Cultural do povo Angolano". É preciso que se dê "continuidade ao estudo científico das Línguas Nacionais", posto que esse estudo consitui a "base para o seu desenvolvimento e garantia para a sua preservação e promoção". Nesse gesto de criar alfabetos, há a consideração que leva em conta a "necessidade da uniformização da escrita em Línguas Nacionais", e que, por esses alfabetos possuírem "um carácter prático, sem muitas regras de transcrição, possibilitarão aos falantes das Línguas em questão, um domínio mais rápido e eficaz das técnicas da escrita e leitura". O último

¹⁴⁸ Antes houve o "Instituto Nacional de Línguas (INL), criado em 1978, através do decreto nº 62 de 6 de Abril, sob tutela do Ministério da Educação, cujas atribuições prendiam-se essencialmente à investigação científica no domínio da linguística e integrava, na sua estrutura orgânica, entre outros, um Departamento de Línguas Nacionais e outro de línguas estrangeiras. Em 1985, o Conselho de Defesa e Segurança, através do Decreto nº 40 de 18 de Novembro extingue o Instituto Nacional de Línguas e cria o actual Instituto de Línguas Nacionais, sob tutela do Ministério da Cultura. Este instituto tem como finalidade estudar cientificamente as línguas nacionais, contribuir para a sua normalização e ampla utilização em todos os sectores da vida nacional e desenvolver estudos sobre a tradição oral. Do ponto de vista da investigação científica, o ILN compreende dois departamentos: o Departamento de Linguística Descritiva e Aplicada e o Departamento de Documentação e Tradição Oral." Disponível em: <http://www.opais.net/pt/opais/?id=1787&det=17104&mid=>. Acesso em: jul. 2011.

¹⁴⁹ Disponível em: <http://www.tlfq.ulaval.ca/AXL/afrique/Angola.htm>. Acesso em: jul. 2011.

¹⁵⁰ Disponível em: <http://www.mat.gov.ao/portalmat/default.aspx?s=67>. Acesso em: jul. 2011.

considerando joga num devir a alfabetização em línguas nacionais, quando diz "o projecto experimental da Alfabetização em Línguas Nacionais está em vias de concretização".

Em notícia da WEB, encontramos matéria que significa a relação entre língua portuguesa em Angola e as línguas autóctones angolanas de forma tensa e muito disputada,

O umbundo, como é consabido, é a genuína língua nacional de maior expressão, pela proporção dos autóctones que a têm como língua materna. No Centro e Sul de Angola, região predominante de tais populações, inclusive não autóctones mas naturalizados nela, passaram a ter o mesmo idioma como veicular a partir do berço. O traço é tão forte que até, antropológicamente, chega a fazer-se distinção entre o angolano branco do Norte e do Sul. Este último, falando muitas vez (*sic*) só o umbundo, exprime-se mal em português, aprendido não poucas vezes, apenas na idade escolar. (CASIMIRO; CAMUTO, 2012)

À época em que pesquisamos as constituições dos países membros para começar a constituir o arquivo de leitura, o texto referente à constituição de Angola não trazia qualquer menção às línguas, fossem elas a língua oficial ou as nacionais. Esse texto da Constituição foi pesquisado em 2009, e não foi conseguido pelo *site* oficial do governo. Foi conseguido a partir do *site* do Ministério da Administração do Território de Angola¹⁵¹. E o discurso oficial sobre as línguas em Angola, o soubemos, não pelo *site* do governo de Angola¹⁵², mas pelo *site* da CPLP¹⁵³, que, a seguir, segue reproduzido: "Língua: a língua oficial é o Português. São falados outros idiomas, sobretudo o Umbundo, Kimbundo, Kikongo e Tchokwé".

Durante a pesquisa, as vezes em que voltamos ao *site* oficial do governo de Angola, não constatamos nenhuma mudança. A partir do fim de 2011, contudo, quando lá voltamos (mesmo endereço na Web), houve uma remodelação e reconfiguração de todo o *site*. Inclusive, dessa vez, é possível encontrar ali a constituição do país disponibilizada em um link especial, possibilidade que não havia antes. E a constituição que encontramos para leitura e consulta já não é a mesma, é uma nova edição feita em 2010. E nesse texto, há oito

¹⁵¹ Disponível em: <http://www.hsph.harvard.edu/population/womenrights/angola.constitute.08.pdf>. Acesso em: jul. 2010.

¹⁵² Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/>. Acesso em: jul. 2010.

¹⁵³ Disponível em: www.cplp.org. Acesso em: jul. 2010.

referências às línguas, incluindo à língua oficial que é a língua portuguesa e as línguas nacionais que convivem (em tensão) com essa língua oficial¹⁵⁴. Abaixo, reproduzimos.

Artigo 19.º (Línguas)

1. A **língua** oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização **das demais línguas de Angola**, bem como das **principais línguas de comunicação internacional**.

Artigo 21.º (Tarefas fundamentais do Estado)

- n) Proteger, valorizar e dignificar **as línguas angolanas de origem africana**, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como **línguas de identidade nacional e de comunicação**;

Artigo 23.º (Princípio da igualdade)

1. Todos são iguais perante a Constituição e a lei.
2. Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, **língua**, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão.

Artigo 63.º (Direitos dos detidos e presos)

- i) Comunicar em **língua** que compreenda ou mediante intérprete.

Artigo 87.º (Património histórico, cultural e artístico)

1. Os cidadãos e as comunidades têm direito ao respeito, valorização e preservação da sua **identidade** cultural, **linguística** e artística.
2. O Estado promove e estimula a conservação e valorização do património histórico, cultural e artístico do povo angolano.

Segundo o *site* do *Ethnologue – Languages of the world*¹⁵⁵, as línguas são em número de quarente e duas (42): bolo, cokue, diriku, holu, khue, kikongo, kilari, kimbundo, kisikongo, kung-ekoka, kuadi, kuangali, lucazi, luimbi, lunda, luvale, luiana, maligo, mashi, mbangala, mbukushu, mbunda, mbuela, ndombe, ndonga, ngandiera, nkangala,

¹⁵⁴ Disponível em: http://imgs.sapo.pt/jornaldeangola/content/pdf/CONSTITUICAO-APROVADA_.2.2010-RUI-FINALISSIMA.pdf. Acesso em: jul. 2010.

¹⁵⁵ A edição na WEB do *site* do *Ethnologue* contém o mesmo conteúdo da edição publicada como livro – Lewis, M. Paul (ed.), 2009. *Ethnologue: Languages of the World*, 6 ed. Dallas, Texas: SIL International. O endereço da versão *online* é <http://www.ethnologue.com/>. Tanto no livro quanto no *site*, ambos sob a responsabilidade do Summer Institute of Linguistics (SIL), compreendemos que há o desejo de listar **todas** as línguas do mundo. Entendemos que as línguas que aparecem listadas como línguas existentes em Angola representam parte do universo linguístico no espaço angolano. (Disponível em: http://www.ethnologue.com/show_country.asp?name=angola).

nkumbi, nianeka, niemba, niengo, oshiuambo, !o!ung, português, ruund, sama, songo, umbundo, iaka, iauma, iombe, zemba.

Em entrevista ao jornalista Augusto Nunes em 8 de novembro de 2010, publicada em jornal angolano, o linguista Vatomene Kukanda fala do Estatuto sobre as Línguas Nacionais¹⁵⁶, dizendo que "Angola é um país plurilingue, onde coexistem a língua portuguesa e as **línguas nacionais**." Sobre as línguas nacionais existentes no país, responde

As línguas nacionais de Angola pertencem a duas famílias diferentes: a primeira é a família das línguas "khoisan", faladas pelos bochimans, caçadores recolectores; a segunda, é família das línguas "Bantu", à qual pertence a maioria das línguas nacionais do país.

As línguas khoisan têm como característica principal a utilização de clic's. Elas são faladas por alguns milhares de locutores disseminados pela parte Sul de Angola e pertencem a dois sub-grupos linguísticos diferentes: o khoisan setentrional ou !khung e o khoisan central. As línguas bantu estendem-se por todo o território nacional, sendo algumas delas comuns a determinados países vizinhos.

No campo jurídico, "para a protecção jurídica das línguas nacionais com vista à sua salvaguarda, valorização e promoção", ele nos diz que existe um Ante-Projecto Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais que pretende

regular a política de promoção, valorização e divulgação das línguas faladas no território nacional e escolher as que vão ser utilizadas como línguas veiculares no país e que são integradas no sistema de ensino e aprendizagem, e utilizadas na comunicação social. [...] Já [foram eleitas] oito das principais línguas faladas que podem ser já introduzidas no sistema de ensino e usadas na comunicação social.

Sobre o modo como a língua portuguesa se historicizou em Angola, Nzau (2011) diz que

admitimos, contudo, a existência de um falar português híbrido – o 'pretoguês'¹⁵⁷ – que, à semelhança da franja da população afro-europeia miscigenada, resultou da mistura do português com as línguas de origem africana. Esse linguajar tem vindo a dar origem, desde o século XVI,

¹⁵⁶ Disponível em: <http://www.opais.net/pt/opais/?id=1787&det=17104&mid=>. Acesso em: jul. 2011.

¹⁵⁷ Pode ter, entre outros significados, "português (mal) falado pelos pretos" (NZAU, 2011).

àquilo que a crítica designa genericamente por variedades reestruturadas do português¹⁵⁸, denominando-as 'Mestiço de Luanda' (Schuchardt 1888, p. 249), ou 'Pequeno Português' (Valdman 1978, p. 22), ou 'Português Vernacularizado' (Fernandes *et alii* 2002, p. 19). Entretanto, Mingas (1998) prefere a designação de 'Português de Angola' ou simplesmente 'Angolano', ao se debruçar nestes termos:

"(...) uma nova realidade linguística em Angola, a que chamamos 'português de Angola' ou 'angolano', à semelhança do que aconteceu ao brasileiro ou ao crioulo. Embora em estado embrionário, o 'angolano' apresenta já especificidades próprias (...) Pensamos que, no nosso país, o 'português de Angola' sobrepor-se-á ao português padrão como língua segunda dos angolanos". [Mingas, 1998: 115]

Sem nos perdermos em comentários, parece, de facto, estarmos perante a **emergência de uma maneira de falar português, que já não é mais a de Portugal nem do Brasil, mas, sim, especificamente angolana**. Por ora, e por uma questão de prudência, preferimos a designação de **Variante Angolana de Português (VAP)**. Tais reservas prendem-se com o facto de não haver estudos aprofundados nem jurisdição criteriosa que pudessem consagrar, oficialmente, a existência de uma variante padronizada do português angolano, à semelhança do que acontece em Portugal, onde as variantes do português correspondentes às regiões de Coimbra e Lisboa costumam ser consideradas como registo padrão. Esta lacuna, no caso angolano, é susceptível de desencadear interrogações diversas: Existirá um português angolano? Qual? A variante dos musseques? A variante falada na administração? A variante usada em documentos oficiais? Será uma variante semelhante ao português padrão europeu? (...) ou será uma variante híbrida, do tipo LB+LP, nascida da fusão de línguas banto com a língua portuguesa?

Como se depreende, **existe um trabalho de base que, a fazer-se, deve passar: i) pela legitimação oficial da existência do tão prolapado português angolano; [...].** (NZAU, 2011)

O Artigo nº 1 da Lei Constitucional de 1975 pode ser uma forma de compreender a mudança na constituição, que, mais tarde (2010) passa a incluir a denominação de língua oficial, a língua portuguesa. A seguir os termos do artigo 1º,

Total libertação do povo angolano dos vestígios do colonialismo e da dominação e agressão do imperialismo e a construção dum país próspero e

¹⁵⁸ "Existe uma tendência de a crítica as designar, genericamente, por 'português do musseque'. Ora, a realidade actual demonstra que o linguajar em causa está longe de ser uma exclusividade dos musseques (bairros suburbanos, normalmente desfavorecidos – pobres), acentuando, deste modo, o debate em torno do assunto" (NZAU, 2011).

democrático, completamente livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem, materializando as aspirações das massas populares.

Nesse sentido, apesar de a língua portuguesa ter sido a língua denominada como oficial após a independência, é com ela que as outras línguas existentes com suas memórias de resistência entram numa nova relação de tensão e de disputa. E foi pelo apagamento sobre a denominação da língua oficial da nação na textualidade da constituição anterior a 2010 – que diz sobre essa nação e seus sujeitos assujeitados à língua e ao espaço – que funcionou um discurso de resistência, podemos dizer (*cf.* MINGAS, 1988).

6.2.4. guineense

A independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau se deu pelas armas e por apresentar um projeto de sociedade. Em 24 de setembro de 1973, é declarada a independência da Guiné-Bissau (reconhecida internacionalmente, mas não por parte de Portugal, que o fez em 10 de setembro de 1974), e, em 5 de julho de 1975, é declarada a independência de Cabo Verde. Segundo o projeto político concebido pelo PAIGC, a Guiné-Bissau e Cabo Verde, inicialmente constituídos como Estados separados, tenderiam a formar uma unidade. Assim, após a independência, os dois países passaram a ser dirigidos por um único partido – o PAIGC – até 1980.

Línguas

No *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Guiné-Bissau¹⁵⁹ é dito por Odete Semedo, pesquisadora do instituto, em 31/10/2003, que:

- há o crioulo como "língua franca" falada por cerca de 70% da população de todo o país.
- há as línguas usadas por cada um dos "grupos étnicos".
- a língua oficial é o português, utilizada na administração e no ensino, e dominado por cerca de 12% da população guineense.

¹⁵⁹ Disponível em: <http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=109>. Acesso em: jul. 2009.

O *site* oficial do governo está fora do ar já há algum tempo.

Pelo *site* da CPLP, lemos:

Língua: a língua oficial é o Português, utilizando-se localmente o Crioulo, Mandjaco, Mandinga, entre outros¹⁶⁰.

Na constituição não há menção à língua oficial, nem às outras línguas existentes no país.

Ocuni Cá (2002) nos relata sobre o processo de alfabetização na Guiné-Bissau. Nesse artigo, ele observa que é a existência de muitas línguas que dificulta tanto a comunicação entre os cidadãos, quanto entre o Estado e as regiões que compõem o país. Ele diz, "Apesar de quatro línguas serem as mais importantes, não são do domínio de toda a população, fato este que determina os limites de alfabetização".

Contudo, aprender a língua materna não dá necessariamente acesso ao saber científico e técnico que permite eventualmente o desenvolvimento econômico e político do país (OCUNI CÁ, 2002, p. 45).

Ao avaliar a segunda campanha de alfabetização na Guiné-Bissau (1977/78), os coordenadores constataram as mesmas causas do fracasso da campanha anterior, e, dentre os fatores que contribuíram para o insucesso,

o problema da língua surge como a dificuldade mais marcante, uma vez que muitas vezes, os participantes não compreendiam nem o português, nem o crioulo (muitos dos animadores eram estrangeiro, brasileiros, cubanos entre outros). [...] Ademais, a campanha tinha como língua o português, falado apenas por 10 a 15% da população. Era necessário, portanto, propor uma nova metodologia e testá-la na prática. Essa metodologia foi propugnada pela UNESCO, denominado alfabetização funcional. Assim, na nova campanha, o português seria considerado língua estrangeira e desconhecida da grande maioria da população. [...] Os resultados foram insatisfatórios, devido, sobretudo ao problema da língua, o português. Em 1981, decidiu-se começar a ensinar a ler e escrever em **línguas vernaculares**. Com a assessoria da UNESCO e de outros organismos internacionais. Deu-se início a um estudo das línguas mais importantes (em termos de números expressivos dos falantes) do país, basicamente o **crioulo**, falado por 44% da população. Essa seria a língua veicular e instrumento eficaz para a comunicação e criação da

¹⁶⁰ Disponível em: <http://www.cplp.org/id-26.aspx>. Acesso em: jul. 2009.

unidade nacional. Porque o **crioulo** não pertence a nenhuma das etnias que compõem a Guiné-Bissau. [...] Elaborou-se uma gramática e um léxico de 3 mil palavras, o que serviu de base para uma proposta de uma escrita corrente e simples, que estaria ao alcance dos alfabetizandos. Depois do resultado exitoso da experiência de alfabetização em **crioulo**, teve início, em 1982, o estudo de uma segunda língua, o **fula**, falado por cerca de 23% da população, especialmente no leste do país. O objetivo era alfabetizar em línguas vernaculares para em segundo momento, em português, aprendido como segunda língua, ou como terceira, se fosse o caso. (OCUNI CÁ, 2002, p. 49-51)

Segundo Couto e Embaló (2002, p. 29-30), as principais línguas são as seguintes, com porcentagem aproximada do número de falantes, conforme o Quadro 11:

Quadro 11 – línguas faladas em Guiné-Bissau em relação ao nº de falantes

Língua	nº falantes
fula	16%
balanta	14%
mandinga	7%
manjaco	5%
papel	3%
felupe	1%
beafada	0,7%
bijagó	0,5%
mancanha	0,3%
nalu	0,1%

(Fonte: Couto e Embaló (2002))

Ainda conforme Couto e Embaló (2002), conseguir dados estatísticos precisos que demonstrem línguas e seus falantes é tarefa bastante dificultada por dois fatos:

o recenseamento, que no tempo colonial era associado ao pagamento dos impostos, foi sempre mal aceito pela população que em períodos de recenseamento evitam-no refugiando-se nos países vizinhos. Por outro

lado, as emigrações sazonais para os países vizinhos também têm repercussões na coleta da informação. (*id., ibid.*, p. 29-30)

Segundo dados extraídos do Ethnologue, em 2011, a situação seria, para um total então estimado em 1.600.000 falantes, conforme o Quadro 12:

Quadro 12 – línguas faladas na Guiné-Bissau em relação ao nº de falantes com percentagem

Língua	falantes	
	em nº	em %
fula	345.130	20,4%
balanta	467.000	30,5%
mandinga	254.200	12,9%
manjaco	270.230	14,3%
papel	125.550	10,4%
felupe	22.000	1,8%
beafada	41.420	3,4%
bijagó	27.575	2,3%
mancanha	40.855	3,4%
nalu	850	0,6%

(Fonte: Couto e Embaló (2002))

O crioulo é falado por uns 75% a 80% da população. A língua oficial é o português, conhecido por cerca de 13% da população (COUTO; EMBALÓ, 2002, p.29-30).

6.2.5. santomense

Em São Tomé e Príncipe¹⁶¹, em setembro de 1974, iniciaram-se muitas greves e um motim que precipitaram a independência das duas ilhas. O Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe forma o primeiro governo da República Democrática de São Tomé, cuja soberania foi proclamada em 12 de julho de 1975. Por tomar posição política ao lado da União Soviética e de Cuba, São Tomé e Príncipe, até 1992, teve um êxodo de cerca de vinte

¹⁶¹ São Tomé e Príncipe é um arquipélago composto pelas ilhas de São Tomé e do Príncipe, pelos ilhéus das Rolas, das Cabras, de Bombom, de Boné Jockey, de Pedras Tinhosas e demais ilhéus adjacentes.

mil santomenses, o que deixou vagos vários quadros administrativos do novo Estado. Devido às dificuldades econômicas e, em particular, a seu endividamento externo, São Tomé e Príncipe se viu obrigado a se aproximar dos países capitalistas ocidentais e a tomar uma posição ao lado dos Estados Unidos da América do Norte, o que acabou conduzindo à aprovação da Constituição em 1989 e à vitória da oposição pelo Partido da Convergência Democrática, em 1991, que, sob pressão do FMI, adotou medidas econômicas impopulares que desencadeiam movimentos grevistas (ENDERS, 1994).

Línguas

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe¹⁶², a forma como se processou o povoamento das ilhas levou à existência de várias línguas, tendo em vista uma diversidade linguístico-cultural num pequeno espaço territorial. Durante o processo histórico de colonização, a língua do colonizador se hegemonizou, e o português, segundo o Instituto, além da língua oficial, utilizada nos documentos oficiais, é também a língua de comunicação mais utilizada e considerada por grande parte da população como língua materna. As línguas locais, que convivem com o português, são denominadas *crioulos*, e, geralmente não são escritas. Dessas línguas destacam-se o Forro, o Angolar e o Lunguíé.¹⁶³ Ainda de acordo com o Instituto, nessa lista, há o francês e a denominação "outras", sem determinar, contudo, que outras línguas são essas.

No *site* da CPLP, somos informados de que há quatro línguas: angolar, principense, português, santomense, que coincide com o que encontramos no *site* do *Ethnologue – languages of the world*¹⁶⁴. Aí são "línguas nacionais ou oficiais" em São Tomé e Príncipe: português, sãotomense e principense. Há também a língua fang, denominada como língua de imigrante. O número de línguas para São Tomé e Príncipe são quatro: angolar ou ngola, português, principense, sãotomense. Na página oficial do governo¹⁶⁵, há a informação de que a língua oficial é o português.

¹⁶² Disponível em: http://www.ine.st/files_pdf/Tema_Educa%E7%E3o.pdf. Acesso em: 05 jul. 2011.

¹⁶³ Disponível em: http://www.ine.st/files_pdf/Tema_Educa%E7%E3o.pdf. Acesso em: 05 jul. 2011.

¹⁶⁴ Disponível em http://www.ethnologue.com/show_country.asp?name=ST. Acesso em: 05 jul. 2011.

¹⁶⁵ Disponível em: <http://www.gov.st/data/filestorage/docs/sobrestp02.htm#media>. Acesso em: mai. 2009

Na Constituição **não** há artigo determinando sobre a língua oficial. Nem sobre as outras línguas, até esse momento. Este é o único artigo que traz a expressão "língua portuguesa".

Constituição Santomense

Artigo 12º (Relações Internacionais)

3. A República Democrática de São Tomé e Príncipe mantém laços especiais de amizade e de cooperação com os **países de língua portuguesa** e com os países de acolhimento de emigrantes são-tomenses.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, foi definida como alfabetizada uma pessoa capaz de ler e escrever mesmo com dificuldades numa língua qualquer de São Tomé e Príncipe. Ainda de acordo com o Instituto, os níveis de instrução da população continuam ainda bastante baixos e nota-se uma população analfabeta de quase 30%. Para se considerar que uma pessoa fala "uma língua (estrangeira ou local)", é preciso que ela possa "utilizá-la para comunicar oralmente e manter uma conversa com alguém." A partir daí, "quatro línguas foram explicitamente identificadas neste sentido (Português, Fôro, Lungwié, Francês)." A seguir, o Quadro 13, com as línguas e a proporção de falantes por língua sob a rubrica do Instituto.

Quadro 13 – línguas faladas em São Tomé e Príncipe em proporção ao número de falantes

Língua	proporção (%) falantes por língua falada
português	98,9%
forro	72,4%
angolar	47,8%
lunguié	2,4%
francês	6,7%
outras	12,8%

(Fonte: Instituto Nacional de Estatística – São Tomé e Príncipe, 2003)

De acordo com Hagemeijer (2009), "é fácil perceber que as ilhas vivem actualmente uma situação de multilinguismo. Basta analisar os dados estatísticos para perceber que a maioria da população sabe falar duas ou até mais línguas." Em seguida, o autor apresenta um quadro (14) com resumo de alguns dados obtidos no censo do Instituto Nacional de Estatística de S. Tomé e Príncipe, nos anos de 1991 e de 2001. Nesse quadro, aparece a língua santome.

Quadro 14 – Dados sobre as línguas faladas – censos de 1991 e 2001 – da população com mais de 5 anos

Censos	Pessoas > 5 anos	Português	Santome	Lunguie	Outras línguas
1991	-	99,8%	73,5%	1,6%	12,8%
2001	137.599	98,9%	72,4%	2,4%	13,4%

(Fonte: Hagemeijer (2009))

6.2.6. português

O português é a língua oficial de Portugal.

Na Constituição Portuguesa (2 de abril de 1976) – VII Revisão Constitucional (2005) lemos,

Artigo 9º (Tarefas fundamentais do Estado)

f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da **língua portuguesa**;

Artigo 11º (Símbolos nacionais e língua oficial)

3. A **língua** oficial é o **Português**.

Artigo 74º (Ensino)

h) Proteger e valorizar a **língua gestual portuguesa**, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;

j) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da **língua portuguesa** e o acesso à **cultura portuguesa**;

Artigo 78º (Fruição e criação cultural)

d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os **de língua portuguesa**, e assegurar a defesa e a promoção da **cultura portuguesa** no estrangeiro;

Apesar de, na constituição, não haver menção nenhuma outra língua, hoje, em Portugal, a língua mirandesa¹⁶⁶ também é considerada língua oficial, embora seja dita de natureza regional, e os direitos que a ela são reconhecidos por lei se reduzam ao seu mínimo. A aprovação da Lei n° 7/99, de 29 de Janeiro de 1999¹⁶⁷, por unanimidade e aclamação na Assembleia da República, é fruto dos esforços de mirandeses e acadêmicos que puseram em destaque os aspectos científicos da língua, alicerçando a sua credibilidade. Dessa lei se destacam os seguintes parágrafos:

Art. 1º O presente **diploma** visa reconhecer e promover a língua mirandesa;

Art. 2º O Estado Português reconhece o direito a **cultivar e promover** a língua mirandesa, enquanto **património cultural, instrumento de comunicação** e de **reforço de identidade** da terra de Miranda;

Art. 3º É reconhecido o direito da criança à aprendizagem do mirandês, nos termos **a regulamentar**;

Art. 4º As instituições públicas localizadas ou sediadas no concelho de Miranda do Douro **poderão** emitir os seus documentos acompanhados de uma versão em língua mirandesa.

Apesar desse reconhecimento legal, o Estado Português e as Autarquias da região onde se fala a língua ainda não deram corpo ao estabelecido em lei. Por exemplo, o que se lê na página da Embaixada Portuguesa sustenta essa interpretação,

Portugal é o país da Europa Ocidental que apresenta maior uniformidade linguística, pois fala-se o Português, língua oficial, de norte a sul do País, bem como nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira.

O mundo lusófono é avaliado hoje em cerca de 210 milhões de pessoas. O português, sexta língua mais falada do mundo (terceira entre as línguas ocidentais, após o inglês e o espanhol), é a língua oficial em sete países: Angola (10.3 milhões de habitantes), Brasil (174.6 milhões de habitantes), Cabo Verde (346 mil), Guiné Bissau (um milhão), Moçambique (15,3

¹⁶⁶ "Estima-se sem rigor absoluto, porque baseada no recenseamento oficial de 1981 (à época havia 8.449 falantes), que haja cerca de doze mil falantes de mirandês, ocupando um território de 500 km². Nessa estimativa, cerca de sete mil são residentes no concelho de Miranda e cinco mil são emigrantes conhecedores da língua" (FERREIRA, 2001).

¹⁶⁷ Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/01/024A00/05740574.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2011.

milhões), Portugal (10,355 milhões), São Tomé e Príncipe (126 mil) e Timor (880 mil, segundo censo dos anos 90).

Em Macau, território chinês sob administração portuguesa até 1999, o Português era uma das línguas oficiais, ao lado do Mandarim.

O português tornou-se uma das línguas oficiais da União Europeia desde 1986, quando da adesão de Portugal. Em resultado de acordos do Mercosul (Mercado Comum do Sul), do qual o Brasil faz parte, o português será ensinado como língua estrangeira nos demais países que dele participam. Em 1994, foi decidida a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que reúne os países de língua oficial portuguesa com o propósito de uniformizar e difundir a língua portuguesa e aumentar o intercâmbio cultural entre os países membros.

No nordeste de Portugal, na terra de Miranda do Douro, **existe outra língua, informal e familiar, simbólica e social, patrimonial, não portuguesa, de carácter histórico, o Mirandês**, que é hoje utilizada no quotidiano por cerca de 15.000 pessoas e recentemente declarada língua oficial (Lei n.º 7/99 de 29 de Janeiro). (Grifos nossos)

Outro dizer sobre a imaginária uniformidade em Portugal pode ser lido no depoimento do Conselheiro de Imprensa e Cultura da Embaixada de Portugal, colhido em conversa que tivemos na Biblioteca do prédio da Embaixada em Brasília (DF), em 12 de julho de 2012, quando lhe pedi para "falar sobre as línguas em Portugal",

A língua. Só tem uma. A língua é língua, língua, língua portug..., em Portugal só tem uma que é a língua portuguesa. Depois, existe uma que é o mirandês que é no norte. [...] Só tem uma língua. Que é vossa também.

Nesse modo de dizer sobre as línguas em Portugal, as marcas da unidade ganham grande visibilidade no momento de enfrentar os sentidos do *não-um*, que remetem para o possível de ser diferente do mesmo, por exemplo, no gesto de esse sujeito português retomar o discurso em contraponto fazendo funcionar, ao invés do plural, o singular – *a língua* – e, ao repetir três vezes a expressão "só tem uma". Também essa interpretação de que há uma e a mesma língua portuguesa, pelo menos em Portugal e no Brasil (porque era a essa pesquisadora que ele interlocucionava, que é brasileira), pode ser percebida pelas marcas linguísticas "vossa" e "também". Mas, ao mesmo tempo em que diz "vossa", produz

um deslizamento, porque a projeção imaginária feita pelo sujeito português do seu interlocutor (sujeito brasileiro), em sua evidência, teria a mesma língua que ele, mas, diferentemente, não diria "vossa" nessa situação, e, sim, "sua", o que fica apagado nesse discurso do Conselheiro. Esse fato nos remete para o que Payer (2006) compreende como *memória na língua*¹⁶⁸, isto é, uma das dimensões distintas da linguagem – que são da ordem da memória discursiva. Segundo a autora, a memória na língua é "o modo como os sentidos produzidos e sustentados socialmente, pela repetição, se encontram nisto que chamamos de língua já em seus elementos mínimos" (*id., ibid.*, p.39). Desse modo, continua Payer, é possível compreender "que o modo como uma sociedade, um povo, produz sentidos historicamente encontra-se marcado em sua linguagem, no modo como ela fala a 'sua' língua, ou melhor, a língua que lhe é dado falar por sua história. Assim, a língua é tomada como parte da história, e a história significa com a, através da língua" (*id., ibid.*, p. 39).

É interessante notar também, no recorte "Depois, existe uma que é o mirandês que é no norte.", várias marcas de uma hierarquização das outras línguas existentes em Portugal em relação à língua portuguesa. Por exemplo, a modalização 'depois' em vez de 'e', 'uma' em vez de 'a', 'no norte' significando a língua como regional/local, e, por fim, a enunciação do verbo "ter" para se referir à língua portuguesa, e o verbo "existir" para se referir à língua mirandesa. Em pesquisa no *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa* de Antonio Houaiss (2009), "existir" data do século XVII e traz três acepções: "ter existência real, ter presença viva; viver, ser"; "estar presente como realidade subjetiva, particular"; "ter existência em determinado período de tempo". E "ter" data do ano de 1047, traz ao todo 43 acepções (ou seja, uma quantidade muito superior às da entrada "existir"), das quais recortei: "estar na posse, ser proprietário ou estar no gozo de; possuir, usufruir"; "ser senhor de; dispor do domínio de"; e "receber por transmissão; herdar".

Assim, podemos, num procedimento parafrástico, compreender que a língua mirandesa 'tem existência real, mas está presente como realidade subjetiva, particular' de

¹⁶⁸ Ainda sobre *memória na língua*, conferir Payer (2009). A outra dimensão por ela tratada é a da *memória da língua* (PAYER, 2006). Sobre *memória da língua*, a autora nos diz que "enquanto sujeitos de linguagem, somos colocados constantemente em condições de re-produzir discursos, com suas memórias próprias: palavras de ordem, repertórios, palavras simplesmente, sintaxes, modos de dizer etc., dando-nos conta ou não das memórias que estes carregam e/ou desencadeiam nos outros" (PAYER, 2006, p. 13).

uma pequena região (500km²) e com poucos falantes (cerca de 8.500 falantes) em relação à língua portuguesa falada por milhões em todo o mundo (mais de 10 milhões em Portugal e 200 milhões em cinco continentes), língua portuguesa que o sujeito 'possui', de que 'é senhor, proprietário', que 'herda'. Essa memória da língua que estrutura esse sujeito português determina a natureza da relação desse sujeito com a língua, e, nessa memória, estão atualizados sentidos de que essa língua portuguesa foi uma língua de conquistas, e de que os que foram conquistados também a 'têm', porque 'herdaram'.

Trazemos, a seguir, dizeres que circulam em textos da internet que vêm ao encontro desses efeitos de sentidos produzidos por esse dizer do Conselheiro. São dois recortes, um do *site* da Wikipédia de Portugal, e outro do *site* do Bibliomonde da França. No primeiro recorte, compreendemos o apagamento das outras línguas existentes em Portugal, pelo modo como o efeito do discurso transversal funciona, ou seja, dando a Portugal um número de falantes da língua portuguesa que ele não tem, como se fosse Portugal constituído pela reunião de todos os falantes dos países da CPLP. É Portugal que tem 210 milhões de falantes. Esse é um processo metonímico que toma a língua e o número de seus falantes pelo país. Nesse deslizamento, da língua e de seus falantes pelo país, produz-se o efeito de sustentação que dá estabilidade ao modo de dizer sobre essa língua, "a quinta língua mais falada no mundo e a terceira mais falada no mundo ocidental". No segundo recorte, há o furo que se faz presente em qualquer ritual. Ao dizer sobre a língua em Portugal, esse *site* francês, já no título, usa o plural, "Portugal – Les Langues", e continua com a modalização "quasiment la seule" ("praticamente a única"), e no final da matéria, traz as denominações das outras línguas existentes em Portugal.

Recorte 1

A língua oficial da República Portuguesa é o **português**, adoptado em 1290 por decreto do rei D. Dinis. **Com mais de 210 milhões de falantes nativos, é a quinta língua mais falada no mundo e a terceira mais falada no mundo ocidental.** Idioma oficial de Portugal, do Brasil, de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, e idioma oficial a par de outros idiomas também oficiais em Timor-Leste, em Macau e na Guiné-Equatorial, sendo também falada na antiga Índia Portuguesa (Goa, Damão, Diu e Dadrá e Nagar-Aveli), além de ter também estatuto oficial na União Europeia, na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), no Mercosul e na União Africana.

(Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Portugal#cite_note-15. Acesso em: jul. 2011). (Grifos nossos)

Recorte 2

Portugal - Les langues

La langue officielle est le portugais **quasiment la seule** langue parlée au Portugal **si on excepte quelques villages hispanophones frontaliers**. Avec quelque 200 millions de Lusophones, elle est aujourd'hui la cinquième langue mondiale.

[...]

Environ **200 millions de personnes parlent aujourd'hui le portugais dans le monde**. Il y a huit pays de langue officielle portugaise : **le Portugal, le Brésil, le Guinée-Bissau, le Cap Vert, l'Angola, Saint Tomé et Prince, le Mozambique et le Timor oriental**. À ces pays il faut ajouter les nombreuses communautés portugaises éparpillées de par le monde. Pour ne citer que les plus importantes : Canada et États-Unis, Venezuela, Argentine, Royaume-Uni, France, Belgique, Luxembourg, Allemagne, Afrique du Sud, Australie. **Le portugais est la cinquième langue mondiale et la troisième langue européenne la plus parlée dans le monde**.

"La langue portugaise, certes, **mais laquelle ? Le portugais 'castiço', 'authentique', lusitanien, ou le 'brésilien', où sont rivos d'autres apports linguistiques amérindiens, africains, européens, alors qu'y subsistent des expressions portugaises d'antan, oubliées par les Lisbonnais?** La question reste en suspens, puisque l'accord orthographique entre les deux pays est toujours en chantier." (Luiz Felipe de Alencastro, Le Monde 17 mars 2000)

Autre langue officielle : le mirandais (dans la région de Miranda do Douro)

Autres langues : léonais, calo.

(Disponível em: <http://www.bibliomonde.com/donnee/portugal-les-langues-180.html>. Acesso em: jul. 2012). (Grifos nossos)

É importante observar que nesse dizer se apagam as línguas portuguesas dos outros países da CPLP – a de Moçambique, a de Angola, a da Guiné-Bissau, a de São Tomé e Príncipe, a de Timor Leste –, já que é da disputa entre o português de Portugal ('castiço', 'authentique', lusitanien) e o português do Brasil (où sont rivos d'autres apports linguistiques amérindiens, africains, européens, alors qu'y subsistent des expressions portugaises d'antan, oubliées par les Lisbonnais) que se trata.

Com relação ao chamado português alentejano ou oliventino, há quem o considere como variante do português falado na região portuguesa do Alentejo, e nos

municípios espanhóis de Olivenza e Táliga (português oliventino), que durante vários séculos (1297-1801) fizeram parte de Portugal. Há quem o considere como uma outra língua. Hoje, a UNESCO tem essa língua na lista das línguas ameaçadas de desaparecimento.

Em 2005, o grupo de peritos do Conselho da Europa sobre a implementação, na Espanha, da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias pediu ao governo espanhol que fornecesse informações sobre a situação do português oliventino, e sobre as medidas para a proteção e promoção da língua, nos termos do artigo 7º da mesma Carta. No entanto, no relatório apresentado pela Espanha em 2006, não existem referências ao português oliventino. No relatório de 2008, o comitê de peritos informou à União Europeia os seguintes parágrafos foram listados:

48. O Comitê de Peritos não recebeu nenhuma informação sobre o uso do português na Extremadura, nomeadamente em Olivença.

49. De acordo com informações recolhidas durante a visita ao local, a língua portuguesa (a oliventina) é tradicionalmente falada em Olivença e Táliga, desde o século XIII. No entanto, as informações recebidas sobre o real uso dessa língua são inconclusivas, mas indicam que o português é ensinado como língua estrangeira nas escolas.

50. O Comitê de Peritos não pode avaliar a situação do português na Extremadura, e insta as autoridades a esclarecer essa questão no próximo ciclo de monitoramento, designadamente em colaboração com a associação "Além Guadiana" [<http://www.alemguadiana.com/portugues/espanol.html>], recentemente criada para promover a língua portuguesa."¹⁶⁹

6.2.7. brasileiro

¹⁶⁹ "48. The Committee of Experts has received no information regarding the use of Portuguese in Extremadura, in particular in Olivenza.

49. According to the information gathered during the on-the-spot visit, the Portuguese language (Olivento) has had a traditional presence in Olivenza and Táliga since the XIIIth century. However, the information received is inconclusive as to the actual use of this language, but suggests that Portuguese is used in education as a foreign language.

50. The Committee of Experts is not able to evaluate the situation of Portuguese in Extremadura. It urges the authorities to clarify this issue in the next monitoring round, in particular in cooperation with the Association "Alem Guadiana" which was recently set up to promote Portuguese". Disponível em: http://www.coe.int/t/dg4/education/minlang/report/EvaluationReports/SpainECRML2_en.pdf. Acesso em: jul. 2011. (Tradução nossa)

De acordo com o artigo 13 da Constituição Federal Brasileira de 1988, a língua oficial no Brasil é a língua portuguesa.

Constituição Brasileira

Capítulo III - Da Nacionalidade

Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto

Seção I - Da Educação

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Capítulo VIII - Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Há também a LIBRAS, que é a língua oficial de sinais – a Língua Brasileira de Sinais, sancionada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 2002. A língua brasileira de sinais é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, a língua oficial, entre as comunidades de pessoas surdas no Brasil. O Decreto de dezembro de 2005 garante a inclusão da LIBRAS nos sistemas educacionais do Brasil.

Em dezembro de 2005, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Decreto regulamenta a Lei, n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Dessa forma, a LIBRAS passa a ter status de língua, como o português, possuindo gramática e dicionário próprios.

Além disso, alguns municípios brasileiros cooficializaram, através de leis, outras línguas ao lado do português, como, por exemplo, as línguas indígenas nheengatu, tukano e baniwa no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, e as línguas de imigrantes, a pomerana em Santa Maria de Jetibá (no Espírito Santo), e a língua

pomerode¹⁷⁰, em Santa Catarina. Nestes municípios, segundo a lei, não só os serviços públicos devem ser prestados nessas línguas indígenas e de imigrantes, com também elas devem ser obrigatórias no ensino nas escolas. A recente tendência de cooficialização das línguas italiana (em conjunto com a língua vêneta) e alemã (em conjunto com a língua pomerana e a Riograndenser Hunsrückisch) está em estudo também em outros municípios das regiões sul e sudeste do país, como podemos ler nessa notícia do *Jornal do Comércio* de Porto Alegre (RS),

Dialetos Hunsrik e Talian na ofensiva no Sul¹⁷¹

Em Santa Maria do Herval, região de Novo Hamburgo, RS, surge forte a mobilização em favor do Hunsrik – a faceta brasileira/latino-americana do Hunsrückisch. Em Serafina Correa, RS, floresce o talian. [...]

Para muitas crianças, o hunsrik é a primeira língua, a que é falada em casa com pais e avós. Mas quando elas chegam à escola, aprendem o português, o que é muito difícil. Para elas, o português é a língua estrangeira. [...]

É preciso mudar a ideia de que no Brasil só se fala o português. Dados de 2006 apontaram a existência de 200 línguas indígenas e de 30 de imigração. O hunsrik é a língua germânica mais falada no Rio Grande do Sul e, mesmo assim, estamos participando de um censo em que não se pergunta se falamos mais de um idioma. (Jornal do Comércio, Porto Alegre, 05/11/2010 – www.jcrs.com.br)

A relação entre "a" língua portuguesa no Brasil com "a" língua portuguesa de Portugal e com as outras línguas no Brasil (as dos habitantes autóctones e as dos que, nesse espaço brasileiro, se estabeleceram) tem sido estudada forte e intensivamente por vários campos de saber. No que se refere às áreas a que nos filiamos, HIL e AD, são inúmeros os pesquisadores que produzem e fazem circular esse conhecimento sobre as línguas no/do Brasil e a relação entre elas¹⁷².

¹⁷⁰ Lei Nº 2251, de 1º de setembro de 2010 institui a língua alemã como idioma complementar e secundário no município de Pomerode.

¹⁷¹ Matéria escrita por Gustavo Diehl do Jornal do Comércio de Porto Alegre – RS. Disponível em: http://www.brasilalemanha.com.br/portal/notice_print.php?id=5643. Acesso em: jul. 2011.

¹⁷² Uma boa referência dos autores mencionados encontra-se na bibliografia de HIL e de AD deste trabalho.

6.3. As denominações das línguas – memória(s) do/no espaço

Para compreender como as denominações das línguas constituem os sujeitos e os espaços e como eles se constituem por essas denominações, trazemos as análises de recortes das constituições dos espaços membros do espaço da CPLP, em que essas denominações se materializam. Há uma regularidade no modo como se denominam as línguas diferentemente da forma como se denomina a língua portuguesa. Essa regularidade analisada nos recortes aponta para o modo mesmo de como esse real é diverso, contraditório e sempre em movimento, porque não se pode excluir do fato linguístico o equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico (ORLANDI, 2004a). Compreendemos a textualidade da Constituição como o modo príncipe de uma nação tomar corpo, passar a existência simbólica; ser interpelada nesse lugar mesmo do ritual de ser uma forma histórica espaço, um sujeito de direito em sua dimensão de Estado de direito, um Estado-nação reconhecido e autorizado pelos outros e pelo Direito à existência.

A seguir, apresentamos o quadro 15 com os recortes.

Quadro 15 – Recortes dos dizeres sobre as línguas nas Constituições dos países da CPLP

<p>Angola¹⁷³ (2010) ("o MPLA adoptou uma Constituição de Independência em novembro de 1975, alterada em outubro de 1976, setembro de 1980, março de 1991, abril e agosto de 1992 e novembro de 1996").</p>	<p>Nas constituições anteriores à constituição de 2010, não havia menção à língua. Nessa nova edição da <i>Constituição da República de Angola</i> lemos:</p> <p>"Artigo 19.º (Línguas)</p> <ol style="list-style-type: none">1. A língua oficial da República de Angola é o português.2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional."<p>"Artigo 21.º (Tarefas fundamentais do Estado)</p><p>n) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação;"</p><p>Pelo <i>site</i> da CPLP, lemos:</p><p>"Língua: a língua oficial é o Português. São falados outros idiomas, sobretudo o Umbundo, Kimbundo, Kikongo e Tchokwé".</p>
--	--

¹⁷³ No total são cerca de quarenta e uma (41) línguas: bolo, cokue, diriku, holu, khue, kikongo, kilari, kimbundo, kisikongo, kung-ekoka, kuadi, kuangali, lucazi, luimbi, lunda, luvale, luiana, maligo, mashi, mbangala, mbukushu, mbunda, mbuela, ndombe, ndonga, ngandiera, nkangala, nkumbi, nianeka, niemba, niengo, oshiuambo, !o!ung, ruund, sama, songo, umbundo, iaka, iauma, iombe, zemba. Disponível em: ethnologue.com – Copyright © 2011 SIL International (formerly known as the Summer Institute of Linguistics). Acesso em: mai. 2011.

<p>Brasil (5 outubro 1988)</p>	<p>"Capítulo III - Da Nacionalidade Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil." "Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto Seção I - Da Educação § 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem." "Capítulo VIII - Dos Índios Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."</p>
<p>Cabo Verde (aprovada em 25 de setembro de 1992, e revista em 23 novembro 1999)</p>	<p>"Artigo 7º (Tarefas do Estado) São tarefas do Estado: i) Preservar, valorizar e promover a língua materna e a cultura cabo-verdianas;" "Artigo 9º (Línguas oficiais) É língua oficial o Português. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las." "Artigo 78º (Direito à cultura) 3. Para garantir o direito à cultura, incumbe especialmente ao Estado: f) Promover a defesa, a valorização e o desenvolvimento da língua materna cabo-verdiana e incentivar o seu uso na comunicação escrita;"</p>
<p>Guiné-Bissau (aprovada em 16 de maio de 1984, foi revista em maio de 1991, novembro de 1996 e julho de 1999)</p>	<p>Na constituição não há menção à língua oficial nem às outras línguas existentes no país. Pelo <i>site</i> da CPLP¹⁷⁴, lemos: "Língua: a língua oficial é o Português, utilizando-se localmente o Crioulo, Mandjaco, Mandinga, entre outros".</p>
<p>Moçambique (30 de novembro de 1990, alterada em 1996 e em 2004)</p>	<p>"Artigo 9 (Línguas nacionais) O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade." "Artigo 10 (Língua oficial) Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial".</p>
<p>Portugal (aprovada em abril de 1976. Revisões em setembro de 1982, julho de 1989, novembro de 1992, setembro de 1997, dezembro de 2001, julho de 2004 e agosto de 2005)</p>	<p>"Artigo 9º (Tarefas fundamentais do Estado) f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa; Artigo 11º (Símbolos nacionais e língua oficial) 3. A língua oficial é o Português. Artigo 74º (Ensino)</p>

¹⁷⁴ Disponível em: <http://www.cplp.org/id-26.aspx>. Acesso em: mai. 2011.

	<p>h) Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades;</p> <p>j) Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa;</p> <p>Artigo 78º (Fruição e criação cultural)</p> <p>d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro;"</p>
<p>São Tomé e Príncipe (25 janeiro 2003)</p>	<p>Na constituição não há menção à língua oficial nem às outras línguas existentes no país.</p> <p>"Artigo 12º (Relações Internacionais)</p> <p>3. A República Democrática de São Tomé e Príncipe mantém laços especiais de amizade e de cooperação com os países de língua portuguesa e com os países de acolhimento de emigrantes são-tomenses".</p>

A constituição *constitui* o corpo simbólico do espaço do Estado-nação. A própria denominação '*constituição*' remete a esse processo simbólico, de ser dito pela linguagem, e de ser dito como Estado, espaço, e como forma histórica, não existindo fora da linguagem. É pelo histórico e pelo simbólico que a materialidade do Estado de direito se produz, tendo a sua constituição histórica e simbólica discursivizada. Dessa forma, esses espaços são ditos pela linguagem como: Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, Portugal, São Tomé e Príncipe.

É pela e na materialidade da língua com a história que um espaço pode se constituir e ser constituído enquanto Estado-nação, Estado de direito. E, nesse sentido, pensamos que a formação e a constituição dos Estados-nações são acontecimentos, considerando discursivamente, como Pêcheux (2002 [1983], p. 17), "o acontecimento, no ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória", o que significa considerá-lo na sua dupla materialidade, histórica e simbólica, ou seja, considerá-lo como um ponto de encontro entre o real da história – o lugar do possível e do contingente – e o real da língua – o lugar do impossível e do equívoco. Nesse encontro, só há a possibilidade do equívoco, porque há a intervenção da história (ZOPPI-FONTANA, 2009a). Esses Estados se produzem e se oficializam sustentados pelo discurso jurídico-administrativo que lhes dá uma individualidade, direitos e deveres, responsabilidade. A constituição é o "conjunto das leis fundamentais que regem a vida de uma nação, um Estado". E nesse processo

ritualístico de serem autorizados e reconhecidos, os Estados são significados por suas Cartas.

Essas Cartas, materialidade simbólica, dizem o como a forma histórica espaço de direito deve se constituir, não só pelo que é dito nela e pelo como é dito a partir dela, como também pelo que não é dito; isso produzido num movimento de simultaneidade com o como seus sujeitos dizem sobre ela, a Carta, e são ditos por ela; e sujeitos a elas, nação e constituição, como devem se constituir também. Assim, forma sujeito e forma espaço, ambas históricas, ambas constituídas pelo discurso jurídico da formação capitalista.

Na medida em que Estado-nação e sujeito se constituem pela língua numa relação assimétrica de assujeitamento de um ao outro, a ilusão de que esse conjunto de dizeres jurídicos sobre essa relação entre Estado e sujeito dá garantia de estabilidades, é ignorar o contingente da materialidade da história e o impossível da materialidade da língua.

Dessa forma, o "conjunto das leis fundamentais que regem a vida de uma nação" se constitui pela falta. Porque os dizeres de um texto jurídico como o de uma constituição operam fechamentos de sentidos, pensando excluir a falta, o equívoco.

Normand (1976 *apud* HAROCHE, 1992), ao se referir ao funcionamento do discurso científico, diz, "a necessidade, no discurso científico, é a de excluir essa falta. À noção positivista de um discurso plano, sem inconsciente, adequado a seu objeto, opõe-se então a noção de um discurso científico, onde uma posição particular do sujeito (em relação à verdade) opera um fechamento que coloca a falta para fora [...]. O discurso científico atingido assim pela "falta de uma falta" é um discurso fechado, que se constitui de um 'recalque'."

Pensamos que o mesmo funcionamento se dá no discurso do Direito. A constituição traz inscrita nela um imaginário de completude que representa a nação, o sujeito da nação, o espaço da nação e a língua da nação como se as relações entre eles fossem desde-já estabelecidas e asseguradas. E esse efeito de completude é produzido justamente pela forma como o discurso jurídico opera fechamentos de produção de sentidos "que coloca a falta fora". Mas os sentidos são moventes, e o político se inscreve na língua. Essa falta irrompe na materialidade linguística do documento porque lhe é constitutiva.

Assim, o efeito de completude dado pelo dizer de que o Estado "promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa", é desfeito pelo dizer em que o Estado "incentiva seu uso [da língua cabo-verdiana] na comunicação escrita". Esse equívoco se produz porque para ser língua oficial é preciso que tenha uma escrita oficial para documentar o Estado, o que falta à língua cabo-verdiana.

Analisando a materialidade do corpus, buscamos as pistas e percebemos regularidades que nos levaram a compreender um pouco mais a relação língua/espço nacional/sujeito. Nessas constituições, há dois países que não legislam sobre a(s) língua(s) em seus espaços, a saber, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Na descrição que apresentamos, verificamos que há uma regularidade na repetição de verbos em relação às denominações das línguas.

Dessa forma, montamos o quadro a seguir, para facilitar a visualização dessas marcas.

Quadro 16 – relação entre as marcas linguísticas (verbos e deverbais) e as denominações das línguas

marcas linguísticas	denominações das línguas	países
preservar/defender/valorizar/promover o desenvolvimento/o estudo/a utilização/patrimônio cultural	língua materna/língua materna cabo-verdiana	Cabo Verde
	demais línguas de Angola/principais línguas de comunicação internacional/línguas angolanas de origem africana	Angola
	línguas nacionais/línguas veiculares	Moçambique
é	língua oficial/português/língua portuguesa	Cabo Verde/ Angola/ Moçambique
assegurar ao outro (índio) a língua do outro	língua portuguesa/idioma oficial/línguas maternas indígenas	Brasil
assegurar/defender/promover/assegurar ao outro (imigrante) ensino/valorização/uso/difusão internacional	língua portuguesa/língua oficial/língua gestual portuguesa	Portugal

A partir dessa descrição, pensamos poder compreender as discursividades que aí se produzem. O que primeiro nos chama a atenção é a semelhança entre as constituições

de Cabo Verde, Moçambique e Angola, de um lado, e a semelhança entre Brasil e Portugal, de outro.

Vamos dar mais visibilidade ao modo como esses verbos se combinam com as denominações. Assim, as Cartas de Cabo Verde, Moçambique e Angola, ao se referirem a Língua portuguesa não lançam mão de verbos. Os verbos referem-se apenas às línguas diferentes do português. Dessa forma, são as *língua materna/língua materna cabo-verdiana*, *demais línguas de Angola/principais línguas de comunicação internacional/línguas angolanas de origem africana*, *línguas nacionais/línguas veiculares*, que precisam ser preservadas, defendidas, valorizadas e promovidas através de seu desenvolvimento, do ensino, da sua utilização. E todas elas constituem patrimônio cultural. Nesses dizeres, a língua portuguesa é dita separadamente, tendo artigo, ou item, ou subitem só para ela, e a ela se referindo outros verbos, como, por exemplo, "assegurar".

Quadro 17 – Para Cabo Verde, Angola e Moçambique, os verbos e deverbais se referem às línguas que não a língua oficial

marcas linguísticas	países	denominações das línguas
preservar/defender/valorizar/promover o desenvolvimento/o estudo/a utilização/patrimônio cultural	Cabo Verde	língua materna/língua materna cabo-verdiana
	Angola	demais línguas de Angola/principais línguas de comunicação internacional/línguas angolanas de origem africana
	Moçambique	línguas nacionais/línguas veiculares
assegurar ao outro (índio) a língua do outro	Brasil	língua portuguesa/idioma oficial/línguas maternas indígenas
assegurar/defender/promover/assegurar ao outro (imigrante) ensino/valorização/uso/difusão internacional	Portugal	língua portuguesa/língua oficial/língua gestual portuguesa

Enquanto que, nos recortes das constituições de Brasil e Portugal, as línguas que comparecem são: a "língua portuguesa" como "língua oficial" e a "língua gestual portuguesa", no caso de Portugal; e a "língua portuguesa" como "língua oficial" e as "línguas maternas indígenas", no caso do Brasil. Os verbos, no caso de Portugal são três, *assegurar*, *defender*, *promover*, todos vinculados à língua portuguesa em relação ao seu ensino, valorização, uso, difusão internacional. No caso do Brasil, há um único verbo, "assegurar", e este não se refere à língua portuguesa, mas sim à língua do outro (o índio), às

línguas maternas indígenas. Ou seja, *fica assegurado ao índio poder falar sua própria língua também*. Na Carta de Portugal, vemos a repetição do verbo *assegurar*, mas, neste caso, referindo-se à língua portuguesa em relação à língua do outro (imigrante), ou seja, *fica assegurado ao outro (imigrante) a língua portuguesa*.

Nesse sentido, frente às condições de produção em que esses Estados se formaram, vemos se reatualizar, nesses dizeres sobre as línguas, uma memória histórica que sustenta a ideia de *patrimônio cultural* pelo passado, enquanto *herança comum transmitida através de gerações*. Permanece aí a possibilidade de se excluir quem não compartilha desse passado, e a questão do jogo de forças para decidir que línguas serão consideradas incluídas nesse patrimônio.

"A igualdade juridicamente autorizada e a absorção politicamente negociada da diversidade" (ORLANDI) podem ser pensadas como pressupostos que sustentam essa discursividade para falar sobre as línguas nacionais, africanas, angolanas, moçambicanas, cabo-verdianas colocando-as num lugar mesmo de impossibilidade de vir a ser: escritas, ensinadas, desenvolvidas, estudadas. É assim que essas línguas podem ser ditas na constituição que não é escrita nelas.

Ainda sobre as denominações das línguas, achamos relevante trazer à análise, aquela que se refere às línguas como 'línguas faladas', marca recorrente no arquivo de leitura¹⁷⁵. A seguir trazemos alguns recortes dos recortes já apresentados na própria tese.

Quadro 18 – recortes com a denominação "(língua(s)) falada(s)"

"Outra questão pertinente seria como relacionar as línguas transfronteiriças veiculares com as megalínguas faladas dentro das fronteiras nacionais, como o isizulu (África do Sul), o chishona (Zimbábue), o chibemba (Zâmbia), o emakhuw a (Moçambique) e o oshiwambo (Namíbia)."
"A ACALAN selecionou doze línguas dentre as duas mil e duzentas (2.200) faladas no continente, para servir como línguas regionais. Cinco dessas línguas são faladas na região da SADC, a saber, o setswana, o chinyanja, o kiswahili, o malgache, e o lingala."
"o crioulo, é a língua materna, a língua do dia-a-dia, a mais falada ", "língua doméstica, falado fora da escola". "as línguas nacionais faladas em Moçambique são [...]."
"Por exemplo, o Makua, língua autóctone mais conhecida, é falada no norte de Moçambique, na Província de Nampula e em parte das de Cabo Delgado, Niassa e Zambézia."
"Por outro lado, o Tsonga, predominante no sul, é amplamente falado apenas nas Províncias de Gaza e de Maputo."
"a primeira é a família das línguas 'khoisan', faladas pelos bochimans, caçadores recolectores;" "Elas são faladas por alguns milhares de locutores disseminados pela parte Sul de Angola"

¹⁷⁵ Essa foi uma observação/sugestão feita pela Professora Mónica Zoppi durante a leitura para a qualificação da tese.

"regular a política de promoção, valorização e divulgação das línguas faladas no território nacional"
"oito das principais línguas faladas que podem ser já introduzidas no sistema de ensino"
"Qual? A variante dos musseques? A variante falada na administração?"
"língua franca' falada por cerca de 70% da população de todo o país"
"a língua portuguesa (a oliventina) é tradicionalmente falada em Olivença e Táliga, desde o século XIII"
"Para muitas crianças, o hünsrik é a primeira língua, a que é falada em casa com pais e avós"
"O hünsrik é a língua germânica mais falada no Rio Grande do Sul"
"português, sexta língua mais falada do mundo"
"é a quinta língua mais falada no mundo e a terceira mais falada no mundo ocidental."

A primeira pergunta que nos fazemos é: por que determinadas línguas precisam ser denominadas como "faladas"? Nem todas as línguas são ditas desse modo. Quais as que são denominadas assim?

Dar ênfase a essa denominação não está igualmente distribuído para todas as línguas. Percebemos que o peso da fala se faz sentir, sobretudo quando não se trata da língua imaginária portuguesa de Portugal. Denominar é já dar sentido; implica investir de 'significância para e por sujeitos' um fato que passa a objeto simbólico.

A maioria dos recortes trazidos refere-se, não à língua portuguesa oficial, mas às línguas africanas, à língua oliventina e à língua hünsrik no sul do Brasil. E essas não são línguas oficiais. Apenas, os dois últimos recortes referem-se à língua portuguesa.

Quadro 19 – denominação '(língua(s)) falada(s)' na relação espaço/sujeito/língua

faladas dentro das fronteiras nacionais
faladas na região da SADC
faladas em Moçambique
faladas pelos bochimans, caçadores recolectores
faladas no território nacional
faladas por alguns milhares de locutores disseminados pela parte Sul de Angola
faladas que podem ser já introduzidas no sistema de ensino
falada no norte de Moçambique
(a língua do dia-a-dia, a mais) falada
falado fora da escola
falado apenas nas Províncias
falada na administração
falada por cerca de 70% da população de todo o país
falada em Olivença e Táliga
falada em casa com pais e avós
(mais) falada no Rio Grande do Sul
(mais) falada do mundo (2x)
(mais) falada no mundo ocidental

Observamos que não se trata aqui de que todas as línguas devem poder ocupar o lugar de língua(s) oficial(ais). O que conta nessa reflexão é compreender a relação existente entre a denominação "língua falada" e a denominação "língua oficial" na relação espaços/línguas/sujeitos.

No modo como as línguas são ditas, como se fossem orais, faz parecer que não há escrita dessas línguas, isto é, que essas línguas não têm letra, no sentido de que a materialidade em que a língua se inscreve e se escreve como língua escrita, dos escritos, não existe. É-lhes apagada a historicidade, e é-lhes ignorada a existência dessa forma/fôrma material, como um desconhecimento.

Contradizendo o não-dito de que *as línguas faladas não são escritas*, temos, por exemplo, em Cabo Verde, a primeira gramática da língua cabo-verdiana, de Baltasar Lopes da Silva, *O dialeto crioulo de Cabo Verde*, publicada em 1957, época em que Cabo Verde era província de Portugal; e, em 1980, de Manuel Veiga, a *Diskrison strutural di lingua kabuverdianu*, publicada pelo Institutu Kabuverdianu di Livru. Ainda, em São Tomé e Príncipe, segundo Hagemeijer, há escritos em línguas santomenses, como, por exemplo, "os panfletos de Bêbêzawa e os raríssimos outros escritos desde o século XIX [...] exceções ao estatuto essencialmente oral destas línguas." Alguns anos antes da independência (1975), são escritos os primeiros cadernos com letras e ritmos musicais em santome. Outras publicações em santome incluem *Paga Ngunu*, uma colectânea de poesia, de Amadeu Quintas da Graça, diversos textos litúrgicos de Padre Leonel, *Semplu* (provérbios) de Olinto Daio, e *Aguêde Zô Vêssu e Coroa do Mar* da autoria de Carlos Espírito Santo.

É interessante lembrarmos com Mariani (2005a) que na história da formação social portuguesa, da mesma forma que na de outras nações europeias, a oralidade era a forma de afirmação e de aprendizado dos vernáculos frente ao latim, uma língua já gramatizada. Essa situação da lenta afirmação dessas outras línguas se transforma com o processo de gramatização, processo que acontece com as mudanças sociais, culturais e políticas. Com o projeto de identidade nacional, era preciso uma única língua a ser usada por todos com a função de regular juridicamente as relações de sujeição ao Estado e as práticas sociais. Entre o século XII e o século XV, época em que se constitui o Condado Portucalense,

a língua portuguesa e sua escrita vão paulatinamente se impondo, embora as duas primeiras gramáticas da língua só tenham vindo a público na terceira década do século XVI. Observe-se, ainda, que o idioma português era referido como "nossa lynguagem", como "linguagem ladinha portuguez" ou simplesmente como "linguagem". (MARIANI, 2005a, p. 182)

Nesse sentido, é possível pensar um retorno nesse jogo de relações de poder entre línguas, sujeitos, espaços. Não se trata mais do latim, mas do português como *língua europeia de herança* em relação à qual as outras línguas angolanas, cabo-verdianas, moçambicanas, santomenses, guineenses, brasileiras e portuguesas precisam se afirmar a partir de um processo de *descolonização linguística* (ORLANDI), e de *gramatização* (AUROUX).

Retomando os recortes dos textos das constituições, é possível ver o deslize de *línguas nacionais/maternas/veiculares* para *línguas faladas*, porque são essas, as mesmas, que precisam ser *preservadas/defendidas/valorizadas/promovidas* enquanto *patrimônio cultural* na relação de poder com a língua portuguesa, que já está *assegurada* em sua posição de língua oficial. É preciso que se "cuide" dessas línguas porque não estão "à mesma distância" em suas diferenças, também porque este lugar do escrito/da escrita já está ocupado. Dar visibilidade à dimensão da oralidade (falada(s)) é já significar de modo hierarquizado tendo a língua portuguesa como medida.

línguas portuguesas, e da língua portuguesa com as outras línguas, refletindo também sobre a forma histórica espaço de direito (países, 'comunidade', organizações internacionais), e o modo como o discurso colonial das descobertas e o discurso jurídico se inscrevem, atualmente, em suas várias modalidades, como, por exemplo, a do multilinguismo.

Argumentamos que tratar da diferença é tratar de uma divisão política, ideológica e histórica constitutiva das relações entre sujeitos/línguas/espços; é também tratar do modo como se observa essa divisão, interrogando-nos: o que se faz com ela? Como nos sustentarmos nela? Como fazê-la sustentar as práticas discursivas de modo a que ela (a diferença) não se apague; e, ao mesmo tempo, se constitua na mistura?

Tratar da diferença é pensar sobre a questão filosófica que não cessa de se inscrever/escrever, qual seja, a da unidade/diversidade. Em particular, tratamos da(s) língua(s) nesse jogo da unidade/diversidade, sempre pensada(s) no lugar da relação de tensão, de disputa porque sujeitos, espaços e línguas são sempre políticos. No nacionalismo em que vivemos, a unidade linguística é discutida em função de uma necessidade de limites, de discretas unidades, de marcas acuradas e precisas para o inescapável reconhecimento pelo outro desse corpo que se estrutura, se delimita e se cunha como o Estado-nação. É preciso aí que se produza a constituição de um imaginário de Estado-nação para que o sujeito se signifique como, por exemplo, português, guineense, angolano. Mas nesse jogo, sempre teremos a unidade na diversidade e a diversidade na unidade, porque uma anda par e passo com a outra (DELEUZE *apud* ORLANDI, 1990). A contradição é constitutiva nesse movimento da diferença na historicidade desse Estado-nação, seus sujeitos, suas línguas, seus espaços.

O argumento da especificidade ou da diversidade não é, por si só, garantia de que a diferença será lida como o diferente de (B) em suas (de B) próprias peculiaridades, produzindo nesse lugar mesmo do diferente, do desconhecido, sentidos para garantir, para sustentar o outro (B) como diferente, o da não unidade, da heterogeneidade, como algo que resta no outro (B) e que é só dele (B), e que para ser reconhecido (B por A) não precisa ter sentido a priori; não precisa ser familiar, porque esses sentidos outros (de B) vão se constituir na vivência dessa especificidade pelo outro (A) que a desconhece e por aquele (B) que se constitui nela e por ela.

No livro *Terra à vista* (1990, p. 92), Orlandi traz a metáfora da caricatura para dizer do olhar europeu sobre as línguas indígenas no Brasil, isto é, a partir de uma necessidade de produzir saber sobre essas línguas, os europeus o fazem tomando como referência a cultura europeia. Por essa reflexão, é possível pensar o modo como a CPLP diz das línguas portuguesas em espaços*, arregimentando uma memória que faz os sentidos funcionarem como caricatura, que pela "refração da imagem" essas línguas "resultam no efeito de estranheza", tanto que os sentidos hegemônicos que ainda circulam são de que só existe uma língua portuguesa, a herdada de Portugal pelos espaços que hoje são ditos lusófonos. Assim esse saber sobre se tece pela necessidade de produção de um conhecimento que descreve as outras línguas portuguesas em espaço* como a língua portuguesa que tem como referência a cultura portuguesa. Como nos diz Orlandi (1990, p. 92) a respeito das línguas indígenas no Brasil e do processo de colonização português, "lhes [europeus] é preciso tornar esse Novo Mundo lisível pela cultura europeia. Daí a unicidade da língua (há, no entanto, várias línguas indígenas), a transparência dos comportamentos etc."

Nesse mesmo sentido, Orlandi (2001a), ao observar o processo de produção pelo qual passam os instrumentos linguísticos do século XVI ao XIX no Brasil, mostra como é a partir de sua própria memória que o europeu (português), num primeiro momento, olha para o diferente numa *situação enunciativa de transporte* – reconhece-o e nomeia-o a partir de lá. Essa língua portuguesa é a de Portugal transportada para o espaço do diferente. Num segundo momento, ainda o olhar do europeu reconhece e nomeia, mas a partir de uma memória local, olha para o diferente numa *situação enunciativa de transferência*, posto que no espaço brasileiro. Essa língua portuguesa no Brasil continua sendo a de Portugal, só que na forma de uma variante. Dessa forma, Orlandi (2001a; 1993b) propõe uma distinção discursiva entre "transporte" e "transferência". Diz-nos ela,

não é senão quando há trabalho da memória local, do saber discursivo produzindo deslizamentos historicizados que temos transferência. Caso contrário temos apenas o transporte de processos de significação que não se inscrevem na história, cristalizando situações discursivas e sentidos. Isso diz respeito à materialidade discursiva que produz efeitos de sentido diferenciados ou não (*id.*, 2001a, p. 33).

Mas o movimento do sujeito na história é contínuo. E, apesar da ilusão do retorno e da repetição, esse movimento se faz sob uma diferença, se afastando da simples reprodução do idêntico. Assim, 'a' língua portuguesa em espaço* diferente do espaço português encontra-se desterritorializada, circulando em outro(s) espaço(s), historicizando-se em condições de produção específicas e próprias, a partir de memórias que se tecem por veredas de sentidos, no jogo da paráfrase e da polissemia, ou seja, no jogo da repetição "uso do diferente no mesmo, do outro no um" (ORLANDI, 1990, p. 44) com o deslizamento, a metáfora, o não-um do sentido. "A relação entre metáfora e paráfrase pode nos dar a larga dimensão do 'sem fundo' do sentido. A verticalidade (o interdiscurso, o repetível), ao mesmo tempo, fixa e desmancha qualquer origem" (*id.*, *ibid.*). Assim podemos dizer que as línguas portuguesas em espaço* são outras línguas, são línguas com *historicizações singulares*, efeitos da instauração de espaços-tempos próprios, diferentes do de Portugal (ORLANDI, 2001a).

Voltando, então, ao argumento da especificidade ou da diversidade, conforme dissemos, esse argumento não se constitui em garantia de que a diferença não será lida (por A) como as peculiaridades do outro (B) produzindo efeitos de familiaridade em (A); como o reconhecimento desse outro diferente (B) pelas diferenças já denominadas e conhecidas por (A); sentidos que se produzem como efeito do que é diferente, mas que não se deslocam da direção de que esse 'outro' (B) só é um *bom* outro (B), se for *o mesmo que nós* (A).

É preciso olhar para a diferença como uma relação em que (A) e (B) estejam à mesma distância, num movimento não regulado, não uniforme, não hierárquico. Conforme Orlandi (1990),

Na diferença, um é diferente do outro. Estão na mesma distância e é no movimento entre um e outro que podemos apreender as suas relações. Não é um o modelo e o outro a cópia. Não se trata de considerar um primeiro e um segundo (hierarquizada e reguladamente), nem tampouco dois iguais e separados claramente entre si, em si. (*id.*, *ibid.*, p. 41)

Pelas análises realizadas, compreendemos a denominação de *lusofonia* como espaço de dizeres (re)atualizando memórias como a da colonização, que constituem o sujeito do dizer e em que este se constitui. Uma memória já organizada pelo esquecimento do que não cessa de se escrever, pelo já-dito, pelo já-significado, que, ao mesmo tempo em que recorta um passado, aponta para uma latência de futuro, deixando na interdição outros nomes, outras línguas, outros sujeitos, outras histórias que aí venham-a-ser. Nesse sentido, é preciso compreender o equívoco que se produz por esse significante e olhar para a *unidade na(s) diferença(s)*: histórica, linguística, cultural, social, nacional e de relações internacionais, em que cada espaço/sujeito/língua se constitui pensando essas relações entre espaços/sujeitos/línguas como uma intrincada rede de distinções e transformações (ORLANDI, 2001a).

A ilusão de totalidade produzida por esse dizer da CPLP sobre *a língua portuguesa* esbarra na disputa por sentidos constitutiva de todo processo discursivo da denominação. Ou seja, o real das denominações de dezenas de línguas praticadas nos espaços da CPLP contradita esse imaginário homogêneo: brasileiro, bolo, caboverdiano, crioulo, diriku, holu, khue, kikongo, kilari, kimbundo, kisikongo, kuangali, lucazi, badiara, biafada, crioulo da Alta Guiné, jola-felupe, kasanga, mandinka, mandjak, nalu, n'ko, papel, maniaua, maniika, muani, natembo, ndau, ngoni, nsenga, fimbi, português timorense, ronga, suahili, suati, takuané, teue, tonga, adabe, baikeno, bunak, fataluku, galoli, habun, kemak, lakalei, makasae, asturiano, galiciano, mirandês.

Ainda, pelas análises, chegamos aos processos discursivos que nos ajudaram a compreender as discursividades sobre *língua, língua portuguesa, lusofonia e comunidade*. Apesar de, nelas, estar inscrita uma memória hegemônica que faz retornar a questão sobre língua portuguesa: como efeito de unidade linguística em face de uma diversidade não reconhecida; ou como efeito de unidade linguística em face de uma diversidade reconhecida, mas tomada como variação, pensamos que, nessa repetição, os sentidos já deslizaram, e o que há é a transformação: são outras línguas essas ainda chamadas de *Língua Portuguesa*.

Os efeitos de sentido produzidos pelos referentes *língua portuguesa e comunidade*, no discurso da CPLP – nos recortes do documento da *Declaração*

Constitutiva em particular e nos outros recortes já trazidos para análise –, hegemonomizam a ideia de uma única língua, e naturalizam as relações sociais, como se, nos países membros, elas funcionassem sem disputa de poder ou litígio interno, por características naturais e culturais, e não por interesses particulares filiados a determinada rede de dizeres.

Esse discurso da CPLP sobre **uma e a língua portuguesa** comum, a mesma supostamente falada por todos igualmente, numa mesma *comunidade*, faz esquecer que o homem é um animal político e que, portanto, suas relações são assimétricas.

Esse desencontro da língua portuguesa com ela mesma não nos permite mais, como assinala Orlandi (2009),

falar em lusofonia, mas em refletirmos sobre a situação da diversidade linguística com que se apresentam hoje os países de colonização portuguesa. Estamos em um campo multilíngüe saído [...] da dominação da língua portuguesa dos lusos. É esta situação que precisa ser refletida. A situação da língua portuguesa hoje não cabe mais na estreita noção de lusofonia. As nossas relações são de outra ordem. E nossa língua é outra. A que insisto chamar de Língua Brasileira. (*id., ibid.*, p. 180)

Pela noção de políticas de línguas articulada à noção de Estado-nação, foi possível compreender a representação de língua portuguesa construída nos dizeres de organizações internacionais como a CPLP.

Concordamos com Freixo (2009), quando afirma que "a lusofonia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [são] projetos políticos, acima de tudo, portugueses, tanto sob o ponto de vista dos ditames político-estratégicos ou econômicos, quanto em seus aspectos simbólicos" (*id., ibid.*, p. 185). O que já coloca em evidência o equívoco de como esse espaço de direito supranacional está formado. Ou seja, ao dizer, como vimos, em sua *Declaração Constitutiva* que "os respectivos Povos [têm] *um vínculo histórico e um patrimônio comum* [a língua portuguesa] resultantes de *uma convivência multissecular que deve ser valorizada*", podemos pensar em paráfrases tais como

- Os Povos dos Países de Língua Portuguesa têm um vínculo histórico e um patrimônio comum entre si porque conviveram durante muitos séculos.
- Os Povos dos Países de Língua Portuguesa têm uma convivência multissecular porque têm a mesma língua que é um patrimônio e um vínculo.

- O vínculo histórico e o patrimônio resultam de uma convivência multissecular entre os Povos dos Países de Língua Portuguesa.
- Os Povos dos Países de Língua Portuguesa devem reconhecer o valor dessa convivência multissecular.

Pensar assim, é esquecer que Portugal colonizou, explorou, submeteu e subjuguou, durante múltiplos séculos, a todos os outros países que fazem parte dessa lista da *comunidade*. No momento em que Portugal faz parte da lista, silencia-se a história de resistência, de confronto, de diferença, e, nessa repetição de sentidos para assegurar um espaço de estabilidade parafrástica, outras histórias/outros sentidos se abrem no jogo polissêmico desregulando o jogo de forças anterior, trazendo a possibilidade de outra memória, de outro fazer histórico.

Os efeitos de sentido produzidos a partir desses dizeres da CPLP ressoam pelo atravessamento e pelo desdobramento dos já-ditos e se projetam para um futuro, impregnando-o com o esquecimento e a lembrança necessários à disputa política pelos sentidos.

Concluimos, ainda, que os efeitos de sentido de língua portuguesa estarão sempre em deriva e em devir, pois constituídos na relação de diferença, podendo significar e não significar língua nacional, língua materna e língua oficial, sendo outras, as línguas portuguesas em espaço*. Nossas análises permitiram-nos compreender também como os sentidos de nação, língua nacional e língua portuguesa se atravessam e se contradizem em determinadas discursividades, levando em conta os espaços em que esses dizeres são produzidos. Dessa forma, para parte dos sujeitos moçambicanos e guineenses, por exemplo, a língua portuguesa oficial é mais uma língua nacional, dentre as dezenas de línguas que lá coexistem. E como tal não é a língua portuguesa de Portugal, nem a mesma para todos os países que a têm como oficial. Ao contrário, toma a forma histórica do espaço e dos sujeitos que habitam essa língua em espaço*, como é o caso da língua moçambicana¹⁷⁶ (a

¹⁷⁶ Segundo Firmino (2006), o processo da moçambicanização do português "pode ser definido como um processo de aculturação através do qual uma língua ex-colonial se aproxima do contexto sócio-cultural de um país pós-colonial. Através da nativização, uma variedade não-nativa é culturalmente integrada na ecologia social da pós-colônia e adquire novas funções sociais. Além disso, ela desenvolve inovações linguísticas que ganham significado comunicativo e social no contexto destas novas funções". Ou, ainda, "há, em Moçambique, uma construção social do Português, um processo que criativamente faz uso dos recursos

nativização/moçambicanização do português), ou da língua angolana em Angola, e da língua brasileira, no Brasil, ou dos chamados "crioulos" em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe, e na Guiné-Bissau, por exemplo. Mas, contraditoriamente, para parte dos sujeitos, estas se denominam como língua portuguesa à imagem da língua de Portugal, como na discursividade da CPLP sobre essa relação língua/sujeito/espço.

É importante observarmos por fim que a língua considerada como oficial e praticada nos espaços santomense, guineense, brasileiro, angolano, moçambicano, caboverdiano já não é a língua portuguesa, mas não é sem a língua portuguesa.

Podemos, também, compreender como a *forma histórica espaço* é determinante da língua e dos sujeitos e, ao mesmo tempo, determinada pela língua e pelos sujeitos de cada espaço específico, ao analisarmos como as línguas são ditas nas constituições dos países da CPLP, já que essas Cartas trazem inscrito nelas, num gesto de completude, um imaginário que representa o espaço da nação, o sujeito da nação, e a língua nacional. A Constituição engendrada como o documento que dá existência reconhecida à forma histórica Estado de direito não consegue encobrir a falta que lhe é constitutiva. Ao garantir o direito à língua oficial portuguesa para todos, é aí onde a falta se materializa, posto que o real dessa língua é dito por outras línguas com outras historicidades que nada têm a ver com essa língua portuguesa nem com esse direito.

Consideramos com Miaille (2005), que o Estado é a expressão de um certo estado das forças produtivas e das relações de poder, "um fenômeno histórico surgido num dado momento da história, para resolver as contradições aparecidas na 'sociedade civil'" (*id., ibid.*, p. 128). Mas, ao mesmo tempo, para perpetuá-las em proveito da classe dominante. Assim o Estado é a forma sociopolítica na qual a classe dominante exerce seu poder. Não é ele "um instrumento a serviço de um sistema sociopolítico, ele é esse sistema" (*id., ibid.*, p.135).

Sabemos que o Estado capitalista está fundado nas desigualdades sociais e econômicas e precisa delas para se manter, e que esse tipo de Estado procura administrar as desigualdades, sobretudo as que vão se tornando contraproducentes para o capital. Nesse

disponíveis no modelo europeu, bem como de inovações enraizadas nas condições políticas, económicas, sociais, culturais e linguísticas prevaletentes no país" (2008b, p. 10).

sentido, ao refletir sobre o par exclusão/inclusão produzido pelas políticas linguísticas, sejam elas sustentadas ou numa filosofia multiculturalista, ou numa monoculturalista, consideramos esse par como efeito de sentido, pois, podemos pensar aqueles denominados como excluídos como justamente os não excluídos do modelo capitalista; é, paradoxalmente, por eles, para eles e neles que esse modelo se sustenta, e os sustenta para neles se reproduzir (BRANCO; SILVA SOBRINHO, 2011).

É, dessa forma, pelo trabalho simbólico da ideologia, que as políticas públicas, – e no caso aqui sobre língua portuguesa, no tocante à CPLP e às organizações com que essa discursividade se intrinca –, parecem ser feitas para todos, e, não só isso, parecem ser praticadas da mesma forma em relação a todos (no caso *os falantes da língua portuguesa do mundo lusófono*). Retomamos aqui Miaille (1995) que nos faz refletir produtivamente sobre a evidência de que as políticas são para todo aquele sujeito ao Estado, mostrando que esse imaginário de que estamos no mesmo barco, ("claro que há os passageiros da cobertura e os do convés" (MIAILLE, 1995, p. 134), é o simulacro de um "velho solidarismo" que é

precisamente que as diferenças entre os passageiros desse barco são fundamentais. São diferenças de classe e, como tais, elas não nasceram do acaso. Explicam-se, objetivamente, pelo lugar que os indivíduos ocupam no processo de produção econômica, sendo esse mesmo processo que está na base do modo de produção dominante" (*loc. cit.*).

A partir disso, outra conclusão que trazemos, embora saibamos que é inicial, é a de que uma 'comunidade' formada por Estados-nações sob a denominação de Organização Internacional, espaço supranacional, que anuncia a formação, por exemplo, de uma União Europeia, de uma CPLP, de uma União Africana, de uma OIF, de uma UNESCO é um articulador simbólico (ORLANDI, 2010), assim como o Estado-nação o é. E, nessa comunidade de Estados, espaço supranacional, que administra as desigualdades, que organiza a globalização e os blocos regionais, que fabrica e regula as políticas públicas, e, no nosso caso, as linguísticas, para manter o *status quo* de acordo com a 'vontade do povo'¹⁷⁷, há uma

¹⁷⁷ Aqui remetemos para a noção de 'povo' como uma das "ficções demagógicas" a que Pêcheux se refere ao criticar o idealismo neopositivista e o empirismo lógico, que não tomam as ideologias como *formas materiais* que *constituem os indivíduos em sujeitos* (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 129).

hierarquização entre os Estados-membros que não consegue silenciar a diferença entre eles, determinando as relações de poder no interior dessas comunidades. Com relação à CPLP, parece ser Portugal pelo discurso da lusofonia que produz o efeito de sobredeterminação do espaço lusófono sobre os outros espaços.

Mas não sem conviver com algum tipo de resistência, como tivemos oportunidade de compreender pelas análises, porque os sujeitos são seres simbólicos e históricos em movimento assim como os espaços, e os sentidos não são os mesmos para todos. Nessa divisão, a noção do que é língua portuguesa vai ser definida pelo modo como os sentidos de língua portuguesa se equivocam ao serem ditos pelas práticas languageiras desses sujeitos nos diversos espaços discursivos aqui em estudo. Como, por exemplo, a resistência, no espaço guineense, à alfabetização em português, o que fez com que o processo de alfabetização fosse realizado em "crioulo", e, depois, em fula, considerando o português como uma segunda ou terceira língua para esse processo de alfabetização. Vemos, também, os efeitos de resistência no discurso oficial de Angola materializados pela não menção à língua portuguesa como língua oficial em sua Constituição de 1975, logo após sua independência de Portugal. Nesse texto, há o apagamento sobre a denominação da língua oficial do Estado-nação recém-formado.

Não naturalizarmos a organização político-geográfica do espaço, considerando-a como objeto simbólico em sua materialidade e em suas formas históricas específicas de significar nos permitiu compreender que, apesar de muitos dos sentidos continuarem sendo da ordem da opacidade para nós, o efeito de unidade comum produzido nesses espaços não pode ser naturalizado porque é da ordem do histórico, isto é, a produção do trabalho ideológico-político de homogeneização do social nesses espaços está constituída pela tensão e pela contradição.

Dessa forma, pensar a ideologia do espaço de direito não só nacional, mas também supranacional possibilita refletir sobre essas 'novas' configurações da ideologia jurídica correspondentes às novas configurações do capitalismo na era da mundialização, e, nessa esteira, compreender as transformações do Estado Nacional, enquanto espaço político e social que tem uma forma particular, que é histórica, e que muda ao longo do tempo, de acordo com as determinações sociais, políticas, econômicas, etc.

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos, ao dizer sobre o Estado-nação, produz efeitos de sentido que apontam esse Estado como sobredeterminado pelas Organizações Internacionais, mas também significado como articulador, organizador fundamental dessas organizações. Ele no diz,

O Estado é hoje mais importante do que nunca. O Estado organiza a globalização, os blocos regionais. Quem esteve no Québec? Estiveram lá os empresários, estiveram lá os sindicatos? Não, estiveram lá os governos. Quem esteve no Mercosul? Quem anunciou a União Européia? O próprio Estado é um princípio ativo na globalização neoliberal e, neste momento, o Estado-Providência que havia na Europa – e era um Estado-Providência dos cidadãos – é hoje um Estado de Providências das empresas. Nunca se viu tanto dinheiro a fundo perdido de investimentos para as empresas se instalarem. O Estado continua a ser um articulador fundamental, mesmo quando privatiza. O Estado organiza as privatizações e vai ter que organizar a regulação, porque os serviços, a não ser que haja uma convulsão política muito grande dentro de um sistema democrático, têm que ter uma certa regulação. A chamada meta-regulação pertence ao Estado. Portanto, não pensemos que ele deixou de ser importante ou é uma instituição obsoleta.¹⁷⁸

Nessa direção, ao falar dessa deriva de sentidos do Estado-nação que parece apontar para uma outra ordem jurídica internacional, Estrada Álvarez (2009) observa como ponto chave para a constituição dessa ordem jurídico-econômica neoliberal a negociação de tratados de livre comércio. E, acrescenta que, nesses tratados, procura-se criar "uma ordem jurídico-econômica supranacional, uma espécie de constituição política do mercado total", "despojada de suas vestes nacionais", cujos "interesses capitalistas particulares são vendidos à opinião pública como sendo de interesse nacional." E que esses Tratados de Livre Comércio (TLC) representam, na verdade, formas institucionalizadas das novas configurações do sistema de poder supra e transnacional.

Para Sassen (2003), já a partir dos anos noventa há a constatação de uma considerável "institucionalização de 'direitos' para as empresas não nacionais, para as transações fronteiriças e para as organizações supranacionais. O que obriga os estados-nações a se integrarem ao processo de mundialização. De fato, o Estado continua sendo, em

¹⁷⁸ Entrevista de Boaventura de Sousa Santos ao site www.fórum.org.br.

última instância, o fiador dos direitos do capital mundial, isto é, o protetor de contratos e de direitos de propriedade" (*id., ibid.*, p. 38-39).

Finalizamos deixando questões.

Sabemos que o modo como o Estado individualiza o sujeito é passível de ruptura pela falha constitutiva do ritual ideológico que se dá no processo de identificação do sujeito em relação a esse Estado (ORLANDI, 2001, 2010), e, em nosso caso, em relação a essa comunidade de Estados, a CPLP. Nesse sentido, poder-se-ia pensar, a par desse processo de individualização do sujeito de direito pela forma histórica espaço de direito (Estado-nação), que haveria a interpelação pelo espaço de direito supranacional (Organização Internacional) que individualizaria o sujeito em sua memória supranacional? Como essa discursividade se produziria? Seria uma mera repetição ou há aí deslocamentos? Quais?

7.1. O τέλος e o Resto

Quantos passos
é preciso dar
para chegar
ao fim
de uma rua
curva
é o que o olhar
só alcança depois
à medida que se chega

(E. GUIMARÃES, *Corpo*)

Esse é o ponto em que o sujeito se engancha na ideia de que é preciso dar um remate a suas reflexões, a suas palavras.

Mas resta... também o silêncio que nos constitui o dizer.

Então ocorreu o significante grego *τέλος* (*télos*), que traz o sentido de um ponto para o qual se move algo em busca de um estado de caráter concludente, estável, sem perder o movimento circular¹⁷⁹, em que o fim e o começo se articulam num movimento de retorno e de repetição. Esse era o movimento perfeito para os gregos, porque, nele, começo e fim coincidem. Contudo, esse movimento do sujeito deixa um resto porque as pontas desse círculo não se tocam, não coincidem. Apesar do retorno e da repetição. Pois, como escutamos de Henry (1992 [1977]), a "repetição propriamente dita é o retorno do mesmo sob uma diferença, não a simples reprodução do idêntico" (*id.*, *ibid.*, p. 173), porque o sujeito está em movimento na história.

Na busca desse estado, estamos em travessia, nos movemos. Movemo-nos em busca de, desde sempre.

E nessa travessia há palavras. Mas não todas. E não quaisquer umas.

As aqui escritas e seu silêncio constitutivo são resultado de uma história que, ao longo, se marcou de múltiplas vicinais, de múltiplos outros. De retornos e repetições e rupturas.

¹⁷⁹"Não nos esqueçamos que o único movimento perfeito para os gregos era o movimento circular, pois somente nele o início e o fim coincidem (*cf. Phys.* 246 a₁₅₋₁₆: *hótan málista génetai kyklos kai hótan béltistos*; 'quando [o movimento] se torna o mais circular, isto é, quando se torna o melhor')" (PUENTE, 2003).

Mas, apesar de nos apercebermos como "caçador desembriagado", precisamos vislumbrar um *télos*.

8. Bibliografia

8.1. Sobre Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas, História, Psicanálise

ACHARD, Pierre *et alii*. *Papel da memória*. Trad. José H. Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

AGUSTINI, C. (N)as dobraduras do dizer e (n)o não-um do sentido e do sujeito: um efeito da presença do interdiscurso no intradiscurso. In: FERREIRA, M. C. L. e INDURSKY, F. (Orgs.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 303-312.

ALTHUSSER, L. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. Trad. Mônica Zoppi. *Revista Crítica Marxista*, nº 20, 2005, Editora Revan, p. 9-48. ISSN 0104-9321.

_____. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1976].

_____. *Resposta a John Lewis: a questão do humanismo*. Lisboa: Estampa, 1973.

AQUINO, J. E. de. *O que há de materno na língua?* Considerações sobre os sentidos de língua materna no processo de gramatização brasileira nos séculos XIX e XX. Dissertação de Mestrado em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, SP: 2012.

ARNOUX, Elvira. Las políticas lingüísticas en los procesos de integración regional. *Signo y Seña*, Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, série Revistas Especializadas, 1995, p. 11-27. ISSN: 0327-8956.

ATAS SIMPÓSIO "BRASIL: 500 ANOS DEPOIS", Santiago de Compostela, 6-10 nov. 2000. Universidade de Santiago de Compostela, La Coruña – Deputación Provincial da Coruña, 2002. Organizado pela Cátedra UNESCO de Cultura Luso-Brasileira.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001 [1992].

_____. *A filosofia da linguagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. *Questão da origem das línguas*. A historicidade das ciências. Campinas: RG, 2008.

BALIBAR, R. *L'institution du français*. Essai sur le colinguisme des carolingiens à la République. Paris: PUF, 1985.

_____. La langue républicaine : une politique des textes. In : BRANCA-ROSSOF, Sonia (org.). *L'institution des langues*. Renée Balibar du colinguisme à la grammatisation. Paris: Maison des Sciences de L'homme, 2001. p. 27-43.

BADIOU, Alain. *Ética um ensaio sobre a consciência do mal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BALDINI, L. Quando faltam palavras, quando as palavras são demais. IN: BRANCO, L. K. A. C.; SANTOS, G. L. dos; RODRIGUES, E. A. (orgs.). *Análise de discurso no Brasil: uma homenagem a Eni Orlandi*. Pensando o impensado sempre. Campinas, SP: RG, 2011.

_____. Cidade e sujeito na rede. In: ORLANDI, E. (org.). *Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no sul de Mnas*. Campinas: Editora RG, 2011. p.57-68.

BARRETO, R. G. Análise de Discurso: conversa com Eni Orlandi. TEIAS, Rio de Janeiro, ano 07, nº 13-14, p. 01-07, jan/dez. 2006. Disponível em:

- <[http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path\[\]=210&path\[\]=209](http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path[]=210&path[]=209)>. Acesso em: mar. 2009.
- BRANCA-ROSSOF, S. (org.). *L'institution des langues*. Renée Balibar Du Colinguisme à la grammatisation. Paris: Maison des sciences de l'homme, 2001.
- _____. Renée Balibar: de l'institution des langues à leur universalisation. In: BRANCA-ROSSOF, S. (org.). *L'institution des langues*. Renée Balibar Du Colinguisme à la grammatisation. Paris: Maison des sciences de l'homme, 2001.
- BRANCO, L. K. A. C. *Historicidade e sentidos: a palavra crioulo nos discursos sobre a língua de Cabo Verde*. Niterói, 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, UFF, Niterói, 2007.
- _____. CPLP: a inscrição da contradição na homogeneidade. In: *ANAIS do 1º CIELLI - Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários*. Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá – UEM, 9, 10 e 11 de junho de 2010. ISSN 2177-6350. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-111.aspx>. Acesso em: jul. 2010.
- _____. Projeto Fapesp 2010/15878-3 – A língua em além-mar: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre a língua portuguesa. Orientadora Carolina María Rodríguez Zuccolillo. 2010a.
- BRANCO, L. K. A. C.; SILVA SOBRINHO, J. S. Teoria em voz de poeta. In: BRANCO, L. K. A. C.; SANTOS, G. L. dos; RODRIGUES, E. A. (orgs.). *Análise de discurso no Brasil: uma homenagem a Eni Orlandi*. Pensando o impensado sempre. Campinas, SP: RG, 2011.
- BRANCO, L. K. A. C.; SANTOS, G. L. dos; RODRIGUES, E. A. (orgs.). *Análise de discurso no Brasil: uma homenagem a Eni Orlandi*. Pensando o impensado sempre. Campinas, SP: RG, 2011.
- CANGUILHEM, G. Le cerveau et la pensée. In: Balibar E. *et alii* (eds.). *Georges Canguilhem, philosophe, historien des sciences*. Paris: Albin Michel, 1993. p. 11-33.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. A língua francesa: pré-construído e acontecimento linguístico. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010a [1994].
- _____. *Un prêt-à-parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- _____. *Une autre lecture du Dictionnaire de l'Académie* (1964), parcours linguistiques de discours spécialisés. Berne: Peter Lang, 1993.
- COLOMBAT, B.; FOURNIER, J-M.; PUECH, C. *Histoire des idées sur le langage et les langues: 50 questions*. Paris: Klincksieck, 2010.
- COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EduFSCar, 2009 [1981].
- _____. Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, v. 9, n° 2, p. 239-64, 1982.
- _____. Chroniques de l'oubli ordinaire. *Sediments*, n° 1, Montreal, 1986.
- DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 [1975].
- DE CERTEAU, M.; REVEL, J.; JULIA, D. *Une politique de la langue: la révolution française et les patois*. Paris: Gallimard, 1975.
- DIAS, L. F. *Os sentidos do idioma nacional*. As bases enunciativas do nacionalismo no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

- DIAS, C. P. Imagens e metáforas do mundo. *RUA* [online], nº 15, v. 2, Campinas, nov. 2009. ISSN 1413-2109
- _____. Espaço, tecnologia e informação: uma leitura da cidade. In: RODRIGUES, Eduardo. A.; SANTOS, Gabriel. L. dos; BRANCO, Luiza. K. A. C. (Orgs.). *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre: uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: RG, 2011. p. 259-272.
- DINIZ, L. R. A. *Mercado de línguas*. A instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira. Campinas, SP: RG Editora/FAPESP, 2010.
- _____. *Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*. Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, SP: [s.n.], 2012.
- DI RENZO, A. M. *A constituição do estado brasileiro e a imposição do português como língua nacional: uma história em Mato Grosso*. Campinas, 2005. 229 f. Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, SP: 2005.
- ESCRITOS: linguagem, cidade, política, sociedade*. Cidade, Consenso e Políticas Públicas, nº 8, dez. 2004, Campinas, SP: Labeurb, CNPq, PRONEX.
- FABIAN, J. *Time and the other: how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1972.
- _____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *O Poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 301-344.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Trad. Bethania Mariani. Campinas: Pontes, 2004.
- GADET, F.; HAK, T (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania Mariani et alii. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- GALVES, C. et alii. (org.) *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2ª ed. SP: Cia. das Letras, 2003.
- GUATARRI, F. O capitalismo mundial integrado e a revolução molecular. In: ROLNIK, S. (org.). *Revolução molecular*. Pulsões políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. Traduzido por S. Lagazzi; J. H. Nunes. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-183.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2005a [2002].
- _____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 2005b.

- _____. Brasil: país multilíngüe. Apresentação. *Revista Ciência e Cultura: Línguas do Brasil, Ciência e Cultura: Línguas do Brasil/Artigos*, Ano 57, nº 2, abr./mai./jun. 2005. São Paulo, Scielo, 2005c. p. 22-23.
- _____. A língua portuguesa no Brasil. *Revista Ciência e Cultura: Línguas do Brasil, Ciência e Cultura: Línguas do Brasil/Artigos*, Ano 57, nº 2, abr./mai./jun. 2005. São Paulo, Scielo, 2005d. p. 24-28.
- _____. Língua oficial. *Enciclopédia das Línguas no Brasil*. Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_oficial.htm. Acesso em: ago. 2006.
- _____. Política de Línguas na Linguística Brasileira: da abertura dos cursos de Letras ao Estruturalismo. In: ORLANDI, Eni P. (org.) *Política Linguística no Brasil*. Pontes: São Paulo, 2007.
- GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.
- GUIMARÃES, E.; ZOPPI FONTANA, M. *Introdução às Ciências da Linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.
- HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.
- HENRY, P. *A ferramenta imperfeita*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992 [1977].
- _____. Os fundamentos da 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux (1969). In: HAK, T. e GADET, F. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997d [1983]. p. 13-38.
- _____. Sentido, sujeito, origem. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- _____. A história não existe? In: Traduzido por J. H. Nunes. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2010a [1994].
- JOBIM, J. L. Trocas e transferências literárias e culturais: do nacional aos blocos transnacionais. In: _____ (org.). *Trocas e transferências culturais: escritores e intelectuais nas Américas*. Niterói, RJ: DUFF; Rio de Janeiro: De Letras, 2008. p. 93-111.
- MALDIDIÉ, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.
- MARIANI, B. Linguagem e história (ou discutindo a lingüística e chegando à análise do discurso). *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói: Instituto de Letras/ UFF, nº 12, p. 13-23, 1996.
- _____. Discurso, memória e acontecimento. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói: Instituto de Letras/ UFF, nº 14, p. 35-47, 1º sem 1997a.
- _____. Fundamento sujeito-teórico da análise do discurso – a questão da produção de sentidos. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói: Instituto de Letras/ UFF, nº 15, p.33-46, 2º sem. 1997b.
- _____. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- _____. A defesa da pátria: 1935 nos jornais e a memória discursiva da brasilidade. In: BARROS, D. L. P. de (org.). *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2000. p. 223-235.
- _____. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, E.

- (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: UNEMAT Ed., 2001. p. 99-124.
- _____. Colonização lingüística e efeitos da memória. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (orgs.). *Línguas e instrumentos lingüísticos*, 12. Campinas, SP: Pontes; Capes-Procad, jul./dez. 2003.
- _____. *Colonização lingüística*. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI-XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. A língua como questão nos primórdios da história da colonização africana: a Crônica da Guiné, de G. E. de Zurara. *Gragoatá - Revista do Instituto de Letras da UFF*, Niterói, v. 19, p. 177-192, 2005a.
- _____. Do sujeito: Psicanálise e Lingüística. In: *Educação e subjetividade*, ano 1, nº 1, p. 63-78, 2005b.
- _____. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. *Polifonia*, v. 12, nº 1, Cuiabá, MT: EdUFMT, p. 21-45, 2006a.
- _____. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. In: *Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, 2, 2005, Porto Alegre. Anais do II SEAD. Porto Alegre, 2006b. 1 CD-ROM.
- _____. Políticas de colonização lingüística. In: *Revista Letras*, UFSM, Santa Maria, RGS, nº 27, v. 1º sem, p. 56-64, 2006c.
- _____. Quando as línguas eram corpos - Sobre a colonização lingüística portuguesa na África e no Brasil. In: ORLANDI, E. (org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- _____. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e lingüísticas. In: *Revista Encontros de Vista*, 2ª ed., ed. jul/dez, 2008a. Disponível em: <http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/>.
- _____. Da colonização lingüística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngues. In: *Gragoatá*, Niterói (RJ), nº 24, p. 71-88, 1º sem. 2008b.
- _____. Língua nacional e pontos de subjetivação. *Revista de Estudos Lingüísticos - GEL*, São Paulo, 37 (3), p. 25-31, set.-dez. 2008c.
- _____. Arquivo e língua nacional: percursos de pesquisa. In: MEDEIROS, V. G. e TEDESCO, M. T. (orgs.). *Travessia nos estudos de língua portuguesa: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres*, 2010. p. 81-99. ISBNs: Livro Virtual: 978-85-86837-75-3; Ebook: 978-85-86837-76-0.
- _____. Uma revolução e seus impasses lingüísticos: Moçambique. In: *Revista Letras - Políticas Lingüísticas: espaços, questões e agendas*, v. 21, nº 42, jan./jun. 2011, p. 129-149, UFSM, Santa Maria (RS).
- MARIANI, B. (org.). *A escrita e os escritos*. Questões em Análise do Discurso e em Psicanálise. São Carlos, SP: Ed. Claraluz, 2006.
- MARIANI, B.; MEDEIROS, V. G. de. Notícias de duas pesquisas: idéias lingüísticas e governo JK. In: *Veredas On Line*, nº 1, 2007a, p. 128-144, Juiz de Fora: PPG Linguística/UFJF.
- MARIANI, B.; JOBIM, J. L. National language and post-colonial literature in Brazil. In: *Revista da ANPOLL*, nº 1. 1995.
- MAZIÉRE, F. *Análise do Discurso: história e práticas*. Traduzido por M. Marcolino. São Paulo: Parábola, 2007.

- MEDEIROS, V. G. Jornal, arquivo e instrumento linguístico. In: *Ideias Linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Rio de Janeiro: Faperj, Campinas: Editora RG, 2010. p. 85-107.
- _____. Sabendo (d)a língua pelo jornal: o que colunas, publicações e produção de material nos dizem da língua. In: MEDEIROS, V. G. e TEDESCO, M. T. (orgs.). *Travessia nos estudos de língua portuguesa: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres*, 2010a. p. 287-296. ISBNs: Livro Virtual: 978-85-86837-75-3; Ebook: 978-85-86837-76-0.
- _____. A língua em solo brasileiro na *Revista Brasileira* no período JK. *Revista da ANPOLL*, nº 25, jul-dez, 2008. ISSN 14147564.
- NUNES, J. H. Formação do léxico e saber linguístico. *Relatos*, Campinas: DL, IEL, Unicamp, nº 5, p.14-22, outubro 1997.
- _____. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, SP: Pontes, São Paulo, SP: FAPESP, 2006.
- _____. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. Texto apresentado no II SEAD, Porto Alegre, UFRGS, 2005. Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose_horta.pdf. Acesso em: jan. 2007.
- _____. Uma articulação da análise de discurso: com a história das ideias linguísticas. *Letras*, Santa Maria, v. 18, nº 2, p. 107-124, jul./dez. 2008.
- ORLANDI, E. A incompletude do sujeito. In: Orlandi, E. *et alii. Sujeito e texto*. São Paulo, EDUC, Série Cadernos PUC, 1983. p. 9-16.
- _____. Segmentar ou Recortar. In: GUIMARÃES, E. (ed.) *Série Estudos*. Linguística: questões e controvérsias, n 10. Uberaba: Fiube, 1984. p. 9-26.
- _____. A Análise do Discurso: algumas observações. *D.E.L.T.A.* vol. 2, nº 1, p. 105-126, 1986.
- _____. *O que é linguística*. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1987. Coleção Primeiros Passos.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. *As formas do silêncio: movimento dos sentidos*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1993.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1996 [1983].
- _____. Paráfrase e Polissemia: A fluidez nos limites do simbólico. *RUA*, v. 4, p. 9-19, 1998.
- _____. (org.). *História das idéias linguísticas: a construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001a.
- _____. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001b.
- _____. (org.) *Cidade atravessada*. Os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, Pontes, 2001c.
- _____. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

- _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002a.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- _____. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2003a.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes: Vozes, 2004a [1996].
- _____. *Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2004b.
- _____. Processo de descolonização linguística e lusofonia, *Linguística e Instrumentos lingüísticos*, n.19, Campinas: Pontes, 2005b. p. 9-20.
- _____. A língua brasileira. In: *Revista Ciência e Cultura: Línguas do Brasil/Artigos*, São Paulo: Scielo, vol. 57, nº 2, abril/junho 2005c. ISSN 0009-6725
- _____. Entrevista sobre memória metálica. In: BARRETO, Raquel Goulart. *Análise de Discurso: conversa com Eni Orlandi*. TEIAS, Rio de Janeiro, ano 07, nº 13-14, p. 01-07, jan/dez. 2006. Disponível em: <[http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path\[\]=210&path\[\]=209](http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path[]=210&path[]=209)>. Acesso em: mar. 2009.
- _____. A noção de "povo" que se constitui em diferentes discursividades. In: SILVA, Soeli Mª Schreiber da (org.). *Sentidos do povo*. São Carlos: Claraluz, 2006b.
- _____. In: Seminário Interno "A noção de materialidade", reunião do Grupo de Pesquisa DiCiT (Discurso, Ciência e Tecnologia) coordenado pela Profª Drª Cristiane Dias, Labeurb, dez. 2007a. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/videos.lab>>. Acesso em: jul. 2009.
- _____. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. *ComCiência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. SBPC/Labjor, 10 de julho de 2007b. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296>. Acesso em: jul. 2008.
- _____. *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007b.
- _____. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG, 2009.
- _____. Terrorismo. Uma difícil tarefa de definição. In: RESENDE, L. *et alii Léxico e gramática: dos sentidos à construção da significação*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2009a. p. 99-125.
- _____. Espaços linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. *Revista RUA*, nº 18, v. 2, novembro 2012, Labeurb-Nudecri, Campinas, SP, 2012.
- ORLANDI, E. *et alii*. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.
- ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010a [1994].
- _____. *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010b.
- ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

- _____. *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das Ideias Lingüísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- ORLANDI, E.; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. A construção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico. In: Cidade, consenso, e políticas públicas, *Escritos*, nº 8, Campinas: Labeurb/Nudecri, dez. 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história*. São Paulo: PUC-SP, nº 10, p. 7-28, 1993 [1984].
- PAGOTTO, E. G. Variedade do português no mundo e no Brasil. *Revista Ciência e Cultura: Línguas do Brasil/Artigos*, São Paulo: Scielo, vol. 57, nº 2, abril/junho 2005, p. 31-34.
- PAYER, M. O. Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade. In: ZOPPI FONTANA, M. (org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG Editora, 2009a.
- _____. O trabalho com a língua como lugar de memória. *Synergies Brésil*, nº 7, 2009b. p. 37-46.
- _____. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006.
- _____. Entre a língua nacional e a língua materna. In: FERREIRA, M. C. L.; INDURSKY, F. (orgs.) *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 337-346.
- _____. A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, E. (org.). *História das Ideias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001. p. 235-256.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. E. Orlandi *et alii*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997 [1975].
- _____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. J. H. Nunes. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas: UNICAMP/ IEL, nº 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.
- _____. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: ORLANDI, E. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux Textos selecionados*. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1990].
- _____. Análise automática do discurso (AAD-69). Trad. E. Orlandi. In: HAK, T.; GADET, F. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997a [1969]. p. 61-161.
- _____. A Análise de Discurso: três épocas (1983). Trad. Jonas Romualdo. In: HAK, T. e GADET, F. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997c [1983]. p. 311-318.
- _____. Ler o Arquivo Hoje. Traduzido por M.G.L.M. do Amaral. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2010a [1994].
- _____. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. Metáfora e interdiscurso. In: *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados Eni Puccinelli Orlandi. SP: Pontes Editores, 2011 [1984]. p. 151-162.
- _____. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados Eni Puccinelli Orlandi. SP: Pontes Editores, 2011a [1984a]. p. 141-150.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Trad. P. Cunha. In: HAK, T.; GADET, F (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997b [1975]. p. 163-252.

PETRI, Verli F. *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins*. Curso de Estudos da Linguagem – Área de Teorias do Texto e do Discurso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2004.

PFEIFFER, C. C. Polémiques autour de la langue nationale (fin du XIXe siècle et début du XXe), *Langages*, Paris: Larousse, 1998, v. 32, n° 130, p.103-111.

_____. *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2000.

_____. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, E. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP; Cárceres, MT: Pontes; Unemat Editora, 2001a.

_____. Sentidos para sujeito e língua nacionais, *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, 7. Pontes/Projeto HIL, 2001b.

_____. O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. R. (orgs.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005.

PEREIRA DE CASTRO, M. F. A fala infantil e a aquisição da língua materna: reflexões em torno de um paradoxo. In: CORTINA, A. (org.). *VIII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Linguística*, 2009. p. 1-16. (no prelo)

_____. Língua materna: palavra e silêncio na aquisição de linguagem. In: JUNQUEIRA FILHO, L. C. U. (org.). *Silêncio e luzes: sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 247-257.

PUENTE, F. R. *Télos como Arché e o fundamento temporal da ação em Aristóteles*. *Revista Philosophica*, n° 26, 2003, Instituto de Filosofía Pontificia Universidad Católica de Valparaíso. Disponível em: <http://www.philosophica.ucv.cl/abs26telos.pdf>. Acesso em: fev. 2010.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. M. *Língua, Nação e Nacionalismo: um estudo sobre o Guarani no Paraguai*. Tese de Doutorado. IEL/Unicamp, 2000.

_____. A cidade e seus habitantes: língua e ideologia na constituição do espaço. *Escritos*, n° 6 – Escrita, escritura, cidade (II). Campinas, SP: Labeurb/Nudecri/Unicamp, 2002.

_____. Entre o espaço e seus habitantes: notas sobre a construção do glossário discursivo da cidade. In: ORLANDI, E. (org.). *Para uma enciclopédia discursiva da cidade*. Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 65-83.

_____. La langue comme problème urbaine: le guarani à la campagne et dans l' espace public de la ville. *Langage et Société*, Paris, Maison des sciences de l'homme, v. 101, p. 54-98, 2002.

_____. "Cultura e Estado Nacional", 2004a. (mimeo)

_____. Da religião à cultura na constituição do Estado Nacional. *Revista da ANPOLL*, 2004b. Disponível em: <http://historiografo.blogspot.com/2009/06/da-religiao-cultura-na-constituicao-do.html>. Acesso em: jul. 2010.

- _____. Em torno de observações para uma teoria geral das ideologias de Thomas Herbert. In: FONSECA-SILVA, M. da C.; SANTOS, E. J. (orgs.). *Estudos da língua(gem): Michel Pêcheux e a análise de discurso*. nº 1. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2005.
- _____. El estatuto de hecho y el estatuto de derecho del guaraní en Paraguay. In: *Revista Crítica*, 21, ano XV, maio 2005b, Asunción-Paraguay.
- _____. Le statut de l'exemple dans les grammaires jésuitiques du guarani. In: L'exemple dans les traditions grammaticales. *Langages*, Paris, v. 166, p. 112-124, 2007.
- _____. Políticas públicas de "direito à língua" e "consenso etnocultural": uma reflexão crítica. In: ORLANDI, E. (org.). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas: Editora RG, 2010. p. 127-160.
- _____. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, nº 53/2. Campinas: IEL, p. 197-217, jul./dez. 2011.
- _____. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da "evidência do mundo". In: BRANCO, L. K. A. C.; RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. dos (orgs.). *Análise de discurso no Brasil: uma homenagem a Eni Orlandi*. Pensando o impensado sempre. Campinas, SP: RG, 2011a. p. 243-258.
- RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C; ORLANDI, E. A construção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico. In: Cidade, consenso, e políticas públicas, *Escritos*, nº 8, Campinas: Labeurb/Nudecri, dez. 2004.
- RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C.; NUNES, J. H. Langues amérindiennes à la Renaissance: norme et exemples dans les descriptions du tupi et du guarani. *Revue H.E.L. (Histoire Epistémologie Langage)*, v. 30, p. 25-70, 2008.
- ROUDINESCO, E. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- SCHNEIDER, M. Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento. Tradução Luiz Fernando P. N. Franco. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- SILVA, Renato de Almeida Vieira. Os ideais de Igualdade, Fraternidade e Liberdade na Prática Democrática: entre Rousseau e Habermas. *Revista Lumen et virtus*, v. II, nº 4, mai 2011. ISSN 2177-2789. Disponível em: http://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero4/PDF/OS%20IDEIAIS%20DE%20IGUALDADE%20FRATERNIDADE%20E%20LIBERDADE%20NA%20PRATICA%20DEMOCRATICA.pdf. Acesso em: jul. 2012.
- SILVA, M. V. da. *História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização*. Tese de Doutorado, IEL, Unicamp, 1998.
- SILVA SOBRINHO, J. S. *A língua é o que nos une: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa*. Tese de Doutorado em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, SP: [s.n.], 2011.
- _____. Os nomes da língua do Brasil no Museu da Língua Portuguesa: uma questão política. *Anais do Seta*. IEL/UNICAMP, 2010.
- STEIMBERG, J. O historiador e a questione della língua. In: BURKE, P.; PORTER, R. (orgs.). *História social da linguagem*. Trad. Álvaro Hattner. São Paulo: Editora Unesp e Cambridge University Press, 1997.
- STURZA, E. R. *Línguas de fronteiras e política de línguas: uma história das ideias linguísticas*. 185 f. Tese de Doutorado em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, SP: 2006.

ZOPPI-FONTANA, M. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. O acontecimento do discurso na contingência da história. In: FERREIRA, M. C.; F. INDURSKY (orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009a. p. 133-146.

_____. Acontecimento linguístico: o discurso político e a comemoração da língua. *Anais do IV SEAD (Seminário de Estudos em Análise do Discurso): 1969-2009 – Memória e história na/da Análise do Discurso*. Porto Alegre (RS): UFRGS, 10-13 nov. 2009c.

_____. Política, Estado e o português do Brasil: uma língua do futuro? In: MEDEIROS, V. G. e TEDESCO, M. T. (orgs.). *Travessia nos estudos de língua portuguesa: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres*, 2010. p. 229-241. ISBNs: Livro Virtual: 978-85-86837-75-3; Ebook: 978-85-86837-76-0.

ZOPPI-FONTANA, M.; DINIZ, L. Declinando a língua pelas injunções do Mercado: Institucionalização do Português Língua Estrangeira (PLE). *Estudos Lingüísticos*, Araraquara (SP): GEL, 37 (3), p. 89-119, set./dez. 2008.

_____. Política linguística no Mercosul: o caso do certificado de proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). *Língua(s) e povo(s): unidade e dispersão*. Anais do Congresso Internacional de Política Linguística na América do Sul. João Pessoa: Ideia, 2006. p 150-156.

ZOPPI-FONTANA, M. (org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG Editora, 2009b.

8.2. Sobre Espaço

ABRANTES, M^a Rocha Gonçalves; SILVA, Mozart Gonçalves. Os tratados e as convenções internacionais como fatores de viabilização do ordenamento jurídico-político internacional. *ACADEMIA - Revista de divulgação em ciências jurídicas e contábeis da UFCG/PB*. ISSN 1981-4763. Disponível em: <http://www.revistaacademia.ccjs.ufcg.edu.br/anais/artigo2.html>. Acesso em: nov. 2010.

AKEHURST, Michael. *Introdução ao direito internacional*. Coimbra: Almedina, 1985.

ALTHUSSER, Louis. *Resposta a John Lewis*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

ALMEIDA FILHO, N. Transdisciplinaridade e saúde coletiva. *Ciência e saúde coletiva*, n^o 11 (1/2), 1997. Disponível em <http://www.hc.ufmg.br/gids/anexos/transdisciplinaridade%20e%20sa%FAde%20coletiva.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo. As Reformas Estruturais e a Construção da Ordem Neoliberal na Colômbia. In: CECENÑA, Ana Esther (org.). *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GUIMARÃES, E. Língua de civilização e línguas de cultura: a língua nacional do Brasil. In: BARROS, D. L. P. (org.). *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 167-180.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.

- LIMONAD, Ester. Regionalizar para quê? Para quem? In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). *Brasil Século XXI: Por uma nova regionalização? Agentes, Processos e Escalas*. São Paulo: Editora Max Limonad, 2004. p. 54-66.
- MIAILLE, M. *Introdução crítica ao direito*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.
- ORLANDI, E. *Língua brasileira e outras histórias*. Campinas: Editora RG, 2009.
- ORLANDI, E.; SOUZA, T. C. A língua imaginária e a língua fluída: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. (org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988. p. 27-40.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (comp.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 151-197.
- RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. M^a. Discurso e Cidade: a Linguagem e a Construção da Evidência do Mundo. In: BRANCO, L. K. A. C.; DOS SANTOS, G. L.; RODRIGUES, E. (Orgs.). *Análise do Discurso no Brasil. Pensando o Impensado Sempre. Uma Homenagem a Eni Orlandi*. 1^a ed. Campinas: RG Editora, 2011. p. 243-258.
- _____. Anotações de aula em curso ministrado no IEL/Unicamp, 2º semestre 2010.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SASSEN, Saskia. Nueva geografía política. Un nuevo campo transfronterizo para actores públicos y privados. In: ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo (org.). *Dominación, crisis y resistencias en el nuevo orden capitalista*. Bogotá D.C: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2003.
- SOUSA GALITO, Maria. Impacto econômico da língua portuguesa enquanto língua de trabalho. Outubro 2006. Acesso em: jul. 2010. Disponível em http://www.ciari.org/investigacao/impacto_econ_lingua_portuguesa.pdf.
- VICENTE, António Luís; PIMENTA, Margarida (coord.). *Promoção da língua portuguesa no mundo: Relatório de Reunião de Trabalho realizada na Fundação Luso-Americana em 5 de novembro de 2007*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2008.

8.3. Sobre Língua Portuguesa e cultura portuguesa

- ANAIS do IV CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO de Ciências Sociais Rio de Janeiro, 1-5 set. 1996. Territórios da língua portuguesa – culturas, sociedades, políticas. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, Fundação Universitária José Bonifácio.
- DALLARI, Dalmo de A. Sociedade, Estado e Direito: caminhada brasileira rumo ao século XXI. In: CALDAS, A. S. *et alii* (ed.). *Atas Simpósio "Brasil: 500 anos depois"*. Santiago de Compostela, 6-10 nov. 2000. Santiago de Compostela: La Coruña, 2002.
- CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- COELHO, Adolfo. *Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América*. Lisboa: Casa da Sociedade de Geografia, 1881.

- CUNHA, Celso. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- _____. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- _____. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1977. Coleção Temas de Todo Tempo –13.
- ELIA, Silvio. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Editora Ática, 2001. Série Princípios.
- FARIA, Isabel Hub *et alii* (org.). *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. Coleção Universitária, Série Lingüística.
- HOUAISS, Antonio. *O português no Brasil*: pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro: Unibrade – Centro de Cultura, 1985.
- MARTINS AFONSO, A. *História da civilização portuguesa*. Porto: Porto Editora, s/d.
- MIRA MATEUS, Maria Helena. Variação e variedades: o caso do Português. In: *Grösse, Sybille & Axel Schönberger*, Ex Oriente lux. Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60 Geburtstag. Frankfurt am Main: Valentia, 2002. p. 287-296. Disponível em: www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-mhmateus-variacao.pdf. Acesso em: mai. 2012.
- SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1979.
- _____. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença/MEC, 1950.
- VASCONCELOS, José Leite de. *Antroponímia portuguesa*, IV. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1928.
- VICENTE, António Luís; PIMENTA, Margarida (coord.). *Promoção da língua portuguesa no mundo*: Relatório de Reunião de Trabalho realizada na Fundação Luso-Americana em 5 de novembro de 2007, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2008.

8.4. Sobre África

- ALMADA, André Álvares. *Breve tratado dos rios da Guiné*. Edição de Luís Silveira, Lisboa, 1946 [1594], p.58. In: CARREIRA, Antonio. *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. 2ª ed. Com o patrocínio da Comissão da Comunidade Económica Europeia para o Instituto Caboverdeano do Livro, 1983.
- ANDRADE, Elisa Silva. *As Ilhas de Cabo Verde da "descoberta" à Independência Nacional (1469-1975)*. Paris: Ed. L'Harmattan, 1996, p. 51-53.
- CARDOSO, Eduardo Augusto. *O crioulo da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1990.
- CARREIRA, Antonio. *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. 2ª ed. Com o patrocínio da Comissão da Comunidade Económica Europeia para o Instituto Caboverdeano do Livro, 1983.
- CASIMIRO, Siona; CAMUTO, P. Maurício. Língua Nacional e Tribalismo – 1ª parte. In: *O apostolado*, Caderno Casa – Opinião, 11 out. 2012. Disponível em: <http://www.apostolado-angola.org/artigo/6050>. Acesso em: out. 2012.
- COMITÊ CIENTÍFICO INTERNACIONAL da UNESCO para Redação da História Geral da África. *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. v. V. Editado por

Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010a. ISBN: 978-85-7652-127-3.

COMITÊ CIENTÍFICO INTERNACIONAL da UNESCO para Redação da História Geral da África. *História geral da África: África do século XIX à década de 1880*. v. VI. Editado por J. F. Ade Ajayi. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010b. ISBN: 978-85-7652-128-0.

COMITÊ CIENTÍFICO INTERNACIONAL da UNESCO para Redação da História Geral da África. *História geral da África: África sob dominação colonial: 1880-1935*. v. VII. Editado por Albert Adu Boahen. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010c. ISBN: 978-85-7652-129-7.

CONSTITUIÇÃO da REPÚBLICA de CABO VERDE. Praia: Assembléia Nacional – Divisão de Documentação e Informação Parlamentar, 2000. 1ª revisão ordinária – 1999.

CORREIA E SILVA, Antonio Leão. *História de Cabo Verde: das descobertas henriquinas de Cabo Verde*. Disponível em: <http://www.governo.cv/paishistoria.html>. Acesso em: 11 out. 2005.

COUTO, Hildo H. do; EMBALÓ, Filomena. *PAPIA – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, Brasília, nº 20, 2010.

DUARTE, Dulce Almada. Prefácio. In: VEIGA, Manuel. *Diskrison strutural di lingua kabuverdianu*. Praia (CV): Institutu Kabuverdianu di Livru, 1980. p. 15.

ENDERS, A. *História da África Lusófona*. Portugal: Editorial Inquérito, 1997.

FIRMINO, Gregório. *A 'questão linguística' na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Trad. Gilberto Matusse. Maputo: Tetxo, 2005.

_____. A situação do português no contexto multilingue de Moçambique. In: Anais do I SIMELP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008a. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf> >. Acesso em: mai. 2010.

_____. Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique. In: *Colóquio 'Português, Língua Global'*, 2008, Maputo. [Lisboa] Instituto Camões, 2008b. Disponível em: http://cvc.institutocamoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=83&Itemid=69>. Acesso em: mai. 2010.

GARMES, H. (org.). *Oriente: engenho e arte*. Imprensa e literatura de língua portuguesa em Goa, Macau e Timor Leste. São Paulo: Alameda, 2004.

GONÇALVES, Manuel da Luz. *O kriolu caboverdiano nos Estados Unidos*. Disponível em: <http://www.umassd.edu/specialprograms/cabverde/cvkriolp.htm>>. Acesso em: set. 2004.

HAGEMEIJER, Tjerk. As Ilhas de Babel: a Crioulização no Golfo da Guiné. *Revista Camões – Pontes Lusófonas II*, nº 6, p. 74-88, 1999. Disponível em: [http://rcblpe.sftw.umac.mo/HOME_PORT_\(RCBLPE\)_1.html](http://rcblpe.sftw.umac.mo/HOME_PORT_(RCBLPE)_1.html)>. Acesso em: 16 jul. 2010.

_____. As línguas de São Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola – RCBLPE*, v. 1, p. 1-27, 2009. Disponível em: <http://www.umac.mo/fsh/ciela/rcblpe/doc/As%20Linguas%20de%20S%20Tome%20e%20Principe.pdf>. Acesso em: jul. 2010. ISSN 1646-7000.

KI-ZERBO. *História da África Negra*. v. II. Trad. Américo de Carvalho. Sintra, Portugal: Editora Publicações Europa-América, 1991; Coleção Biblioteca Universitária.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, nº 29, p.177-89, 1995.

MARQUES, Andréa Ferro *et alii*. *Forum sobre caminhos da valorização da língua caboverdiana*. Disponível em: <http://www.capeverdeancreoleinstitute.org/new_page_25.htm>. Acesso em: set. 2004.

ROCHA MARTINS. *História das Colônias Portuguesas*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Tip. da Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

MAZULA, Brazão. *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985: em busca de fundamentos filosófico-antropológicos*. Moçambique: Edições Afrontamento e Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, 1995.

MBEMBE, A. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 1, 2001, p. 171-209.

MENDES, Mafalda. Cabo Verde: ir à escola em L2. In: *Língua portuguesa e cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa, 2004.

MINGAS, Amélia A. O português em Angola: Reflexões. In: *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, v. I. Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, 1998. p. 109-126.

MOURÃO, F. A. A. *A sociedade angolana através da literatura*. Sao Paulo: Editora Ática, 1978.

MUDIMBE, V. Y. *The Invention of Africa*. Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge Bloomington, Indiana: University Press, 1988 *apud* MBEMBE, A. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 1, 2001, p. 171-209.

MUNANGA, Kabengele. Cultura, Identidade e Estado Nacional no Contexto dos Países Africanos. In: *A Dimensão Atlântica da África*. II Reunião Internacional de História da África, São Paulo: CEA-USP/SDG Marinha/CAPES, 1997.

MUSANJI, Ngalasso Mwatha. "Dynamique des langues et politiques linguistiques en Afrique : le rôle des langues transfrontalières et la place des langues de moindre diffusion" in *Bulletin* 2, ACALAN, 22 ago. 2008. Disponível em: <http://www.acalan.org/eng/publication/bulletin2.pdf>. Acessado em: ago. 2011.

NZAU, Domingos Gabriel Ndele. *A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Tese de Doutorado. Departamento de Letras/UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR. Covilhã, Portugal, 2011. Disponível em: http://www.adelinotorres.com/teses/Domigos_Ndele_Nzau.pdf. Acesso em: jul. 2012.

OCUNI CÁ, Lourenço. Leitura comparativa de campanha de alfabetização cubana com a de alfabetização da Guiné-Bissau. In: *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v.3, nº 2, p. 38-54, jun. 2002.

RENDALL, Susana. *O crioulo*. Disponível em: <http://www.geocities.com/visao_crioula/pag8.html>. Acesso em: set. 2004.

ROCHA, Ilidio. *Sobre as origens de uma literatura africana de expressão portuguesa: raízes e conscientização*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1985.

ROLIM, Maria Luiza. *Finalmente um dicionário de português-crioulo para promover o ensino bilíngüe em Portugal*. Disponível em: <<http://virtualcapeverde.net/news2/modules.php?name=News&file=article&sid=61>>. Acesso em: out. 2004.

SILVA, Baltasar Lopes da. *O Dialecto crioulo em Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984 [1957].

Tokinfim um disionári di português-kriolu. Disponível em: www.priberam.pt/dpcv em 5 de novembro de 2002. Acesso em: out. 2004.

TOLENTINO, Corsino. *Os pequenos estados insulares de África: de comunidades de sentimento a comunidades de conhecimento*. Disponível em: <http://africadebate.iscte.pt/tolentino_os_pequenos_estados_insulares_de.htm#_ftn1>. Acesso em: out. 2004.

VEIGA, Manuel. *A sementeira*. Portugal: Editor ALAC, 1994.

_____. *O crioulo de Cabo Verde: Introdução à gramática*. Mindelo: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, Instituto Nacional da Cultura, 1995.

_____. *Diskrison strutural di lingua kabuverdianu*. Lisboa: Plátano Editora, 1980.

_____. Prefácio. In: CARDOSO, Eduardo Augusto. *O crioulo da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1990. p. 13.

_____. *O crioulo e o português no processo de afirmação em Cabo Verde*. Disponível em: <<http://www.ciberkiosk.pt/arquivo/ciberkiosk5/ensaios/veiga.htm>>. Acesso em: out. 2004a.

_____. *Fórum sobre caminhos da valorização da língua cabo-verdiana*. Disponível em: http://www.capeverdeancreoleinstitute.org/new_page_25.htm. Acesso em: out. 2004b.

YGNATIEV, Oleg. *Três tiros da P.I.D.E.: quem, porquê e como mataram Amílcar Cabral?* Lisboa: Prelo Editora, 1975.

8.5. Sobre CPLP, Lusofonia

ABREU, A. P.; GALA, I. V.; FERNANDES, M. de P. Cooperação: um dos pilares da CPLP. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. Brasília, DF: IBRI, 2001. p. 79-104.

ABDOU DIOUF RENCONTRERA LES SECRETAIRES GENERAUX ET EXECUTIFS DES TROIS ESPACES LINGUISTIQUES A LISBONNE LE 21 AVRIL 2008. *La voix de la diversité*, OIF – Organisation Internationale de la Francophonie. Disponível em: <http://www.francophonie.org/Abdou-Diouf-rencontrera-les.html>. Acesso em: jul. 2010.

A CIMEIRA DA LÍNGUA. In: Caderno Notícias – Dossiê Especial, *Expresso* da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, nº 3, out 2008. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-111.aspx>. Acesso em: 17 nov. 2009.

ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES. O B-A-BA da Aliança, 11 de setembro de 2008. Disponível em: [http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Alianca/pt-br/file/Dr%20Sampaio%20-%20O%20B-A-](http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Alianca/pt-br/file/Dr%20Sampaio%20-%20O%20B-A-BA%20da%20Alian%C3%A7a%20Maio%202009.pdf)

[BA%20da%20Alian%C3%A7a%20Maio%202009.pdf](http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Alianca/pt-br/file/Dr%20Sampaio%20-%20O%20B-A-BA%20da%20Alian%C3%A7a%20Maio%202009.pdf). Acesso em: jul. 2010.

ARMANDO, M^a L. de C. A perspectiva da lusofonia. *Organon*, Porto Alegre, v. 8, nº 21, p. 17-34, 1994.

ASSOCIATION DES CHERCHEURS DE LA REVUE LUSOTOPIE. *Lusotropicalisme: ideologies coloniales et identites nationales dans les mondes lusophones*. Paris; Talence: Karthala: Maison des pays iberiques: Centre d'etudes d'Afrique noire, 1997.

BRANCATO, Sandra M. Aproximação Brasil/Portugal em 1953: reflexos na Espanha. In: SZESZ, Christiane M. *et alii. Portugal-Brasil no Século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru: EDUSC, 2003.

BREITENVIESER, Camila Barrero. *Entre "a Fábula e a Ata". O Real e o Institucional na Lusofonia*. Dissertação de Mestrado Ciência Política e Relações Internacionais. 2011. Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011.

CERVO, Amado L.; CALVET DE MAGALHÃES, José. *Depois das Caravelas*. As relações entre Portugal e o Brasil – 1808-2000. Lisboa: Diário Moreira de Castro Alves, Instituto Camões, 2000. p. 263-264.

CRISTÓVÃO, F. *Da lusitanidade à lusofonia*. Coimbra: Editora Almedina, 2008.

CPLP. *Declaração Constitutiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa*, 17 de julho de 1996. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=48>. Acesso em: dez. 2012.

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO DO III FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES. AdC/UNAOC, 30 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-do-rio-de-janeiro-sobre-a-alianca-de-civilizacoes>. Acesso em: jul. 2010.

DECLARAÇÃO SOBRE A SOLIDARIEDADE NA DIVERSIDADE NO ESPAÇO DA CPLP. CPLP, Luanda: 22 de julho de 2010. Disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=2267>. Acesso em: jul. 2011.

DIALOGUE AVEC LES AUTRES ESPACES LINGUISTIQUES. *Nykom com*, postado por OIF, 22 de outubro de 2010. Disponível em: <http://french.nykom.com/2010/10/22/dans-le-dialogue-des-cultures-et-des-langues/>. Acesso em: jul. 2011.

FAULSTICH, E. CPLP: um lugar de falas múltiplas. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. Brasília, DF: IBRI, 2001. p. 105-143.

FERREIRA, Manuela Barros. A situação actual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialectos asturo- leoneses em Portugal. *Revista de Filologia Românica*, v. 18, 2001, pp. 117-136. Disponível em http://mirandes.no.sapo.pt/BEestudos2.html#_ftnref1. Acesso em: jul. 2011.

FRANCO, J. E. Duas utopias em confronto: a *História de Portugal* do Padre Fernando Oliveira e a *História do Futuro* do Padre António Vieira. *Ler História*, nº 38, Lisboa: ISCTE, 2000, p. 87-109. Disponível em: http://www.triplov.com/ista/cadernos/franco_2.html. Acesso em: jul. 2012.

_____ (org.). *Advances in language planning*. The Hague: Paris: Mouton, 1974.

FREIXO, Adriano de. *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia da lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

GAMEIRO, A. *Lusofonia e identidade na diáspora*. Lisboa: Edições Paulinas, 2000.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. As constituições dos Estados de língua portuguesa*. 2ª ed., actual. Coimbra: Almedina, 2006. ISBN 9724028798.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX*. Lisboa: Centro de História & Caleidoscópio, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

LUSOFONIA, FRANCOFONIA E HISPANOFONIA PROCURAM CONQUISTAR ESPAÇO NUM MUNDO DOMINADO PELA CULTURA ANGLO-SAXÓNICA. Portal

- Global News, 2008. Disponível em: <http://www.portugalvivo.com/spip.php?article3479>. Acesso em: jul. 2010.
- LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- MAIA, Ana Clarissa Bernadino. *Uma recorrente comunidade lusófona: percepções jornalísticas brasileiras e portuguesas acerca do processo de gestação e formalização da CPLP*. 2009. 127 f.: Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2009.
- MARGARIDO, A. *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MOREIRA, E. A. Neves. *O Brasil e suas raízes lusíadas*. Disponível em: http://mundolusiada.com.br/COLUNAS/ml_artigo_639.htm. Acesso em: 17 dez. 2009.
- MUNIZ, T. de S. As impossibilidades da 'lusofonia' e as narrativas acerca do 'outro' e do 'eu' entre Brasil e Portugal. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 1, nº 2, dez. 2009. Disponível em: www.rbhcs.com. ISSN: 2175-3423. p. 1.
- NOSOLINI, Elber Eugênio Carlos. *Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa: aproximação, distanciamento e reaproximação (de 1975 aos dias atuais)*. 2004. 211 f. Dissertação de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.
- PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. *Revista Digital de Historia Iberoamericana*, Semestral, año 2008, v.1, nº 1.
- PINTO, José Filipe. *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Lisboa: MNEID, 2005.
- _____. *Estratégias da ou para a lusofonia? O futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio, 2009. ISBN 9896520127 / 9789896520120.
- PONTES, G.; ALMEIDA, C. (org.) *Relações literárias internacionais: lusofonia e francofonia*. Rio de Janeiro: de Letras: EDUFF, 2007.
- REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE MINISTROS DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA DA CPLP, CPLP, 14-15 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=132&PID=6494&M=NewsV2&Action=1&NewsId=592¤tPage=26>. Acesso em: jul. 2010.
- REVISTA DISCURSOS*: Estudos de língua e cultura portuguesa. Lusofonia: uma história, um projecto, uma questão, nº 15, abril 1998, Coimbra, PT: Editora Universidade Aberta.
- REVISTA DISCURSOS*: Estudos de língua e cultura portuguesa. Literatura, Nacionalismos, Identidade, nº 13, outubro 1996, Coimbra, PT: Editora Universidade Aberta.
- RIDLEY, Mark. *Evolução*. 3ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 752. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Efeito_fundador#cite_ref-ridley_0-0. Acesso em: jul. 2012.
- ROBLES, A. Paula. *O ensino da língua portuguesa no ensino superior: a situação da Guiné-Bissau*. Disponível em: http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=18&Itemid=67. Acesso em: 17 dez. 2009.
- RUBIN, Joan. *National Bilingualism in Paraguay*. Haia: Mouton, 1968.
- SANTOS, A. de A. *Paixão lusófona*. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 2001.

SANTOS, J. S. CPLP: Gênese e instituições. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. Brasília, DF: IBRI, 2001b. p. 17-43.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. Brasília, DF: IBRI, 2001.

Seminário "A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): oportunidades e perspectivas" (2002: Brasília). In: *Comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP): oportunidades e perspectivas*. Brasília: Inst. Pesq. Rel. Int., 2002. ISBN 85-88270-01-3.

SEGUNDO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ALIANÇA 2009-2011, apresentado pelo Alto Representante da Aliança das Civilizações, Jorge Sampaio, ao Secretário Geral das Nações Unidas, Sr. Ban Ki-moon, Nova York, 16 de junho de 2009.

SILVA, D. B. da. Da Flor do Lácio à Língua Global: uma análise discursiva das relações de poder nas políticas linguísticas para a promoção, a difusão e a projeção do português da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras, UERJ, Rio de Janeiro, 2011.

SOBRINHO, Pedro da Silva Feijó. *Comunidade dos países de língua portuguesa: institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas*. Rio de Janeiro: REVAN, 1997.

SOUSA, Viviana. Tentativas da criação de uma comunidade lusófona. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – A questão social no novo milênio*. Coimbra: 16-18 setembro 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/VivianaSousa.pdf>. Acesso em: jul. 2012.

THOMAZ, O. R. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

_____. Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V.; FELDMAN-BIANCO, B. (orgs.) *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

TRÊS ESPAÇOS LINGUÍSTICOS. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=183> e <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=255>. Acesso em: jul. 2010.

VIGGIANO, Alan. *Dossiê grupo dos sete: os povos e países de língua portuguesa*. Brasília: André Quice, 1994.

8.6. Sobre Política Linguística, Língua, Nação, Sociolinguística

BHABHA, Homi. Narrando a nação. In: ROUANET, M. H. (Org.). *Nacionalidade em questão, Cadernos da Pós/Letras*, nº 19, Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

CALVET, Louis-Jean. *Politique et colonialisme*. Paris, Payot, 1974.

_____. Las políticas lingüísticas y la construcción europea. In: *Signo y Seña: políticas lingüísticas*, UBA, nº 4, mayo de 1995. p. 51-52.

_____. *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. 2ª ed. Paris: Hachette Littératures, 1999.

- _____. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.
- CARNEIRO, A. S. R. As políticas linguísticas e de ensino de línguas em Timor-Leste: desafios de um contexto multilingue. In: *Filologia Linguística Portuguesa*, nº 12 (1), p. 9-25, 2010.
- CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL. UNESCO, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: jul. 2010.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DA DIVERSIDADE CULTURAL. UNESCO, 2001. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em: jul. 2010.
- DE ROSA; MORMINO. Memoria social, identidad nacional y representaciones sociales: son constructos convergentes?! Un estudio sobre la Unión Europea y sus estados miembros con una mirada hacia el pasado. In: RIVERO, BELLELLI e BAKHURST (eds.). *Memoria Colectiva e Identidad Nacional*. Madrid, Biblioteca Nueva, 2000, p. 471-472 *apud* SOBRAL, J. M. Memória e Identidade: considerações de caráter geral e o caso português. *Actas do Colóquio "Nação e Estado: entre o local e o global"*, Núcleo de Estudos em Sociologia da Universidade do Minho (org.), Edições Afrontamento. Disponível em: http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_4.pdf.
- DIAS, Juliana Braz. Língua e poder: transcrevendo a questão nacional. *Revista Mana*, v. 8, nº 1, abril 2002, p. 7-27. Rio de Janeiro: Contra Capa: PPGAS do Museu Nacional, 2002.
- FISHMAN, Joshua A. *Language and Nationalism: two integrative essays*. Rowley, MA: Newbury House, 1972.
- _____. Language and Ethnicity: the view from within. In: COULMAS, Florian (ed.). *The Handbook of sociolinguistics*. Oxford, UK: Blackwell Publishers Ltd., 1997. p. 327-343.
- GEARY, P. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.
- HERDER, Johann Gottfried. Sur la nouvelle littérature allemande. Fragments, Lettres sur l'avancement de l'humanité. In: CAUSSAT, P.; ADAMSKI, D.; CREPON, M. *La langue source de la nation. Messianismes séculiers en Europe centrale et orientale* (du XVIIIe au XXe siècle). Lièges: Mardaga, 2003 [1766]. p. 77-106.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. Fragment de monographie sur les basques, Sur le caractère national des langues, Sur les différences de l'organisation interne des langues. In: CAUSSAT, P.; ADAMSKI, D.; CREPON, M. *La langue source de la nation. Messianismes séculiers en Europe centrale et orientale* (du XVIIIe au XXe siècle). Lièges: Mardaga, 2003 [1766]. p. 427-460.
- KIBBEE, Douglas A. (coautor). Language Legislation and Linguistics Rights Conference, (1996, Urbana-Champaign, Estados Unidos). *Language legislation and linguistic rights: selected proceedings of the Language Legislation and Linguistic Rights Conference, the University of Illinois at Urbana-Champaign, March, 1996*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1998, xvi, 415 p., ill., 1 map, 23 cm. (Impact, studies in language and society; v. 2). Includes bibliographical references (p. 363-393) and indexes. ISBN 1556198515 (US)

MACDONALD, N. P. *The making of Brazil: Portuguese Roots 1500-1822*. Sussex, England: The Book Guild Ltd, 1996.

ORBAN, Leonard. *European Union. Multilinguismo: uma ponte para a compreensão mútua*. Luxemburgo: serviço das Publicações oficiais das Comunidades Europeias, 2009. Disponível em: <http://www.cied.uminho.pt/uploads/MULTILINGUISMO.pdf>. Acesso em: jul. 2011.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: *Cadernos da Pós-Letras*. Nacionalidade em questão. Rio de Janeiro, 1997. p. 12-43.

SILVA, D. B. da. Política linguística na África: do passado colonial ao futuro global. *Revista África e Africanidades*, ano 3, nº 10, ago. 2010. Disponível em: www.africaeaficanidades.com.br. Acesso em: out. 2010.

_____. *Nhandeayvu, Nhandeyvy: por uma política linguística indígena brasileira*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

SOUSA GALITO, M. Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho. out. 2006. Disponível em: http://www.ciari.org/investigacao/impacto_econ_lingua_portuguesa.pdf. Acesso em: abr. 2010.

TRAJANO FILHO, Wilson. *Rumores: uma narrativa da nação*. Trabalho apresentado no Seminário Projetos Portugueses de Colonização em Três Continentes promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB em 7 de junho de 2000.

TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y asociación*. El comunismo y el socialismo como formas de vida social. Barcelona: Ediciones Península, 1979 [1887].

TABOURET-KELLER, André. La langue maternelle un carrefour de métaphores, *Langues dépayées, Diasporas*, nº 2, 2003, CNRS, Université Toulouse-Le-Mirail, p. 21-35.

_____. Les métaphores multiples de l'expression langue maternelle: un projet de travail, *Les cahiers de l'ILSL*, nº 17, 2004, Université de Lausanne, p. 277-288.

URBAIN, Jean-Didier. Langue maternelle: part maudite de la linguistique. *Langue Française*, 1982, v. 54, nº 1. p. 7-28.

VERDELHO, T (org.). *O encontro do português com as línguas não europeias*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

8.7. Sobre Organizações Internacionais, Globalização, Democracia

ABRANTES, M^a Rocha Gonçalves; SILVA, Mozart Gonçalves. Os tratados e as convenções internacionais como fatores de viabilização do ordenamento jurídico-político internacional. *ACADEMIA - Revista de divulgação em ciências jurídicas e contábeis da UFCG/PB*. ISSN 1981-4763. Disponível em: <http://www.revistaacademia.ccjs.ufcg.edu.br/anais/artigo2.html>. Acesso em: nov. 2010.

ACCIOLY, H. *et alii*. *Manual de direito internacional público*. 19^a ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

AKEHURST, Michael. *Introdução ao direito internacional*. Coimbra: Almedina, 1985.

CONSTANZE, Bueno Advogados. *Organizações internacionais*. Bueno e Costanze Advogados, Guarulhos, 30 de outubro de 2006. Disponível em:

<http://buenoecostanze.adv.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=207>. Acesso em: nov. 2010.

DAILLIER, Patrick (Nguyen Quoc Dinh e Alain Pellet). *Direito Internacional Público*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 120.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

HOROCHOVSKI, R; MEIRELLES, G. (2007). Problematizando o conceito de empoderamento. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, 25-27 abr. 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS – ISSN 1982-4602. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf. Acesso em: ago. 2011.

HUSEK, C. R. *Curso de direito internacional público*. 10ª ed. São Paulo: LTr, 2009.

MÉSZÁROS, I. *O Século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

REZEK, F. *Direito Internacional público: curso elementar*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTOS, B. S. Os processos de globalização. In:_____. (org.). *Globalização. Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001a. p. 31-106.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. *Direito das organizações internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

VELASCO E CRUZ, S. C. *Globalização, democracia e ordem internacional: ensaios de teoria e história*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Editora UNESP, 2004.

VENEROSO, Ana. *Revista Jurídica*, Brasília, v. 7, nº 75, p. 01-14, out./nov., 2005.

YODA, Ana Jamily Veneroso. *As organizações internacionais e o poder de celebrar tratados*. *Revista Jurídica*. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_75/artigos/PDF/AnaVeneroso_Rev75.pdf Acesso em: nov. 2010.

8.8. Dicionários

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 3ª ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991. Obra em 2 v.

CAMARA JR., Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática: referente à língua portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1973.

CRISTÓVÃO, Fernando (dir. e coord.). *Dicionário temático da lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, ACLUS, 2007.

DUBOIS, Jean *et alii*. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. cap. Geolingüística e cap. Sociolingüística.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss Eletrônico*. Versão monousuário 2009. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009. Versão 3.0.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. Versão 1.0.

- LELLO UNIVERSAL*: Dicionário Enciclopédico Luso-brasileiro em 2 volumes. Porto: Lello&Irmão Editores, 1983.
- MASSA, Françoise et Jean-Michel. *Dictionnaire encyclopedique et bilingue portugais-français – Cabo Verde - Cap-Vert*. v. 3. Mindelo: Ponto & Vírgula edições, 2002.
- RUSS, Jacqueline. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Editora Scipione, 1994.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Editora Verbo, 1994. Verbetes 'colonização' de autoria de Alida C. Metacalf da Trinity University – USA.
- TRASK, Robert Lawrence. *Dicionário de linguagem e lingüística*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial 1550-1808*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.